



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 778

Segunda-feira - 11 de Julho de 2011

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	1
Alto Bela Vista.....	5
Antônio Carlos .....	6
Arroio Trinta.....	7
Ascurra.....	7
Biguaçu .....	93
Braço do Trombudo .....	94
Caçador.....	95
Campo Alegre .....	103
Campos Novos .....	104
Canoinhas.....	106
Capinzal .....	106
Catanduvas.....	110
Chapadão do Lageado .....	111
Concórdia .....	113
Cordilheira Alta .....	139
Coronel Martins.....	140
Corupá .....	140
Fraiburgo.....	140
Garopaba.....	142
Garuva .....	143
Gaspar .....	144
Herval do Oeste .....	147
Imbituba .....	149
Iomerê .....	149
Irineópolis .....	149
Itapoá .....	162
Joaçaba.....	166
Lauro Muller .....	170
Lindóia do Sul .....	171
Luzerna .....	171
Massaranduba.....	175
Meleiro .....	175
Monte Carlo .....	177
Nova Trento .....	178
Passo de Torres.....	180
Pinheiro Preto .....	180
Porto União.....	181
Rio do Sul.....	182
Salto Veloso .....	232
Santa Terezinha do Progresso .....	233
São Lourenço do Oeste.....	234
Schroeder .....	239
Timbó .....	282
Tunápolis.....	286
Videira.....	287

### Associações

EGEM .....	295
------------	-----

## Consórcios

ARIS .....	296
CIGA .....	297
CIMVI.....	297

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato Nº. 27/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2011

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Grupos Atendimento, Ensino, Projetos, Pesquisa e Consultoria S/S ME PROCESSO: Processo Licitatório nº. 11/2011 - Pregão Presencial nº. 6/2011

OBJETO : Contratação de profissional médico especializado em saúde mental - psiquiatria, para supervisão e apoio técnico ao médico clínico geral do centro de Atenção Psicossocial Microrregional Luiz Viecelli (CAPS).

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

PAGAMENTO : O pagamento será até o dia 05 do mês subsequente.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.12.2011.

DATA : 01.06.2011

SIGNATÁRIOS: Belmir Dotta pelo Fundo Municipal de Saúde e Maria Elizabeth Pascual do Valle pela contratada.

#### Extrato do Contrato Nº. 28/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2011

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Antonio Sartori & Cia Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 14/2011 - Pregão Presencial nº. 9/2011

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no CAPS.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.12.2011.

DATA : 06.06.2011

SIGNATÁRIOS: Belmir Dotta pelo Fundo Municipal de Saúde e

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Valdenir Sartori pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 29/2011**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2011

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Supermercado AR Zanatta Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 14/2011 - Pregão Presencial nº. 9/2011

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no CAPS.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 1.036,65 (um mil e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.12.2011.

DATA : 06.06.2011

SIGNATÁRIOS: Belmir Dotta pelo Fundo Municipal de Saúde e Rodrigo Zanatta pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 30/2011**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2011

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Lettrari & Cia Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 14/2011 - Pregão Presencial nº. 9/2011

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no CAPS.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 669,75 (seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.12.2011.

DATA : 06.06.2011

SIGNATÁRIOS: Belmir Dotta pelo Fundo Municipal de Saúde e Cleber Anderson Lettrari pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 31/2011**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2011

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Supermercado Central Zanata Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 14/2011 - Pregão Presencial nº. 9/2011

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no CAPS.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 575,50 (quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.12.2011.

DATA : 06.06.2011

SIGNATÁRIOS: Belmir Dotta pelo Fundo Municipal de Saúde e Adcir Zanata pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 32/2011**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2011

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Giordani Alimentos Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 14/2011 - Pregão Presencial nº. 9/2011

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no CAPS.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 928,20 (novecentos e vinte oito reais e vinte centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.12.2011.

DATA : 06.06.2011

SIGNATÁRIOS: Belmir Dotta pelo Fundo Municipal de Saúde e Andressa Giordani Nerez da Cruz pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 33/2011**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2011

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Supermercado Vescovi Ltda ME

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 14/2011 - Pregão Presencial nº. 9/2011

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no CAPS.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 69,90 (sessenta e nove reais e noventa centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.12.2011.

DATA : 06.06.2011

SIGNATÁRIOS: Belmir Dotta pelo Fundo Municipal de Saúde e Sidnei Vescovi pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 34/2011**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2011

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce

CONTRATADO : Menon Corretora de Seguros Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 16/2011 - Pregão Presencial nº. 11/2011

OBJETO : Contratação de seguro para veículo placa MHV-9272.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 9.850,00 (nove mil oitocentos e cinquenta reais)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 15 dias após a emissão da apólice.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 20.06.2012.

DATA : 20.06.2011

SIGNATÁRIOS: Belmir Dotta pelo Fundo Municipal de Saúde e Sheila Mantoani pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 35/2011**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2011

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce  
CONTRATADO : Vale Visare Editora Gráfica e Propaganda Ltda  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 43/2011 - Convite nº. 12/2011  
OBJETO : Aquisição de material timbrado.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 8.680,00 (oito mil seiscentos e oitenta reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.12.2011.  
DATA : 29.06.2011  
SIGNATÁRIOS: Belmir Dotta pelo Fundo Municipal de Saúde e Antonio Luiz de Miranda pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 46/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Nestor Piccoli  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 37/2011 - Dispensa de Licitação nº. 2/2011  
OBJETO : Locação de terreno com construções e rampa para alojamento e estacionamento de máquinas do município.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será todo dia 15 do mês subsequente ao vencido.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2011.  
DATA : 13.05.2011  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Nestor Piccoli pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 47/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Elio da Rosa Xavier  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 38/2011 - Inexigibilidade nº. 2/2011  
OBJETO : Contratação de banda e shows para animação das festividades do município em comemoração aos 53 anos de emancipação político administrativa.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será após a realização do show.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 30.07.2011.  
DATA : 03.06.2011  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Elio da Rosa Xavier pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 48/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Meta Consultoria em Gestão Educacional Ltda  
OBJETO : Prestação de serviço de Assessoria Técnica de Elaboração do Plano Municipal de Educação  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 7.650,00 (sete mil seiscentos e cinquenta reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será em duas parcelas.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 30.10.2011  
DATA : 08.06.2011  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água doce e Maria Heidemann pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 49/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Ecoativa Consultoria Ambiental ME  
OBJETO : Prestação de serviços de elaboração de projeto ambiental para fins de obtenção de Licença Ambiental de Instalação (LAI) da estação de tratamento de esgoto do município de Água Doce  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 6.516,48 (seis mil quinhentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos)  
PAGAMENTO : O pagamento será em duas parcelas.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 30.09.2011  
DATA : 13.06.2011  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água doce e Osvaldo Onghero Junior pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 50/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : SEBRAE-SC  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 41/2011 - Dispensa nº. 3/2011  
OBJETO : Contratação de serviços de consultoria para implantação e execução de projeto de desenvolvimento da pequena propriedade rural da região meio oeste.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será todo dia 20 de cada mês.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2011  
DATA : 13.06.2011  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água doce e Carlos Guilherme Zigelli pela contratada

**Extrato do Contrato Nº. 51/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Mercantil Catarinense de Equipamentos Ltda EPP  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 31/2011 - Pregão Presencial nº. 18/2011  
OBJETO : Aquisição de unidade de britagem primária móvel.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será todo em até 20 dias após a entrega.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.07.2011  
DATA : 21.06.2011  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água doce e Heimo Zwang pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 52/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Construcórdia Construções Ltda  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 35/2011 - Tomada de Preço nº. 3/2011  
OBJETO : Ampliação Ginásio De Esportes Horizonte II, com ampliação de 100m² de área, localizado na Linha Três Pinheiros, interior do município de Água Doce  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 102.863,41 (cento e dois mil oitocentos e sessenta e três reais e quarenta e um centavos)  
PAGAMENTO : O pagamento será de acordo com a execução dos serviços.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 22.09.2011  
DATA : 22.06.2011  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água doce e Juan Bonelli da Silva pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 53/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Paróquia Nossa Senhora da Paz de Água Doce  
OBJETO : Locação pela contratante do espaço de salão de festa e benfeitorias para realização dos eventos em comemoração aos 53 anos de Emancipação do Município de Água Doce.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será de acordo com a execução dos serviços.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.07.2011  
DATA : 22.06.2011  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água doce e Padre Ailson Pazini pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 54/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Elton Becker Freestyle Show Ltda  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 46/2011 - Inexigibilidade nº. 4/2011  
OBJETO : Contratação de Show artístico em motos denominado de SHOW DE MOTOCROSS ESTILO LIVRE em razão da promoção realizada pelo evento "V Passeio Trilha do Vento", fazendo parte do calendário de promoção das festividades do município de Água

Doce-SC

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será após a execução dos serviços.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.07.2011  
DATA : 22.06.2011  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água doce e Elton Becker pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 55/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Telles Serviços de Comunicação Ltda ME  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 45/2011 - Inexigibilidade nº. 3/2011  
OBJETO : Prestação de serviço artísticos musicais e cultural "Encontro de Violeiros"  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 3.650,00 (três mil seiscientos e cinquenta reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será após a execução dos serviços.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 26.07.2011  
DATA : 22.06.2011  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água doce e Jaime Telles pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 56/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Comércio e Representações PJ Celso Ltda ME  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 47/2011 - Inexigibilidade nº. 5/2011  
OBJETO : Prestação de serviço artísticos musicais com a dupla sertaneja "Cristiano e Evandro"  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será após a execução dos serviços.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 26.07.2011  
DATA : 27.06.2011  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água doce e Evandro Celso pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 57/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Vale Visare Editora Gráfica e Propaganda Ltda  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 42/2011 - Convite nº. 11/2011  
OBJETO : Aquisição de material timbrado.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 68.755,50 (sessenta e oito mil setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos)  
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura



até 31.12.2011

DATA : 29.06.2011

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água doce e Antonio Luiz de Miranda pela contratada.

### **Extrato do Contrato Nº. 58/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Vedoís Video Produções Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 43/2011 - Convite nº. 12/2011

OBJETO : Contratação de serviços para execução de atividades no Município de Água Doce.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 53.680,00 (cinquenta e três mil seiscentos e oitenta reais)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a prestação dos serviços.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2011

DATA : 29.06.2011

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água doce e Ana Carolina de Miranda pela contratada.

## Alto Bela Vista

### **PREFEITURA**

### **Contrato Administrativo Nº 040/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 040/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.

Objeto Contrato administrativo para a aquisição de forma parcelada, segundo as necessidades, de medicamento e anticoncepcional éticos ou genéricos para utilização nas unidades de saúde do município.

Valor Total R\$ 440,70 (Quatrocentos e quarenta reais e setenta centavos)

Vigência 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 040/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 05 de julho de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.

Contratado

### **Contrato Administrativo Nº 041/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 041/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e S & R DISTRIBUIDORA LTDA

Objeto Contrato administrativo para a aquisição de forma parcelada, segundo as necessidades, de medicamento e anticoncepcional éticos ou genéricos para utilização nas unidades de saúde do município.

Valor Total R\$ 1168,05 (Um mil cento e sessenta e oito reais e cinco centavos)

Vigência 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 041/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 05 de julho de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

S & R DISTRIBUIDORA LTDA

Contratado

### **Contrato Administrativo Nº 042/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 042/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e Altermed Material Médico Hospitalar LTDA

Objeto Contrato administrativo para a aquisição de forma parcelada, segundo as necessidades, de medicamento e anticoncepcional éticos ou genéricos para utilização nas unidades de saúde do município.

Valor Total R\$ 94,00 (Noventa e quatro reais)

Vigência 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 042/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 05 de julho de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Contratado

### **Contrato Administrativo Nº 043/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 043/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e Mauro Marciano Garcia de Freitas - ME

Objeto Contrato administrativo para a aquisição de forma parcelada, segundo as necessidades, de medicamento e anticoncepcional éticos ou genéricos para utilização nas unidades de saúde do município.

Valor Total R\$ 3528,75 (Três mil quinhentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos)

Vigência 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 043/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 05 de julho de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - ME

Contratado

### **Contrato Administrativo Nº 044/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 044/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e DALMED - Distribuidora de Medicamentos Ltda

Objeto Contrato administrativo para a aquisição de forma parcelada, segundo as necessidades, de medicamento e anticoncepcional éticos ou genéricos para utilização nas unidades de saúde do município.

Valor Total R\$ 2768,58 (Dois mil setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos)

Vigência 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 044/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 05 de julho de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

DALMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Contratado

**Contrato Administrativo Nº 045/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 045/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e CENTERMEDI - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto Contrato administrativo para a aquisição de forma parcelada, segundo as necessidades, de medicamento e anticoncepcional éticos ou genéricos para utilização nas unidades de saúde do município.

Valor Total R\$ 4881,80 (Quatro mil oitocentos e oitenta e um reais e oitenta centavos)

Vigência 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 045/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 05 de julho de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.  
Contratado

**Contrato Administrativo Nº 046/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 046/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. ME

Objeto Contrato administrativo para a compra, de forma parcelada, de material de consumo nas unidades de saúde do município. Valor Total R\$ 1453,00 (Um mil quatrocentos e cinquenta e três reais)

Vigência 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 046/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 05 de julho de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. ME  
Contratado

**Contrato Administrativo Nº 047/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 047/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto Contrato administrativo para a compra, de forma parcelada, de material de consumo nas unidades de saúde do município. Valor Total R\$ 917,26 (Novecentos e dezessete reais e vinte e seis centavos)

Vigência 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 047/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 05 de julho de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Contratado

**Portaria Nº 056 de 06 de Julho de 2011.**

Concede Licença para Tratamento de Saúde

SERGIO LUIZ SCHMITZ; Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do artigo 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, RITA SUZANA NAISSER ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL; no Período de sete (07) dias, á contar do dia 06 de julho de 2011, conforme, atestado médico expedido na mesma data desta Portaria; Dr Alex Sandro Vergara Borges-CRM/SC 8328.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, SC, 06 de julho de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ALICE SCHWAMBACH LENKE  
Responsável pelas Publicações

**Antônio Carlos**

**PREFEITURA**

**Aviso de Licitação - PL Nº 110/2011**

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 110/2011; Modalidade: Pregão Presencial nº 066/2011; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente Licitação tem por objeto a aquisição de material permanente (móveis e Equipamentos), para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos, conforme previsto no edital e seus anexos; abertura: dia 22/07/2011 as 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site [www.antonioCarlos.sc.gov.br](http://www.antonioCarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 08 de Julho de 2011.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**Resolução Nº. 001/2011**

Resolução Nº. 001 de 28 de junho de 2011.

Dispõe sobre a convocação da VI Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Antônio Carlos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto na Lei Municipal nº 768 de 10 de junho de 1997, Artigo 2ª, inciso XIII,

#### DECRETA

Artigo 1º - Fica convocada a VI Conferência Municipal de Assistência Social a ser realizada no município de Antônio Carlos, no dia 05 de agosto de 2011, das 8:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h no Auditório da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10.

Artigo 2º - O evento terá como tema geral: "Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores".

Artigo 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão pagas por dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Artigo 4º - O município durante a sua Conferência Municipal elegerá delegados para participação na Conferência Estadual, conforme critério definido no Regimento Interno da Conferência e baseado nas orientações estabelecidas pelo CEAS/SC, garantindo a paridade entre representantes do governo e da sociedade civil..

Artigo 4º - Os delegados eleitos nas Plenárias Municipais receberão suporte financeiro do município para participarem da Conferência Estadual.

Artigo 5º - Para organização do evento poderão ser criados grupos de trabalho, denominados de Comissões Organizadoras.

Artigo 6º - Fica delegado o CMAS para a adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto desta resolução.

Artigo 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, 28 de junho de 2011.

Prefeito

Presidente

Conselho Municipal de Assistência Social de Antônio Carlos.

## Arroio Trinta

### PREFEITURA

#### **Pregão Presencial Nº 0010/2011.**

##### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0010/2011.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: Aquisição de Merenda Escolar para alunos da Educação Infantil - Creche, Pré-Escolar e Ensino Fundamental, para os meses de agosto a dezembro de 2011, do Município de Arroio Trinta. Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 22/07/2011.

Abertura dos Envelopes: Às 09:15h do dia 22/07/2011.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto

ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 08 de julho de 2011.

CLÁUDIO SPRÍCIGO

Prefeito Municipal

## Ascurra

### PREFEITURA

#### **Edital de Concurso Público 01-2011.**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas nos níveis iniciais das categorias funcionais do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra, de acordo com a Lei Nº 649/1993 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Nº 14/1995 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

#### 1 - DOS CARGOS

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária semanal, salário inicial e tipos de provas dos cargos objetos do Concurso Público N.º 001/2011, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os cargos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados comporão lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.
- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo e ou estabelecidos em lei.

#### 2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º

001/2011 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

### 3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.
- Conferir atentamente os dados informados.
- Imprimir o Requerimento de Inscrição.
- Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do cargo escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- R\$ 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Superior.
- R\$ 74,20 (setenta e quatro reais e vinte centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Médio.

- R\$ 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007 e Decreto Nº 2.259/2011, de 27 de maio de 2011, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

- Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
- A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.
- O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica,



congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

#### 4 - DO CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada cargo, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência é de até 5% (cinco por cento) por cargo, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal Nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 001/2011, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 001/2011.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

#### 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ascurra é o estatutário, conforme Lei Complementar Nº 14/1995, de 20 de abril de 1995 e suas posteriores alterações.

#### 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

6.1 - O Concurso Público N.º 001/2011 será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os cargos, de prova escrita e prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, e de prova escrita e de títulos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Cargo, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Cargo	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada cargo e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo VI deste Edital.

6.3 - As provas práticas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais.

6.3.1 - As tarefas a serem executadas e o tempo de duração da prova prática, para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, serão especificadas pelo Avaliador da Prova Prática no momento de aplicação da prova, que preencherá para cada candidato uma "Grade de Avaliação" que será preparada pela banca de elaboração e avaliação da Prova Prática.

6.3.2 - Durante a realização da Prova Prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador

de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão avaliados:

- a) Postura corporal durante execução da tarefa.
- b) Correto manuseio do veículo, máquina ou equipamento.
- c) Prática do disposto na Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações.
- d) Qualidade na execução da tarefa.
- e) Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo para o qual se inscreveu.

6.3.3 - As provas práticas para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão realizados nos seguintes veículos, máquinas ou equipamentos:

- a) Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Educação farão a prova prática em um Ônibus.
- b) Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em um Caminhão.
- c) Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social farão a prova prática em uma Ambulância.
- d) Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira e em uma Patrola.
- e) Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina em Geral, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira, uma Patrola e em uma Retroescavadeira.
- f) Os candidatos ao cargo de Operador de Trator de Pneus, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente farão a prova prática em um Trator de Pneus.

6.3.4 - As máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados nas provas práticas serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de Acurra e deverão ser utilizados no estado em que se encontrarem.

6.3.5 - Os candidatos deverão tomar todas as precauções capazes de assegurar a sua segurança pessoal e do avaliador durante a operação segura dos veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais colocados ao seu dispor, dos quais declaram conhecer o funcionamento e operação.

6.3.6 - Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador e ou ao veículo, máquina ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

6.3.7 - As avaliações das Provas Práticas serão feitas por profissional habilitado, com experiência na área, contratado pela empresa responsável pela execução do Concurso Público, que preencherá, para cada candidato uma ficha de avaliação.

6.4 - As provas de títulos serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais sendo constituída pela análise e pontuação de certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, com somatório de duração dos cursos mínima ou superior a 20 horas realizados em período posterior a 09 de agosto de 2006; e certificados ou diplomas de curso de pós-graduação, conforme segue:

6.4.1 - Certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização:

#### TÍTULO PONTUAÇÃO MÁXIMA NOTA MÁXIMA

Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos superior a 201 horas.

5,00 5,00

Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 101 a 200 horas.

3,50

Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 20 a 100 horas.

2,00

6.4.2 - Certificados ou diplomas de curso de pós-graduação:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NÚMERO MÁXIMO DE TÍTULOS	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Doutorado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	5,00	01	5,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Mestrado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	3,50	01	
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, em nível de especialização Lato Sensu, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	2,00	01	

6.4.3 - Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma de curso de pós-graduação só será pontuado o de maior valor.

6.4.4 - A nota final da prova de títulos será a soma da nota dos certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização mais a nota dos certificados ou diplomas de curso de pós-graduação.

## 7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

### 7.1 - Das provas escritas:

7.1.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Acurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.1.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens

ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei Nº 9.503/97, com fotografia).

7.1.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.1.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.1.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.1.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.1.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.1.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.1.7.

7.1.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.1.9 deste Edital.

7.1.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.1.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

- a) Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- b) Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- c) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- d) Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- e) Não assinar a Lista de Presença.
- f) Não assinar a Grade de Respostas.

7.1.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.1.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente

preenchida e assinada.

7.1.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências dos locais de aplicação das provas.

7.1.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.1.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.1.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.2 - Das provas práticas:

7.2.1 - As provas práticas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, com início às 13h30min. Para realização das provas práticas, os candidatos deverão comparecer no Centro de Eventos de Ascurra (Pavilhão Festa Per Tutti), sito à Rua Lucio Marchi, S/N, Bairro Tamanduá, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

7.2.2 - O candidato antes de realizar a prova prática, deverá assinar Termo de Responsabilidade Para Prova Prática (Anexo IV), assumindo integralmente a responsabilidade civil e criminal, assim como declarando estar ciente do dever de indenizar os danos morais e materiais causados a terceiros, inclusive ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Ascurra, em decorrência de atos decorrentes do manuseio, condução e operação dos veículos e / ou equipamentos, durante as provas práticas do referido Concurso Público.

7.2.3 - O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto e Comprovante de Inscrição. Quando exigir o cargo, a habilitação para dirigir veículo, máquina ou equipamento com o qual farão a prova prática, não se aceitando cópias mesmo que autenticadas e ou protocolos e trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

7.2.4 - Não será permitido ao candidato afastar-se do local definido para sua permanência, antes da realização da sua prova prática.

7.2.5 - Sob pena de eliminação do Concurso Público, é vedado aos candidatos:

7.2.5.1 - Durante a realização das provas práticas:

- a) A consulta a pessoas estranhas ao Concurso Público, ou a outros candidatos.
- b) O porte de aparelho de telefone celular ou qualquer outro equipamento de comunicação.
- c) Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal.
- d) Fumar no recinto onde o candidato aguarda a realização da sua prova prática.

7.2.5.2 - Após a realização da prova prática é vedado aos candidatos:

- a) Retornar ao local definido para espera da prova prática, comunicando-se com os candidatos que ainda não a efetuaram.
- b) Permanecer no local onde as provas práticas estão sendo realizadas.

7.2.6 - Durante a realização das provas práticas, o candidato poderá sair do local definido para sua permanência, somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

7.3 - Da prova de títulos:

7.3.1 - Para participar da prova de títulos o candidato deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Ascurra, Estado de Santa Catarina ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina até o último dia de inscrições, a cópia dos títulos a serem avaliados na prova de títulos. Os títulos deverão ser entregues através de cópia em envelope com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, juntamente com o Requerimento para Prova de Títulos (Anexo III) preenchido com a relação dos títulos entregues e assinado pelo candidato.

7.3.2 - Não serão aceitos títulos entregues por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.

7.3.3 - A cópia dos títulos deve estar em perfeitas condições de forma a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues, sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis serão desconsiderados.

7.3.4 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados conforme descrito nos Subitens 7.3.1 e 7.3.2.

7.3.5 - O candidato declara, para os fins de direito, que as cópias apresentadas são verdadeiras e está ciente que poderá, a qualquer momento, ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados. Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do Concurso Público sendo atribuída nota zero às provas eventualmente feitas, sem prejuízo das sanções legais.

7.3.6 - O candidato cujo diploma tenha sido expedido com nome diferente do que consta na inscrição, deverá anexar certidão de casamento ou cópia da sentença que modificou o seu nome, sob pena de não terem os pontos computados.

7.3.7 - Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei e se redigidos em língua estrangeira, acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

7.3.8 - Só serão pontuados os certificados ou diplomas de cursos de pós-graduação no cargo, para o qual o candidato se inscreveu ou em Educação, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal, acompanhados do Histórico Escolar.

7.3.9 - Não serão pontuados:

- a) Certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei.
- b) Os títulos não entregues no prazo e locais determinados.

- c) Títulos obtidos em cursos que não sejam no cargo para o qual o candidato está inscrito ou em Educação.
- d) Diplomas ou certificados de cursos de atualização com duração inferior a 20 horas.
- e) Diplomas ou certificados de cursos de atualização anteriores a 09 de agosto de 2006.
- f) Documentos cujo inteiro teor não possa ser lido e analisado.
- g) Os diplomas ou certificados em mais de um curso de pós-graduação, sendo pontuado apenas o de maior valor.

7.4 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.5 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

## 8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Especial do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo V, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas, na Prova de Títulos e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso,



ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo V do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

## 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os cargos, e terá caráter eliminatório e classificatório, exceto para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, que terá apenas caráter classificatório.

9.2 - A prova prática será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, e terá caráter eliminatório e classificatório. Serão considerados reprovados os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática.

9.3 - A prova de títulos será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física, e terá apenas caráter classificatório. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita com nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

9.4 - Para os cargos que exigem somente prova escrita, a nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.5 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova prática, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 4) + (NPP \times 6))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPP = Nota da prova prática.

9.6 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova de títulos, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 7) + (NPT \times 3))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPT = Nota da prova de títulos.

9.7 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.8 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco), exceto os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática, quando houver.

9.9 - A classificação no Concurso Público N.º 001/2011 gera para o

candidato apenas expectativas de direito à admissão para o cargo, de acordo com as necessidades.

9.10 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.11 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.12 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

## 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

a) Maior nota final na Prova Prática.

b) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Cargo.

c) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.

d) Maior número de acertos na prova de Matemática.

e) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.

f) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita ou prática, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

## 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

## 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011 será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

### 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Cargos.
- b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Requerimento para Prova de Títulos.
- d) Anexo IV - Termo de Responsabilidade para Prova Prática.
- e) Anexo V - Formulário de Recurso.
- f) Anexo VI - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- g) Anexo VII - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Cargos.
- h) Anexo VIII - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.

MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

### **Edital Concurso Publico 02-2011 Emprego Publico**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa Saúde Bucal - PSB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo de Apoio a saúde da Família - NASF do Município de Ascurra, de acordo com as Leis Complementares Nº 065/2006 e 096/2009 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

### 1 - DOS EMPREGOS

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária semanal, salário inicial e tipos de provas dos empregos públicos objetos do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os empregos públicos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa Saúde Bucal

- PSB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo de Apoio a saúde da Família - NASF do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados comporão lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do emprego.
- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Residir na área de abrangência da micro região em que atuar, desde a data da publicação do edital do concurso público para os candidatos ao emprego de Agente Comunitário de Saúde.
- i) Outros requisitos justificados pelas atribuições do emprego e ou estabelecidos em lei.

### 2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

### 3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja

mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- b) Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- c) Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- d) Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.
- e) Conferir atentamente os dados informados.
- f) Imprimir o Requerimento de Inscrição.
- g) Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do emprego público escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para os candidatos aos empregos públicos de Nível Superior.
- 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos empregos públicos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do emprego, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

- a) Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
- b) A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.
- c) O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses

imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e emprego.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada emprego público, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência é de até 5% (cinco por cento) por emprego, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do emprego.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego, o candidato não será admitido, por inaptidão para o

exercício da função ou emprego.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e emprego, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou emprego, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

## 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - Os servidores ocupantes dos empregos públicos objetos do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público estarão submetidos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

## 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

6.1 - O Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os empregos públicos.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Emprego, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Emprego	15	0,40	6,00

TOTAL	30	---	10,00
-------	----	-----	-------

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada emprego e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo IV deste Edital.

## 7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia).

7.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.7.

7.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.9 deste Edital.



7.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

- a) Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- b) Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- c) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- d) Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- e) Não assinar a Lista de Presença.
- f) Não assinar a Grade de Respostas.

7.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

7.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências dos locais de aplicação das provas.

7.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.20 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.21 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA

## RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo III, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo III do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

## 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os empregos públicos, e terá caráter eliminatório e classificatório.

9.2 - A nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.3 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.4 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

9.5 - A classificação no Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o emprego público, de acordo com as necessidades.

9.6 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.7 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.8 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

#### 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Emprego.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- e) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o emprego público para o qual se candidatou.

#### 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do emprego junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o emprego não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem

final de classificação para o respectivo emprego público.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do emprego, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

#### 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

#### 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Empregos Públicos.
- b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Formulário de Recurso.
- d) Anexo IV - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- e) Anexo V - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Empregos Públicos.
- f) Anexo VI - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

#### Edital de Concurso Publico 01-2011

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas nos níveis iniciais das categorias funcionais do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra, de acordo com a Lei Nº 649/1993 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Nº 14/1995 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

#### 1 - DOS CARGOS

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária semanal, salário inicial e tipos de provas dos cargos objetos do Concurso

Público N.º 001/2011, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os cargos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados compõem lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.
- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo e ou estabelecidos em lei.

## 2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º 001/2011 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

## 3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja

mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- b) Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- c) Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- d) Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.
- e) Conferir atentamente os dados informados.
- f) Imprimir o Requerimento de Inscrição.
- g) Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do cargo escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- R\$ 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Superior.
- R\$ 74,20 (setenta e quatro reais e vinte centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Médio.
- R\$ 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007 e Decreto Nº 2.259/2011, de 27 de maio de 2011, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

- a) Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
- b) A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.
- c) O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar

o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

#### 4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada cargo, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência é de até 5% (cinco por cento) por cargo, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal Nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à

compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 001/2011, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 001/2011.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

#### 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ascurra é o estatutário, conforme Lei Complementar Nº 14/1995, de 20 de abril de 1995 e suas posteriores alterações.

#### 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

6.1 - O Concurso Público N.º 001/2011 será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os cargos, de prova escrita e prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, e de prova escrita e de títulos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Cargo, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00



Conhecimentos Específicos do Cargo	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada cargo e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo VI deste Edital.

6.3 - As provas práticas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais.

6.3.1 - As tarefas a serem executadas e o tempo de duração da prova prática, para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, serão especificadas pelo Avaliador da Prova Prática no momento de aplicação da prova, que preencherá para cada candidato uma "Grade de Avaliação" que será preparada pela banca de elaboração e avaliação da Prova Prática.

6.3.2 - Durante a realização da Prova Prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão avaliados:

- Postura corporal durante execução da tarefa.
- Correto manuseio do veículo, máquina ou equipamento.
- Prática do disposto na Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações.
- Qualidade na execução da tarefa.
- Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo para o qual se inscreveu.

6.3.3 - As provas práticas para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão realizados nos seguintes veículos, máquinas ou equipamentos:

- Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Educação farão a prova prática em um Ônibus.
- Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em um Caminhão.
- Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social farão a prova prática em uma Ambulância.
- Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira e em uma Patrola.
- Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina em Geral, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira, uma Patrola e em uma Retroescavadeira.
- Os candidatos ao cargo de Operador de Trator de Pneus, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente farão a prova prática em um Trator de Pneus.

6.3.4 - As máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados nas provas práticas serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de Ascurra e deverão ser utilizados no estado em que se encontrarem.

6.3.5 - Os candidatos deverão tomar todas as precauções capazes de assegurar a sua segurança pessoal e do avaliador durante a operação segura dos veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais colocados ao seu dispor, dos quais declaram conhecer o funcionamento e operação.

6.3.6 - Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador e ou ao veículo, máquina ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

6.3.7 - As avaliações das Provas Práticas serão feitas por profissional habilitado, com experiência na área, contratado pela empresa responsável pela execução do Concurso Público, que preencherá, para cada candidato uma ficha de avaliação.

6.4 - As provas de títulos serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais sendo constituída pela análise e pontuação de certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, com somatório de duração dos cursos mínima ou superior a 20 horas realizados em período posterior a 09 de agosto de 2006; e certificados ou diplomas de curso de pós-graduação, conforme segue:

6.4.1 - Certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos superior a 201 horas.	5,00	5,00
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 101 a 200 horas.	3,50	
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 20 a 100 horas.	2,00	

6.4.2 - Certificados ou diplomas de curso de pós-graduação:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NÚMERO MÁXIMO DE TÍTULOS	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Doutorado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	5,00	01	5,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Mestrado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	3,50	01	

Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, em nível de especialização Lato Sensu, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	2,00	01	
--	------	----	--

6.4.3 - Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma de curso de pós-graduação só será pontuado o de maior valor.

6.4.4 - A nota final da prova de títulos será a soma da nota dos certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização mais a nota dos certificados ou diplomas de curso de pós-graduação.

## 7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

### 7.1 - Das provas escritas:

7.1.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.1.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei Nº 9.503/97, com fotografia).

7.1.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.1.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.1.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.1.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.1.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.1.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.1.7.

7.1.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.1.9 deste Edital.

7.1.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.1.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

- Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- Não assinar a Lista de Presença.
- Não assinar a Grade de Respostas.

7.1.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.1.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

7.1.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências dos locais de aplicação das provas.

7.1.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.1.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.1.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

### 7.2 - Das provas práticas:

7.2.1 - As provas práticas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, com início às 13h30min. Para realização das provas práticas, os candidatos deverão comparecer no Centro de Eventos de Ascurra (Pavilhão Festa Per Tutti), sito à Rua Lucio Marchi, S/N, Bairro Tamanduá, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

7.2.2 - O candidato antes de realizar a prova prática, deverá assinar Termo de Responsabilidade Para Prova Prática (Anexo IV), assumindo integralmente a responsabilidade civil e criminal, assim como declarando estar ciente do dever de indenizar os danos morais e materiais causados a terceiros, inclusive ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Acurra, em decorrência de atos decorrentes do manuseio, condução e operação dos veículos e / ou equipamentos, durante as provas práticas do referido Concurso Público.

7.2.3 - O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto e Comprovante de Inscrição. Quando exigir o cargo, a habilitação para dirigir veículo, máquina ou equipamento com o qual farão a prova prática, não se aceitando cópias mesmo que autenticadas e ou protocolos e trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

7.2.4 - Não será permitido ao candidato afastar-se do local definido para sua permanência, antes da realização da sua prova prática.

7.2.5 - Sob pena de eliminação do Concurso Público, é vedado aos candidatos:

7.2.5.1 - Durante a realização das provas práticas:

- a) A consulta a pessoas estranhas ao Concurso Público, ou a outros candidatos.
- b) O porte de aparelho de telefone celular ou qualquer outro equipamento de comunicação.
- c) Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal.
- d) Fumar no recinto onde o candidato aguarda a realização da sua prova prática.

7.2.5.2 - Após a realização da prova prática é vedado aos candidatos:

- a) Retornar ao local definido para espera da prova prática, comunicando-se com os candidatos que ainda não a efetuaram.
- b) Permanecer no local onde as provas práticas estão sendo realizadas.

7.2.6 - Durante a realização das provas práticas, o candidato poderá sair do local definido para sua permanência, somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

7.3 - Da prova de títulos:

7.3.1 - Para participar da prova de títulos o candidato deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Acurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Acurra, Estado de Santa Catarina ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina até o último dia de inscrições, a cópia dos títulos a serem avaliados na prova de títulos. Os títulos deverão ser entregues através de cópia em envelope com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, juntamente com o Requerimento para Prova de Títulos (Anexo III) preenchido com a relação dos títulos entregues e assinado pelo candidato.

7.3.2 - Não serão aceitos títulos entregues por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.

7.3.3 - A cópia dos títulos deve estar em perfeitas condições de forma a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues, sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis serão desconsiderados.

7.3.4 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados conforme descrito nos Subitens 7.3.1 e 7.3.2.

7.3.5 - O candidato declara, para os fins de direito, que as cópias apresentadas são verdadeiras e está ciente que poderá, a qualquer momento, ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados. Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do Concurso Público sendo atribuída nota zero às provas eventualmente feitas, sem prejuízo das sanções legais.

7.3.6 - O candidato cujo diploma tenha sido expedido com nome diferente do que consta na inscrição, deverá anexar certidão de casamento ou cópia da sentença que modificou o seu nome, sob pena de não terem os pontos computados.

7.3.7 - Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei e se redigidos em língua estrangeira, acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

7.3.8 - Só serão pontuados os certificados ou diplomas de cursos de pós-graduação no cargo, para o qual o candidato se inscreveu ou em Educação, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal, acompanhados do Histórico Escolar.

7.3.9 - Não serão pontuados:

- a) Certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei.
- b) Os títulos não entregues no prazo e locais determinados.
- c) Títulos obtidos em cursos que não sejam no cargo para o qual o candidato está inscrito ou em Educação.
- d) Diplomas ou certificados de cursos de atualização com duração inferior a 20 horas.
- e) Diplomas ou certificados de cursos de atualização anteriores a 09 de agosto de 2006.
- f) Documentos cujo inteiro teor não possa ser lido e analisado.
- g) Os diplomas ou certificados em mais de um curso de pós-graduação, sendo pontuado apenas o de maior valor.

7.4 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.5 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso



Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Especial do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo V, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas, na Prova de Títulos e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo V do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

## 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os cargos, e terá caráter eliminatório e classificatório, exceto para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, que terá apenas caráter classificatório.

9.2 - A prova prática será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, e terá caráter eliminatório e classificatório. Serão considerados reprovados os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática.

9.3 - A prova de títulos será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física, e terá apenas caráter classificatório. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita com nota igual

ou superior a 5,00 (cinco).

9.4 - Para os cargos que exigem somente prova escrita, a nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.5 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova prática, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 4) + (NPP \times 6))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPP = Nota da prova prática.

9.6 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova de títulos, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 7) + (NPT \times 3))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPT = Nota da prova de títulos.

9.7 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.8 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco), exceto os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática, quando houver.

9.9 - A classificação no Concurso Público N.º 001/2011 gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o cargo, de acordo com as necessidades.

9.10 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.11 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.12 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

## 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

a) Maior nota final na Prova Prática.



- b) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Cargo.
- c) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.
- d) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- e) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- f) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita ou prática, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

#### 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

#### 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011 será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

#### 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Cargos.
- b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Requerimento para Prova de Títulos.
- d) Anexo IV - Termo de Responsabilidade para Prova Prática.
- e) Anexo V - Formulário de Recurso.
- f) Anexo VI - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- g) Anexo VII - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Cargos.
- h) Anexo VIII - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

#### **Edital de Concurso Público 01-2011**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas nos níveis iniciais das categorias funcionais do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra, de acordo com a Lei Nº 649/1993 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Nº 14/1995 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

#### 1 - DOS CARGOS

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária semanal, salário inicial e tipos de provas dos cargos objetos do Concurso Público N.º 001/2011, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os cargos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados compõem lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.
- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo e ou estabelecidos em lei.

#### 2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º 001/2011 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

#### 3 - DA INSCRIÇÃO



3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- b) Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- c) Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- d) Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.
- e) Conferir atentamente os dados informados.
- f) Imprimir o Requerimento de Inscrição.
- g) Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do cargo escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- R\$ 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Superior.
- R\$ 74,20 (setenta e quatro reais e vinte centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Médio.
- R\$ 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007 e Decreto Nº 2.259/2011, de 27 de maio de 2011, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

- a) Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
- b) A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.
- c) O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

#### 4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada cargo, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência é de até 5% (cinco por cento) por cargo, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal Nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 001/2011, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 001/2011.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

#### 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ascurra é o estatutário, conforme Lei Complementar

Nº 14/1995, de 20 de abril de 1995 e suas posteriores alterações.

#### 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

6.1 - O Concurso Público N.º 001/2011 será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os cargos, de prova escrita e prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, e de prova escrita e de títulos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Cargo, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Cargo	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada cargo e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo VI deste Edital.

6.3 - As provas práticas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais.

6.3.1 - As tarefas a serem executadas e o tempo de duração da prova prática, para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, serão especificadas pelo Avaliador da Prova Prática no momento de aplicação da prova, que preencherá para cada candidato uma "Grade de Avaliação" que será preparada pela banca de elaboração e avaliação da Prova Prática.

6.3.2 - Durante a realização da Prova Prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão avaliados:

- Postura corporal durante execução da tarefa.
- Correto manuseio do veículo, máquina ou equipamento.
- Prática do disposto na Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações.
- Qualidade na execução da tarefa.
- Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo para o qual se inscreveu.

6.3.3 - As provas práticas para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão realizados nos seguintes veículos, máquinas ou equipamentos:



- a) Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Educação farão a prova prática em um Ônibus.
- b) Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em um Caminhão.
- c) Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social farão a prova prática em uma Ambulância.
- d) Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira e em uma Patrola.
- e) Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina em Geral, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira, uma Patrola e em uma Retroescavadeira.
- f) Os candidatos ao cargo de Operador de Trator de Pneu, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente farão a prova prática em um Trator de Pneu.

6.3.4 - As máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados nas provas práticas serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de Ascurra e deverão ser utilizados no estado em que se encontrarem.

6.3.5 - Os candidatos deverão tomar todas as precauções capazes de assegurar a sua segurança pessoal e do avaliador durante a operação segura dos veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais colocados ao seu dispor, dos quais declaram conhecer o funcionamento e operação.

6.3.6 - Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliador, avaliador e ou ao veículo, máquina ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

6.3.7 - As avaliações das Provas Práticas serão feitas por profissional habilitado, com experiência na área, contratado pela empresa responsável pela execução do Concurso Público, que preencherá, para cada candidato uma ficha de avaliação.

6.4 - As provas de títulos serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais sendo constituída pela análise e pontuação de certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, com somatório de duração dos cursos mínima ou superior a 20 horas realizados em período posterior a 09 de agosto de 2006; e certificados ou diplomas de curso de pós-graduação, conforme segue:

6.4.1 - Certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos superior a 201 horas.	5,00	5,00

Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 101 a 200 horas.	3,50	
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 20 a 100 horas.	2,00	

#### 6.4.2 - Certificados ou diplomas de curso de pós-graduação:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NÚMERO MÁXIMO DE TÍTULOS	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Doutorado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	5,00	01	5,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Mestrado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	3,50	01	
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, em nível de especialização Lato Sensu, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	2,00	01	

6.4.3 - Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma de curso de pós-graduação só será pontuado o de maior valor.

6.4.4 - A nota final da prova de títulos será a soma da nota dos certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização mais a nota dos certificados ou diplomas de curso de pós-graduação.

### 7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

#### 7.1 - Das provas escritas:

7.1.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.1.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei Nº 9.503/97, com fotografia).



7.1.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.1.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.1.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.1.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.1.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.1.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.1.7.

7.1.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.1.9 deste Edital.

7.1.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.1.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

- a) Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- b) Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- c) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- d) Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- e) Não assinar a Lista de Presença.
- f) Não assinar a Grade de Respostas.

7.1.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.1.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

7.1.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas

dependências dos locais de aplicação das provas.

7.1.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.1.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.1.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.2 - Das provas práticas:

7.2.1 - As provas práticas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, com início às 13h30min. Para realização das provas práticas, os candidatos deverão comparecer no Centro de Eventos de Ascurra (Pavilhão Festa Per Tutti), sito à Rua Lucio Marchi, S/N, Bairro Tamanduá, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

7.2.2 - O candidato antes de realizar a prova prática, deverá assinar Termo de Responsabilidade Para Prova Prática (Anexo IV), assumindo integralmente a responsabilidade civil e criminal, assim como declarando estar ciente do dever de indenizar os danos morais e materiais causados a terceiros, inclusive ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Ascurra, em decorrência de atos decorrentes do manuseio, condução e operação dos veículos e / ou equipamentos, durante as provas práticas do referido Concurso Público.

7.2.3 - O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto e Comprovante de Inscrição. Quando exigir o cargo, a habilitação para dirigir veículo, máquina ou equipamento com o qual farão a prova prática, não se aceitando cópias mesmo que autenticadas e ou protocolos e trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

7.2.4 - Não será permitido ao candidato afastar-se do local definido para sua permanência, antes da realização da sua prova prática.

7.2.5 - Sob pena de eliminação do Concurso Público, é vedado aos candidatos:

7.2.5.1 - Durante a realização das provas práticas:

- a) A consulta a pessoas estranhas ao Concurso Público, ou a outros candidatos.
- b) O porte de aparelho de telefone celular ou qualquer outro equipamento de comunicação.
- c) Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal.
- d) Fumar no recinto onde o candidato aguarda a realização da sua prova prática.

7.2.5.2 - Após a realização da prova prática é vedado aos candidatos:

- a) Retornar ao local definido para espera da prova prática, comunicando-se com os candidatos que ainda não a efetuaram.
- b) Permanecer no local onde as provas práticas estão sendo realizadas.

7.2.6 - Durante a realização das provas práticas, o candidato poderá sair do local definido para sua permanência, somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

### 7.3 - Da prova de títulos:

7.3.1 - Para participar da prova de títulos o candidato deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Ascurra, Estado de Santa Catarina ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina até o último dia de inscrições, a cópia dos títulos a serem avaliados na prova de títulos. Os títulos deverão ser entregues através de cópia em envelope com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, juntamente com o Requerimento para Prova de Títulos (Anexo III) preenchido com a relação dos títulos entregues e assinado pelo candidato.

7.3.2 - Não serão aceitos títulos entregues por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.

7.3.3 - A cópia dos títulos deve estar em perfeitas condições de forma a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues, sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis serão desconsiderados.

7.3.4 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados conforme descrito nos Subitens 7.3.1 e 7.3.2.

7.3.5 - O candidato declara, para os fins de direito, que as cópias apresentadas são verdadeiras e está ciente que poderá, a qualquer momento, ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados. Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do Concurso Público sendo atribuída nota zero às provas eventualmente feitas, sem prejuízo das sanções legais.

7.3.6 - O candidato cujo diploma tenha sido expedido com nome diferente do que consta na inscrição, deverá anexar certidão de casamento ou cópia da sentença que modificou o seu nome, sob pena de não terem os pontos computados.

7.3.7 - Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei e se redigidos em língua estrangeira, acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

7.3.8 - Só serão pontuados os certificados ou diplomas de cursos de pós-graduação no cargo, para o qual o candidato se inscreveu ou em Educação, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal, acompanhados do Histórico Escolar.

7.3.9 - Não serão pontuados:

- a) Certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei.
- b) Os títulos não entregues no prazo e locais determinados.
- c) Títulos obtidos em cursos que não sejam no cargo para a qual o candidato está inscrito ou em Educação.
- d) Diplomas ou certificados de cursos de atualização com duração inferior a 20 horas.

- e) Diplomas ou certificados de cursos de atualização anteriores a 09 de agosto de 2006.
- f) Documentos cujo inteiro teor não possa ser lido e analisado.
- g) Os diplomas ou certificados em mais de um curso de pós-graduação, sendo pontuado apenas o de maior valor.

7.4 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.5 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

### 8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Especial do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo V, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas, na Prova de Títulos e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo V do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

## 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os cargos, e terá caráter eliminatório e classificatório, exceto para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, que terá apenas caráter classificatório.

9.2 - A prova prática será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, e terá caráter eliminatório e classificatório. Serão considerados reprovados os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática.

9.3 - A prova de títulos será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física, e terá apenas caráter classificatório. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita com nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

9.4 - Para os cargos que exigem somente prova escrita, a nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.5 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova prática, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 4) + (NPP \times 2))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPP = Nota da prova prática.

9.6 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova de títulos, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 7) + (NPT \times 3))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPT = Nota da prova de títulos.

9.7 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.8 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco), exceto os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática, quando houver.

9.9 - A classificação no Concurso Público N.º 001/2011 gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o cargo, de acordo com as necessidades.

9.10 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação,

sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.11 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.12 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

## 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

a) Maior nota final na Prova Prática.

b) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Cargo.

c) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.

d) Maior número de acertos na prova de Matemática.

e) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.

f) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita ou prática, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

## 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

## 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011 será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Cargos.
- b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Requerimento para Prova de Títulos.
- d) Anexo IV - Termo de Responsabilidade para Prova Prática.
- e) Anexo V - Formulário de Recurso.
- f) Anexo VI - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- g) Anexo VII - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Cargos.
- h) Anexo VIII - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

### **Editais de Concurso Público 01-2011** EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas nos níveis iniciais das categorias funcionais do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra, de acordo com a Lei Nº 649/1993 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Nº 14/1995 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

## 1 - DOS CARGOS

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária semanal, salário inicial e tipos de provas dos cargos objetos do Concurso Público N.º 001/2011, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os cargos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados compõem lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.
- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo e ou estabelecidos em lei.

## 2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º 001/2011 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

## 3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- b) Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- c) Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- d) Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.



e) Conferir atentamente os dados informados.

f) Imprimir o Requerimento de Inscrição.

g) Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do cargo escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- R\$ 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Superior.

- R\$ 74,20 (setenta e quatro reais e vinte centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Médio.

- R\$ 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetivado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007 e Decreto Nº 2.259/2011, de 27 de maio de 2011, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

a) Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

b) A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.

c) O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de

Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

#### 4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada cargo, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência é de até 5% (cinco por cento) por cargo, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal Nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 001/2011, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento

diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 001/2011.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

## 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ascurra é o estatutário, conforme Lei Complementar Nº 14/1995, de 20 de abril de 1995 e suas posteriores alterações.

## 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

6.1 - O Concurso Público N.º 001/2011 será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os cargos, de prova escrita e prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, e de prova escrita e de títulos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Cargo, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Cargo	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada cargo e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo VI deste Edital.

6.3 - As provas práticas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais.

6.3.1 - As tarefas a serem executadas e o tempo de duração da prova prática, para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, serão especificadas pelo Avaliador da Prova Prática no momento de aplicação da prova, que preencherá para cada candidato uma "Grade de Avaliação" que será preparada pela banca de elaboração e avaliação da Prova Prática.

6.3.2 - Durante a realização da Prova Prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão avaliados:

- a) Postura corporal durante execução da tarefa.
- b) Correto manuseio do veículo, máquina ou equipamento.
- c) Prática do disposto na Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações.
- d) Qualidade na execução da tarefa.
- e) Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo para o qual se inscreveu.

6.3.3 - As provas práticas para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão realizados nos seguintes veículos, máquinas ou equipamentos:

- a) Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Educação farão a prova prática em um Ônibus.
- b) Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em um Caminhão.
- c) Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social farão a prova prática em uma Ambulância.
- d) Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira e em uma Patrola.
- e) Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina em Geral, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira, uma Patrola e em uma Retroescavadeira.
- f) Os candidatos ao cargo de Operador de Trator de Pneus, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente farão a prova prática em um Trator de Pneus.

6.3.4 - As máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados nas provas práticas serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de Ascurra e deverão ser utilizados no estado em que se encontrarem.

6.3.5 - Os candidatos deverão tomar todas as precauções capazes de assegurar a sua segurança pessoal e do avaliador durante a operação segura dos veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais colocados ao seu dispor, dos quais declaram conhecer o funcionamento e operação.

6.3.6 - Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador e ou ao veículo, máquina ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

6.3.7 - As avaliações das Provas Práticas serão feitas por profissional habilitado, com experiência na área, contratado pela empresa

responsável pela execução do Concurso Público, que preencherá, para cada candidato uma ficha de avaliação.

6.4 - As provas de títulos serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais sendo constituída pela análise e pontuação de certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, com somatório de duração dos cursos mínima ou superior a 20 horas realizados em período posterior a 09 de agosto de 2006; e certificados ou diplomas de curso de pós-graduação, conforme segue:

6.4.1 - Certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos superior a 201 horas.	5,00	5,00
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 101 a 200 horas.	3,50	
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 20 a 100 horas.	2,00	

6.4.2 - Certificados ou diplomas de curso de pós-graduação:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NÚMERO MÁXIMO DE TÍTULOS	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Doutorado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	5,00	01	5,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Mestrado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	3,50	01	
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, em nível de especialização Lato Sensu, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	2,00	01	

6.4.3 - Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma de curso de pós-graduação só será pontuado o de maior valor.

6.4.4 - A nota final da prova de títulos será a soma da nota dos

certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização mais a nota dos certificados ou diplomas de curso de pós-graduação.

## 7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - Das provas escritas:

7.1.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.1.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei Nº 9.503/97, com fotografia).

7.1.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.1.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.1.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.1.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.1.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.1.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.1.7.

7.1.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.1.9 deste Edital.

7.1.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.1.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que

durante a realização da prova:

- a) Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- b) Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- c) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- d) Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- e) Não assinar a Lista de Presença.
- f) Não assinar a Grade de Respostas.

7.1.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.1.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

7.1.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências dos locais de aplicação das provas.

7.1.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.1.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.1.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

## 7.2 - Das provas práticas:

7.2.1 - As provas práticas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, com início às 13h30min. Para realização das provas práticas, os candidatos deverão comparecer no Centro de Eventos de Ascurra (Pavilhão Festa Per Tutti), sito à Rua Lucio Marchi, S/N, Bairro Tamanduá, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

7.2.2 - O candidato antes de realizar a prova prática, deverá assinar Termo de Responsabilidade Para Prova Prática (Anexo IV), assumindo integralmente a responsabilidade civil e criminal, assim como declarando estar ciente do dever de indenizar os danos morais e materiais causados a terceiros, inclusive ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Ascurra, em decorrência de atos decorrentes do manuseio, condução e operação dos veículos e / ou equipamentos, durante as provas práticas do referido Concurso Público.

7.2.3 - O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para

o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto e Comprovante de Inscrição. Quando exigir o cargo, a habilitação para dirigir veículo, máquina ou equipamento com o qual farão a prova prática, não se aceitando cópias mesmo que autenticadas e ou protocolos e trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

7.2.4 - Não será permitido ao candidato afastar-se do local definido para sua permanência, antes da realização da sua prova prática.

7.2.5 - Sob pena de eliminação do Concurso Público, é vedado aos candidatos:

### 7.2.5.1 - Durante a realização das provas práticas:

- a) A consulta a pessoas estranhas ao Concurso Público, ou a outros candidatos.
- b) O porte de aparelho de telefone celular ou qualquer outro equipamento de comunicação.
- c) Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal.
- d) Fumar no recinto onde o candidato aguarda a realização da sua prova prática.

7.2.5.2 - Após a realização da prova prática é vedado aos candidatos:

- a) Retornar ao local definido para espera da prova prática, comunicando-se com os candidatos que ainda não a efetuaram.
- b) Permanecer no local onde as provas práticas estão sendo realizadas.

7.2.6 - Durante a realização das provas práticas, o candidato poderá sair do local definido para sua permanência, somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

## 7.3 - Da prova de títulos:

7.3.1 - Para participar da prova de títulos o candidato deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Ascurra, Estado de Santa Catarina ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina até o último dia de inscrições, a cópia dos títulos a serem avaliados na prova de títulos. Os títulos deverão ser entregues através de cópia em envelope com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, juntamente com o Requerimento para Prova de Títulos (Anexo III) preenchido com a relação dos títulos entregues e assinado pelo candidato.

7.3.2 - Não serão aceitos títulos entregues por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.

7.3.3 - A cópia dos títulos deve estar em perfeitas condições de forma a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues, sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis serão desconsiderados.

7.3.4 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados conforme descrito nos Subitens 7.3.1 e 7.3.2.

7.3.5 - O candidato declara, para os fins de direito, que as cópias apresentadas são verdadeiras e está ciente que poderá, a qualquer momento, ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados. Ocorrendo qualquer divergência entre



o documento apresentado e o original o candidato será excluído do Concurso Público sendo atribuída nota zero às provas eventualmente feitas, sem prejuízo das sanções legais.

7.3.6 - O candidato cujo diploma tenha sido expedido com nome diferente do que consta na inscrição, deverá anexar certidão de casamento ou cópia da sentença que modificou o seu nome, sob pena de não terem os pontos computados.

7.3.7 - Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei e se redigidos em língua estrangeira, acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

7.3.8 - Só serão pontuados os certificados ou diplomas de cursos de pós-graduação no cargo, para o qual o candidato se inscreveu ou em Educação, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal, acompanhados do Histórico Escolar.

7.3.9 - Não serão pontuados:

- a) Certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei.
- b) Os títulos não entregues no prazo e locais determinados.
- c) Títulos obtidos em cursos que não sejam no cargo para o qual o candidato está inscrito ou em Educação.
- d) Diplomas ou certificados de cursos de atualização com duração inferior a 20 horas.
- e) Diplomas ou certificados de cursos de atualização anteriores a 09 de agosto de 2006.
- f) Documentos cujo inteiro teor não possa ser lido e analisado.
- g) Os diplomas ou certificados em mais de um curso de pós-graduação, sendo pontuado apenas o de maior valor.

7.4 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.5 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

## 8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Especial do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo V, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas, na Prova de Títulos e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo V do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

## 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os cargos, e terá caráter eliminatório e classificatório, exceto para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, que terá apenas caráter classificatório.

9.2 - A prova prática será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, e terá caráter eliminatório e classificatório. Serão considerados reprovados os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática.

9.3 - A prova de títulos será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física, e terá apenas caráter classificatório. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita com nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

9.4 - Para os cargos que exigem somente prova escrita, a nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.5 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova prática, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:  
$$NF = ((NPE \times 4) + (NPP \times 6))$$

10

Onde:

NF = Nota final.  
NPE = Nota da prova escrita.  
NPP = Nota da prova prática.

9.6 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova de títulos, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 7) + (NPT \times 3))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPT = Nota da prova de títulos.

9.7 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.8 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco), exceto os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática, quando houver.

9.9 - A classificação no Concurso Público N.º 001/2011 gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o cargo, de acordo com as necessidades.

9.10 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.11 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.12 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

#### 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- Maior nota final na Prova Prática.
- Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Cargo.
- Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.
- Maior número de acertos na prova de Matemática.
- Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita ou prática, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

#### 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

#### 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011 será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

#### 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I - Cargos.
- Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Provas.
- Anexo III - Requerimento para Prova de Títulos.
- Anexo IV - Termo de Responsabilidade para Prova Prática.
- Anexo V - Formulário de Recurso.
- Anexo VI - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- Anexo VII - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Cargos.
- Anexo VIII - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

#### **Edital de Concurso Público 01-2011**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público,



destinado ao preenchimento de vagas nos níveis iniciais das categorias funcionais do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra, de acordo com a Lei Nº 649/1993 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Nº 14/1995 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

## 1 - DOS CARGOS

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária semanal, salário inicial e tipos de provas dos cargos objetos do Concurso Público N.º 001/2011, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os cargos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados comporão lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.
- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo e ou estabelecidos em lei.

## 2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º 001/2011 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

## 3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do

dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- b) Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- c) Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- d) Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.
- e) Conferir atentamente os dados informados.
- f) Imprimir o Requerimento de Inscrição.
- g) Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do cargo escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- R\$ 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Superior.
- R\$ 74,20 (setenta e quatro reais e vinte centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Médio.
- R\$ 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007 e Decreto Nº 2.259/2011, de 27 de maio de 2011, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

a) Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

b) A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.

c) O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

#### 4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada cargo, não

haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência é de até 5% (cinco por cento) por cargo, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal Nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 001/2011, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 001/2011.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

#### 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ascurra é o estatutário, conforme Lei Complementar Nº 14/1995, de 20 de abril de 1995 e suas posteriores alterações.

#### 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

6.1 - O Concurso Público N.º 001/2011 será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os cargos, de prova escrita e prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de



Trator de Pneus, e de prova escrita e de títulos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Cargo, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Cargo	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada cargo e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo VI deste Edital.

6.3 - As provas práticas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais.

6.3.1 - As tarefas a serem executadas e o tempo de duração da prova prática, para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, serão especificadas pelo Avaliador da Prova Prática no momento de aplicação da prova, que preencherá para cada candidato uma "Grade de Avaliação" que será preparada pela banca de elaboração e avaliação da Prova Prática.

6.3.2 - Durante a realização da Prova Prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão avaliados:

- Postura corporal durante execução da tarefa.
- Correto manuseio do veículo, máquina ou equipamento.
- Prática do disposto na Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações.
- Qualidade na execução da tarefa.
- Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo para o qual se inscreveu.

6.3.3 - As provas práticas para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão realizados nos seguintes veículos, máquinas ou equipamentos:

- Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Educação farão a prova prática em um Ônibus.
- Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em um Caminhão.
- Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social farão a prova prática em uma

Ambulância.

d) Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira e em uma Patrola.

e) Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina em Geral, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira, uma Patrola e em uma Retroescavadeira.

f) Os candidatos ao cargo de Operador de Trator de Pneus, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente farão a prova prática em um Trator de Pneus.

6.3.4 - As máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados nas provas práticas serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de Ascurra e deverão ser utilizados no estado em que se encontrarem.

6.3.5 - Os candidatos deverão tomar todas as precauções capazes de assegurar a sua segurança pessoal e do avaliador durante a operação segura dos veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais colocados ao seu dispor, dos quais declaram conhecer o funcionamento e operação.

6.3.6 - Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador e ou ao veículo, máquina ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

6.3.7 - As avaliações das Provas Práticas serão feitas por profissional habilitado, com experiência na área, contratado pela empresa responsável pela execução do Concurso Público, que preencherá, para cada candidato uma ficha de avaliação.

6.4 - As provas de títulos serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais sendo constituída pela análise e pontuação de certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, com somatório de duração dos cursos mínima ou superior a 20 horas realizados em período posterior a 09 de agosto de 2006; e certificados ou diplomas de curso de pós-graduação, conforme segue:

6.4.1 - Certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos superior a 201 horas.	5,00	5,00
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 101 a 200 horas.	3,50	
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 20 a 100 horas.	2,00	

**6.4.2 - Certificados ou diplomas de curso de pós-graduação:**

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NÚMERO MÁXIMO DE TÍTULOS	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Doutorado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	5,00	01	5,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Mestrado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	3,50	01	
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, em nível de especialização Lato Sensu, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	2,00	01	

6.4.3 - Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma de curso de pós-graduação só será pontuado o de maior valor.

6.4.4 - A nota final da prova de títulos será a soma da nota dos certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização mais a nota dos certificados ou diplomas de curso de pós-graduação.

**7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS****7.1 - Das provas escritas:**

7.1.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.1.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei Nº 9.503/97, com fotografia).

7.1.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.1.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.1.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.1.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros

aparelhos eletrônicos ou similares.

7.1.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.1.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.1.7.

7.1.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.1.9 deste Edital.

7.1.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.1.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

- Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- Não assinar a Lista de Presença.
- Não assinar a Grade de Respostas.

7.1.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.1.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

7.1.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências dos locais de aplicação das provas.

7.1.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.1.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos

na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.1.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

## 7.2 - Das provas práticas:

7.2.1 - As provas práticas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, com início às 13h30min. Para realização das provas práticas, os candidatos deverão comparecer no Centro de Eventos de Ascurra (Pavilhão Festa Per Tutti), sito à Rua Lucio Marchi, S/N, Bairro Tamanduá, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

7.2.2 - O candidato antes de realizar a prova prática, deverá assinar Termo de Responsabilidade Para Prova Prática (Anexo IV), assumindo integralmente a responsabilidade civil e criminal, assim como declarando estar ciente do dever de indenizar os danos morais e materiais causados a terceiros, inclusive ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Ascurra, em decorrência de atos decorrentes do manuseio, condução e operação dos veículos e / ou equipamentos, durante as provas práticas do referido Concurso Público.

7.2.3 - O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto e Comprovante de Inscrição. Quando exigir o cargo, a habilitação para dirigir veículo, máquina ou equipamento com o qual farão a prova prática, não se aceitando cópias mesmo que autenticadas e ou protocolos e trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

7.2.4 - Não será permitido ao candidato afastar-se do local definido para sua permanência, antes da realização da sua prova prática.

7.2.5 - Sob pena de eliminação do Concurso Público, é vedado aos candidatos:

7.2.5.1 - Durante a realização das provas práticas:

- a) A consulta a pessoas estranhas ao Concurso Público, ou a outros candidatos.
- b) O porte de aparelho de telefone celular ou qualquer outro equipamento de comunicação.
- c) Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal.
- d) Fumar no recinto onde o candidato aguarda a realização da sua prova prática.

7.2.5.2 - Após a realização da prova prática é vedado aos candidatos:

- a) Retornar ao local definido para espera da prova prática, comunicando-se com os candidatos que ainda não a efetuaram.
- b) Permanecer no local onde as provas práticas estão sendo realizadas.

7.2.6 - Durante a realização das provas práticas, o candidato poderá sair do local definido para sua permanência, somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

## 7.3 - Da prova de títulos:

7.3.1 - Para participar da prova de títulos o candidato deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin

Constant, 221, Centro, Ascurra, Estado de Santa Catarina ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina até o último dia de inscrições, a cópia dos títulos a serem avaliados na prova de títulos. Os títulos deverão ser entregues através de cópia em envelope com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, juntamente com o Requerimento para Prova de Títulos (Anexo III) preenchido com a relação dos títulos entregues e assinado pelo candidato.

7.3.2 - Não serão aceitos títulos entregues por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.

7.3.3 - A cópia dos títulos deve estar em perfeitas condições de forma a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues, sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis serão desconsiderados.

7.3.4 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados conforme descrito nos Subitens 7.3.1 e 7.3.2.

7.3.5 - O candidato declara, para os fins de direito, que as cópias apresentadas são verdadeiras e está ciente que poderá, a qualquer momento, ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados. Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do Concurso Público sendo atribuída nota zero às provas eventualmente feitas, sem prejuízo das sanções legais.

7.3.6 - O candidato cujo diploma tenha sido expedido com nome diferente do que consta na inscrição, deverá anexar certidão de casamento ou cópia da sentença que modificou o seu nome, sob pena de não terem os pontos computados.

7.3.7 - Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei e se redigidos em língua estrangeira, acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

7.3.8 - Só serão pontuados os certificados ou diplomas de cursos de pós-graduação no cargo, para o qual o candidato se inscreveu ou em Educação, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal, acompanhados do Histórico Escolar.

7.3.9 - Não serão pontuados:

- a) Certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei.
- b) Os títulos não entregues no prazo e locais determinados.
- c) Títulos obtidos em cursos que não sejam no cargo para o qual o candidato está inscrito ou em Educação.
- d) Diplomas ou certificados de cursos de atualização com duração inferior a 20 horas.
- e) Diplomas ou certificados de cursos de atualização anteriores a 09 de agosto de 2006.
- f) Documentos cujo inteiro teor não possa ser lido e analisado.
- g) Os diplomas ou certificados em mais de um curso de pós-graduação, sendo pontuado apenas o de maior valor.

7.4 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.5 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos

mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

## 8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Especial do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo V, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas, na Prova de Títulos e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo V do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

## 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os cargos, e terá caráter eliminatório e classificatório, exceto para os cargos de Motorista, Operador de Máquina

Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, que terá apenas caráter classificatório.

9.2 - A prova prática será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, e terá caráter eliminatório e classificatório. Serão considerados reprovados os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática.

9.3 - A prova de títulos será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física, e terá apenas caráter classificatório. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita com nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

9.4 - Para os cargos que exigem somente prova escrita, a nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.5 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova prática, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 4) + (NPP \times 6))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPP = Nota da prova prática.

9.6 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova de títulos, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 7) + (NPT \times 3))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPT = Nota da prova de títulos.

9.7 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.8 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco), exceto os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática, quando houver.

9.9 - A classificação no Concurso Público N.º 001/2011 gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o cargo, de acordo com as necessidades.

9.10 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.11 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.12 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

## 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final,



serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior nota final na Prova Prática.
- b) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Cargo.
- c) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.
- d) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- e) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- f) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita ou prática, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

## 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

## 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011 será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade

do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Cargos.
- b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Requerimento para Prova de Títulos.
- d) Anexo IV - Termo de Responsabilidade para Prova Prática.
- e) Anexo V - Formulário de Recurso.
- f) Anexo VI - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- g) Anexo VII - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Cargos.
- h) Anexo VIII - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

## Edital de Concurso Público 01-2011

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas nos níveis iniciais das categorias funcionais do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra, de acordo com a Lei Nº 649/1993 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Nº 14/1995 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

## 1 - DOS CARGOS

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária semanal, salário inicial e tipos de provas dos cargos objetos do Concurso Público N.º 001/2011, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os cargos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados compõem lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.
- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo e ou estabelecidos em lei.

## 2 - DA DIVULGAÇÃO



2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º 001/2011 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

### 3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.
- Conferir atentamente os dados informados.
- Imprimir o Requerimento de Inscrição.
- Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do cargo escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- R\$ 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Superior.

- R\$ 74,20 (setenta e quatro reais e vinte centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Médio.

- R\$ 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007 e Decreto Nº 2.259/2011, de 27 de maio de 2011, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

- Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
- A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.
- O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura

Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

#### 4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada cargo, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência é de até 5% (cinco por cento) por cargo, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal Nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 001/2011, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000,

Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 001/2011.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

#### 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ascurra é o estatutário, conforme Lei Complementar Nº 14/1995, de 20 de abril de 1995 e suas posteriores alterações.

#### 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

6.1 - O Concurso Público N.º 001/2011 será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os cargos, de prova escrita e prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, e de prova escrita e de títulos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Cargo, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Cargo	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada cargo e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo VI deste Edital.

6.3 - As provas práticas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais.

6.3.1 - As tarefas a serem executadas e o tempo de duração da prova prática, para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, serão especificadas pelo Avaliador da Prova Prática no momento de aplicação da prova, que preencherá para cada candidato uma "Grade de Avaliação" que será preparada pela banca de elaboração e avaliação da Prova Prática.

6.3.2 - Durante a realização da Prova Prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão avaliados:

- a) Postura corporal durante execução da tarefa.
- b) Correto manuseio do veículo, máquina ou equipamento.
- c) Prática do disposto na Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações.
- d) Qualidade na execução da tarefa.
- e) Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo para o qual se inscreveu.

6.3.3 - As provas práticas para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão realizados nos seguintes veículos, máquinas ou equipamentos:

- a) Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Educação farão a prova prática em um Ônibus.
- b) Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em um Caminhão.
- c) Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social farão a prova prática em uma Ambulância.
- d) Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira e em uma Patrola.
- e) Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina em Geral, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira, uma Patrola e em uma Retroescavadeira.
- f) Os candidatos ao cargo de Operador de Trator de Pneus, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente farão a prova prática em um Trator de Pneus.

6.3.4 - As máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados nas provas práticas serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de Acurra e deverão ser utilizados no estado em que se encontrarem.

6.3.5 - Os candidatos deverão tomar todas as precauções capazes de assegurar a sua segurança pessoal e do avaliador durante a operação segura dos veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais colocados ao seu dispor, dos quais declaram conhecer o funcionamento e operação.

6.3.6 - Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador e ou ao veículo, máquina ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

6.3.7 - As avaliações das Provas Práticas serão feitas por profissional habilitado, com experiência na área, contratado pela empresa responsável pela execução do Concurso Público, que preencherá, para cada candidato uma ficha de avaliação.

6.4 - As provas de títulos serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais sendo constituída pela análise e pontuação de certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, com somatório de duração dos cursos mínima ou superior a 20 horas realizados em período posterior a 09 de agosto de 2006; e certificados ou diplomas de curso de pós-graduação, conforme segue:

6.4.1 - Certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos superior a 201 horas.	5,00	5,00
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 101 a 200 horas.	3,50	
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 20 a 100 horas.	2,00	

6.4.2 - Certificados ou diplomas de curso de pós-graduação:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NÚMERO MÁXIMO DE TÍTULOS	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Doutorado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	5,00	01	5,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Mestrado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	3,50	01	
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, em nível de especialização Lato Sensu, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	2,00	01	

6.4.3 - Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma de curso de pós-graduação só será pontuado o de maior valor.

6.4.4 - A nota final da prova de títulos será a soma da nota dos certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização mais a nota dos certificados ou diplomas de curso de pós-graduação.

## 7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - Das provas escritas:

7.1.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Acurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.1.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato



compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei Nº 9.503/97, com fotografia).

7.1.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.1.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.1.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.1.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.1.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.1.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.1.7.

7.1.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.1.9 deste Edital.

7.1.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.1.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

- a) Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- b) Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- c) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- d) Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- e) Não assinar a Lista de Presença.

f) Não assinar a Grade de Respostas.

7.1.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.1.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

7.1.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências dos locais de aplicação das provas.

7.1.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.1.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.1.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.2 - Das provas práticas:

7.2.1 - As provas práticas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, com início às 13h30min. Para realização das provas práticas, os candidatos deverão comparecer no Centro de Eventos de Ascurra (Pavilhão Festa Per Tutti), sito à Rua Lucio Marchi, S/N, Bairro Tamanduá, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

7.2.2 - O candidato antes de realizar a prova prática, deverá assinar Termo de Responsabilidade Para Prova Prática (Anexo IV), assumindo integralmente a responsabilidade civil e criminal, assim como declarando estar ciente do dever de indenizar os danos morais e materiais causados a terceiros, inclusive ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Ascurra, em decorrência de atos decorrentes do manuseio, condução e operação dos veículos e / ou equipamentos, durante as provas práticas do referido Concurso Público.

7.2.3 - O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto e Comprovante de Inscrição. Quando exigir o cargo, a habilitação para dirigir veículo, máquina ou equipamento com o qual farão a prova prática, não se aceitando cópias mesmo que autenticadas e ou protocolos e trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

7.2.4 - Não será permitido ao candidato afastar-se do local definido para sua permanência, antes da realização da sua prova prática.

7.2.5 - Sob pena de eliminação do Concurso Público, é vedado aos candidatos:

7.2.5.1 - Durante a realização das provas práticas:

- a) A consulta a pessoas estranhas ao Concurso Público, ou a outros candidatos.
- b) O porte de aparelho de telefone celular ou qualquer outro equipamento de comunicação.
- c) Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal.
- d) Fumar no recinto onde o candidato aguarda a realização da sua prova prática.

7.2.5.2 - Após a realização da prova prática é vedado aos candidatos:

- a) Retornar ao local definido para espera da prova prática, comunicando-se com os candidatos que ainda não a efetuaram.
- b) Permanecer no local onde as provas práticas estão sendo realizadas.

7.2.6 - Durante a realização das provas práticas, o candidato poderá sair do local definido para sua permanência, somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

7.3 - Da prova de títulos:

7.3.1 - Para participar da prova de títulos o candidato deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Ascurra, Estado de Santa Catarina ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina até o último dia de inscrições, a cópia dos títulos a serem avaliados na prova de títulos. Os títulos deverão ser entregues através de cópia em envelope com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, juntamente com o Requerimento para Prova de Títulos (Anexo III) preenchido com a relação dos títulos entregues e assinado pelo candidato.

7.3.2 - Não serão aceitos títulos entregues por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.

7.3.3 - A cópia dos títulos deve estar em perfeitas condições de forma a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues, sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis serão desconsiderados.

7.3.4 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados conforme descrito nos Subitens 7.3.1 e 7.3.2.

7.3.5 - O candidato declara, para os fins de direito, que as cópias apresentadas são verdadeiras e está ciente que poderá, a qualquer momento, ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados. Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do Concurso Público sendo atribuída nota zero às provas eventualmente feitas, sem prejuízo das sanções legais.

7.3.6 - O candidato cujo diploma tenha sido expedido com nome diferente do que consta na inscrição, deverá anexar certidão de casamento ou cópia da sentença que modificou o seu nome, sob pena de não terem os pontos computados.

7.3.7 - Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei e se redigidos em língua estrangeira, acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

7.3.8 - Só serão pontuados os certificados ou diplomas de cursos de pós-graduação no cargo, para o qual o candidato se inscreveu ou em Educação, expedido por instituição de ensino superior

reconhecida pelo Governo Federal, acompanhados do Histórico Escolar.

7.3.9 - Não serão pontuados:

- a) Certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei.
- b) Os títulos não entregues no prazo e locais determinados.
- c) Títulos obtidos em cursos que não sejam no cargo para o qual o candidato está inscrito ou em Educação.
- d) Diplomas ou certificados de cursos de atualização com duração inferior a 20 horas.
- e) Diplomas ou certificados de cursos de atualização anteriores a 09 de agosto de 2006.
- f) Documentos cujo inteiro teor não possa ser lido e analisado.
- g) Os diplomas ou certificados em mais de um curso de pós-graduação, sendo pontuado apenas o de maior valor.

7.4 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.5 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

## 8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Especial do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo V, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas, na Prova de Títulos e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o

pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo V do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

## 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os cargos, e terá caráter eliminatório e classificatório, exceto para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, que terá apenas caráter classificatório.

9.2 - A prova prática será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, e terá caráter eliminatório e classificatório. Serão considerados reprovados os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática.

9.3 - A prova de títulos será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física, e terá apenas caráter classificatório. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita com nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

9.4 - Para os cargos que exigem somente prova escrita, a nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.5 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova prática, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 4) + (NPP \times 6))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPP = Nota da prova prática.

9.6 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova de títulos, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 7) + (NPT \times 3))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPT = Nota da prova de títulos.

9.7 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da

pontuação obtida na nota final.

9.8 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco), exceto os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática, quando houver.

9.9 - A classificação no Concurso Público N.º 001/2011 gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o cargo, de acordo com as necessidades.

9.10 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.11 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.12 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

## 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

a) Maior nota final na Prova Prática.

b) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Cargo.

c) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.

d) Maior número de acertos na prova de Matemática.

e) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.

f) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita ou prática, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

## 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra

convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

## 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011 será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Cargos.
- b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Requerimento para Prova de Títulos.
- d) Anexo IV - Termo de Responsabilidade para Prova Prática.
- e) Anexo V - Formulário de Recurso.
- f) Anexo VI - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- g) Anexo VII - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Cargos.
- h) Anexo VIII - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

## Edital de Concurso Publico 01-2011

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas nos níveis iniciais das categorias funcionais do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra, de acordo com a Lei Nº 649/1993 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Nº 14/1995 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

## 1 - DOS CARGOS

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária

semanal, salário inicial e tipos de provas dos cargos objetos do Concurso Público N.º 001/2011, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os cargos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados compõem lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.
- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo e ou estabelecidos em lei.

## 2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º 001/2011 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

## 3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.



3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- b) Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- c) Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- d) Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.
- e) Conferir atentamente os dados informados.
- f) Imprimir o Requerimento de Inscrição.
- g) Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do cargo escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- R\$ 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Superior.
- R\$ 74,20 (setenta e quatro reais e vinte centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Médio.
- R\$ 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007 e Decreto Nº 2.259/2011, de 27 de maio de 2011, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

- a) Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
- b) A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade

coletora.

c) O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

#### 4 - DOS CANDIDATOS PORTA-DORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada cargo, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência é de até 5% (cinco por cento) por cargo, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal Nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 001/2011, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 001/2011.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

## 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ascurra é o estatutário, conforme Lei Complementar N.º 14/1995, de 20 de abril de 1995 e suas posteriores alterações.

## 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

6.1 - O Concurso Público N.º 001/2011 será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os cargos, de prova escrita e prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, e de prova escrita e de títulos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Cargo, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50

Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Cargo	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada cargo e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo VI deste Edital.

6.3 - As provas práticas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais.

6.3.1 - As tarefas a serem executadas e o tempo de duração da prova prática, para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, serão especificadas pelo Avaliador da Prova Prática no momento de aplicação da prova, que preencherá para cada candidato uma "Grade de Avaliação" que será preparada pela banca de elaboração e avaliação da Prova Prática.

6.3.2 - Durante a realização da Prova Prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão avaliados:

- Postura corporal durante execução da tarefa.
- Correto manuseio do veículo, máquina ou equipamento.
- Prática do disposto na Lei N.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações.
- Qualidade na execução da tarefa.
- Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo para o qual se inscreveu.

6.3.3 - As provas práticas para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão realizados nos seguintes veículos, máquinas ou equipamentos:

- Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Educação farão a prova prática em um Ônibus.
- Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em um Caminhão.
- Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social farão a prova prática em uma Ambulância.
- Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira e em uma Patrola.
- Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina em Geral, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira, uma Patrola e em uma Retroescavadeira.
- Os candidatos ao cargo de Operador de Trator de Pneus, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente farão a prova prática em um Trator de Pneus.

6.3.4 - As máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados nas provas práticas serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de Ascurra e deverão ser utilizados no estado em

que se encontrarem.

6.3.5 - Os candidatos deverão tomar todas as precauções capazes de assegurar a sua segurança pessoal e do avaliador durante a operação segura dos veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais colocados ao seu dispor, dos quais declaram conhecer o funcionamento e operação.

6.3.6 - Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador e ou ao veículo, máquina ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

6.3.7 - As avaliações das Provas Práticas serão feitas por profissional habilitado, com experiência na área, contratado pela empresa responsável pela execução do Concurso Público, que preencherá, para cada candidato uma ficha de avaliação.

6.4 - As provas de títulos serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais sendo constituída pela análise e pontuação de certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, com somatório de duração dos cursos mínima ou superior a 20 horas realizados em período posterior a 09 de agosto de 2006; e certificados ou diplomas de curso de pós-graduação, conforme segue:

6.4.1 - Certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos superior a 201 horas.	5,00	5,00
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 101 a 200 horas.	3,50	
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 20 a 100 horas.	2,00	

6.4.2 - Certificados ou diplomas de curso de pós-graduação:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NÚMERO MÁXIMO DE TÍTULOS	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Doutorado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	5,00	01	5,00

Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Mestrado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	3,50	01	
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, em nível de especialização Lato Sensu, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	2,00	01	

6.4.3 - Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma de curso de pós-graduação só será pontuado o de maior valor.

6.4.4 - A nota final da prova de títulos será a soma da nota dos certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização mais a nota dos certificados ou diplomas de curso de pós-graduação.

## 7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - Das provas escritas:

7.1.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.1.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei Nº 9.503/97, com fotografia).

7.1.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.1.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.1.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.1.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.1.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos



aparelhos descritos no Item 7.1.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.1.7.

7.1.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.1.9 deste Edital.

7.1.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.1.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

- a) Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- b) Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- c) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- d) Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- e) Não assinar a Lista de Presença.
- f) Não assinar a Grade de Respostas.

7.1.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.1.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

7.1.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências dos locais de aplicação das provas.

7.1.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.1.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.1.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

## 7.2 - Das provas práticas:

7.2.1 - As provas práticas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, com início às 13h30min. Para realização das provas práticas, os candidatos deverão comparecer no Centro de Eventos de Ascurra (Pavilhão Festa Per Tutti), sito à Rua Lucio Marchi, S/N, Bairro Tamanduá, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

7.2.2 - O candidato antes de realizar a prova prática, deverá assinar Termo de Responsabilidade Para Prova Prática (Anexo IV), assumindo integralmente a responsabilidade civil e criminal, assim como declarando estar ciente do dever de indenizar os danos morais e materiais causados a terceiros, inclusive ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Ascurra, em decorrência de atos decorrentes do manuseio, condução e operação dos veículos e / ou equipamentos, durante as provas práticas do referido Concurso Público.

7.2.3 - O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto e Comprovante de Inscrição. Quando exigir o cargo, a habilitação para dirigir veículo, máquina ou equipamento com o qual farão a prova prática, não se aceitando cópias mesmo que autenticadas e ou protocolos e trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

7.2.4 - Não será permitido ao candidato afastar-se do local definido para sua permanência, antes da realização da sua prova prática.

7.2.5 - Sob pena de eliminação do Concurso Público, é vedado aos candidatos:

### 7.2.5.1 - Durante a realização das provas práticas:

- a) A consulta a pessoas estranhas ao Concurso Público, ou a outros candidatos.
- b) O porte de aparelho de telefone celular ou qualquer outro equipamento de comunicação.
- c) Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal.
- d) Fumar no recinto onde o candidato aguarda a realização da sua prova prática.

### 7.2.5.2 - Após a realização da prova prática é vedado aos candidatos:

- a) Retornar ao local definido para espera da prova prática, comunicando-se com os candidatos que ainda não a efetuaram.
- b) Permanecer no local onde as provas práticas estão sendo realizadas.

7.2.6 - Durante a realização das provas práticas, o candidato poderá sair do local definido para sua permanência, somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

## 7.3 - Da prova de títulos:

7.3.1 - Para participar da prova de títulos o candidato deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Ascurra, Estado de Santa Catarina ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina até o último dia de inscrições, a cópia dos títulos a serem avaliados na prova de títulos. Os títulos deverão ser entregues



através de cópia em envelope com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, juntamente com o Requerimento para Prova de Títulos (Anexo III) preenchido com a relação dos títulos entregues e assinado pelo candidato.

7.3.2 - Não serão aceitos títulos entregues por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.

7.3.3 - A cópia dos títulos deve estar em perfeitas condições de forma a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues, sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis serão desconsiderados.

7.3.4 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados conforme descrito nos Subitens 7.3.1 e 7.3.2.

7.3.5 - O candidato declara, para os fins de direito, que as cópias apresentadas são verdadeiras e está ciente que poderá, a qualquer momento, ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados. Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do Concurso Público sendo atribuída nota zero às provas eventualmente feitas, sem prejuízo das sanções legais.

7.3.6 - O candidato cujo diploma tenha sido expedido com nome diferente do que consta na inscrição, deverá anexar certidão de casamento ou cópia da sentença que modificou o seu nome, sob pena de não terem os pontos computados.

7.3.7 - Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei e se redigidos em língua estrangeira, acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

7.3.8 - Só serão pontuados os certificados ou diplomas de cursos de pós-graduação no cargo, para o qual o candidato se inscreveu ou em Educação, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal, acompanhados do Histórico Escolar.

7.3.9 - Não serão pontuados:

- a) Certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei.
- b) Os títulos não entregues no prazo e locais determinados.
- c) Títulos obtidos em cursos que não sejam no cargo para o qual o candidato está inscrito ou em Educação.
- d) Diplomas ou certificados de cursos de atualização com duração inferior a 20 horas.
- e) Diplomas ou certificados de cursos de atualização anteriores a 09 de agosto de 2006.
- f) Documentos cujo inteiro teor não possa ser lido e analisado.
- g) Os diplomas ou certificados em mais de um curso de pós-graduação, sendo pontuado apenas o de maior valor.

7.4 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.5 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

## 8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer

cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Especial do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo V, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas, na Prova de Títulos e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo V do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

## 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os cargos, e terá caráter eliminatório e classificatório, exceto para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, que terá apenas caráter classificatório.

9.2 - A prova prática será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de

Trator de Pneus, e terá caráter eliminatório e classificatório. Serão considerados reprovados os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática.

9.3 - A prova de títulos será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física, e terá apenas caráter classificatório. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita com nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

9.4 - Para os cargos que exigem somente prova escrita, a nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.5 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova prática, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 4) + (NPP \times 6))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPP = Nota da prova prática.

9.6 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova de títulos, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 7) + (NPT \times 3))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPT = Nota da prova de títulos.

9.7 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.8 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco), exceto os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática, quando houver.

9.9 - A classificação no Concurso Público N.º 001/2011 gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o cargo, de acordo com as necessidades.

9.10 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.11 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município [www.ascorra.sc.gov.br](http://www.ascorra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.12 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

## 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem

na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

a) Maior nota final na Prova Prática.

b) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Cargo.

c) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.

d) Maior número de acertos na prova de Matemática.

e) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.

f) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita ou prática, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

## 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

## 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011 será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

a) Anexo I - Cargos.

b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização

de Provas.

- c) Anexo III - Requerimento para Prova de Títulos.
- d) Anexo IV - Termo de Responsabilidade para Prova Prática.
- e) Anexo V - Formulário de Recurso.
- f) Anexo VI - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- g) Anexo VII - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Cargos.
- h) Anexo VIII - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

### **Edital de Concurso Publico 01-2011**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas nos níveis iniciais das categorias funcionais do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra, de acordo com a Lei Nº 649/1993 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Nº 14/1995 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

#### **1 - DOS CARGOS**

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária semanal, salário inicial e tipos de provas dos cargos objetos do Concurso Público N.º 001/2011, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os cargos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal da Administração Direta e do Quadro dos Profissionais do Magistério do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados compõem lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.
- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo e ou estabelecidos em lei.

#### **2 - DA DIVULGAÇÃO**

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º 001/2011 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura

Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

#### **3 - DA INSCRIÇÃO**

3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- b) Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- c) Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- d) Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.
- e) Conferir atentamente os dados informados.
- f) Imprimir o Requerimento de Inscrição.
- g) Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do cargo escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- R\$ 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Superior.
- R\$ 74,20 (setenta e quatro reais e vinte centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Médio.
- R\$ 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos cargos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o

candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007 e Decreto Nº 2.259/2011, de 27 de maio de 2011, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

a) Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

b) A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.

c) O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 001/2011 e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

#### 4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada cargo, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência é de até 5% (cinco por cento) por cargo, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal Nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 001/2011, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.



4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 001/2011.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

## 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ascurra é o estatutário, conforme Lei Complementar Nº 14/1995, de 20 de abril de 1995 e suas posteriores alterações.

## 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

6.1 - O Concurso Público N.º 001/2011 será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os cargos, de prova escrita e prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, e de prova escrita e de títulos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Cargo, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Cargo	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada cargo e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo VI deste Edital.

6.3 - As provas práticas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais.

6.3.1 - As tarefas a serem executadas e o tempo de duração da prova prática, para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, serão especificadas pelo Avaliador da Prova Prática no momento de aplicação da prova, que preencherá para cada candidato uma "Grade de Avaliação" que será preparada pela banca de elaboração e avaliação da Prova Prática.

6.3.2 - Durante a realização da Prova Prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão avaliados:

- Postura corporal durante execução da tarefa.
- Correto manuseio do veículo, máquina ou equipamento.
- Prática do disposto na Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações.
- Qualidade na execução da tarefa.
- Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo para o qual se inscreveu.

6.3.3 - As provas práticas para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus serão realizados nos seguintes veículos, máquinas ou equipamentos:

- Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Educação farão a prova prática em um Ônibus.
- Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em um Caminhão.
- Os candidatos ao cargo de Motorista, lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social farão a prova prática em uma Ambulância.
- Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira e em uma Patrola.
- Os candidatos ao cargo de Operador de Máquina em Geral, lotados na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos farão a prova prática em uma Pá Carregadeira, uma Patrola e em uma Retroescavadeira.
- Os candidatos ao cargo de Operador de Trator de Pneus, lotados na Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente farão a prova prática em um Trator de Pneus.

6.3.4 - As máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados nas provas práticas serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de Ascurra e deverão ser utilizados no estado em que se encontrarem.

6.3.5 - Os candidatos deverão tomar todas as precauções capazes de assegurar a sua segurança pessoal e do avaliador durante a operação segura dos veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais colocados ao seu dispor, dos quais declaram conhecer o funcionamento e operação.

6.3.6 - Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador e ou ao veículo, máquina ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

6.3.7 - As avaliações das Provas Práticas serão feitas por profissional habilitado, com experiência na área, contratado pela empresa responsável pela execução do Concurso Público, que preencherá, para cada candidato uma ficha de avaliação.

6.4 - As provas de títulos serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais sendo constituída pela análise e pontuação de certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, com somatório de duração dos cursos mínima ou superior a 20 horas realizados em período posterior a 09 de agosto de 2006; e certificados ou diplomas de curso de pós-graduação, conforme segue:

6.4.1 - Certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos superior a 201 horas.	5,00	5,00
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 101 a 200 horas.	3,50	
Certificado ou diploma de curso de aperfeiçoamento e ou atualização no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, emitidos por instituições de Ensino Superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional, com somatório de duração dos cursos de 20 a 100 horas.	2,00	

#### 6.4.2 - Certificados ou diplomas de curso de pós-graduação:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	NÚMERO MÁXIMO DE TÍTULOS	NOTA MÁXIMA
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Doutorado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	5,00	01	5,00
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, Mestrado, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	3,50	01	
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, em nível de especialização Lato Sensu, no cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, acompanhado de Histórico Escolar.	2,00	01	

6.4.3 - Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma de curso de pós-graduação só será pontuado o de maior valor.

6.4.4 - A nota final da prova de títulos será a soma da nota dos certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização mais a nota dos certificados ou diplomas de curso de pós-graduação.

## 7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

### 7.1 - Das provas escritas:

7.1.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Acurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.1.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei Nº 9.503/97, com fotografia).

7.1.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.1.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.1.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.1.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.1.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.1.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.1.7.

7.1.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.1.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.1.9 deste Edital.

7.1.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.1.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

- Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.

- e) Não assinar a Lista de Presença.
- f) Não assinar a Grade de Respostas.

7.1.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.1.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

7.1.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências dos locais de aplicação das provas.

7.1.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.1.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.1.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

## 7.2 - Das provas práticas:

7.2.1 - As provas práticas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, com início às 13h30min. Para realização das provas práticas, os candidatos deverão comparecer no Centro de Eventos de Ascurra (Pavilhão Festa Per Tutti), sito à Rua Lucio Marchi, S/N, Bairro Tamanduá, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

7.2.2 - O candidato antes de realizar a prova prática, deverá assinar Termo de Responsabilidade Para Prova Prática (Anexo IV), assumindo integralmente a responsabilidade civil e criminal, assim como declarando estar ciente do dever de indenizar os danos morais e materiais causados a terceiros, inclusive ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Ascurra, em decorrência de atos decorrentes do manuseio, condução e operação dos veículos e / ou equipamentos, durante as provas práticas do referido Concurso Público.

7.2.3 - O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto e Comprovante de Inscrição. Quando exigir o cargo, a habilitação para dirigir veículo, máquina ou equipamento com o qual farão a prova prática, não se aceitando cópias mesmo que autenticadas e ou protocolos e trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

7.2.4 - Não será permitido ao candidato afastar-se do local definido para sua permanência, antes da realização da sua prova prática.

7.2.5 - Sob pena de eliminação do Concurso Público, é vedado aos candidatos:

### 7.2.5.1 - Durante a realização das provas práticas:

- a) A consulta a pessoas estranhas ao Concurso Público, ou a outros candidatos.
- b) O porte de aparelho de telefone celular ou qualquer outro equipamento de comunicação.
- c) Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal.
- d) Fumar no recinto onde o candidato aguarda a realização da sua prova prática.

### 7.2.5.2 - Após a realização da prova prática é vedado aos candidatos:

- a) Retornar ao local definido para espera da prova prática, comunicando-se com os candidatos que ainda não a efetuaram.
- b) Permanecer no local onde as provas práticas estão sendo realizadas.

7.2.6 - Durante a realização das provas práticas, o candidato poderá sair do local definido para sua permanência, somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

## 7.3 - Da prova de títulos:

7.3.1 - Para participar da prova de títulos o candidato deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Ascurra, Estado de Santa Catarina ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina até o último dia de inscrições, a cópia dos títulos a serem avaliados na prova de títulos. Os títulos deverão ser entregues através de cópia em envelope com o nome do candidato, número de inscrição e cargo, juntamente com o Requerimento para Prova de Títulos (Anexo III) preenchido com a relação dos títulos entregues e assinado pelo candidato.

7.3.2 - Não serão aceitos títulos entregues por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.

7.3.3 - A cópia dos títulos deve estar em perfeitas condições de forma a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues, sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis serão desconsiderados.

7.3.4 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados conforme descrito nos Subitens 7.3.1 e 7.3.2.

7.3.5 - O candidato declara, para os fins de direito, que as cópias apresentadas são verdadeiras e está ciente que poderá, a qualquer momento, ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados. Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do Concurso Público sendo atribuída nota zero às provas eventualmente feitas, sem prejuízo das sanções legais.

7.3.6 - O candidato cujo diploma tenha sido expedido com nome diferente do que consta na inscrição, deverá anexar certidão de casamento ou cópia da sentença que modificou o seu nome, sob pena de não terem os pontos computados.

7.3.7 - Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei e se redigidos em língua estrangeira, acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

7.3.8 - Só serão pontuados os certificados ou diplomas de cursos

de pós-graduação no cargo, para o qual o candidato se inscreveu ou em Educação, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal, acompanhados do Histórico Escolar.

#### 7.3.9 - Não serão pontuados:

- a) Certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei.
- b) Os títulos não entregues no prazo e locais determinados.
- c) Títulos obtidos em cursos que não sejam no cargo para o qual o candidato está inscrito ou em Educação.
- d) Diplomas ou certificados de cursos de atualização com duração inferior a 20 horas.
- e) Diplomas ou certificados de cursos de atualização anteriores a 09 de agosto de 2006.
- f) Documentos cujo inteiro teor não possa ser lido e analisado.
- g) Os diplomas ou certificados em mais de um curso de pós-graduação, sendo pontuado apenas o de maior valor.

7.4 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.5 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

### 8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Especial do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo V, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas, na Prova de Títulos e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo V do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Especial do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

### 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os cargos, e terá caráter eliminatório e classificatório, exceto para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, que terá apenas caráter classificatório.

9.2 - A prova prática será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Carregadeira e Patrola, Operador de Máquina em Geral e Operador de Trator de Pneus, e terá caráter eliminatório e classificatório. Serão considerados reprovados os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática.

9.3 - A prova de títulos será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para os cargos de Professor I e Professor III - Educação Física, e terá apenas caráter classificatório. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita com nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

9.4 - Para os cargos que exigem somente prova escrita, a nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.5 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova prática, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 4) + (NPP \times 6))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPP = Nota da prova prática.

9.6 - Para os cargos que exigem prova escrita e prova de títulos, a nota final será calculada através da seguinte fórmula:

$$NF = ((NPE \times 7) + (NPT \times 3))$$

10

Onde:

NF = Nota final.

NPE = Nota da prova escrita.

NPT = Nota da prova de títulos.



9.7 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.8 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco), exceto os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) na prova prática, quando houver.

9.9 - A classificação no Concurso Público N.º 001/2011 gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o cargo, de acordo com as necessidades.

9.10 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.11 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.12 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

#### 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior nota final na Prova Prática.
- b) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Cargo.
- c) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.
- d) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- e) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- f) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita ou prática, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

#### 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o cargo não

preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

#### 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 001/2011 será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

#### 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 001/2011 o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Cargos.
- b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Requerimento para Prova de Títulos.
- d) Anexo IV - Termo de Responsabilidade para Prova Prática.
- e) Anexo V - Formulário de Recurso.
- f) Anexo VI - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- g) Anexo VII - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Cargos.
- h) Anexo VIII - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

#### **Edital de Concurso Publico 02-2011 Emprego Publico**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa Saúde Bucal - PSB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo de Apoio à saúde da Família - NASF do Município de Ascurra, de acordo com as Leis Complementares Nº 065/2006 e 096/2009 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

## 1 - DOS EMPREGOS

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária semanal, salário inicial e tipos de provas dos empregos públicos objetos do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os empregos públicos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa Saúde Bucal - PSB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo de Apoio à saúde da Família - NASF do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados comporão lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do emprego.
- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Residir na área de abrangência da micro região em que atuar, desde a data da publicação do edital do concurso público para os candidatos ao emprego de Agente Comunitário de Saúde.
- i) Outros requisitos justificados pelas atribuições do emprego e ou estabelecidos em lei.

## 2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

## 3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de

segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- b) Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- c) Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- d) Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.
- e) Conferir atentamente os dados informados.
- f) Imprimir o Requerimento de Inscrição.
- g) Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do emprego público escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para os candidatos aos empregos públicos de Nível Superior.
- 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos empregos públicos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do emprego, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

- a) Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
- b) A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.
- c) O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e emprego.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

#### 4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada emprego público, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência é de até 5% (cinco por cento) por emprego, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do emprego.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou emprego.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e emprego, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou emprego, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

#### 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - Os servidores ocupantes dos empregos públicos objetos do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público estarão submetidos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

#### 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

6.1 - O Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os empregos públicos.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Emprego, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Emprego	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada emprego e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo IV deste Edital.

## 7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia).

7.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.7.

7.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.9 deste Edital.

7.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

- a) Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- b) Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- c) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- d) Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- e) Não assinar a Lista de Presença.
- f) Não assinar a Grade de Respostas.

7.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

7.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências dos locais de aplicação das provas.

7.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.20 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele



previsto neste Edital.

7.21 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

## 8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo III, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo III do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

## 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os empregos públicos, e terá caráter eliminatório e classificatório.

9.2 - A nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.3 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.4 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

9.5 - A classificação no Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o emprego público, de acordo com as necessidades.

9.6 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.7 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.8 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

## 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Emprego.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- e) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o emprego público para o qual se candidatou.

## 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos

terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do emprego junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o emprego não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo emprego público.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do emprego, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

## 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Empregos Públicos.
- b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Formulário de Recurso.
- d) Anexo IV - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- e) Anexo V - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Empregos Públicos.
- f) Anexo VI - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

## **Editais de Concurso Público 02-2011 Emprego Público** EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa Saúde Bucal - PSB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo de Apoio à saúde da Família - NASF do Município de Ascurra, de acordo com as Leis Complementares Nº 065/2006 e 096/2009 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

## 1 - DOS EMPREGOS

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária semanal, salário inicial e tipos de provas dos empregos públicos objetos do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os empregos públicos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa Saúde Bucal - PSB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo de Apoio à saúde da Família - NASF do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados comporão lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do emprego.
- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Residir na área de abrangência da micro região em que atuar, desde a data da publicação do edital do concurso público para os candidatos ao emprego de Agente Comunitário de Saúde.
- i) Outros requisitos justificados pelas atribuições do emprego e ou estabelecidos em lei.

## 2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

## 3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do

dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- b) Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- c) Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- d) Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.
- e) Conferir atentamente os dados informados.
- f) Imprimir o Requerimento de Inscrição.
- g) Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do emprego público escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para os candidatos aos empregos públicos de Nível Superior.
- 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos empregos públicos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do emprego, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do

referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

- a) Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
- b) A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.
- c) O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e emprego.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada emprego público, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência

é de até 5% (cinco por cento) por emprego, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do emprego.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou emprego.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e emprego, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou emprego, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

## 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - Os servidores ocupantes dos empregos públicos objetos do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público estarão submetidos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

## 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

6.1 - O Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os empregos públicos.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Emprego, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Emprego	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada emprego e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo IV deste Edital.

## 7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia).

7.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova,



deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.7.

7.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.9 deste Edital.

7.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

- a) Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- b) Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- c) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- d) Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- e) Não assinar a Lista de Presença.
- f) Não assinar a Grade de Respostas.

7.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

7.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências dos locais de aplicação das provas.

7.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será

esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.20 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.21 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

## 8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo III, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer

outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo III do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

#### 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os empregos públicos, e terá caráter eliminatório e classificatório.

9.2 - A nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.3 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.4 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

9.5 - A classificação no Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o emprego público, de acordo com as necessidades.

9.6 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.7 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.8 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

#### 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Emprego.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- e) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o emprego público para o qual se

candidatou.

#### 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do emprego junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o emprego não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo emprego público.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do emprego, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

#### 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

#### 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Empregos Públicos.
- b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Formulário de Recurso.
- d) Anexo IV - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- e) Anexo V - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Empregos Públicos.
- f) Anexo VI - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

**Edital de Concurso Publico 02-2011 Emprego Publico**  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa

Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa Saúde Bucal - PSB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo de Apoio a saúde da Família - NASF do Município de Ascurra, de acordo com as Leis Complementares Nº 065/2006 e 096/2009 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

## 1 - DOS EMPREGOS

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária semanal, salário inicial e tipos de provas dos empregos públicos objetos do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os empregos públicos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa Saúde Bucal - PSB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo de Apoio a saúde da Família - NASF do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados comporão lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do emprego.
- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Residir na área de abrangência da micro região em que atuar, desde a data da publicação do edital do concurso público para os candidatos ao emprego de Agente Comunitário de Saúde.
- i) Outros requisitos justificados pelas atribuições do emprego e ou estabelecidos em lei.

## 2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

## 3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego

Público o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- b) Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- c) Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- d) Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.
- e) Conferir atentamente os dados informados.
- f) Imprimir o Requerimento de Inscrição.
- g) Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do emprego público escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para os candidatos aos empregos públicos de Nível Superior.
- 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos empregos públicos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do emprego, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a

devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

a) Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

b) A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.

c) O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e emprego.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser

formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

#### 4 - DOS CANDIDATOS PORTA-DORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada emprego público, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência é de até 5% (cinco por cento) por emprego, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do emprego.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou emprego.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e emprego, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou emprego, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

#### 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - Os servidores ocupantes dos empregos públicos objetos do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público



estarão submetidos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

#### 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

6.1 - O Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os empregos públicos.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Emprego, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Emprego	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada emprego e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo IV deste Edital.

#### 7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia).

7.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova

serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.7.

7.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.9 deste Edital.

7.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

- a) Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- b) Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- c) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- d) Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- e) Não assinar a Lista de Presença.
- f) Não assinar a Grade de Respostas.

7.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

7.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências dos locais de aplicação das provas.

7.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá

compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.20 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.21 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

## 8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo III, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele

estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo III do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

## 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os empregos públicos, e terá caráter eliminatório e classificatório.

9.2 - A nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.3 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.4 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

9.5 - A classificação no Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o emprego público, de acordo com as necessidades.

9.6 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.7 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.8 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

## 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Emprego.

- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- e) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o emprego público para o qual se candidatou.

## 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do emprego junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o emprego não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo emprego público.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do emprego, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

## 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Empregos Públicos.
- b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Formulário de Recurso.
- d) Anexo IV - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- e) Anexo V - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Empregos Públicos.
- f) Anexo VI - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.

MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

## Edital de Concurso Público 02-2011 Emprego Público

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa Saúde Bucal - PSB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo de Apoio a saúde da Família - NASF do Município de Ascurra, de acordo com as Leis Complementares Nº 065/2006 e 096/2009 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

## 1 - DOS EMPREGOS

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária semanal, salário inicial e tipos de provas dos empregos públicos objetos do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os empregos públicos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa Saúde Bucal - PSB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo de Apoio a saúde da Família - NASF do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados comporão lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do emprego.
- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Residir na área de abrangência da micro região em que atuar, desde a data da publicação do edital do concurso público para os candidatos ao emprego de Agente Comunitário de Saúde.
- i) Outros requisitos justificados pelas atribuições do emprego e ou estabelecidos em lei.

## 2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do

município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

### 3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.
- Conferir atentamente os dados informados.
- Imprimir o Requerimento de Inscrição.
- Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do emprego público escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para os candidatos aos empregos públicos de Nível Superior.
- 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos empregos públicos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do emprego, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

- Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
- A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.
- O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e emprego.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do



município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

#### 4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada emprego público, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência é de até 5% (cinco por cento) por emprego, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do emprego.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou emprego.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e emprego, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou emprego, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego

Público.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

#### 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - Os servidores ocupantes dos empregos públicos objetos do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público estarão submetidos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

#### 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

6.1 - O Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os empregos públicos.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Emprego, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Emprego	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada emprego e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo IV deste Edital.

#### 7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia).

7.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.7.

7.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.9 deste Edital.

7.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

- a) Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- b) Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- c) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- d) Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- e) Não assinar a Lista de Presença.
- f) Não assinar a Grade de Respostas.

7.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

7.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas

dependências dos locais de aplicação das provas.

7.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.20 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.21 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

## 8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo III, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas e / ou

reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo III do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

#### 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os empregos públicos, e terá caráter eliminatório e classificatório.

9.2 - A nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.3 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.4 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

9.5 - A classificação no Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o emprego público, de acordo com as necessidades.

9.6 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.7 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.8 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

#### 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem

na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Emprego.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- e) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o emprego público para o qual se candidatou.

#### 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do emprego junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o emprego não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo emprego público.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do emprego, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

#### 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

#### 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Empregos Públicos.

- b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Formulário de Recurso.
- d) Anexo IV - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- e) Anexo V - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Empregos Públicos.
- f) Anexo VI - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

### **Editais de Concurso Público 02-2011 Emprego Público** EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa Saúde Bucal - PSB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo de Apoio à saúde da Família - NASF do Município de Ascurra, de acordo com as Leis Complementares Nº 065/2006 e 096/2009 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

#### **1 - DOS EMPREGOS**

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária semanal, salário inicial e tipos de provas dos empregos públicos objetos do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os empregos públicos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa Saúde Bucal - PSB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo de Apoio à saúde da Família - NASF do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados comporão lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do emprego.
- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Residir na área de abrangência da micro região em que atuar, desde a data da publicação do edital do concurso público para os candidatos ao emprego de Agente Comunitário de Saúde.
- i) Outros requisitos justificados pelas atribuições do emprego e ou estabelecidos em lei.

#### **2 - DA DIVULGAÇÃO**

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

#### **3 - DA INSCRIÇÃO**

3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- b) Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- c) Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- d) Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.
- e) Conferir atentamente os dados informados.
- f) Imprimir o Requerimento de Inscrição.
- g) Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do emprego público escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para



os candidatos aos empregos públicos de Nível Superior.  
- 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos empregos públicos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do emprego, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

a) Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

b) A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.

c) O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e emprego.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não

efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

#### 4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada emprego público, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência é de até 5% (cinco por cento) por emprego, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do emprego.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou emprego.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e emprego, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou emprego, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

## 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - Os servidores ocupantes dos empregos públicos objetos do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público estarão submetidos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

## 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

6.1 - O Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os empregos públicos.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Emprego, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Emprego	15	0,40	6,00
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>---</b>	<b>10,00</b>

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada emprego e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo IV deste Edital.

## 7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia).

7.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.7.

7.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.9 deste Edital.

7.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

- Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- Não assinar a Lista de Presença.
- Não assinar a Grade de Respostas.

7.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

7.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências dos locais de aplicação das provas.

7.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.20 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.21 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

## 8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo III, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo III do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

## 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os empregos públicos, e terá caráter eliminatório e classificatório.

9.2 - A nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.3 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.4 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

9.5 - A classificação no Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o emprego público, de acordo com as necessidades.

9.6 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.7 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.8 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

## 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Emprego.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- e) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o emprego público para o qual se candidatou.

## 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do emprego junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o emprego não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo emprego público.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do emprego, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

## 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo,

legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Empregos Públicos.
- b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Formulário de Recurso.
- d) Anexo IV - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- e) Anexo V - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Empregos Públicos.
- f) Anexo VI - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

## Edital de Concurso Público 02-2011 Emprego Público EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura de Concurso Público, destinado ao preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa Saúde Bucal - PSB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo de Apoio a saúde da Família - NASF do Município de Ascurra, de acordo com as Leis Complementares Nº 065/2006 e 096/2009 e suas posteriores alterações e demais legislação aplicável.

A empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público nos termos do presente Edital, será a empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.646.165/0001-47, com sede na Rua dos Pioneiros, 240, 1º andar, Sala 105, Centro, Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

## 1 - DOS EMPREGOS

1.1 - A descrição, habilitação mínima, vagas, carga horária semanal, salário inicial e tipos de provas dos empregos públicos objetos do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, são os descritos no Anexo I deste Edital.

1.2 - Os empregos públicos especificados no Anexo I serão ocupados de acordo com a necessidade de preenchimento do Quadro de Pessoal sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa Saúde da Família - PSF, incluindo o Programa Saúde Bucal - PSB, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e o Núcleo de Apoio a saúde da Família - NASF do Município de Ascurra. Os demais candidatos aprovados comporão lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme necessidade ou existência de novas vagas durante o prazo de validade do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal de Ascurra:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada.
- b) O gozo com os direitos políticos.
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego e os registros especiais para o seu desempenho.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da contratação.
- f) Aptidão física e mental, adequada ao exercício do emprego.



- g) Habilitar-se previamente em concurso público.
- h) Residir na área de abrangência da micro região em que atuar, desde a data da publicação do edital do concurso público para os candidatos ao emprego de Agente Comunitário de Saúde.
- i) Outros requisitos justificados pelas atribuições do emprego e ou estabelecidos em lei.

## 2 - DA DIVULGAÇÃO

2.1 - A divulgação oficial do Edital de Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será efetuada através de publicação nos seguintes locais:

2.1.2 - O Edital na íntegra: no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina; no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

2.1.3 - O extrato do Edital: no jornal de circulação estadual "Jornal de Santa Catarina".

## 3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Para participar do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) e no site: [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via Internet, através do site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), no período entre as 08h do dia 26 de julho de 2011 e 18h do dia 09 de agosto de 2011.

3.2.1 - O candidato que não tiver acesso à Internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá ao seu dispor terminal com Internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito a Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo na Prefeitura Municipal de Ascurra, pelo próprio candidato.

3.4 - Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) Acessar via Internet, o site [www.exatagg.com.br](http://www.exatagg.com.br), onde terá acesso ao Edital e seus Anexos.
- b) Ler atentamente o Edital e seus Anexos.
- c) Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através Usuários Área de Login.
- d) Se já possuir cadastro, preencher integralmente o Requerimento de Inscrição.
- e) Conferir atentamente os dados informados.
- f) Imprimir o Requerimento de Inscrição.
- g) Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição do emprego público escolhido, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou

home banking, até o último dia de inscrições.

3.5 - Os valores para pagamento do preço público para inscrição destinada a cobrir os custos de elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas, são:

- 99,64 (noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para os candidatos aos empregos públicos de Nível Superior.
- 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos), para os candidatos aos empregos públicos de Nível Fundamental e Alfabetizado.

3.5.1 - Antes do recolhimento do preço público para inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do emprego, se aprovado, pois a taxa, uma vez recolhida, não será restituída em qualquer hipótese.

3.5.2 - Só serão aceitas as inscrições cujo pagamento for efetuado utilizando-se do boleto bancário, contendo o respectivo código de barras, não sendo aceito pagamento efetivado por quaisquer outros meios, sendo que o pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o encerramento das inscrições.

3.5.3 - Será cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento do preço público para inscrição com cheque sem a devida provisão de fundos ou por qualquer outra irregularidade que impossibilite a sua liquidação.

3.5.4 - A inscrição somente será efetivada após a liquidação do Boleto Bancário para pagamento do preço público para inscrição pelo banco.

3.5.5 - O comprovante de agendamento eletrônico do pagamento da inscrição não se constitui comprovação do pagamento do referido valor.

3.5.6 - Conforme estabelecido no Decreto Nº 1.883/2007, de 26 de março de 2007, ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público do Município de Ascurra os candidatos doadores de sangue, atendidas as seguintes condições:

- a) Considera-se, para enquadramento ao benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
- b) A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora.
- c) O documento previsto no inciso anterior, deverá, discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

3.5.6.1 - O candidato doador de sangue deverá entregar no período de 26 de julho a 09 de agosto de 2011, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, até o último dia de inscrições, cópia do documento comprovante da qualidade de doador regular, o documento deverá ser encaminhado em envelope fechado com o nome do candidato, número de inscrição e emprego.

3.5.6.2 - O candidato que não apresentar o documento comprovante da qualidade de doador regular ou apresentar fora do prazo

estabelecido, não terá sua inscrição homologada.

3.6 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

3.7 - A Exata.GG - Gestão Governamental Ltda e a Prefeitura Municipal de Ascurra não se responsabilizam por inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.8 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela empresa responsável pela execução do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público e publicação feita no mural de publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

3.8.1 - Havendo mais de uma inscrição será confirmada e homologada unicamente a última que tiver sido paga.

3.8.2 - A homologação das inscrições será feita no dia 12 de agosto de 2011.

3.8.3 - Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no Item 8.3 deste Edital.

#### 4 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

4.1 - Em face do número de vagas oferecidas para cada emprego público, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência. A reserva de vaga para portadores de deficiência é de até 5% (cinco por cento) por emprego, conforme disposto no §2º do artigo 7º da Lei Complementar Municipal nº 14/1995.

4.2 - Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do emprego.

4.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

4.4 - Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou emprego.

4.5 - Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

4.6 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

4.6.1 - O Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II) deve ser entregue até o último dia de inscrições, em envelope fechado com o nome do candidato, número de

inscrição e emprego, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h às 11h e das 14h às 16h, na Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, ou enviar via Sedex para o endereço da empresa Exata.GG - Gestão Governamental Ltda, sito a Rua dos Pioneiros, 240, 1º Andar, Sala 105, Centro, CEP 88.420-000, Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina.

4.6.2 - A não solicitação de atendimento diferenciado, conforme disposto no Item 4.6, implica a não concessão no dia de realização das provas.

4.7 - A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou emprego, constitui obstáculo à sua inscrição no Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público.

4.8 - A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

#### 5 - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - Os servidores ocupantes dos empregos públicos objetos do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público estarão submetidos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

#### 6 - DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

6.1 - O Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será realizado mediante aplicação de prova escrita para todos os empregos públicos.

6.2 - As provas escritas serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, sendo a nota desta prova expressa com 02 (duas) decimais e serão compostas por 30 (trinta) questões, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto, 05 (cinco) de Matemática, 05 (cinco) de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos do Emprego, de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Língua Portuguesa / Interpretação de Texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Emprego	15	0,40	6,00
TOTAL	30	---	10,00

6.2.1 - Todas as questões das provas escritas serão elaboradas por uma banca elaboradora composta por professores e profissionais habilitados nas áreas específicas de cada emprego e conteúdo.

6.2.2 - Os membros da banca elaboradora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.

6.2.3 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo IV deste Edital.

#### 7 - DAS NORMAS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - As provas escritas serão realizadas no dia 28 de agosto de 2011, no Colégio São Paulo, sito à Rua Benjamin Constant, 230, Centro, Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com início às 09h. As provas escritas terão duração de 03 (três) horas,

contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

7.2 - Para evitar atrasos, recomenda-se que o candidato compareça ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Requerimento de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia).

7.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

7.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

7.6 - Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal Especial do Concurso Público.

7.7 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

7.8 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 7.7, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 7.7.

7.9 - O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.10 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na Grade de Respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do Item 7.9 deste Edital.

7.11 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da Grade de Respostas, sendo que a mesma não será substituída por erros de preenchimento ou por rasuras cometidas pelo candidato.

7.12 - Será excluído do Concurso Público o candidato que durante a realização da prova:

- Consultar pessoas estranhas ao Concurso Público, ou outros candidatos.
- Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Concurso Público.
- Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito

para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.

e) Não assinar a Lista de Presença.

f) Não assinar a Grade de Respostas.

7.13 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início, podendo levar consigo o Caderno de Provas.

7.14 - O candidato, ao concluir a prova, deverá permanecer em seu lugar e comunicar ao fiscal de sala, após autorização deverá entregar ao fiscal da sala, a Grade de Respostas devidamente preenchida e assinada.

7.15 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público nas dependências dos locais de aplicação das provas.

7.16 - A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

7.17 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento da abertura dos envelopes na presença dos candidatos, sendo colhida assinatura de 02 (dois) candidatos na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.18 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes na Ata de Prova, para fins de possíveis comprovações.

7.20 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas ou parte delas em local, data e / ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

7.21 - Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais, datas e / ou horários de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores à data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e / ou seu aviso resumido.

## 8 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

8.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

8.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado de classificação final do Concurso Público será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização das provas, ambos publicados no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site oficial do município: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

8.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado datilografado ou digitado e encaminhado

ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público, entregue e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Ascurra, Setor de Protocolo, conforme o formulário do Anexo III, contra:

8.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições.

8.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do gabarito provisório. Os pontos correspondentes às questões da prova escrita eventualmente anuladas por erro de formulação serão atribuídos a todos os candidatos.

8.3.3 - Os pontos obtidos na sua Grade de Respostas e / ou reavaliação de sua classificação provisória, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

8.3.4 - Para interpor recurso, o candidato deverá efetuar o pagamento do preço público instituído para revisão de provas em Concurso Público do Município de Ascurra, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e / ou práticas, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

8.3.5 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

8.3.6 - Não serão aceitos recursos interpostos por quaisquer outros meios, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo constante no Anexo III do Edital, serão indeferidos.

8.3.7 - A Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

## 9 - DA AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - A prova escrita será avaliada de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos para todos os empregos públicos, e terá caráter eliminatório e classificatório.

9.2 - A nota final será calculada multiplicando o número de acertos pelo valor de cada questão, conforme quadro Subitem 6.2.

9.3 - A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada todas as fases de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na nota final.

9.4 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

9.5 - A classificação no Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o emprego público, de acordo com as necessidades.

9.6 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

9.7 - A homologação do resultado do Concurso será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Ascurra e no site

oficial do município [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br), com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de notas.

9.8 - Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados de identificação e desempenho sejam divulgados no momento da homologação dos resultados.

## 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

10.1.1 - Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.1.2 - Para os candidatos que não estão ao amparo do Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos do Emprego.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa / Interpretação de Texto.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- e) Maior idade.

10.1.3 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o emprego público para o qual se candidatou.

## 11 - DA ADMISSÃO

11.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 9 deste Edital.

11.2 - A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 30 (trinta) dias para tomarem posse do emprego junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exames clínicos e complementares.

11.3 - Caso o candidato admitido para assumir o emprego não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Ascurra convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo emprego público.

11.4 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do emprego, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

## 12 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2011 - EMPREGO PÚBLICO

Parágrafo Único - O prazo de validade do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

## 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Será eliminado do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos



ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público N.º 002/2011 - Emprego Público, de acordo com a legislação vigente.

13.3 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

13.4 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Empregos Públicos.
- b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Provas.
- c) Anexo III - Formulário de Recurso.
- d) Anexo IV - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- e) Anexo V - Descrição Sintética das Atribuições e Habilitação Mínima dos Empregos Públicos.
- f) Anexo VI - Cronograma Concurso Público.

Ascurra / SC, 11 de julho de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### 54 º Convocação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU

Gabinete do Prefeito

54ª CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2007, abaixo relacionados para comparecer na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munido da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 07 de Julho de 2011.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

#### CARGO: AUXILIAR DE FARMÁCIA

5	Luciana Deise Gonçalves
---	-------------------------

#### CARGO: ELETRICISTA

5	Evanildo Antenor da Silva
---	---------------------------

#### CARGO: MOTORISTA CATEGORIA "C"

21	Ornelio Rodrigues
22	Rodrigo Bernardo
23	Airton Scheidt
24	Cristiano de Souza Neves

#### CARGO: MOTORISTA CATEGORIA "B"

37	Samanta Ferreira
----	------------------

#### CARGO: TELEFONISTA

8	Mariane Santos Faccin
---	-----------------------

#### CARGO: AUXILIAR DE SALA

97	Sandra Adriana dos Santos Silveira
----	------------------------------------

#### CARGO: ESCRITURÁRIO

152	Leandro de Souza Cunha
153	Kelly Prim
154	Paulo Roberto Vela Junior

#### CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

33	Verônica dos Santos Oliveira
34	Milene Conceição Rosa Leal
35	Adriana Cardoso da Costa

#### CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONISTA

20	Marizete Campioni
----	-------------------

#### CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

37	Sabrina Fabíola Nobre
----	-----------------------

#### CARGO: ENFERMEIRO 30 H

20	Bianca Gastaldon
----	------------------

#### CARGO: ENFERMEIRO 40 H

19	Francielly Márcia Souza de Andrade
----	------------------------------------

#### CARGO: FISIOTERAPEUTA

12	Ana Paula Fraga Lopes
----	-----------------------

#### CARGO: ODONTOLOGO ESPECIALISTA - ENDODONTIA

6	Rodrigo Di Lorenzi da Silva
---	-----------------------------

#### CARGO: ODONTOLOGO

36	Karine Kretzchmer
----	-------------------

#### CARGO: PSICOLOGO

12	Marcela Soares Pereira
----	------------------------

#### CARGO: ENGENHEIRO AMBIENTAL

4	Letícia Rabelo
---	----------------

## CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

34	Custódio José de Sá Junior
----	----------------------------

## CARGO: ORIENTADOR EDUCACIONAL – 20 H

5	Paula de Abreu Pereira
---	------------------------

## CARGO: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS – 20 H

22	Cristiane de Oliveira
----	-----------------------

**Public. de retificação do Contrato 291/2011**

Public. de retificação do contrato 291/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Devido a erros de digitação referente ao Contrato 291/2011 do PP 87/2011 - PMB, publicado no dia 08/07/2011 do DOM/SC nº 777 pag. 7, onde lê-se: Objeto: aquisição de aparelhos de academia ao ar livre, totem (sinalização academia) e serviços de montagem dos aparelhos para áreas de lazer do município de Biguaçu., leia-se: aquisição de totem (sinalização academia) e serviços de montagem dos aparelhos para as áreas de lazer do município de Biguaçu.

**Public. de retificação do Contrato 292/2011**

Public. de retificação do contrato 292/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Devido a erros de digitação referente ao Contrato 292/2011 do PP 87/2011 - PMB, publicado no dia 08/07/2011 do DOM/SC nº 777 pag. 7, onde lê-se: Objeto: aquisição de aparelhos de academia ao ar livre, totem (sinalização academia) e serviços de montagem dos aparelhos para áreas de lazer do município de Biguaçu., leia-se: aquisição de aparelhos de academia ao ar livre para as áreas de lazer do município de Biguaçu.

**Pregão 12 FMA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 87/2011-PMB

OBJETO: Aquisição de um toldo com fechamento em lona, para guarda dos equipamentos, ferramentas e utensílios usados na limpeza e manutenção da praça central do Município de Biguaçu.

Data da abertura da documentação e proposta de preços: 25/07/2011 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu 07 de julho de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

**Decreto 027/2011**

DECRETO Nº 027/2011

Nomeia Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Braço do Trombudo - CMDR

Vilberto Müller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado no artigo 2º da Lei Municipal nº 0422/2003 de 18.06.2003.

## DECRETA:

Art. 1º. "O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Braço do Trombudo - CMDR", de acordo com a Lei Municipal nº 0422/2003 de 18.06.2003 terá a seguinte composição:

- Representantes das Entidades:

I. Representante da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social:

Titular: Rosana Baade Leonhardt

Suplente: Renata Carlon

II. Representante da Secretaria Municipal de Educação e Desporto:

Titular: Mônica Dalila Sell Dalmarco

Suplente: Haidy Laline Krueger Roeder

III. Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Rogério Knappmann

Suplente: Gido Hadlich

IV. Representante da Secretaria Municipal de Obras/Estradas/Serviços Urbanos e Agropecuários:

Titular: Elisabeth Baade Larsen

Suplente: Mauros Mueller

V. Representante da Indústria e Comércio:

Titular: Egon Bennert

Suplente: Walter Teske

VI. Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Egon Voigt

Suplente: Heinz Mügge

VII. Representante da Cooperativa Regional e Agropecuária Alto Vale do Itajaí:

Titular: Irineu Ribeiro de Souza

Suplente: Marcelo de Souza

VIII. Representante do Clube de Mães:

Titular: Albertina Vanderlinde Pisetta

Suplente: Zenita da Silva

IX. Representante da Associação dos Aquicultores:

Titular: Nildo Melmestet

Suplente: Enos Heidrich

X. Representante da Secretaria de Estado da Agricultura:

Titular: Maico Donisete da Cruz

Suplente: André Roberto Roloff

- Representantes das Comunidades:

I. Representante da Comunidade de Serril:

Titular: Waldemiro Alves de Campos  
Suplente: Orlando Hempckmaier

II. Representante da Comunidade de Águas Sulfurosas:

Titular: Geraldino Monteiro  
Suplente: Ervino Weiss

III. Representante da Comunidade de Furnas:

Titular: Siegfried Gustmann  
Suplente: Daniel Arnoldo Bauer

IV. Representante da Comunidade de Ribeirão Ernesto:

Titular: Osmar Edinger  
Suplente: Luís Carlos da Silva

V. Representante da Comunidade de Centro/Sede:

Titular: Leopoldo Sasse Junior  
Suplente: Rita Krueger

VI. Representante da Comunidade de Braço Novo:

Titular: Andréia Hamm  
Suplente: Ingelora Vermoehlen

VII. Representante da Comunidade de Km 15:

Titular: Alvina Heinz  
Suplente: Doris Neu

VIII. Representante da Comunidade de Ribeirão Concórdia:

Titular: Eugênio Krueger  
Suplente: Evaldo Böll

IX. Representante da Comunidade de Alto Ribeirão Vitória:

Titular: José Lino May  
Suplente: Ilário Dahlke

X. Representante da Comunidade de Baixo Ribeirão Vitória:

Titular: Augusto Krueger  
Suplente: Arnaldo Benke

Art. 2º. Fica revogado o Decreto 052/2006 de 11.08.2006

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 07 de julho de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

**Caçador**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº 4.903**

DECRETO nº 4.903, de 04 de julho de 2011.  
Convoca a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal do Idoso, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com a temática "O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil" a ser realizada no dia 20 de julho de 2011, das 13h30min às 17h30, nas dependências da Câmara Municipal de Caçador, sita na Rua Fernando Machado, 139, nesta cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de julho de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

**Decreto Nº 4.904**

DECRETO nº 4.904, de 04 de julho de 2011.  
Convoca a IX Conferência Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, usando das suas atribuições legais e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica convocada a IX Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 30 de julho de 2011, das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 17h00, nas dependências da Câmara Municipal de Caçador, sita na Rua Fernando Machado, 139, nesta cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de julho de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

**Decreto Nº 4.905**

DECRETO nº 4.905, de 04 de julho de 2011.  
Nomeia Conselho Municipal de Cultura.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 2.033, de 22/12/2003 e 2.633, de 20/08/2009,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Cultura, para o mandato de 02 (dois) anos, na forma que segue:

I - Presidente : ROSECLER D'AGOSTINI FAORO

II- Vice Presidente : ODELIR NEVES

III - Secretário : Júlio Cesar Corrente

IV - Conselheiros:

a) Presidente da Fundação Municipal de Esportes : ALDO MARGHOTI

b) Diretora Técnica da Fundação Municipal de Cultura : PATRICIA BEAL DE CORDOVA CRUZ

c) Secretaria da Educação :  
LUCIANE REGINA PEREIRA - Titular; NELSON MOLINSKI MOREIRA SANTOS - Suplente

d) Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador :  
ROMULO BOGO - Titular; VALMIR RIGO - Suplente

e) Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo :  
ASSIS PEREIRA - Titular; EVELYN SCAPIN - Suplente

f) Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA :  
DENISE CHIARELLO - Titular; CHRISTIANE DRIESSEN - Suplente

g) Coordenadoria do Parque Central :  
CAMILO BASEGGIO - Titular; EVANDRO JOSÉ MARTINS - Suplente

h) Arte Ciência, Dança, Circo, Ópera, Mímica e Congêneres :  
JANAINA RAQUEL REIS - Titular; JAILSON DE OLIVEIRA - Suplente

i) Música e Canto:  
SHIRLEI ALMEIDA CAVALHEIRO - Titular; DIRLEI ANTUNES HELLER - Suplente

j) Comunicação, Mídia, Produção Cinematográfica, Videografia, Discográfica, Rádio e Televisão  
JOÃO PAULO ALMEIDA - Titular; RODRIGO SCHAPIESKI - Suplente

l) Patrimônio Imaterial, Artesanato, Folclore, Culturas Étnicas, Centro de Tradições Gauchas, História, Antropologia Sociologia:  
LUCIMAR DOS SANTOS - Titular; EVA ZARUR - Suplente

m) Patrimônio Material: Arquitetura, Arqueologia, Museus  
ADENIR DOS SANTOS CAMARGO - Titular; SABRYNA MAGUEROSKI - Suplente

n) Livro, Literatura e Obras de Referência: Escritores, Biblioteca e Editores  
sem representantes

o) Associação Comercial e Industrial de Caçador - ACIC, CDL, AMPE :  
ROSEMARI FERLIN - Titular; JUSSARA OLSEN - Suplente

p) Universidade Alto Vale do Rio do Peixe :  
ILSE CHIARELLO - Titular; ROSANE D'AGOSTINI - Suplente

q) 10ª Gerência de Educação :  
MARLI AMENT LANHI - Titular; VIVIANE DRIESSEN - Suplente

r) Representante das Fundações, Instituições de Cultura Legalmente Constituídas RENO CARAMORI FILHO - Titular  
MARIA LETÍCIA BRAGGIO - Titular  
ALIDUINO ZANELLA - Suplente  
RONI ELICKER - Suplente

s) União das Associações de Moradores de Caçador - UAMC :  
ANTONIO VANDERLEI MOREIRA - Titular; ELMAR PEREIRA ROSA - Suplente

t) Vila Etnias :  
LEONI TEREZINHA WELICZ - Titular; IRIA LEZAN - Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de julho de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

### Retificação do Edital CMAS

Retificação do Edital de Convocação para o Fórum da Sociedade Civil de Eleição das Entidades não Governamentais para compor o Conselho Municipal de Assistência Social biênio 2011/2013.

O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, torna público a Retificação do § 2º do art. 1º do Edital de Convocação para o Fórum da Sociedade Civil de eleição das entidades não governamentais para comporem o referido Conselho para o biênio 2011/2013, que passa a constar da seguinte forma: "§ 2º Conforme a Lei Municipal nº 1068/1996, art. 3º, o Conselho Municipal de Assistência Social é composto por dezoito membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, para o mandato de dois anos, permitida uma recondução, dentre representantes paritários das entidades governamentais e da sociedade civil."

Caçador, 07 de julho de 2011.  
LUIZ ANTONIO FURTADO  
Presidente CMAS

### Portaria Nº 20.712

PORTARIA nº 20.712, de 21 de junho de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 184, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal LUCIANE REGINA PEREIRA, ocupante do cargo de Professora de Geografia, lotada na EMEB Henrique Júlio Berger, da Secretaria de Educação, a sexta parte dos seus vencimentos, por ter completado 25 (vinte e cinco) anos de trabalho na Prefeitura Municipal de Caçador, com efeitos retroativos a contar de 15 de junho de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de junho de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário de Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.733

PORTARIA Nº 20.733, de 27 de junho de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário,

#### RESOLVE:

RESCINDIR a pedido, o contrato por tempo determinado de PAULA DOBROCHINSKI ZANCHET RIZZATTI, ocupante do cargo de Médica, exercendo suas funções junto ao Posto de Saúde do Berger,



da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01 de julho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário de Administração e Fazenda

### Portaria Nº 20.734

PORTARIA Nº 20.734, de 27 de junho de 2011.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e conforme inciso II, art. 17 da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, e, ainda o que prevê o artigo 5º e artigo 15, inciso I da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/12/11, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 17/11/2006, o cidadão, abaixo relacionado, para ocupar cargo no Grupo Ocupacional do Poder Executivo Municipal, para exercer suas funções junto a FUNDEMA, especificando: nome, cargo, referência, carga horária semanal e data do exercício e posse, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Data Exercício e Posse
Júlio César Recalcatti	Auxiliar de Serviços Gerais	01	44	13/06/2011

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário de Administração e Fazenda

### Portaria Nº 20.735

PORTARIA Nº 20.735, de 28 de junho de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR a disposição da Secretaria de Saúde, o Servidor Público Municipal CARLOS EMILIO FINGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, com 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, a contar de 15 de junho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.736

PORTARIA Nº 20.736, de 28 de junho de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, lotados na Secretaria de Infra-Estrutura, a disposição do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC, especificando: código, nome, cargo, carga horária e data da disposição, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	C.H.	Data Disposição
387	Donizete Alves dos Santos	Técnico em Desenho	35	01/04/11
7667	Liliane Maria Cury	Técnica em Desenho	35	01/03/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de junho de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 20.738

PORTARIA Nº 20.738, de 28 de junho de 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado, mais o previsto na Lei 1.630, de 20/06/01, que disciplina a contratação temporária de pessoal para a execução Programas da Saúde da Família – PSF, e suas alterações,

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria de lotação, referência, carga horária, motivo da contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H.	Motivo da contratação	Período da Contratação
Lenise Heinzmann	Médica	Saúde	40	40h	ESF Morada do Sol até abertura processo seletivo	01/07/11 a 31/12/11

Mario Rizzati	Médico	Saúde	39 33	20h 10h	Posto Berger até realização processo seletivo	04/07/11 a 31/12/11
Paula Dobrochinski Zanchet Rizzatti	Médica	Saúde	40	40h	ESF Rancho Fundo até abertura de processo seletivo	04/07/11 a 31/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de junho de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário da Administração e Fazenda.

#### Portaria Nº 20.742

PORTARIA Nº 20.742, de 28 de junho de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar nº 056, de 20/1202004 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas injustificadas no mês de junho, do Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, especificando: código, nome, secretaria e número de faltas, conforme segue:

Cód.	Nome	Secretaria	Nº faltas
573	Sebastião Gonçalves	Infra-Estrutura	30 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de junho de 2011.

Imar Rocha- Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário de Administração e Fazenda

#### Portaria Nº 20.744

PORTARIA Nº 20.744, de 28 de junho de 2011.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de cargos, vencimentos e carreira do servidor, e Leis Complementares nº 76, de 22/12/05 e 204, de 23/02/11, que Institui a Fundação municipal de Esportes - FME, e dá outras providências,

RESOLVE:

NOMEAR, o cidadão ANTÔNIO DONIZETE HORBACH, no cargo em comissão de Diretor Esportivo Educacional, do Grupo Ocupacional Comissão, CC4, com carga horária de 35h semanais, da Fundação Municipal de Esportes - FME, a partir de 01 de julho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de junho de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário de Administração e Fazenda

#### Portaria Nº 20.745

PORTARIA Nº 20.745, de 28 de junho de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

RESCINDIR, o contrato por tempo determinado de FABRIZIO JOÃO BOGONI, ocupante do cargo de Contador, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, contratado através da Portaria nº 20.441, de 03/05/2011, para atuar junto a Secretaria de Administração e Fazenda, a contar de 30 de junho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de junho de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário de Administração e Fazenda

#### Portaria Nº 20.746

PORTARIA Nº 20.746, de 28 de junho de 2011.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de cargos, vencimentos e carreira do servidor, e dá outras providências,

RESOLVE:

NOMEAR, o cidadão FABRIZIO JOÃO BOGONI, no cargo em comissão de Assessor de Orçamento e Controle, do Grupo Ocupacional Comissão, Referência CC2, com carga horária de 35h semanais, do Gabinete do Prefeito Municipal, a partir de 01 de julho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de junho de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário de Administração e Fazenda

#### Portaria Nº 20.747

PORTARIA Nº 20.747, de 29 de junho de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do

Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/11, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Servidor Público Municipal, e Leis Complementares nº 151, de 23/07/09 e 207, de 23/02/11, que institui a Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA, e dá outras providências

**RESOLVE:**

DESIGNAR o Servidor Público Municipal JÚLIO CÉSAR FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais, para exercer cargo de confiança de Coordenador de Divisão, do "Grupo ocupacional Confiança", FCC-3, + 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos básicos, para atuar junto a Divisão de Serviços de Praças e Jardins, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de junho de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário de Administração e Fazenda

**Portaria Nº 20.749**

PORTARIA Nº 20.749, de 29 de junho de 2011.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e conforme inciso II, art. 17 da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, e, ainda o que prevê o artigo 5º e artigo 15, inciso I da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004-Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/11, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências

**RESOLVE:**

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 31/05/2010, a cidadã, abaixo relacionada, para ocupar cargo no Grupo Ocupacional do Poder Executivo Municipal, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, secretaria de exercício e data do exercício e posse, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Sec.	Data Exercício e Posse
Camila Linhares Pivatto	Psicóloga	37	35	08	20/06/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de junho de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário da Administração e Fazenda.

**Portaria Nº 20.751**

PORTARIA Nº 20.751, de 29 de junho de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e

nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

**RESOLVE:**

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal MARA LUZIA CACHINSKI, ocupante do cargo de Servente da Educação, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente 932 (novecentos e trinta e dois) dias, ou, 02 (dois) anos, 06 (seis) meses e 22 (vinte e dois) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição protocolada sob o nº 20022010.1.00012/11-6, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 08/06/2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de junho de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário da Administração e Fazenda.

**Portaria Nº 20.752**

PORTARIA Nº 20.752, de 29 de junho de 2011.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e conforme inciso II, art. 17 da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, e, ainda o que prevê o artigo 5º e artigo 15, inciso I da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004-Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal,

**RESOLVE:**

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 17/11/2006, a cidadã MARIA APARECIDA MATOS DE OLIVEIRA, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 44h semanais, Referência 01, do Grupo Ocupacional Serviços Gerais, do Poder Executivo Municipal, para atuar junto a Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA, com posse e exercício a contar de 01 de julho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de junho de 2011.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário de Administração e Fazenda

**CÂMARA MUNICIPAL****Edital de Homologação****EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO**

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2011 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO, Presidente da Câmara Municipal de Caçador, Estado de Santa Catarina, no desempenho de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Concurso Público n.º 001/2011, publicado nos jornais Folha da Cidade, Informe e Extra, edições de 05 de abril de 2011 e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, em 06 de abril de 2011,

Considerando os resultados apresentados pela Comissão Especial do Concurso Público e pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM;

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que HOMOLOGA o resultado do Concurso Público n.º 001/2011 da Câmara Municipal de Caçador, para provimento dos cargos relacionados nas referidas classificações finais. O prazo de validade do Concurso Público é de 02 (dois) anos, a contar da publicação do presente Edital, podendo ser prorrogado por igual período.

As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Caçador, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Concurso, serão preenchidas, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

Segue abaixo, nominata em ordem de classificação, dos candidatos aprovados, por cargo.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE, afixando-se cópia no mural da Câmara Municipal de Caçador.

Câmara Municipal de Caçador, Santa Catarina, em 07 de julho de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO  
Presidente da CMC

**ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS, LICITAÇÕES E COMPRAS**

- 1 DANIELE ALVES
- 2 GREICY OLIVO
- 3 ROBERTSON MUNIZ PARIZE
- 4 BRUNO ROBERTO NEHER FILHO
- 5 JOCELI CRISTIANE MARTINS
- 6 ANDRE LUIS GRAEFLING LUSA
- 7 DENES DOTTI
- 8 KARINE APARECIDA ROSSETTO RIBEIRO
- 9 RHUBIA DE LEMOS ESTROWISPY
- 10 THIAGO BIESUS BORSATTI
- 11 CARLA REGINA KOCHÉ
- 12 JEAN PAULO BOESING
- 13 ANA PAULA PIACENTINI DE ALMEIDA MENDES
- 14 SCHEILA ADRIANA SAVIAN
- 15 RODINEI ANTONIO MAI
- 16 EUGENIO VALDIR WAISMAM JUNIOR
- 17 CAROLINE PATRICIA CALISTO
- 18 RAFAEL PIRES DE MORAES
- 19 GILVANA APARECIDA GONCALVES
- 20 TATIANE MAI
- 21 TIAGO MARTINS DE MELO
- 22 ANA CAROLINA TARACHUK SPULDARO
- 23 RYCHARD DE OLIVEIRA PIRES
- 24 KELLY CRISTIANE MIYASHIRO
- 25 LUCIANA DOS SANTOS WISNIEWSKI
- 26 ELAINE DOS SANTOS NUNES

- 27 SIMONE DAL BOSCO
- 28 FELIPE LUIS DUTRA
- 29 SCHEINE NEIS ALVES DA CRUZ
- 30 CHARLENE BRAGA SILVEIRA
- 31 ANA PAULA DE LIMA
- 32 SIMONE GRANEMANN DE OLIVEIRA
- 33 LAIS CAMILA DE MEDEIROS
- 34 DIALA MARCHI GONCALVES BRIDI
- 35 INDIARA WEBER FRANCA
- 36 CARLOS LUCIANO PIACENTINI
- 37 LUIZ FERNANDO VACCARI
- 38 SANDRA SPAUTZ GRANEMANN
- 39 IVETE FARIAS
- 40 ANA VARELA REGGES
- 41 VANESSA NAVA
- 42 NELSON JOSE RODRIGUES NETO
- 43 JEFFERSON ARION DE ALMEIDA
- 44 SHIRLENE SABINA DE LIMA
- 45 ABEL DIONIZIO AZEREDO
- 46 VLADEMIR ANTONIO ZONTA JUNIOR
- 47 GREICY RODRIGUES PIETROWSKI
- 48 SIMONE MARIA FOSCARINI
- 49 MARIA MARCIA SOARES
- 50 CARIN DEMENEK

**CONTROLADOR INTERNO**

- 1 DANIELA MARQUES DE OLIVEIRA
- 2 ANDRESSA RODRIGUES
- 3 FERNANDO INACIO BLEICHVEL COSTA
- 4 DANILO NUNES
- 5 ADEMAR DA COSTA LEITE
- 6 DANIELI JACI SILVEIRA
- 7 ALTAMIR NOVALKOSKI
- 8 ROBERTO VITORIA
- 9 SERGIO INHAIA
- 10 JEFFERSON DANGUI DA SILVA
- 11 POLLIANNA RAFAELA DA SILVA
- 12 MARCELO RIBEIRO

**TESOUREIRO**

- 1 STEFANI CIVIDINI BACK
- 2 GUSTAVO ABRAHAO RIBAS
- 3 GERUSA BELO
- 4 CELIO FERNANDES KRACHINSKI

**ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

- 1 SANDRA ELISA MIOSSO
- 2 DIMALEICY APARECIDA PEREIRA
- 3 ELAINE FAVERO
- 4 FABIO LIMA ABREU
- 5 ANTONIO CORREA DE JESUS
- 6 JOCELINE TRAVINSKI
- 7 ODILA DAMACENA FERLIN
- 8 DANIELE ARIATTI
- 9 MARA SIMONE HAHN BARRETO
- 10 SUELLEN APARECIDA BERTOTTO
- 11 CAROLINE MUSSKOPF
- 12 CLAUDETE NATUS
- 13 GUSTAVO RAMOS
- 14 RAFAEL ANGELO MIOSSO
- 15 GUSTAVO CARNEIRO FALCAO
- 16 ANDREIA RECH
- 17 STEFANO DI STEFANES
- 18 VANESSA DE AZEVEDO
- 19 VERA LUCIA VILAN
- 20 JESSICA VIEBRANTZ



21 NOELI ALVES DA SILVA  
22 AMANDA PADILHA MACHADO  
23 CLAUDIA CRISTINA DE QUADROS  
24 ADRIANA APARECIDA DE CORDOVA  
25 WILLIAM DOUGLAS GOMES PERES  
26 JANYNE DE ANDRADE TELLES PELEPE  
27 LAIS VALERIA MAZZURANA  
28 SILVIA ALVES CARDOSO  
29 CLAUDIA RIBAS CACIANO  
30 NAGIEDI LINKA PEREGO  
31 IZABEL DE AMORIM  
32 CLAUDIA BOLZAN  
33 SCHEILA AP. DE OLIVEIRA CANDIAGO CHAVES  
34 FABIANA APARECIDA VOLSKI  
35 RODRIGO PETRY GALLOIS  
36 JULIANA GARBOZZA  
37 ANDREA GIOVANA HENNING GROBE  
38 JOSIANE VERONEZE SCHAITEL  
39 MARCOS ANTONIO DA SILVA CANDIDO  
40 CARLOS ALEXANDRE DE AMORIM  
41 BIANCA APARECIDA FUSINATTO  
42 PATRICIA RAQUEL SCOLARO  
43 GUILHERME LUIZ PIAZZON  
44 RAFAELA MENDES  
45 ANDREA ROMAO MARTINS  
46 LUCIANA APARECIDA DALPONTE  
47 LUCAS LUIZ FIGUR  
48 GLAUCIA BIANCA FRANZON  
49 MARIA AUGUSTA NHOATO MOREIRA  
50 AMANDA DA SILVA FALASCHI  
51 ALEXANDRE GRANEMANN LANZINI  
52 PEDRO PAULO BARUFFI  
53 EDSON FERREIRA LOPES  
54 CAROL MARGHOTTI  
55 THAYS APARECIDA DE JESUS  
56 KEILA CRISTINA VIERO  
57 JEARIM BELLI CARLIM  
58 SIMONE CAROLINE ROSSETTO  
59 CARLOS ALBERTO BARBOSA FILHO  
60 VOLMIR ANTONIO DE LIMA  
61 JESSICA BASSANI  
62 SUZA MARA ESTELA MORAES  
63 JOSE RICARDO DOS SANTOS  
64 TAMIRES SORGATTO  
65 MARIANA WITIUK  
66 ISADORA KRUGUER MARQUES  
67 LUCIELLE MELO MONTEIRO ROTTA  
68 SILVIA CARLA COMELLI RIBEIRO  
69 RAFAELA VARGAS  
70 FRANCIANE BERTOTTO  
71 KARIN HAZELELPONI DOS SANTOS  
72 KARLA REGINA FEDECHEN SABINO  
73 SUELEN KUCZER SALVADOR DA SILVA  
74 LUANA LOURENCO LONGHI  
75 JULIANE DE PAULA  
76 JULIANE APARECIDA DOS SANTOS  
77 ANA EMILIA NESTOR LIPKA  
78 ANA PAULA PADILHA  
79 MARIA LILIAN SCHWARTZ  
80 ADRIANA APARECIDA ROSA  
81 LAYNE PAULA CORREA  
82 ANGELA MARIA TOMAZI  
83 GISLAINE APARECIDA CARDOSO  
84 HARYSONN RAFAEL ZAGO FAVERO  
85 ERIC PEDRIAN MENZEL BALLAO  
86 LAUDO ORLANDO BELLAVER  
87 ROGER WILLIAN DA SILVA  
88 LEILA DOS SANTOS GUERRA  
89 DEISY DE QUADRA OLIVEIRA

90 LUCAS ALAN BURLIN  
91 TAMIRES MATTOS XAVIER MENDES  
92 JUCEILA TERESINHA BOSQUIROLI SOLETTI  
93 MARILEI DALLAGNOL  
94 Taelis TASCA  
95 TATIANI SOLANHO CANEDO  
96 GILVANE FELTRIN  
97 FABRICIO MITTERER  
98 GENTIL CARNEIRO GABARDO  
99 LUIZ AUGUSTO DEUS E SILVA MATTOS  
100 GLACIELE MARIA CHAVES  
101 JORDANA LUIZA MAZUTTI DE GERONI PIACENTINI  
102 MARIANA SOARES PHILIPPI  
103 MAXSURE FRANCA  
104 DENISE MARIA SCHMITZ  
105 GABRIELLA WILLRICH  
106 KELER DE BASTIANI  
107 PAULA CRISTINA BANDIERA  
108 PAULO EDUARDO ESTANISLOVSKI  
109 ELAINE APARECIDA ALMEIDA KOEHLER  
110 ERICA BRUSTOLIN  
111 KEVELYN FERREIRA BORBA  
112 SIMONE BISOTTO  
113 KALLAYANA ZANCHI BELLO  
114 DEYSIANE DRAGER  
115 ALEXANDRA APARECIDA DE LIMA  
116 DIVANETE ELOISA BACHI  
117 EWERTON DE PAULA REIS  
118 ANDREIA SEBEN  
119 JOAO BERTHIER BRASIL NETO  
120 JUCIELE GRANEMANN  
121 MAELLI PIRES GOES CATELLAN  
122 JANAINA APARECIDA DA SILVA  
123 NATALIA MARCELI STEFANES  
124 CRISTHIAN LEONARDO FENILI  
125 ANA PAULA PEREIRA  
126 LEONARDO HELMUTH DOBLER HUCULAK  
127 TIAGO BRESSAN COSTA  
128 ELIZABETE PICOLOTO  
129 ANA THAYS DOS REIS  
130 EDUARDO HINKELDEI  
131 NEIVAIR SALETE ARIGONI FURLIN  
132 CLAUDIA CARVALHO  
133 MARLI HECKLER  
134 ROBERTO CARLOS DOS SANTOS  
135 VIVIANE DE ANDRADE RIBEIRO  
136 FATIMA SANEFUZI  
137 TAYNARA DOS SANTOS  
138 GUILHERME PONTES  
139 DEBORA ANTUNES DE LIMA  
140 JONATHAN CARLOS FAIER DOS SANTOS  
141 CRISTIAN GREIN BUENO  
142 JAQUELINE REGINA DE OLIVEIRA  
143 ALVARO LUIZ COLUSSI  
144 ALMIR PAULO DIAS  
145 DAINE SENN  
146 ANDRE LUIZ Busetto  
147 JENIFER PIRES DA SILVA  
148 CRISTIANE BELLE GOMES  
149 IOLANDA MOREIRA  
150 MARILUCY WIERZBICKI  
151 LEANDRO SIMOES  
152 MOACIR ROBERTO CARNEIRO  
153 ELISANGELA DE FATIMA GLANER  
154 DAIANE SILVERIO  
155 RUBENS SCHLOSSER RIBEIRO  
156 RODRIGO COLUSSI CORDEIRO  
157 CASSIANO ROCHA DE LARA PICOLOTTO  
158 DANIELLE THAIZI ZIMINI

159 JAKELINE DAYANA NENEVE  
 160 PATRICIA COLUSSI DE OLIVEIRA  
 161 TIAGO LUIZ FERNANDES  
 162 ADRIELE BELLI CARLIM  
 163 ALEXANDRE DE MATTOS  
 164 HELOANE PATRICIA DE VERGENES  
 165 JOSIANE FENILI DE BORBA  
 166 GILMAR MARTINS  
 167 LUCIANE FATIMA SPINELI DOS SANTOS  
 168 GICELY URUPUCKUA LAISMANN  
 169 MARIANE APARECIDA ZANCANARO  
 170 JOSYANE MELISSA ZIPPERER  
 171 ADRIANA AP.GR.TEIXEIRA ARIATI  
 172 MARINA RAQUEL OLIVEIRA HOTRA  
 173 DEISI DE FATIMA HOFFMANN

#### ASSISTENTE LEGISLATIVO

1 DANIEL HEBERLE  
 2 ADMIR JOSE CASAGRANDE  
 3 VANESSA PETRYKOWSKI  
 4 EMILI DREHMER ARCARI  
 5 ELISANDRO ROBERTO LARA  
 6 MARCELO JOSE ALVES DE ANDRADE  
 7 ANDERSON TOREZAN  
 8 EZEQUIEL CHAVES  
 9 ALDEMIR JEFERSON DE LIMA  
 10 CRISTIANE CAPELIN  
 11 ROSEMARI PADILHA SAVI  
 12 ALESSSANDRA GIOPPPO  
 13 JENIFER DUPONT MACHADO  
 14 FERNANDA VANESSA ROSSA  
 15 FLAVIA CARNEIRO DE PARIS  
 16 FERNANDA BIER  
 17 ANDREA LUCY CARNEIRO  
 18 PATRICIA FOSCARINI ANTUNES  
 19 SONIA MARA ALMEIDA  
 20 VIVIAN DE LEMOS ESTROWISPY  
 21 MARCELA ADELEVA CIARINI  
 22 RODRIGO ESPINOSA CABRAL  
 23 CRISTIANE ANTUNES SCUSSIATO  
 24 ELVIO ROSSETTO  
 25 IVONI MACIEL DE OLIVEIRA  
 26 REGINA VILLWOCK  
 27 FRANCIELE CHAVES  
 28 LOEMIR ENGEL LOPES  
 29 LEONARDO FELIPE DUARTE  
 30 PAULO ROBERTO DOS SANTOS  
 31 EVELYN SCAPIN  
 32 CAROLINA GONCALVES  
 33 IVOLNEIA ALVES DE FREITAS  
 34 ANDERSON STOKMANN  
 35 MICHELLE KATE RAMTHUN BONETTE  
 36 CARMEN LUCIA LOPES DE SOUZA FREITAS  
 37 JUCERLEI DE FATIMA RIBAS MARINI  
 38 LILIAN APARECIDA DE OLIVEIRA  
 39 MARIANA PIACENTINI  
 40 KILSA PORTO MORONA  
 41 RICARDO ROBERTO DA SILVA  
 42 KELLY T. LAZARETTI SOUSA DOS SANTOS  
 43 CAROLINE SPAGNOLO  
 44 ANDERSON SPADER  
 45 MAICON DE MELO KOEPP  
 46 ROSILEIA ROSSETTI  
 47 LEIDEMIRA KOPPE  
 48 WAGNER SEVERGNINI  
 49 ELISA PRISCILA RUSCHEL FRITSCH  
 50 GISELI MEZAROA ASCARI  
 51 EDUARDO BITTENCOURT

52 MARINA ALVES DE QUADRAS  
 53 FERNANDA CANALLE  
 54 ALISON BOSIO  
 55 ALINI DOS SANTOS LEMOS  
 56 DOUGLAS RENATO DE MORAIS  
 57 IVAN GIACOMO COLUSSI  
 58 JULIANA SOLLE ANTUNES  
 59 MICHELE KEDINA CARDOSO BANDEIRA  
 60 RODINEIA CLARA CARLIM PRIGOL  
 61 FRANCIELE SORGATTO VOLOCHE  
 62 MARILUCI ANDREIA WEBER  
 63 CRISTIANI BALDICERA GRANEMANN  
 64 FRANCIELY APARECIDA SZCZERBICKI  
 65 MARCELO GONCALVES  
 66 FRANCIELE DE OLIVEIRA MAIA DE SOUZA  
 67 MOACIR DE OLIVEIRA  
 68 KATY CRISTINA DE MATOS  
 69 RAFAEL DA LUZ  
 70 ANDRE LUCAS DOS SANTOS ALVES  
 71 JOSE AUGUSTO BEIRA DA SILVA

#### MOTORISTA

1 JOSE LUIZ FURLIN  
 2 GIANNE GOMES PERES  
 3 EVANDRO JOSE BERTOTTI  
 4 PAULO CESAR KOPPE

#### TELEFONISTA

1 JULIANA SOMBRIO  
 2 FRANCIELE DE MATIAS  
 3 DANIELA MAGUEROSKI  
 4 DENISE MARIA FAITEN  
 5 CLAUDIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS BOHRER  
 6 ELISABETE NUNES DA SILVA  
 7 ELIANA APARECIDA RAMOS BATISTA  
 8 LEILA APARECIDA PICOLOTTO  
 9 LAIS DE LIMA  
 10 THAIS MARCELA DE LIMA  
 11 VANESSA DE FATIMA ROCHA  
 12 NAYARA CARAMORE COLDEBELLA  
 13 FRANCINE DE MATIAS  
 14 ANDREIA SOLIMAN  
 15 JUSSARA DE FATIMA RIBEIRO DOS SANTOS  
 16 SUZINARA BOLDUAN GONCALVES  
 17 ALINE CRISTINA RUPPEL  
 18 RICARDO DE SOUZA MARTINS  
 19 CLAUDIA MENGIDSKI NICOLETTI  
 20 EVELINE DA ROCHA WIRSCHUM  
 21 ISOLDE NAVA SCOLARO  
 22 LEIDIANE NAYARA DA SILVA  
 23 SILMARA APARECIDA MEIRELES DA SILVA GRANEMANN  
 24 LUANA TONELLO

Sirley de Fátima Tibes Ceccatto,  
 PRESIDENTE DA CMC

### IPASC

#### Extrato Contrato Nº 3/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Contrato Nº.: 3/2011

Contratante.: IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Contratada : DI MATTEO CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA  
Valor : 7.740,00 (sete mil setecentos e quarenta reais)  
Vigência : Início: 16/06/2011 Término: 16/06/2012  
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2011  
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 63.983,71  
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA FINANCEIRA PARA CARTEIRA DE ATIVOS.

Caçador, 5 de Julho de 2011

#### **Extrato Contrato Nº 4/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Contrato Nº.: 4/2011  
Contratante.: IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR  
Contratada : BETHA SISTEMAS LTDA.  
Valor : 4.140,00 (quatro mil cento e quarenta reais)  
Vigência : Início: 01/07/2011 Término: 31/12/2011  
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2011  
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 53.760,19  
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E COMPRAS E LICITAÇÕES, EM AMBIENTE WINDOWS

Caçador, 5 de Julho de 2011

#### **Homologação Contrato Nº 3/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/11  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/11  
HOMOLOGAÇÃO: 16/06/11  
CONTRATADO: DI MATTEO CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA  
CONTRATANTE: IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA FINANCEIRA PARA CARTEIRA DE ATIVOS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.740,00 (sete mil setecentos e quarenta reais)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.  
DATA: 05/07/11

FERNANDO SCOLARO  
Diretor Presidente

#### **Homologação Contrato Nº 4/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/11  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/11  
HOMOLOGAÇÃO: 30/06/11  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.  
CONTRATANTE: IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E COMPRAS E LICITAÇÕES, EM AMBIENTE WINDOWS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.140,00 (quatro mil cento e quarenta reais)  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 05/07/11

FERNANDO SCOLARO  
Diretor Presidente

## **Campo Alegre**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto Nº 6.599 de 07 de Julho de 2011**

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 6.599 DE 07 DE JULHO DE 2011

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O PROCESSO ELEITORAL DO IPRECAL EXERCÍCIO DE 2011, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com base no Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e Artigo 19 do Regimento para Eleições do IPRECAL; DECRETA:

Art.1º) Em face do Processo Eleitoral, para escolha dos membros que comporão o Conselho Administrativo e Fiscal do IPRECAL, e de acordo com as determinações contidas no Regimento Eleitoral, DESIGNA os seguintes Servidores efetivos para a função de Presidente e Mesário, da urna estabelecida na Sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre e para as duas urnas itinerantes nos Distritos de Bateias de Baixo e Fragosos:

URNA DA SEDE DO INSTITUTO - IPRECAL.

LAIS MARION STEFFEN AGNELO DUARTE - Presidente;

JOSÉ LUIS SILVA - Mesário.

URNA ITINERANTE DISTRITO BATEIAS DE BAIXO

ESTER MARIA FORLIN FRITSCH - Presidente;

MARLI AUGUSTIN - Mesário.

URNA ITINERANTE DISTRITO DE FRAGOSOS

LILIAN TEREZINHA BARTSCH - Presidente;

JOSIANE ALQUINI CUBAS - Mesário.

Art.2º) Designar para o exercício da função de fiscais eleitorais, que zelando pelo perfeito andamento das eleições e a régia aplicação do Regimento Eleitoral, os seguintes servidores:

- \* ANDRÉ LUIZ NIEMEYER - Matrícula nº 000438;
- \* JOSÉ EURIDES CORDEIRO DA CRUZ - Matrícula nº 000031;
- \* ANGELA ALVES DOS SANTOS IOHANSON - Matrícula nº 000493.

Gabinete do Prefeito

Art.3º) A data das eleições do IPRECAL será no dia 15 de julho de 2011, das 07:00 às 17:00 Horas.

Art.4º) Este Decreto deverá ser afixado em Murais, nos locais de grande circulação de servidores públicos municipais, em especial na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Campo Alegre - IPRECAL e no Mural do átrio da sede da

Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.5º) O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 07 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/07/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 8.276 de 07 de Julho de 2011**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.276 DE 07 DE JULHO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Motorista - CLÓVIS NENEVÊ, Matrícula Funcional nº 000583, Registro no Sistema sob nº 954778, referente ao período aquisitivo 07 de agosto de 2009 a 06 de agosto de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 11 de julho de 2011 à 20 de julho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 07 de julho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/07/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **Campos Novos**

### **PREFEITURA**

### **Extrato de Contrato 19/2011 Processo 02/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 19/2011 PROCESSO 02/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 02/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS

NOVOS

CONTRATADA: PRODIET FARMACEUTICA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: R\$ 25.654,00 (VINTE E CINCO MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS).

DATA: 25/02/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

Contrato nº 19/2011

### **Extrato de Contrato 20/2011 Processo 02/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 20/2011 PROCESSO 02/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 02/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: R\$ 1.517,70 (HUM MIL QUINHENTOS E DEZESSETE REAIS E SETENTA CENTAVOS)

DATA: 25/02/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

Contrato nº 20/2011

### **Extrato de Contrato 21/2011 Processo 02/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 21/2011 PROCESSO 02/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 02/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: R\$ 24.643,10 (VINTE E QUATRO MIL SEISCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E DEZ CENTAVOS)

DATA: 25/02/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

Contrato nº 21/2011

### **Extrato de Contrato 22/2011 Processo 02/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 22/2011 PROCESSO 02/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 02/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: SULMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: R\$ 69.409,00 (SESSENTA E NOVE MIL QUATROCENTOS E NOVE REAIS)

DATA: 25/02/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

Contrato nº 22/2011

### **Extrato de Contrato 23/2011 Processo 07/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 23/2011 PROCESSO 07/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 07/2011



CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS  
CONTRATADA: BERWIG E KO FREITAG SERV. MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA  
OBJETO: SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE CLÍNICO GERAL, 17 HORAS SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO NO CAPS.  
VALOR: R\$ 4.050,00(QUATRO MIL E CINQUENTA REAIS MENSAIS)  
DATA: 04/03/2011  
VIGÊNCIA: 31/12/2011  
CONTRATO Nº 23/2011

**Extrato de Contrato 24/2011 Processo 08/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 24/2011 PROCESSO 08/2011  
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 08/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS  
CONTRATADA: FEIMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
OBJETO: SERVIÇOS MÉDICOS CLÍNICO GERAL, 04 HORAS SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE DO DISTRITO DA BARRA DO LEÃO.  
VALOR: R\$ 1.600,00 (HUM MIL E SEISCENTOS REAIS) MENSAIS  
DATA: 04/03/2011  
VIGÊNCIA: 31/12/2011  
Contrato nº 24/2011

**Extrato de Contrato 25/2011 Processo 08/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 25/2011 PROCESSO 08/2011  
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 08/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS  
CONTRATADA: BERWIG E KO FREITAG SERV. MED. E ODONTOLÓGICOS LTDA.  
OBJETO: SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, 04 HORAS SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO NO AMBULATÓRIO MOVEL NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.  
VALOR: R\$ 4.050,00(QUATRO MIL E CINQUENTA REAIS)  
DATA: 04/03/2011  
VIGÊNCIA: 31/12/2011  
CONTRATO Nº 25/2011

**Extrato de Contrato 26/2011 Processo 10/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 26/2011 PROCESSO 10/2011  
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 10/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS  
CONTRATADA: JACIR GONÇALVES WALTER-ME  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DURANTE O ANO DE 2011.  
VALOR: R\$ 12.590,00 (DOZE MIL QUINHENTOS E NOVENTA REAIS).  
DATA: 01/04/2011  
VIGÊNCIA: 31/12/2011  
CONTRATO Nº 26/2011

**Extrato de Contrato 27/2011 Processo 11/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 27/2011 PROCESSO 11/2011  
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 11/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.  
VALOR: R\$ 12.590,00 (DOZE MIL QUINHENTOS E NOVENTA REAIS).  
DATA: 01/04/2011  
VIGÊNCIA: 31/12/2011  
CONTRATO Nº 27/2011

**Extrato de Contrato 28/2011 Processo 12/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 28/2011 PROCESSO 12/2011  
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 12/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS  
CONTRATADA: EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS PARA USO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ESTRATEGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E CAPS.  
VALOR: R\$ 11.533,00(ONZE MIL QUINHENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS)  
DATA: 01/04/2011  
VIGÊNCIA: 31/12/2011  
CONTRATO Nº 28/2011

**Extrato de Contrato 29/2011 Processo 12/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 29/2011 PROCESSO 12/2011  
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 12/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS  
CONTRATADA: GRAFICA FORNARA LTDA.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS PARA USO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ESTRATEGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E CAPS.  
VALOR: R\$ 9.418,00(NOVE MIL QUATROCENTOS E DEZOITO REAIS)  
DATA: 01/04/2011  
VIGÊNCIA: 31/12/2011  
CONTRATO Nº 29/2011

**Extrato de Contrato 30/2011 Processo 13/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 30/2011 PROCESSO 13/2011  
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 13/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS  
CONTRATADA: GIOVANNI COM. DE PNEUS LTDA ME  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE MONTAGEM E BALANCEAMENTO PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.  
VALOR: R\$ 947,20 (NOVECENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E VINTE CENTAVOS).  
DATA: 06/04/2011  
VIGÊNCIA: 31/12/2011  
CONTRATO Nº 30/2011

**Extrato de Contrato 31/2011 Processo 13/2011**

EXTRATO DE CONTRATO 31/2011 PROCESSO 13/2011  
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 13/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS  
CONTRATADA: JOAÇABA PNEUS LTDA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE

MONTAGEM E BALANCEAMENTO PARA A FROTA DE VEICULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

VALOR: R\$ 8.717,00 (OITO MIL SETECENTOS E DEZESSETE REAIS).

DATA: 06/04/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

CONTRATO Nº 31/2011

### Extrato de Contrato 32/2011 Processo 13/2011

EXTRATO DE CONTRATO 32/2011 PROCESSO 13/2011

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 13/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: MODELO PNEUS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVICOS DE MONTAGEM E BALANCEAMENTO PARA A FROTA DE VEICULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

VALOR: R\$ 8.416,00 (OITO MIL QUATROCENTOS E DEZESSEIS REAIS).

DATA: 06/04/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

CONTRATO Nº 32/2011

## Canoinhas

### PREFEITURA

### Edital de Carta Convite n.º FME 01/2011

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS/SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FME 09/2011

CARTA CONVITE N.º FME 01/2011

A Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, CNPJ n.º 03.914.543/0001-02, realizará no dia 19/07/2011, às 15:15 horas, Carta Convite para contratação de empresa especializada para execução da obra "Construção de Barracão Pré-Moldado para Quadra de Bocha com 450,00 m² no Estádio Municipal Benedito Therezio de Carvalho Junior". Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail informado abaixo, fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. [licitacao@pmc.sc.gov.br](mailto:licitacao@pmc.sc.gov.br).

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente

## Capinzal

### PREFEITURA

### Decreto 046/2011

DECRETO Nº 046, DE 7 DE JULHO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.969, de 7 de julho de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de

Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), para reforço da dotação orçamentária vigente, na forma do quadro a seguir:

0601	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15	URBANISMO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452	SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120	DESENVOLVIMENTO URBANO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120.1092	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	245.850,00
44905100-180	Obras e instalações	24	54	R\$	245.850,00

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o art. 1º deste Decreto, a receita proveniente do repasse da União, relativa ao contrato de repasse nº 0308508-41/2009, celebrado com o Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, que objetiva o apoio financeiro da União para a execução de pavimentação de ruas do Município de Capinzal, no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. O saldo dos recursos relativos ao convênio referido no caput deste artigo que não for liberado durante o exercício deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 7 de julho de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

### Decreto 047/2011

DECRETO Nº 047, DE 7 DE JULHO DE 2011.

Abre crédito adicional especial na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.972, de 7 de julho de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, um crédito adicional especial, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), para suporte da dotação orçamentária, a seguir especificada:

1001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244.0195	ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA	FTE	DR	R\$	0,00

1001.08.244.0195.2174	MANUT CREAM CENTRO REF ESP ASSIST SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000	Material de consumo	52	00	R\$	9.000,00
33903600	Outros serviços de terceiros - pessoa física	52	00	R\$	3.000,00
33903900	Outros servi- ços de tercei- ros - pessoa jurídica	52	00	R\$	20.000,00
Total	00	00	R\$	32.000,00	

Art. 2º Para dar cobertura às despesas previstas no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), na forma do quadro a seguir:

1001	FUNDO MU- NICIPAL DE ASSISTÊN- CIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08	ASSISTÊN- CIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.243	ASSIS- TÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLES- CENTE	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.243.0175	REDE DE PROT A CRIANÇA E AO ADOLES- CENTE	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.24434.0175.2169	ASSIS- TÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLES- CENTE	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-005	Material de consumo	00	00	R\$	32.000,00
Total	R\$	32.000,00			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 7 de julho de 2011.  
LEONIR BOARETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO  
Secretário da Administração e Finanças

### Lei 2.968/2011

LEI Nº 2.968, DE 7 DE JULHO DE 2011.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 210.680,01 (duzentos e dez mil seiscentos e oitenta reais e um centavo), sendo R\$ 163.680,01 (cento e sessenta e três mil seiscentos e oitenta reais e um centavo) para reforço das dotações orçamentárias nºs 2047, 2053, 2083 e 2041, vinculadas ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal e R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), para reforço das dotações orçamentárias nºs 2172, 2174 e 2175, vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, na forma dos quadros a seguir especificados:

#### I - Demonstrativo da Suplementação no Orçamento da Prefeitura

0501.12.361.0065.2047	MANUTEN- ÇÃO DO ENSINO FUNDAMEN- TAL	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-099	Equipa- mentos e material permanente	58	49	R\$	74.680,01
0501.12.361.0065.2053	MANUT CONSERV. AMPL. INST. FÍSICAS ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-256	Obras e instalações	58	49	R\$	45.000,00
0601.15.451.0110.2083	MANUT DE CENTROS COMUNITÁ- RIOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-164	Material de consumo	00	00	R\$	14.000,00
1701.23.695.0055.2041	PROMOÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-250	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00	00	R\$	30.000,00
Subtotal - I	R\$	163.680,01			

#### II - Demonstrativo da Suplementação no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

101.08.243.0175.2172	MANUT.PRO- GRAMA ERRA- DIC. TRABAL. INFANTIL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-021	Material de consumo	52	00	R\$	20.000,00
1001.08.244.0195.2174	MANUT ATIVID CENTRO REF. ASSIST. SOC. CRAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-026	Material de consumo	00	00	R\$	3.000,00
33903000-026	Material de consumo	52	00	R\$	10.000,00

33903900-028	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00	00	R\$	2.000,00
33903900-028	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	52	00	R\$	2.000,00
1001.08.244.0195.2175	CONTROLE SOC. PROG. BOLSA F. RECURSOS IGD	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-029	Material de consumo	52	00	R\$	5.000,00
44905200-032	Equipamentos e material permanente	52	00	R\$	5.000,00
Subtotal - II	47.000,00				
Total (I+II)	210.680,01				

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto nos incisos I e II do art. 1º desta Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 163.680,01 (cento e sessenta e três mil, seiscentos e oitenta reais e um centavo) e o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Assistências Social de Capinzal, no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), totalizando o valor de R\$ 210.680,01 (duzentos e dez mil, seiscentos e oitenta reais e um centavo), na forma dos quadros a seguir.

#### I - Demonstrativo das Anulações no Orçamento da Prefeitura

0501.12.361.0065.2047	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-099	Equipamentos e material permanente	89	00	R\$	17710,06
0501.12.361.0065.2050	MANUT. AMPL. DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-101	Material de consumo	19	00	R\$	18.000,00
0501.12.361.0065.2061	ATENDIMENTO DEFIC. APRENDIZAGEM E ACOMP	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-107	Material de consumo	19	00	R\$	1.000,00
33903900-108	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	19	00	R\$	7.000,00
0501.12.361.0065.1055	IMPLANTAÇÃO, MANUT, AMPL. LABOR. INFORM	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-112	Material de consumo	19	00	R\$	2.000,00
44905200-114	Equipamentos e material permanente	19	00	R\$	11.000,00
0501.12.361.0065.1059	AQUISIÇÃO VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESC.	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-115	Equipamentos e material permanente	58	49	R\$	9.000,00

0501.12.365.0060.2044	MANUT CENTRO MUNIC EDUC INFANTIL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-123	Material de consumo	01	00	R\$	20.000,00
0501.12.366.0080.2065	MANUT DA EDUC DE JOVENS E ADULTOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-127	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01	00	R\$	10.000,00
0502.13.391.0095.2069	MANUT DO MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-129	Material de consumo	00	00	R\$	4.000,00
33903900-130	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00	00	R\$	3.000,00
44905200-131	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	3.000,00
0501.13.392.0095.2072	MANUT DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-139	Material de consumo	00	00	R\$	3.000,00
33903900-140	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00	00	R\$	2.000,00
0601.15.452.125.1097	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-185	Obras e instalações	00	00	R\$	12.607,60
1601.04.122.0010.2016	MANUT DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-235	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00	00	R\$	40.362,35
Subtotal - I	R\$	163.680,01			

#### II - Demonstrativo das Anulações no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

1001.08.241.0170.2165	MANUT CENTRO CONV. DA TERCEIRA IDADE	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-002	Material de consumo	00	00	R\$	10.000,00
44905200-004	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	5.000,00
1001.08.243.0175.2169	ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇA E AO ADOLESC	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-005	Material de consumo	00	00	R\$	15.000,00
33903900-006	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00	00	R\$	5.000,00
1001.08.243.0175.2172	MANUT PROG. ERADIC. TRABALHO INFANTIL	FTE	DR	R\$	0,00



31901100-019	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	52	00	R\$	2.000,00
31901300-020	Obrigações patronais	52	00	R\$	1.000,00
33903900-022	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	52	00	R\$	5.000,00
1001.08.244.0195.2174	MANUT. ATIV. CENTRO REF. ASSIST. SOC. CRAS	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-024	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	52	00	R\$	2.000,00
31901300-025	Obrigações patronais	52	00	R\$	2.000,00
Subtotal - II	R\$	47.000,00			
Total (I+II)	R\$	210.680,01			

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 7 de julho de 2011.  
LEONIR BOARETTO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO  
Secretário da Administração e Finanças

### Lei 2.969/2011

LEI Nº 2.969, DE 7 DE JULHO DE 2011.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), para reforço da dotação orçamentária vigente, na forma do quadro a seguir:

0601	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15	URBANISMO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452	SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120	DESENVOLVIMENTO URBANO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120.1092	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	245.850,00
44905100-180	Obras e instalações	24	54	R\$	245.850,00

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, a receita proveniente do repasse da União, relativa ao contrato de repasse nº 0308508-41/2009, celebrado com o Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, que objetiva o apoio financeiro da União para a execução de pavimentação de ruas do Município de Capinzal, no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. O saldo dos recursos relativos ao convênio

referido no caput deste artigo que não for liberado durante o exercício deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 7 de julho de 2011.  
LEONIR BOARETTO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO  
Secretário da Administração e Finanças

### Lei 2.970/2011

LEI Nº 2.970, DE 7 DE JULHO DE 2011.

Acréscima ação ao Programa nº 0195 e respectivo Anexo nº I-XXXIX da Lei nº 2.924, de 19 de agosto de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2011, e dá outras providências.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescentado ao Programa nº 0195 - "Atenção Integral à Família - PAIF", na Função 08- "Assistência Social" e na Subfunção 244 - "Assistência Social", constante ao anexo I-XXXIX da Lei nº 2.924, de 19 de agosto de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2011, vinculado ao Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, a ação nº 2.200 - "Manutenção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS", no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

Parágrafo único. Com o acréscimo da ação prevista no Caput deste artigo, o anexo I-XXXIX da Lei nº 2.924, de 19 de agosto de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2011, passa a vigorar com o valor de R\$ 122.520,00 (cento e vinte e dois mil quinhentos e vinte reais).

Art. 2º O Anexo I-XXXIX referido no art. 1º, passa a ser parte integrante da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, SC, 7 de julho de 2011.  
LEONIR BOARETTO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO  
Secretário da Administração e Finanças

### Lei 2.971/2011

LEI Nº 2.971, DE 7 DE JULHO DE 2011.

Acréscima ação ao Programa nº 0195 e respectivo Anexo nº I-XXXIX da Lei nº 2.924, de 19 de agosto de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2011, e dá outras providências.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescentado ao Programa nº 0195 - "Atenção Integral à Família - PAIF", na Função 08- "Assistência Social" e na Subfunção 244 - "Assistência Social", constante ao anexo I-XXXIX da Lei nº 2.924, de 19 de agosto de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2011, vinculado ao Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, a ação nº 2.200 - "Manutenção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS", no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

Parágrafo único. Com o acréscimo da ação prevista no Caput deste artigo, o anexo I-XXXIX da Lei nº 2.924, de 19 de agosto de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2011, passa a vigorar com o valor de R\$ 122.520,00 (cento e vinte e dois mil quinhentos e vinte reais).

Art. 2º O Anexo I-XXXIX referido no art. 1º, passa a ser parte integrante da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, SC, 7 de julho de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

### Lei 2.972/2011

LEI Nº 2.972, DE 7 DE JULHO DE 2011.

Autoriza a abertura de crédito adicional especial na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, um crédito adicional especial, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), para suporte da dotação orçamentária, a seguir especificada:

1001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244.0195	ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.244.0195.2174	MANUT CREAS CENTRO REF ESP ASSIST SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000	Material de consumo	52	00	R\$	9.000,00
33903600	Outros serviços de terceiros - pessoa física	52	00	R\$	3.000,00
33903900	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	52	00	R\$	20.000,00
Total	00	00	R\$	32.000,00	

Art. 2º Para dar cobertura às despesas previstas no art. 1º desta Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a

anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), na forma do quadro a seguir:

1001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.243.0175	REDE DE PROT A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	FTE	DR	R\$	0,00
1001.08.24434.0175.2169	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-005	Material de consumo	00	00	R\$	32.000,00
Total	R\$	32.000,00			

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 7 de julho de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

## Catanduvás

### PREFEITURA

### Lei Nº 2.315/2011, de 06 de julho de 2011.

LEI Nº 2.315/2011, de 06 de julho de 2011.

"CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CATANDUVAS - ADC"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CATANDUVAS - ADC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 08.697.839/0001-32, com sede à Rua Olavo Bilac s/nº, Centro Oeste, nesta cidade de Catanduvás-SC.

Art. 2º Beneficiar-se-á a Entidade das prerrogativas constantes da legislação em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 06 de julho de 2011.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Sec. Mun. Administração e Finanças

Registrada e publicada, por esta Secretaria, nesta data.

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### **Portaria Nº 315/2011 de 08.07.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 315/2011

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do Ensino Médio.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível I para o Nível IV, por nova habilitação ou titulação, ao Servidor MARCIANO SYPRIANI, matriculado sob o nº. 2598/01 (Código 3.3.07), ocupante do cargo efetivo de Mecânico - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º A progressão corresponderá a um (1) nível por habilitação no ensino fundamental e dois (2) níveis por habilitação no ensino médio, com fundamento no art. 22, incisos I e II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IV, código 3.3.07, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99,

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de julho de 2011.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 316/2011 de 08.07.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 316/2011

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do Fundamental.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível I para o Nível II, por nova habilitação ou titulação, a Servidora PATRICIA APARECIDA BATISTA, matrícula nº2548/0 (Código 3.3.02), ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais-40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A progressão corresponderá a um (1) nível por habilitação no ensino fundamental, com fundamento no art. 22, incisos I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível II, código 3.3.02, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99,

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de julho de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 317/2011 de 08.07.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 317/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder e autorizar a servidora CRISLEI SEBOLD, servidora desta Prefeitura, ocupante do cargo efetivo de Secretaria de Escola, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, gozar as férias regulamentares, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário conforme art.78, § 3º da LC nº 008, de 23.12.99, relativas ao período aquisitivo de 2009/2010, para serem gozadas de 11.07.2011 à 30.07.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de julho de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 318/2011 de 08.07.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 318/2011

- CONSIDERANDO que a servidora ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais-40 horas, aprovada no Concurso Público nº. 001/2011, está lotada na Administração Central;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar SILVIA KERSCHBAUM MACIEL, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais-40 horas, nomeada pela Portaria nº. 290 de 29.07.2011, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, no Centro Educacional José Rengel, a partir de 11.07.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de julho de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal



# Concórdia

## PREFEITURA

### Balanco Financeiro Instituto Prev Social Serv Pub Concordia

#### INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA

#### Balanco Financeiro

#### Anexo AN - 5

#### PERÍODO DE REFERÊNCIA: Junho /2011

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	768.833,46	ORÇAMENTÁRIA	304.181,45
Receitas Orçamentárias	768.833,46	Despesas Correntes	287.253,10
Receitas Correntes	338.851,77	31 - Pessoal e Encargos Sociais	15.764,10
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	215.566,73	33 - Outras Despesas Correntes	271.489,00
Receitas Patrimoniais	123.011,89	Despesas de Capital	15.064,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	15.064,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	1.864,35
Outras Receitas Correntes	273,15	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	1.864,35
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	429.981,69	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	351.940,81	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	351.966,47
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	47.759,36	Depósitos	47.770,51
Consignações	7.288,47	Consignações	7.288,47
Depósitos em Diversas Origens	40.470,89	Depósitos em Diversas Origens	40.482,04
Restos a Pagar	304.181,45	Restos a Pagar	304.195,96
Obrigações a Pagar	304.181,45	Obrigações a Pagar	304.195,96
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	39.078.841,80	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	39.543.468,15
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	16.008,19	Bancos Conta Movimento	25.642,05
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	39.062.833,61	Investimentos do RPPS	39.517.826,10
TOTAL	40.199.616,07	TOTAL	40.199.616,07

Fonte: Instituto Prev. Social Pub. de Concórdia

LUCILENE L. LAZZAROTTI  
Diretora-Presidente

ONEIDE BERTOLINI  
Contador - CRC/SC 027.452/O-5

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08 - Instituto Prev Social Serv Pub Concordia

### INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA

Data: 07/07/2011 10:59:25

ESTADO DE SANTA CATARINA

### Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08

Mês de Junho/2011

Página: 1 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES 009.122.0083.2601 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES- MEIO DO IPRECON							
3.0.00.00.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	534.400,00			534.400,00	18.573,45	290.558,08	243.841,92
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	213.400,00			213.400,00	17.628,45	101.993,76	111.406,24
3.1.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	193.400,00			193.400,00	15.764,10	91.534,31	101.865,69
3.1.90.11.00.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -P. CIVIL					15.709,38	90.997,55	
3.1.90.11.01.00.00.00 VENCIMENTOS E SALARIOS					12.016,83	71.494,46	
3.1.90.11.31.00.00.00 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGOS					1.821,03	10.105,37	
3.1.90.11.33.00.00.00 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES					1.524,01	8.910,37	
3.1.90.11.45.00.00.00 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL					347,51	487,35	
3.1.90.13.00.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS					54,72	536,76	
3.1.90.13.02.00.00.00 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS					54,72	336,76	
3.1.90.13.99.00.00.00 OUTRAS OBRIGACOES PATRONAIS						200,00	
3.1.91.00.00.00.00.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	20.000,00			20.000,00	1.864,35	10.459,45	9.540,55
3.1.91.13.00.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS					1.864,35	10.459,45	
3.1.91.13.03.00.00.00 CONTRIBUICAO PATRONAL PARA REG. PROPRI					1.604,65	9.217,93	
3.1.91.13.99.00.00.00 OUTRAS OBRIGACOES PATRONAIS					259,70	1.241,52	
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	321.000,00			321.000,00	945,00	188.564,32	132.435,68
3.3.20.00.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS A UNIAO	70.000,00			70.000,00		50.000,00	20.000,00
3.3.20.47.00.00.00.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS						50.000,00	
3.3.20.47.12.00.00.00 CONTRIBUICAO PARA O PIS/PASEP						50.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	251.000,00			251.000,00	945,00	138.564,32	112.435,68
3.3.90.14.00.00.00.00 DIARIAS - CIVIL						6.938,97	
3.3.90.14.14.00.00.00 DIARIAS NO PAIS - CIVIL						6.938,97	
3.3.90.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO						9.190,89	
3.3.90.30.07.00.00.00 GENEROS DE ALIMENTACAO						282,93	
3.3.90.30.16.00.00.00 MATERIAL DE EXPEDIENTE						5.377,50	
3.3.90.30.17.00.00.00 MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS						3.067,20	

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 2 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES 009.122.0083.2601 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES- MEIO DO IPRECON							
3.3.90.30.25.00.00.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS MOVE						228,46	
3.3.90.30.30.00.00.00 MATERIAL PARA COMUNICACOES						159,80	
3.3.90.30.99.00.00.00 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO						75,00	
3.3.90.33.00.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO						1.217,01	
3.3.90.33.01.00.00.00 PASSAGENS PARA O PAIS						1.217,01	
3.3.90.35.00.00.00.00 SERVICOS DE CONSULTORIA						3.000,00	
3.3.90.35.99.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE CONSULTORIA						3.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 OUTROS SERV TERCEIROS - PESSOA FISICA					395,00	41.074,28	
3.3.90.36.15.00.00.00 LOCACAO DE IMOVEIS						18.979,28	
3.3.90.36.34.00.00.00 SERVICOS PERICIAS MEDICAS P/ BENEFICIOS						21.700,00	
3.3.90.36.99.00.00.00 OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PES FISICA					395,00	395,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVICOS TERCEIROS-PES JURIDICA					150,00	74.135,26	
3.3.90.39.01.00.00.00 ASSINATURA DE PERIODICOS E ANUIDADES						2.752,00	
3.3.90.39.02.00.00.00 CONDOMINIOS						800,90	
3.3.90.39.05.00.00.00 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS						7.339,56	
3.3.90.39.08.00.00.00 MANUTENCAO DE SOFTWARE						7.080,00	
3.3.90.39.11.00.00.00 LOCACAO DE SOFTWARES						23.416,57	
3.3.90.39.17.00.00.00 MANUTEN. E CONSERV.DE MAQ. E EQUIPAMEN					150,00	954,00	
3.3.90.39.22.00.00.00 EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAE						3.808,00	
3.3.90.39.43.00.00.00 SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA						6.000,00	
3.3.90.39.47.00.00.00 SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL						1.500,00	
3.3.90.39.56.00.00.00 SERVICOS PERICIAS MEDICAS P/ BENEFICIOS						1.282,75	
3.3.90.39.58.00.00.00 SERVICOS DE TELECOMUNICACOES						7.800,00	
3.3.90.39.66.00.00.00 SERVICOS JUDICIARIOS						50,00	
3.3.90.39.77.00.00.00 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA						2.048,04	
3.3.90.39.78.00.00.00 LIMPEZA E CONSERVACAO						5.272,44	

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

ESTADO DE SANTA CATARINA

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 3 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
009.122.0083.2601 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES- MEIO DO IPRECON							
3.3.90.39.94.00.00.00 AQUISICAO DE SOFTWARES DE APLICACAO						561,00	
3.3.90.39.97.00.00.00 DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO						1.380,00	
3.3.90.39.99.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P.JURIDICA						2.090,00	
3.3.90.46.00.00.00.00 AUXILIO-ALIMENTACAO					400,00	2.250,00	
3.3.90.46.01.00.00.00 AUXILIO-ALIMENTACAO EM PECUNIA					400,00	2.250,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS						416,62	
3.3.90.47.02.00.00.00 IMPOSTO S/ PROPR PREDIAL E TER URB-IPTU						416,62	
3.3.90.92.00.00.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES						341,29	
3.3.90.92.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO						341,29	
Total do Proj/Ativ	534.400,00			534.400,00	18.573,45	290.558,08	243.841,92



**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

ESTADO DE SANTA CATARINA

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 4 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
009.122.0085.1601 - MODERNIZACAO E ORGANIZACAO ADMINISTRATIVA DO IPREC							
4.0.00.00.00.00.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
4.4.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
4.4.90.52.00.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					15.064,00	16.628,00	
4.4.90.52.33.00.00.00 EQUIPAMENTOS PARA AUDIO,VIDEO E FOTO						499,00	
4.4.90.52.35.00.00.00 EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DAD					15.064,00	15.064,00	
4.4.90.52.42.00.00.00 MOBILIARIO EM GERAL						1.065,00	
Total do Proj/Ativ	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 5 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
009.271.0084.2602 - MANUTENCAO DE ASSISTENCIA PREVIDENCIARIA							
3.0.00.00.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	3.759.320,00			3.759.320,00	270.544,00	1.590.700,12	2.168.619,88
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.000,00			45.000,00		7.324,33	37.675,67
3.1.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	45.000,00			45.000,00		7.324,33	37.675,67
3.1.90.09.00.00.00.00 SALARIO-FAMILIA						7.324,33	
3.1.90.09.01.00.00.00 SALARIO-FAMILIA - ATIVO PESSOAL CIVIL						7.324,33	
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.714.320,00			3.714.320,00	270.544,00	1.583.375,79	2.130.944,21
3.3.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	3.714.320,00			3.714.320,00	270.544,00	1.583.375,79	2.130.944,21
3.3.90.01.00.00.00.00 APOSENTADORIAS E REFORMAS					179.444,26	1.042.880,52	
3.3.90.01.01.00.00.00 PROVENTOS - PESSOAL CIVIL					179.444,26	1.042.880,52	
3.3.90.03.00.00.00.00 PENSOES					44.659,11	264.261,94	
3.3.90.03.01.00.00.00 CIVIS					44.659,11	264.261,94	
3.3.90.05.00.00.00.00 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS					46.419,90	276.026,03	
3.3.90.05.01.00.00.00 AUXILIO DOENCA - PESSOA CIVIL					34.692,20	187.649,30	
3.3.90.05.02.00.00.00 AUXILIO-RECLUSAO - PESSOAL CIVIL					832,49	4.845,18	
3.3.90.05.03.00.00.00 SALARIO-MATERNIDADE - PESSOAL CIVIL					10.520,11	82.711,28	
3.3.90.05.55.00.00.00 SALARIO FAMILIA DOS SEGURADOS					375,10	820,27	
3.3.90.09.00.00.00.00 SALARIO-FAMILIA					20,73	207,30	
3.3.90.09.01.00.00.00 SALARIO-FAMILIA - ATIVO PESSOAL CIVIL						165,84	
3.3.90.09.02.00.00.00 SALARIO-FAMILIA - INATIVO PESSOAL CIVIL					20,73	41,46	
Total do Proj/Ativ	3.759.320,00			3.759.320,00	270.544,00	1.590.700,12	2.168.619,88
Total da Unidade	4.350.000,00			4.350.000,00	304.181,45	1.897.886,20	2.452.113,80
Total do Órgão	4.350.000,00			4.350.000,00	304.181,45	1.897.886,20	2.452.113,80
Total Despesa Corrente	4.293.720,00			4.293.720,00	289.117,45	1.881.258,20	2.412.461,80
Total Despesa Capital	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
Total Geral	4.350.000,00			4.350.000,00	304.181,45	1.897.886,20	2.452.113,80

CONCORDIA, 30 de Junho de 2011.

\_\_\_\_\_  
 LUCILENE LAZZAROTTI  
 DIRETORA-PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
 ONEIDE BERTOLINI  
 CRC/UF: 27.452/O-/SC - CONTADORA

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**  
Mês de Junho/2011

Data: 07/07/2011 10:59:26

Página: 1 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES 009.122.0083.2601 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES- MEIO DO IPRECON							
3.0.00.00.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	534.400,00			534.400,00	18.573,45	290.558,08	243.841,92
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	213.400,00			213.400,00	17.628,45	101.993,76	111.406,24
3.1.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	193.400,00			193.400,00	15.764,10	91.534,31	101.865,69
3.1.90.11.00.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -P. CIVIL					15.709,38	90.997,55	
3.1.90.11.01.00.00.00 VENCIMENTOS E SALARIOS					12.016,83	71.494,46	
3.1.90.11.31.00.00.00 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGOS					1.821,03	10.105,37	
3.1.90.11.33.00.00.00 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES					1.524,01	8.910,37	
3.1.90.11.45.00.00.00 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL					347,51	487,35	
3.1.90.13.00.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS					54,72	536,76	
3.1.90.13.02.00.00.00 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS					54,72	336,76	
3.1.90.13.99.00.00.00 OUTRAS OBRIGACOES PATRONAIS						200,00	
3.1.91.00.00.00.00.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	20.000,00			20.000,00	1.864,35	10.459,45	9.540,55
3.1.91.13.00.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS					1.864,35	10.459,45	
3.1.91.13.03.00.00.00 CONTRIBUICAO PATRONAL PARA REG. PROPRI					1.604,65	9.217,93	
3.1.91.13.99.00.00.00 OUTRAS OBRIGACOES PATRONAIS					259,70	1.241,52	
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	321.000,00			321.000,00	945,00	188.564,32	132.435,68
3.3.20.00.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS A UNIAO	70.000,00			70.000,00		50.000,00	20.000,00
3.3.20.47.00.00.00.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS						50.000,00	
3.3.20.47.12.00.00.00 CONTRIBUICAO PARA O PIS/PASEP						50.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	251.000,00			251.000,00	945,00	138.564,32	112.435,68
3.3.90.14.00.00.00.00 DIARIAS - CIVIL						6.938,97	
3.3.90.14.14.00.00.00 DIARIAS NO PAIS - CIVIL						6.938,97	
3.3.90.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO						9.190,89	
3.3.90.30.07.00.00.00 GENEROS DE ALIMENTACAO						282,93	
3.3.90.30.16.00.00.00 MATERIAL DE EXPEDIENTE						5.377,50	
3.3.90.30.17.00.00.00 MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS						3.067,20	

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 2 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES 009.122.0083.2601 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES- MEIO DO IPRECON							
3.3.90.30.25.00.00.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS MOVE						228,46	
3.3.90.30.30.00.00.00 MATERIAL PARA COMUNICACOES						159,80	
3.3.90.30.99.00.00.00 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO						75,00	
3.3.90.33.00.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO						1.217,01	
3.3.90.33.01.00.00.00 PASSAGENS PARA O PAIS						1.217,01	
3.3.90.35.00.00.00.00 SERVICOS DE CONSULTORIA						3.000,00	
3.3.90.35.99.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE CONSULTORIA						3.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 OUTROS SERV TERCEIROS - PESSOA FISICA					395,00	41.074,28	
3.3.90.36.15.00.00.00 LOCACAO DE IMOVEIS						18.979,28	
3.3.90.36.34.00.00.00 SERVICOS PERICIAS MEDICAS P/ BENEFICIOS						21.700,00	
3.3.90.36.99.00.00.00 OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PES FISICA					395,00	395,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVICOS TERCEIROS-PES JURIDICA					150,00	74.135,26	
3.3.90.39.01.00.00.00 ASSINATURA DE PERIODICOS E ANUIDADES						2.752,00	
3.3.90.39.02.00.00.00 CONDOMINIOS						800,90	
3.3.90.39.05.00.00.00 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS						7.339,56	
3.3.90.39.08.00.00.00 MANUTENCAO DE SOFTWARE						7.080,00	
3.3.90.39.11.00.00.00 LOCACAO DE SOFTWARES						23.416,57	
3.3.90.39.17.00.00.00 MANUTEN. E CONSERV.DE MAQ. E EQUIPAMEN					150,00	954,00	
3.3.90.39.22.00.00.00 EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAE						3.808,00	
3.3.90.39.43.00.00.00 SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA						6.000,00	
3.3.90.39.47.00.00.00 SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL						1.500,00	
3.3.90.39.56.00.00.00 SERVICOS PERICIAS MEDICAS P/ BENEFICIOS						1.282,75	
3.3.90.39.58.00.00.00 SERVICOS DE TELECOMUNICACOES						7.800,00	
3.3.90.39.66.00.00.00 SERVICOS JUDICIARIOS						50,00	
3.3.90.39.77.00.00.00 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA						2.048,04	
3.3.90.39.78.00.00.00 LIMPEZA E CONSERVACAO						5.272,44	



**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 3 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
009.122.0083.2601 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES- MEIO DO IPRECON							
3.3.90.39.94.00.00.00 AQUISICAO DE SOFTWARES DE APLICACAO						561,00	
3.3.90.39.97.00.00.00 DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO						1.380,00	
3.3.90.39.99.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P.JURIDICA						2.090,00	
3.3.90.46.00.00.00.00 AUXILIO-ALIMENTACAO					400,00	2.250,00	
3.3.90.46.01.00.00.00 AUXILIO-ALIMENTACAO EM PECUNIA					400,00	2.250,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS						416,62	
3.3.90.47.02.00.00.00 IMPOSTO S/ PROPR PREDIAL E TER URB-IPTU						416,62	
3.3.90.92.00.00.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES						341,29	
3.3.90.92.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO						341,29	
Total do Proj/Ativ	534.400,00			534.400,00	18.573,45	290.558,08	243.841,92

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

ESTADO DE SANTA CATARINA

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 4 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
009.122.0085.1601 - MODERNIZACAO E ORGANIZACAO ADMINISTRATIVA DO IPREC							
4.0.00.00.00.00.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
4.4.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
4.4.90.52.00.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					15.064,00	16.628,00	
4.4.90.52.33.00.00.00 EQUIPAMENTOS PARA AUDIO,VIDEO E FOTO						499,00	
4.4.90.52.35.00.00.00 EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DAD					15.064,00	15.064,00	
4.4.90.52.42.00.00.00 MOBILIARIO EM GERAL						1.065,00	
Total do Proj/Ativ	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

ESTADO DE SANTA CATARINA

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 5 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
009.271.0084.2602 - MANUTENCAO DE ASSISTENCIA PREVIDENCIARIA							
3.0.00.00.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	3.759.320,00			3.759.320,00	270.544,00	1.590.700,12	2.168.619,88
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.000,00			45.000,00		7.324,33	37.675,67
3.1.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	45.000,00			45.000,00		7.324,33	37.675,67
3.1.90.09.00.00.00.00 SALARIO-FAMILIA						7.324,33	
3.1.90.09.01.00.00.00 SALARIO-FAMILIA - ATIVO PESSOAL CIVIL						7.324,33	
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.714.320,00			3.714.320,00	270.544,00	1.583.375,79	2.130.944,21
3.3.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	3.714.320,00			3.714.320,00	270.544,00	1.583.375,79	2.130.944,21
3.3.90.01.00.00.00.00 APOSENTADORIAS E REFORMAS					179.444,26	1.042.880,52	
3.3.90.01.01.00.00.00 PROVENTOS - PESSOAL CIVIL					179.444,26	1.042.880,52	
3.3.90.03.00.00.00.00 PENSOES					44.659,11	264.261,94	
3.3.90.03.01.00.00.00 CIVIS					44.659,11	264.261,94	
3.3.90.05.00.00.00.00 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS					46.419,90	276.026,03	
3.3.90.05.01.00.00.00 AUXILIO DOENCA - PESSOA CIVIL					34.692,20	187.649,30	
3.3.90.05.02.00.00.00 AUXILIO-RECLUSAO - PESSOAL CIVIL					832,49	4.845,18	
3.3.90.05.03.00.00.00 SALARIO-MATERNIDADE - PESSOAL CIVIL					10.520,11	82.711,28	
3.3.90.05.55.00.00.00 SALARIO FAMILIA DOS SEGURADOS					375,10	820,27	
3.3.90.09.00.00.00.00 SALARIO-FAMILIA					20,73	207,30	
3.3.90.09.01.00.00.00 SALARIO-FAMILIA - ATIVO PESSOAL CIVIL						165,84	
3.3.90.09.02.00.00.00 SALARIO-FAMILIA - INATIVO PESSOAL CIVIL					20,73	41,46	
Total do Proj/Ativ	3.759.320,00			3.759.320,00	270.544,00	1.590.700,12	2.168.619,88
Total da Unidade	4.350.000,00			4.350.000,00	304.181,45	1.897.886,20	2.452.113,80
Total do Órgão	4.350.000,00			4.350.000,00	304.181,45	1.897.886,20	2.452.113,80
Total Despesa Corrente	4.293.720,00			4.293.720,00	289.117,45	1.881.258,20	2.412.461,80
Total Despesa Capital	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
Total Geral	4.350.000,00			4.350.000,00	304.181,45	1.897.886,20	2.452.113,80

CONCORDIA, 30 de Junho de 2011.

\_\_\_\_\_  
LUCILENE LAZZAROTTI  
DIRETORA-PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
ONEIDE BERTOLINI  
CRC/UF: 27.452/O-/SC - CONTADORA

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**  
Mês de Junho/2011

Data: 07/07/2011 10:59:26

Página: 1 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES 009.122.0083.2601 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES- MEIO DO IPRECON							
3.0.00.00.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	534.400,00			534.400,00	18.573,45	290.558,08	243.841,92
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	213.400,00			213.400,00	17.628,45	101.993,76	111.406,24
3.1.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	193.400,00			193.400,00	15.764,10	91.534,31	101.865,69
3.1.90.11.00.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -P. CIVIL					15.709,38	90.997,55	
3.1.90.11.01.00.00.00 VENCIMENTOS E SALARIOS					12.016,83	71.494,46	
3.1.90.11.31.00.00.00 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGOS					1.821,03	10.105,37	
3.1.90.11.33.00.00.00 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES					1.524,01	8.910,37	
3.1.90.11.45.00.00.00 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL					347,51	487,35	
3.1.90.13.00.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS					54,72	536,76	
3.1.90.13.02.00.00.00 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS					54,72	336,76	
3.1.90.13.99.00.00.00 OUTRAS OBRIGACOES PATRONAIS						200,00	
3.1.91.00.00.00.00.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	20.000,00			20.000,00	1.864,35	10.459,45	9.540,55
3.1.91.13.00.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS					1.864,35	10.459,45	
3.1.91.13.03.00.00.00 CONTRIBUICAO PATRONAL PARA REG. PROPRI					1.604,65	9.217,93	
3.1.91.13.99.00.00.00 OUTRAS OBRIGACOES PATRONAIS					259,70	1.241,52	
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	321.000,00			321.000,00	945,00	188.564,32	132.435,68
3.3.20.00.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS A UNIAO	70.000,00			70.000,00		50.000,00	20.000,00
3.3.20.47.00.00.00.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS						50.000,00	
3.3.20.47.12.00.00.00 CONTRIBUICAO PARA O PIS/PASEP						50.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	251.000,00			251.000,00	945,00	138.564,32	112.435,68
3.3.90.14.00.00.00.00 DIARIAS - CIVIL						6.938,97	
3.3.90.14.14.00.00.00 DIARIAS NO PAIS - CIVIL						6.938,97	
3.3.90.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO						9.190,89	
3.3.90.30.07.00.00.00 GENEROS DE ALIMENTACAO						282,93	
3.3.90.30.16.00.00.00 MATERIAL DE EXPEDIENTE						5.377,50	
3.3.90.30.17.00.00.00 MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS						3.067,20	



**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 2 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES 009.122.0083.2601 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES- MEIO DO IPRECON							
3.3.90.30.25.00.00.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS MOVE						228,46	
3.3.90.30.30.00.00.00 MATERIAL PARA COMUNICACOES						159,80	
3.3.90.30.99.00.00.00 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO						75,00	
3.3.90.33.00.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO						1.217,01	
3.3.90.33.01.00.00.00 PASSAGENS PARA O PAIS						1.217,01	
3.3.90.35.00.00.00.00 SERVICOS DE CONSULTORIA						3.000,00	
3.3.90.35.99.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE CONSULTORIA						3.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 OUTROS SERV TERCEIROS - PESSOA FISICA					395,00	41.074,28	
3.3.90.36.15.00.00.00 LOCACAO DE IMOVEIS						18.979,28	
3.3.90.36.34.00.00.00 SERVICOS PERICIAS MEDICAS P/ BENEFICIOS						21.700,00	
3.3.90.36.99.00.00.00 OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PES FISICA					395,00	395,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVICOS TERCEIROS-PES JURIDICA					150,00	74.135,26	
3.3.90.39.01.00.00.00 ASSINATURA DE PERIODICOS E ANUIDADES						2.752,00	
3.3.90.39.02.00.00.00 CONDOMINIOS						800,90	
3.3.90.39.05.00.00.00 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS						7.339,56	
3.3.90.39.08.00.00.00 MANUTENCAO DE SOFTWARE						7.080,00	
3.3.90.39.11.00.00.00 LOCACAO DE SOFTWARES						23.416,57	
3.3.90.39.17.00.00.00 MANUTEN. E CONSERV.DE MAQ. E EQUIPAMEN					150,00	954,00	
3.3.90.39.22.00.00.00 EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAE						3.808,00	
3.3.90.39.43.00.00.00 SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA						6.000,00	
3.3.90.39.47.00.00.00 SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL						1.500,00	
3.3.90.39.56.00.00.00 SERVICOS PERICIAS MEDICAS P/ BENEFICIOS						1.282,75	
3.3.90.39.58.00.00.00 SERVICOS DE TELECOMUNICACOES						7.800,00	
3.3.90.39.66.00.00.00 SERVICOS JUDICIARIOS						50,00	
3.3.90.39.77.00.00.00 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA						2.048,04	
3.3.90.39.78.00.00.00 LIMPEZA E CONSERVACAO						5.272,44	

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

ESTADO DE SANTA CATARINA

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 3 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
009.122.0083.2601 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES- MEIO DO IPRECON							
3.3.90.39.94.00.00.00 AQUISICAO DE SOFTWARES DE APLICACAO						561,00	
3.3.90.39.97.00.00.00 DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO						1.380,00	
3.3.90.39.99.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P.JURIDICA						2.090,00	
3.3.90.46.00.00.00.00 AUXILIO-ALIMENTACAO					400,00	2.250,00	
3.3.90.46.01.00.00.00 AUXILIO-ALIMENTACAO EM PECUNIA					400,00	2.250,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS						416,62	
3.3.90.47.02.00.00.00 IMPOSTO S/ PROPR PREDIAL E TER URB-IPTU						416,62	
3.3.90.92.00.00.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES						341,29	
3.3.90.92.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO						341,29	
Total do Proj/Ativ	534.400,00			534.400,00	18.573,45	290.558,08	243.841,92

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

ESTADO DE SANTA CATARINA

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 4 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
009.122.0085.1601 - MODERNIZACAO E ORGANIZACAO ADMINISTRATIVA DO IPREC							
4.0.00.00.00.00.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
4.4.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
4.4.90.52.00.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					15.064,00	16.628,00	
4.4.90.52.33.00.00.00 EQUIPAMENTOS PARA AUDIO,VIDEO E FOTO						499,00	
4.4.90.52.35.00.00.00 EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DAD					15.064,00	15.064,00	
4.4.90.52.42.00.00.00 MOBILIARIO EM GERAL						1.065,00	
Total do Proj/Ativ	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

ESTADO DE SANTA CATARINA

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 5 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
009.271.0084.2602 - MANUTENCAO DE ASSISTENCIA PREVIDENCIARIA							
3.0.00.00.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	3.759.320,00			3.759.320,00	270.544,00	1.590.700,12	2.168.619,88
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.000,00			45.000,00		7.324,33	37.675,67
3.1.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	45.000,00			45.000,00		7.324,33	37.675,67
3.1.90.09.00.00.00.00 SALARIO-FAMILIA						7.324,33	
3.1.90.09.01.00.00.00 SALARIO-FAMILIA - ATIVO PESSOAL CIVIL						7.324,33	
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.714.320,00			3.714.320,00	270.544,00	1.583.375,79	2.130.944,21
3.3.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	3.714.320,00			3.714.320,00	270.544,00	1.583.375,79	2.130.944,21
3.3.90.01.00.00.00.00 APOSENTADORIAS E REFORMAS					179.444,26	1.042.880,52	
3.3.90.01.01.00.00.00 PROVENTOS - PESSOAL CIVIL					179.444,26	1.042.880,52	
3.3.90.03.00.00.00.00 PENSOES					44.659,11	264.261,94	
3.3.90.03.01.00.00.00 CIVIS					44.659,11	264.261,94	
3.3.90.05.00.00.00.00 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS					46.419,90	276.026,03	
3.3.90.05.01.00.00.00 AUXILIO DOENCA - PESSOA CIVIL					34.692,20	187.649,30	
3.3.90.05.02.00.00.00 AUXILIO-RECLUSAO - PESSOAL CIVIL					832,49	4.845,18	
3.3.90.05.03.00.00.00 SALARIO-MATERNIDADE - PESSOAL CIVIL					10.520,11	82.711,28	
3.3.90.05.55.00.00.00 SALARIO FAMILIA DOS SEGURADOS					375,10	820,27	
3.3.90.09.00.00.00.00 SALARIO-FAMILIA					20,73	207,30	
3.3.90.09.01.00.00.00 SALARIO-FAMILIA - ATIVO PESSOAL CIVIL						165,84	
3.3.90.09.02.00.00.00 SALARIO-FAMILIA - INATIVO PESSOAL CIVIL					20,73	41,46	
Total do Proj/Ativ	3.759.320,00			3.759.320,00	270.544,00	1.590.700,12	2.168.619,88
Total da Unidade	4.350.000,00			4.350.000,00	304.181,45	1.897.886,20	2.452.113,80
Total do Órgão	4.350.000,00			4.350.000,00	304.181,45	1.897.886,20	2.452.113,80
Total Despesa Corrente	4.293.720,00			4.293.720,00	289.117,45	1.881.258,20	2.412.461,80
Total Despesa Capital	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
Total Geral	4.350.000,00			4.350.000,00	304.181,45	1.897.886,20	2.452.113,80

CONCORDIA, 30 de Junho de 2011.

\_\_\_\_\_  
LUCILENE LAZZAROTTI  
DIRETORA-PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
ONEIDE BERTOLINI  
CRC/UF: 27.452/O-/SC - CONTADORA



**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**  
Mês de Junho/2011

Data: 07/07/2011 10:59:26

Página: 1 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
<p>Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES</p> <p>Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES</p> <p>009.122.0083.2601 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES- MEIO DO IPRECON</p>							
3.0.00.00.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	534.400,00			534.400,00	18.573,45	290.558,08	243.841,92
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	213.400,00			213.400,00	17.628,45	101.993,76	111.406,24
3.1.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	193.400,00			193.400,00	15.764,10	91.534,31	101.865,69
3.1.90.11.00.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -P. CIVIL					15.709,38	90.997,55	
3.1.90.11.01.00.00.00 VENCIMENTOS E SALARIOS					12.016,83	71.494,46	
3.1.90.11.31.00.00.00 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGOS					1.821,03	10.105,37	
3.1.90.11.33.00.00.00 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES					1.524,01	8.910,37	
3.1.90.11.45.00.00.00 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL					347,51	487,35	
3.1.90.13.00.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS					54,72	536,76	
3.1.90.13.02.00.00.00 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS					54,72	336,76	
3.1.90.13.99.00.00.00 OUTRAS OBRIGACOES PATRONAIS						200,00	
3.1.91.00.00.00.00.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ORGAOS.	20.000,00			20.000,00	1.864,35	10.459,45	9.540,55
3.1.91.13.00.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS					1.864,35	10.459,45	
3.1.91.13.03.00.00.00 CONTRIBUICAO PATRONAL PARA REG. PROPRI					1.604,65	9.217,93	
3.1.91.13.99.00.00.00 OUTRAS OBRIGACOES PATRONAIS					259,70	1.241,52	
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	321.000,00			321.000,00	945,00	188.564,32	132.435,68
3.3.20.00.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS A UNIAO	70.000,00			70.000,00		50.000,00	20.000,00
3.3.20.47.00.00.00.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS						50.000,00	
3.3.20.47.12.00.00.00 CONTRIBUICAO PARA O PIS/PASEP						50.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	251.000,00			251.000,00	945,00	138.564,32	112.435,68
3.3.90.14.00.00.00.00 DIARIAS - CIVIL						6.938,97	
3.3.90.14.14.00.00.00 DIARIAS NO PAIS - CIVIL						6.938,97	
3.3.90.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO						9.190,89	
3.3.90.30.07.00.00.00 GENEROS DE ALIMENTACAO						282,93	
3.3.90.30.16.00.00.00 MATERIAL DE EXPEDIENTE						5.377,50	
3.3.90.30.17.00.00.00 MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS						3.067,20	

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 2 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES 009.122.0083.2601 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES- MEIO DO IPRECON							
3.3.90.30.25.00.00.00 MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS MOVE						228,46	
3.3.90.30.30.00.00.00 MATERIAL PARA COMUNICACOES						159,80	
3.3.90.30.99.00.00.00 OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO						75,00	
3.3.90.33.00.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO						1.217,01	
3.3.90.33.01.00.00.00 PASSAGENS PARA O PAIS						1.217,01	
3.3.90.35.00.00.00.00 SERVICOS DE CONSULTORIA						3.000,00	
3.3.90.35.99.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE CONSULTORIA						3.000,00	
3.3.90.36.00.00.00.00 OUTROS SERV TERCEIROS - PESSOA FISICA					395,00	41.074,28	
3.3.90.36.15.00.00.00 LOCACAO DE IMOVEIS						18.979,28	
3.3.90.36.34.00.00.00 SERVICOS PERICIAS MEDICAS P/ BENEFICIOS						21.700,00	
3.3.90.36.99.00.00.00 OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PES FISICA					395,00	395,00	
3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVICOS TERCEIROS-PES JURIDICA					150,00	74.135,26	
3.3.90.39.01.00.00.00 ASSINATURA DE PERIODICOS E ANUIDADES						2.752,00	
3.3.90.39.02.00.00.00 CONDOMINIOS						800,90	
3.3.90.39.05.00.00.00 SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS						7.339,56	
3.3.90.39.08.00.00.00 MANUTENCAO DE SOFTWARE						7.080,00	
3.3.90.39.11.00.00.00 LOCACAO DE SOFTWARES						23.416,57	
3.3.90.39.17.00.00.00 MANUTEN. E CONSERV.DE MAQ. E EQUIPAMEN					150,00	954,00	
3.3.90.39.22.00.00.00 EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAE						3.808,00	
3.3.90.39.43.00.00.00 SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA						6.000,00	
3.3.90.39.47.00.00.00 SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL						1.500,00	
3.3.90.39.56.00.00.00 SERVICOS PERICIAS MEDICAS P/ BENEFICIOS						1.282,75	
3.3.90.39.58.00.00.00 SERVICOS DE TELECOMUNICACOES						7.800,00	
3.3.90.39.66.00.00.00 SERVICOS JUDICIARIOS						50,00	
3.3.90.39.77.00.00.00 VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA						2.048,04	
3.3.90.39.78.00.00.00 LIMPEZA E CONSERVACAO						5.272,44	

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

ESTADO DE SANTA CATARINA

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 3 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES 009.122.0083.2601 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES- MEIO DO IPRECON							
3.3.90.39.94.00.00.00 AQUISICAO DE SOFTWARES DE APLICACAO						561,00	
3.3.90.39.97.00.00.00 DESPESAS DE TELEPROCESSAMENTO						1.380,00	
3.3.90.39.99.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P.JURIDICA						2.090,00	
3.3.90.46.00.00.00.00 AUXILIO-ALIMENTACAO					400,00	2.250,00	
3.3.90.46.01.00.00.00 AUXILIO-ALIMENTACAO EM PECUNIA					400,00	2.250,00	
3.3.90.47.00.00.00.00 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS						416,62	
3.3.90.47.02.00.00.00 IMPOSTO S/ PROPR PREDIAL E TER URB-IPTU						416,62	
3.3.90.92.00.00.00.00 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES						341,29	
3.3.90.92.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO						341,29	
Total do Proj/Ativ	534.400,00			534.400,00	18.573,45	290.558,08	243.841,92

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

ESTADO DE SANTA CATARINA

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 4 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
009.122.0085.1601 - MODERNIZACAO E ORGANIZACAO ADMINISTRATIVA DO IPREC							
4.0.00.00.00.00.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
4.4.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
4.4.90.52.00.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					15.064,00	16.628,00	
4.4.90.52.33.00.00.00 EQUIPAMENTOS PARA AUDIO,VIDEO E FOTO						499,00	
4.4.90.52.35.00.00.00 EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DAD					15.064,00	15.064,00	
4.4.90.52.42.00.00.00 MOBILIARIO EM GERAL						1.065,00	
Total do Proj/Ativ	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00



**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**

Data: 07/07/2011 10:59:26

ESTADO DE SANTA CATARINA

**Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo TC08**

Mês de Junho/2011

Página: 5 de 5

Descrição	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplem	Anulado	Total	Emp./Período	Acumulado	Saldo
Órgão: 22 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
Unidade: 22.001 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES							
009.271.0084.2602 - MANUTENCAO DE ASSISTENCIA PREVIDENCIARIA							
3.0.00.00.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	3.759.320,00			3.759.320,00	270.544,00	1.590.700,12	2.168.619,88
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.000,00			45.000,00		7.324,33	37.675,67
3.1.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	45.000,00			45.000,00		7.324,33	37.675,67
3.1.90.09.00.00.00.00 SALARIO-FAMILIA						7.324,33	
3.1.90.09.01.00.00.00 SALARIO-FAMILIA - ATIVO PESSOAL CIVIL						7.324,33	
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.714.320,00			3.714.320,00	270.544,00	1.583.375,79	2.130.944,21
3.3.90.00.00.00.00.00 APLICACOES DIRETAS	3.714.320,00			3.714.320,00	270.544,00	1.583.375,79	2.130.944,21
3.3.90.01.00.00.00.00 APOSENTADORIAS E REFORMAS					179.444,26	1.042.880,52	
3.3.90.01.01.00.00.00 PROVENTOS - PESSOAL CIVIL					179.444,26	1.042.880,52	
3.3.90.03.00.00.00.00 PENSOES					44.659,11	264.261,94	
3.3.90.03.01.00.00.00 CIVIS					44.659,11	264.261,94	
3.3.90.05.00.00.00.00 OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS					46.419,90	276.026,03	
3.3.90.05.01.00.00.00 AUXILIO DOENCA - PESSOA CIVIL					34.692,20	187.649,30	
3.3.90.05.02.00.00.00 AUXILIO-RECLUSAO - PESSOAL CIVIL					832,49	4.845,18	
3.3.90.05.03.00.00.00 SALARIO-MATERNIDADE - PESSOAL CIVIL					10.520,11	82.711,28	
3.3.90.05.55.00.00.00 SALARIO FAMILIA DOS SEGURADOS					375,10	820,27	
3.3.90.09.00.00.00.00 SALARIO-FAMILIA					20,73	207,30	
3.3.90.09.01.00.00.00 SALARIO-FAMILIA - ATIVO PESSOAL CIVIL						165,84	
3.3.90.09.02.00.00.00 SALARIO-FAMILIA - INATIVO PESSOAL CIVIL					20,73	41,46	
Total do Proj/Ativ	3.759.320,00			3.759.320,00	270.544,00	1.590.700,12	2.168.619,88
Total da Unidade	4.350.000,00			4.350.000,00	304.181,45	1.897.886,20	2.452.113,80
Total do Órgão	4.350.000,00			4.350.000,00	304.181,45	1.897.886,20	2.452.113,80
Total Despesa Corrente	4.293.720,00			4.293.720,00	289.117,45	1.881.258,20	2.412.461,80
Total Despesa Capital	56.280,00			56.280,00	15.064,00	16.628,00	39.652,00
Total Geral	4.350.000,00			4.350.000,00	304.181,45	1.897.886,20	2.452.113,80

CONCORDIA, 30 de Junho de 2011.

\_\_\_\_\_  
LUCILENE LAZZAROTTI  
DIRETORA-PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
ONEIDE BERTOLINI  
CRC/UF: 27.452/O-/SC - CONTADORA

**Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Instituto Prev Social Serv Pub Concordia**

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA - SANTA CATARINA**  
**Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título**  
 ANEXO TC06  
 Mês de: Junho de 2011

Página 1 de 1  
 Impresso em: 07/jul/2011  
 As 10:55:05 Horas

**** E s p e c i f i c a ç ã o ****		Recebido no Mês	Recebido Até o Mês
*** Receita Orçamentária ***			
*** ===== ***			
RECEITAS CORRENTES	10000000000000	338.851,77CR	2.923.852,62CR
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	12000000000000	215.566,73CR	1.224.859,43CR
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	12100000000000	215.566,73CR	1.224.859,43CR
CONTRIB. REGIME PRÓPRIO PREVID. SERV	12102900000000	215.566,73CR	1.224.859,43CR
CONT. SERV. ATIV. CIV. P/ O REG. PROP.	12102907000000	214.824,19CR	1.220.812,33CR
CONT. SERV. INATIVO. CIVIL P/ REG. PROP.	12102909000000	472,88CR	2.546,80CR
CONT. PENS. CIVIL P/ REG. PRÓPRIO	12102911000000	269,66CR	1.500,30CR
RECEITA PATRIMONIAL	13000000000000	123.011,89CR	1.692.288,68CR
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	13200000000000	123.011,89CR	1.692.288,68CR
REMUNER. INVEST. REGIME PRÓPRIO PREV	13280000000000	123.011,89CR	1.692.288,68CR
REMUNERACAO INVEST RPPS - RENDA FIXA	13281000000000	110.473,05CR	1.561.195,38CR
REMUNERACAO INVEST RPPS - RENDA VARIÁVEL	13282000000000	12.538,84CR	131.093,30CR
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19000000000000	273,15CR	6.704,51CR
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	19200000000000	273,15CR	6.704,51CR
RESTITUIÇÕES	19220000000000	273,15CR	6.704,51CR
COMP.FIN.REGIME GERAL E PRÓPRIO PREV	19221000000000		4.192,05CR
COMP.FIN.ENTRE RG X RPPS - PRINCIPAL	19221001000000		4.192,05CR
OUTRAS RESTITUIÇÕES	19229900000000	273,15CR	2.512,46CR
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	70000000000000	429.981,69CR	2.443.642,11CR
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	72000000000000	429.981,69CR	2.443.642,11CR
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	72100000000000	429.981,69CR	2.443.642,11CR
CONTRIB. P/ PLANO DE SEG SOCIAL SE	72102900000000	429.981,69CR	2.443.642,11CR
CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR AT	72102901000000	320.609,36CR	1.822.349,66CR
CONTRIBUICAO PATRONAL - INATIVO CIVIL	72102903000000	706,74CR	3.806,62CR
CONTRIBUICAO PATRONAL - PENSIONISTA CIVI	72102905000000	403,02CR	2.242,25CR
CONT PREV P/ AMORTIZA DO DEFICIT ATUARIAL	72102913000000	108.262,57CR	615.243,58CR
** Total da Receita Orçamentária		768.833,46CR	5.367.494,73CR
*** T o t a l G e r a l ***		768.833,46CR	5.367.494,73CR

CONCORDIA, 30 de Junho de 2011.

\_\_\_\_\_  
 LUCILENE LAZZAROTTI  
 DIRETORA-PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
 ONEIDE BERTOLINI  
 CRC/SC 27.452/O-5 - CONTADORA  
 CPF... 492.343.669-72

**Edital de Notificação FISCAL Nº 002/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Rua Leonel Mosele, 62, Centro - CEP 89700-000 Concórdia - SC  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 002/2011

A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal - CTM), depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA ao contribuinte abaixo citado, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

ADEMAR ANDOGNINI - End. Rua Orozimbo Michelin, s/nº - Bairro Imigrantes - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Edital de Contribuição de Melhoria 02/2011, relativo aos imóveis: 1) nº 191868, Valor: 4.668,9900 Ufir Municipal, Vcto.: 08/07/2011; 2) nº 191914, Valor 1.988,8200 Ufir Municipal, Vcto.: 08/07/2011.

IZABEL CRISTINA BERNARDES - End. Rua Orozimbo Michelin, s/nº - Bairro Imigrantes - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) Edital de Contribuição de Melhoria 02/2011, relativo ao imóvel nº 191973, Valor: 2.484,8600 Ufir Municipal, Vcto.: 08/07/2011;

MARCOS VINÍCIUS HACK - End. Rua Dr. Maruri, esquina com Rua Dionísio Boff - Centro - Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Auto de Infração nº 4/2011, multa por não possuir Alvará de Licença, Localização e Funcionamento. Valor: 200,00 Ufir Municipal.

Concórdia, 7 de Julho de 2011

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA N. SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 54/2011 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011- PMC

Objeto: Aquisição de cestas alimentação para distribuição aos servidores públicos municipais ativos e inativos, de acordo com a Lei Complementar nº 559, de 09 de abril de 2010 e Decreto nº 5.483, de 13 de abril de 2010.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 13h 45min do dia 21/07/2011.

Abertura: dia 21/07/2011, às 14h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 08 de julho de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 13/2011 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2011

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato do senhor Luís Carlos Jarominek, Chefe de Departamento, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso X, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para aquisição de imóvel, conforme autoriza a Lei Municipal nº 4.304/2011, em favor de: ANA BISOGNIN MARCHESAN e LAURINDO PASCOAL MARCHESAN, no valor de R\$ 31.660,00 (trinta e um mil, seiscentos e sessenta reais).

Concórdia, SC, 07 de julho de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas - Tomada de Preços Nº 13/2011 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2011 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para elaboração de projetos de pavimentação das Ruas Ernesto Lorenzetti, José Albiero, das Pereiras, Amazonas, Ida Angelina Oro Pagnoncelli, Alemanha, Haiti, Luiz Vivan, Magdalena Savoldi, Soldado Lucinei Paulo Dias, Travessa Paulo Vicente Pinho, Rua "D" em santo Antonio e Rua das Amoras, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante ENGEDIX SOLUÇÕES DE ENGENHARIA LTDA sagrou-se vencedora com o menor valor Global de R\$ 43.630,50 (Quarenta e três mil seiscentos e trinta reais e cinquenta centavos), a licitante BAUER ENGENHARIA LTDA, ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 47.328,00 (Quarenta e sete mil trezentos e vinte e oito reais), a licitante KTOP CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA, ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 51.469,20 (cinquenta e um mil quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte centavos), e a licitante UNITECNO - COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS E SERVIÇOS TECNOLOGICOS, ficou na quarta colocação com o valor global de R\$ 63.892,80 (Sessenta e três mil oitocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 07 julho de 2011.

LUÍS CARLOS JAROMINEK

Presidente CPL.

**Extrato do Termo de Compromisso Nº 002/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 002/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de

estágio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE CONCÓRDIA, inscrita no CNPJ sob nº 04.050.313/0001-05, representada pelo Diretor Geral, senhor EDSON LUIS GONÇALVES e o(a) estagiário(a) ELAINE MARIA FARFOS, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 096.636.749-97, em regime de 30 hora semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 05.07.2011 a 31.12.2011.

#### **Extrato do Termo de Compromisso Nº 070/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 070/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto ao PROCON, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante RALF COSTA GARCIA, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 045.811.779-01, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 01.07.2011 a 31.12.2011.

#### **Extrato do Termo de Compromisso Nº 071/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 071/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMUS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante FLÁVIO DA FONSECA, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 091.775.979-66, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 01.07.2011 a 31.12.2011.

#### **Extrato do Termo de Compromisso Nº 072/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 072/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante LUIZ HENRIQUE DA ROCHA, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 082.865.269-45, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 01.07.2011 a 31.12.2011.

#### **Extrato do Termo de Compromisso Nº 073/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 073/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante JESSICA TAINA VIEIRA RITTER, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 088.822.169-00, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 01.07.2011 a 31.12.2011.

#### **Extrato do Termo de Compromisso Nº 074/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 074/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante ANA LETICIA GNO-ATTO, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 080.939.949-04, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 01.07.2011 a 31.12.2011.

#### **Extrato do Termo de Compromisso Nº 075/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 075/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante GISELI APARECIDA MOREIRA, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 066.128.019-56, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 01.07.2011 a 31.12.2011.

#### **Extrato do Termo de Compromisso Nº 076/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 076/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante PATRICIA LAZZAROTTI, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 094.554.799-40, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).



PRAZO: 01.07.2011 a 31.12.2011.

**Extrato do Termo de Compromisso Nº 077/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 077/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante TAINÁ DEMARCHI KLEIN, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 094.554.799-40, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 04.07.2011 a 31.12.2011.

**Extrato do Termo de Compromisso Nº 078/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 078/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante CIDIANE CENTOFANTE, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 085.404.259-80, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 07.07.2011 a 31.12.2011.

**Extrato do Termo de Compromisso Nº 078/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 078/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante ANA PAULA BONASSI, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 090.793.929-52, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 05.07.2011 a 31.12.2011.

**Extrato do Termo de Compromisso Nº 079/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 079/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante DANIELE RUHMKE, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 086.962.859-30, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa

equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 05.07.2011 a 31.12.2011.

**Extrato do Termo de Compromisso Nº 080/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 080/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante DIANE ELISA KROMBAUER, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 086.968.419-13, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 05.07.2011 a 31.12.2011.

**Extrato do Termo de Compromisso Nº 081/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 081/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante GRACIOSA GONÇALVES DA SILVA, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 093.439+059-20, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 06.07.2011 a 31.12.2011.

**Extrato do Termo de Compromisso Nº 082/2011**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 082/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante GABRIELA CRISTINA FURITI, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 093.368.919-52, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 06.07.2011 a 31.12.2011.

**Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 005/2011**

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 005/2011

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 01 de julho de 2011, do termo de compromisso nº 005/2011, de 06 de janeiro de 2011, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal

de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) ANDRESSA NUNES RAMOS, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 076.665.589-02.

DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2011.

**Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 041/2011**

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 041/2011

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 01 de julho de 2011, do termo de compromisso nº 041/2011, de 13 de maio de 2011, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) JONATHAN PATRICK SANDRIN CADORIN, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 063.721.219-30.

DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2011.

**Portaria Nº 20/2011, de 5 de Julho de 2011**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 20/2011, DE 5 DE JULHO DE 2011.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, nas Leis Complementares nºs. 572, de 29 de dezembro de 2010 e alteração e 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a senhora VIRGINIA PEREIRA AMADOR, para exercer o cargo de Chefe de Departamento, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esportes - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 5 de julho de 2011.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º desta Portaria, fica exonerada a servidora VIRGINIA PEREIRA AMADOR, do cargo de provimento em comissão de Responsável de Setor, a partir de 5 de julho de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

GIL ARTIFON

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### Resultado de Licitação

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA</b>  <b>CNPJ: 11.427.163/0001-71</b> <b>R. Celso Tozzo,27</b> <b>C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 5/2011 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 6/2011</b> <b>Processo de Licitação: 6/2011</b> <b>Data do Processo: 17/06/2011</b>
Folha: 1/1	

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Secretário Municipal De Saude, MILTON LUIZ ROMANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 6/2011  
b ) Licitação Nr.: 5/2011-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 07/07/2011  
e ) Objeto da Licitação Contratação de Empresa que atua diretamente na área de Saúde para prestação de serviços especializados na área de Ortopedia e Otorrinolaringologia.

				(em Reais R\$)
f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<b><u>CLINICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CHAPECO LTDA (1222)</u></b>				
1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE ATUAM DIRETAMENTE NA ÁREA DE SAUDE COM ESPECIALIDADE NA AREA DE ORTOPEDIA, PARA ATENDER DEMANDA REPRIMIDA DE PACIENTES, AVALIADOS E ENCAMINHADOS PELO EFS ( ESTRATEGIA, SAUDE DA FAMILIA) NA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ AVALIAÇÕES E PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS.	6,00	0,0000	3.600,00	21.600,00
<b>Total do Fornecedor:</b>				<b>21.600,00</b>
<b>Total Geral:</b>				<b>21.600,00</b>

Cordilheira Alta, 7 de Julho de 2011.

MILTON LUIZ ROMANINI  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAUDE

## Coronel Martins

### PREFEITURA

**Decreto Nº. 120, de 04 de Julho de 2011.**

DECRETO Nº. 120, DE 04 DE JULHO DE 2011.

AUTORIZA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994; Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**AUTORIZAR:**

Art. 1º O Servidor Público Municipal, abaixo nominado, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Jair Burato	Pedreiro

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, 04 de julho de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

**Aviso de Dispensa de Licitação Processo Nº: 28/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS - SC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº: 28/2011

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04 /2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, torna público a Dispensa de Licitação para aquisição de alimentos da agricultura familiar rural para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino do Município de Coronel Martins, de acordo com o parágrafo 1º do Art. da Lei 11.947/2009.

CONTRATADA: COOP DE PROD. E COM. PEDRA BRANCA

VALOR: R\$ 7.405,06 (sete mil quatrocentos e cinco reais e seis centavos).

Coronel Martins - SC, 08 de julho de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

## Corupá

### PREFEITURA

**Extrato de Contrato 076/11**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br) - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DE CONTRATO 076/11

Processo de licitação nº 064/11

Modalidade Dispensa nº 032/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: G MAIOCHI & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 84.091.974/0001-18, situada a Rod. BR 280 nº 13.354, Município de Guaramirim - Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA MECÂNICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO TRATOR KOMATSU D-65 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, em atendimento de situação emergencial, declarada através do Decreto nº 326/11, de 20 de Abril de 2.011, que Prorroga o Decreto nº 309/11 de 20 de Janeiro de 2011, que Declarou Situação Anormal, caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, a área do Município, afeada por enxurrada.

Valor do Contrato: R\$ 25.242,84 (Vinte e cinco Mil, Duzentos e Quarenta e Dois Reais e Oitenta e Quatro Centavos).

Data da Assinatura: 07/06/2011

Data da Vigência: 31/12/2011

LUIS CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

## Fraiburgo

### PREFEITURA

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0072/2011-RP 35 -PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0072/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS 0035/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de pneus, protetores e câmaras de ar para uso na frota do Órgão Gerenciador - Município de Fraiburgo e dos Órgãos Participantes - SANE-FRAI, FME e FMS, durante o período de julho a dezembro de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 25/07/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia



na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 08 de julho de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1397/2011**

PORTARIA N.º 1.397 DE 08 DE JULHO DE 2011.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0024 de 17 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;  
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, EDENILCE DALAGNOL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.346.339-92, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de julho de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de julho de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1398/2011**

PORTARIA N.º 1.398 DE 08 DE JULHO DE 2011.  
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear GREICY OLIVO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.628.129-43, no cargo de provimento efetivo de CONTADOR, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 11 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de julho de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1399/2011**

PORTARIA N.º 1.399 DE 08 DE JULHO DE 2011.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear FÁBIO JUNIOR MARQUES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 023.782.929-02, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 18 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de julho de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1400/2011**

PORTARIA N.º 1.400 DE 08 DE JULHO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0011 de 07 de abril de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;  
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LENI DA SILVA COELHO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 893.959.999-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de julho de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de julho de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1401/2011**

PORTARIA Nº 1.401 DE 08 DE JULHO DE 2011.

Designa Fiscal de Obra decorrente de

## Contrato Administrativo.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

## RESOLVE:

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT11PMF175, Processo Administrativo Licitatório nº 0106/2011, Tomada de Preços nº 0015/2011, cujo objeto é a execução de serviços de pavimentação asfáltica CAUQ sobre paralelepípedo de trecho da Avenida Rene Frey (marginal direita) e da Rua Castelo Branco, com área total de 5.371,77 m², situadas no Centro deste Município.

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de julho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## Garopaba

### PREFEITURA

#### Aviso de Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 41.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 41.2011

Ata nº. 41/2011; Processo nº. 117/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: BOB MAQUINAS HIDRO-MECANICA GARCIA LTDA. Objeto: aquisição parcelada, conforme a necessidade, de peças para a manutenção e conservação das minicarregadeiras da frota da Prefeitura Municipal de Garopaba Valor: 98.170,00; Data da Assinatura da Ata: 17/06/2011.

#### Decreto N.º 091/2011

DECRETO N.º 091, DE 07 DE JULHO DE 2011.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA PRÉDIO SITUADO NO MUNICÍPIO AFETADO POR DANIFICAÇÃO OU A DESTRUIÇÃO DE EDIFICAÇÃO POR PROBLEMAS ESTRUTURAIS.

Luiz Carlos Luiz, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do Artigo 49, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

## CONSIDERANDO QUE:

- A ocorrência em epigrafe refere-se ao prédio da Escola Estadual de Educação Básica Professor José Rodrigues Lopes, onde a mesma esta funcionando em péssimas condições, tanto nas instalações físicas, como nas estruturais e elétricas.

- A escola esta situada no bairro Centro de Garopaba e atende aproximadamente 1500 alunos, e como consequência desta ocorrência, pode vir a resultar danos materiais e humanos, constantes no Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto, a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e qualificou a ocorrência em acordo com a Resolução n.º 03 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC.

- Concorrem como critérios agravantes da situação acima citada (Prédio da escola), onde o grau de vulnerabilidade do cenário é muito grande e os alunos e professores estão em risco eminente, devido aos seguintes motivos: o telhado esta todo comprometido pelo tempo e insetos (cupim), sujeito a cair, o sistema hidráulico está com problemas e mau distribuído no interior da escola, a instalação elétrica esta completamente exposta e vulnerável ao tempo, com fios já comprometidos ocasionando sobre carga no sistema e a escola não possui extintores de incêndio. A estrutura esta comprometida com rachaduras pelas paredes e as aberturas estão danificadas (podres) pelo tempo e não mais funcionam (abre e fecha). O piso de madeira esta com varias tabuas já comprometidas, onde o adequado seria o piso de alvenaria. O refeitório está inadequado para o local, pois encontra-se todo aberto, onde as crianças ficam expostas ao frio, vento e a chuva. há falta de rampas para os portadores de deficiências físicas.

## DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal provocada danificação ou a destruição de edificação por problemas estruturais, caracterizando a Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para a área deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º. Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações,

relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§2º Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Garopaba, 07 de julho de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/07/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução Nº 009 de 05 de junho de 2011.

RESOLUÇÃO Nº 009 de 05 de junho de 2011.

“Altera artigos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, e dá outras providências”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLUÇÃO Nº 009/2011

Art. 1º Os artigos 4º e 5º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores do município de Garopaba, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A legislatura compreenderá 4 (quatro) sessões legislativa e estas se compoem de dois períodos legislativos, um de 01 de fevereiro a 16 de julho e o segundo de 1º primeiro de agosto a 22 de dezembro”.

“Art. 5º Serão considerados como recesso legislativo os períodos de 17 a 31 de julho e de 23 de dezembro a 31 de janeiro de cada ano”.

Art. 2º O artigo 111, do Regimento Interno e seus respectivos parágrafos §1º e §2º, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 111 A Câmara de Vereadores, reunir-se-á, anualmente, em período de sessão legislativa, dispensada a convocação, de 01 de fevereiro a 16 de julho e de 01 de agosto a 22 de dezembro”.

“§ 1º Se o dia 01 de fevereiro ou 1º de agosto recair em dia de

sábado, domingo ou feriado, será a Sessão ou período ordinário iniciado no primeiro dia útil subsequente”.

“§ 2º Ressalvada a hipótese do parágrafo anterior, serão as Sessões Ordinárias realizadas nas segundas, terças e quintas-feiras, com duração prevista para 2 (duas) horas.

Art. 3º Acrescenta parágrafos § 3º, § 4º e §5º ao art. 111 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Garopaba:

“§ 3º Nos meses em que houver 04 (quatro) terças-feiras, as Sessões serão realizadas nas terças feiras, na primeira segunda-feira e na ultima quinta-feira do mês”.

“§ 4º Nos meses em que houver 05 (cinco) terças-feiras, as Sessões serão realizadas nas terças-feiras e na primeira segunda-feira do mês”.

“§ 5º O número de dias para a realização das reuniões ordinárias, não poderá ser inferior a seis, durante o mês”.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de julho de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos cinco dias do mês de julho de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN  
Secretária

**Garuva**

**PREFEITURA**

### Aviso de Licitação PMG Nº 020/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade : Pregão Presencial PMG Nº 020/2011  
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Aquisição de 01 (um) Servidor, 01 (um) Rack “tipo padrão 19” 42 U’s e 02 (dois) Software de Virtualização, totalmente instalado no prédio administrativo da Prefeitura Municipal, conforme Memorial Descritivo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 21/07/2011 às 09:00 horas  
A fase de Lances Verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

Garuva, 08 de julho de 2011.  
JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 4.403 de 1º de Julho de 2011.

DECRETO Nº. 4.403 DE 1º DE JULHO DE 2011.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR MARCELO JACOB.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 04 de julho de 2011, a carga horária do servidor MARCELO JACOB, Professor da Ciências - DOC IV - 8, lotado com 40 horas semanais, sendo 15 horas na EEB Dolores Krauss e 25 horas na EEB Norma M. Sabel, ficando com 20 horas semanais na EEB Norma M. Sabel.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 1º de julho de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### Portaria Nº. 2.496/11

PORTARIA Nº. 2.496, DE 07 DE JULHO DE 2011.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO SINDICANTE EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 04/2008, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE PELO DESAPARECIMENTO DE UMA MOTOCICLETA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Sindicante,

#### RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, a partir de 12 de julho de 2011, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante em relação à Sindicância nº. 04/2008, instaurada para apurar a responsabilidade pelo desaparecimento de uma motocicleta de propriedade do Município de Gaspar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de julho de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

### Portaria Nº. 2.497/11

PORTARIA Nº. 2.497, DE 07 DE JULHO DE 2011.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 07/2008, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE PELO DESAPARECIMENTO DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são

conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

#### RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 12 de julho de 2011, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº. 07/2008, instaurada para apurar a responsabilidade pelo desaparecimento de uma máquina fotográfica de propriedade do Município de Gaspar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de julho de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

## SAMAE

### Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 17/2011 oriunda do Pregão Presencial Nº 26/2011 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2011

Aos sete dias do mês de julho do ano de 2011, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 26/2011 para o Registro de Preços visando a aquisição de materiais de expediente para manutenção das atividades da Autarquia, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 07/07/2011, RESOLVE registrar os preços da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando a aquisição de materiais de expediente para manutenção das atividades da Autarquia, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 26/2011. A licitante registrada para os itens cotados são as seguintes:

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA. (12.667.876/0001-75)

Itens:	Unidade de medida: Descrição dos itens:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	un AGENDA DIÁRIA - Formato aproximado do miolo por página: 14 x 20cm; - Capa dura.	10	R\$ 12,00	R\$ 120,00
2	un ARQUIVO MORTO - Em papelão, com vincos para montagem, tipo caixa, com timbre externo para identificação; - Medida interna mínima (cx. montada): 37cm de altura x 25,50cm de profundidade.	80	R\$ 1,50	R\$ 120,00



3	pct BALÃO DE BORRACHA COLORIDO - Embalagem com 50 unidades; - Cor a ser definida quanto do pedido.	5	R\$ 5,40	R\$ 27,00
4	un CALCULADORA DE MESA BÁSICA COM 10 DÍGITOS	5	R\$ 8,20	R\$ 41,00
5	un CANETA DESTACA TEXTO - Tinta à base de água, fluorescente; - Corpo, tampa e fundo em polipropileno, filtro em poliéster e ponta em polietileno; - Ponta chanfrada, com duas possibilidades de largura do traço; - Aplicável em documentos originais, cópias, sobre esferográficas, impressos e fax; - Longevidade aproximada: 2.500cm <sup>2</sup> ; - Conteúdo de 2.50g.	10	R\$ 1,20	R\$ 12,00
6	un CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA MÉDIA NA COR AZUL - Corpo em acrílico transparente e carga fixada à ponta (metálica ou plástica); - Recarga feita pela frente do corpo.	250	R\$ 0,50	R\$ 125,00
7	un CANETA MARCADORA PARA RETROPROJETOR PONTA 2,0MM PRETA	5	R\$ 2,10	R\$ 10,50
8	cx CLIPS PARA PAPEL 2/0 - Embalagem com 500g.	3	R\$ 6,30	R\$ 18,90
9	cx CLIPS PARA PAPEL 8/0 - Embalagem com 500g.	8	R\$ 6,30	R\$ 50,40
10	TB COLA BRANCA LAVÁVEL 110G - A base de PVA, não tóxica.	10	R\$ 2,20	R\$ 22,00
11	un CANETA CORRETIVA - A base de água; - Inodoro, atóxico e lavável; - Deve proporcionar correções precisas e práticas; - Conteúdo: 08 ml.	5	R\$ 7,00	R\$ 35,00
12	un ESTILETE LÂMINA LARGA	3	R\$ 1,50	R\$ 4,50
13	rl FITA ADESIVA DUPLA FACE 19MM X 30 M	5	R\$ 5,80	R\$ 29,00
14	rl FITA ADESIVA PVC TRANSPARENTE 48MM X 45M - Alta aderência.	15	R\$ 2,10	R\$ 31,50

15	rl FITA ADESIVA CELOFANE TRANSPARENTE 12MM X 30M - Composição: filme de polipropileno com adesivo a base de resina/borracha; - Alta aderência; - Tipo Durex.	15	R\$ 1,00	R\$ 15,00
16	un GRAMPEADOR DE METAL TAMANHO PEQUENO - Para grampos 26/6; - Capacidade mínima de 125 grampos no reservatório e grampeamento de até 20 folhas de papel sulfite 75g/m <sup>2</sup> .	2	R\$ 7,00	R\$ 14,00
17	cx GRAMPO 26/6 PRATA GALVANIZADO - Embalagem com 5.000 unidades.	5	R\$ 2,30	R\$ 11,50
18	un LÁPIS GRAFITE PRETO Nº 02 - De fabricação nacional.	20	R\$ 0,30	R\$ 6,00
19	un MOLHA DEDO EM PASTA 12G	2	R\$ 2,30	R\$ 4,60
20	RE PAPEL SULFITE 75G/M2 A3 BRANCO - Embalagem com 500 folhas.	3	R\$ 20,00	R\$ 60,00
21	RE PAPEL SULFITE 75G/M2 A4 BRANCO - 210 x 297mm; - Embalagem contendo 500 folhas.	200	R\$ 11,30	R\$ 2.260,00
22	pct PAPEL SULFITE 75G/M2 A4 COLORIDO - Embalagem contendo 100 folhas. - Cor: azul claro.	150	R\$ 3,80	R\$ 570,00
23	RE PAPEL SULFITE 75G/M2 A4 RECICLADO - 210 x 297mm; - Embalagem contendo 500 folhas.	50	R\$ 11,20	R\$ 560,00
24	bobinas PAPEL TÉRMICO PARA FAX 216MM X 30M	10	R\$ 5,60	R\$ 56,00
25	pct PAPEL VERGÊ A4 BRANCO - Medida: 210 x 297mm, 180g/m <sup>2</sup> ; - Embalagem contendo 50 folhas.	5	R\$ 9,50	R\$ 47,50

26	un PASTA AZ LOMBO LARGO 35 X 28 X 8,5CM - Com grampo prendedor interno inoxidável de ALTA PRESSÃO com braço, presilha plástica para as folhas e proteção plástica para etiqueta no lombo externo.	20	R\$ 6,00	R\$ 120,00
27	un PASTA BRASIL EM PAPELÃO COM PRENDEDOR ELÁSTICO	5	R\$ 0,95	R\$ 4,75
28	un PASTA CATÁLAGO COM 100 SACOS PLÁSTICOS - Com lombo aberto, costurada e prendedor em parafuso metal, etiqueta na frente e sem aba lateral esquerda; - Na cor preta.	50	R\$ 12,80	R\$ 640,00
29	un PASTA CATÁLAGO COM 50 SACOS PLÁSTICOS - Com lombo aberto, costurada e prendedor em parafuso metal, etiqueta na frente e sem aba lateral esquerda; - Na cor azul.	5	R\$ 9,30	R\$ 46,50
30	un PASTA EM PAPELÃO AZUL COM ESPIRAL DUPLO PARA ARQUIVO - Com prendedor metálico interno para fixação de folhas A4; - Medida aproximada: 35 x 50,5cm (aberta).	30	R\$ 2,10	R\$ 63,00
31	un PASTA PLÁSTICA - Com abas e elástico, resistente; - Tamanho mínimo ofício com altura de 3,5cm; - Na cor azul.	8	R\$ 2,60	R\$ 20,80
32	un PERFURADOR EM METAL TAMANHO MÉDIO PARA PAPEL. - Com capacidade de perfuração mínima de 20 folhas simultâneas de papel sulfite 75g/m2 e reservatório de picotes.	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00
33	un PRANCHETA DE EUCATEX PARA OFÍCIO COM PRENDEDOR	5	R\$ 2,10	R\$ 10,50
34	un REFIL PARA PISTOLA QUENTE PEQUENA	10	R\$ 0,55	R\$ 5,50
35	un RÉGUA ACRÍLICA DE 30CM	6	R\$ 1,00	R\$ 6,00

36	un TESOURA EM AÇO INOXIDÁVEL - Com cabo de propileno, tamanho 22cm, apoio para 3 dedos; - Na cor preta.	5	R\$ 14,00	R\$ 70,00
37	un ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 2 - Medidas: 5,9 x 9,4cm; - Na cor preta.	2	R\$ 3,50	R\$ 7,00
38	rl BARBANTE C/ 100 METROS - Em algodão cor crú, fio nº. 08.	3	R\$ 5,60	R\$ 16,80
39	cx ALFINETE PARA MURAL - Em aço inoxidável, nº. 13, com cabeça plástica na cor azul; - Embalagem com 20 (vinte) unidades.	2	R\$ 4,20	R\$ 8,40
40	un PINCEL ATÔMICO PONTA LARGA COM ESCRITA COLORIDA - Ponta chanfrada, com duas possibilidades de largura do traço; - Tipo 1100 - P. Cor: azul.	2	R\$ 3,00	R\$ 6,00
41	un PINCEL ATÔMICO PONTA LARGA COM ESCRITA COLORIDA - Ponta chanfrada, com duas possibilidades de largura do traço; - Tipo 1100 - P. Cor: preto.	2	R\$ 3,00	R\$ 6,00
42	un PINCEL ATÔMICO PONTA LARGA COM ESCRITA COLORIDA - Ponta chanfrada, com duas possibilidades de largura do traço; - Tipo 1100 - P. Cor: vermelho.	2	R\$ 3,00	R\$ 6,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 5.318,65 (cinco mil, trezentos e dezoito reais, e sessenta e cinco centavos).

Valor total registrado da Licitação: R\$ 5.318,65 (cinco mil, trezentos e dezoito reais, e sessenta e cinco centavos).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2011.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente

Edital e seus Anexos, no seguinte local: na sede do SAMAE, sito na Rua: Barão do Rio Branco nº. 500 - Bairro: Centro, Gaspar/SC. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 07 de julho de 2011.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS  
Pregoeira

VANESSA FERNANDA SCHMITT  
Equipe de Apoio

MARLENE CAMPOS DA SILVA  
Equipe de Apoio

### Portaria nº 65/2011 - SAMAE

PORTARIA Nº 65 DE 07 DE JULHO DE 2011  
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, aprovado para o cargo, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificada:

NOME	NÍVEL	REF	C/H	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
Julius Storck Neto	ASE IV	33	40	Operador de ETA	SAMAE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 07 de julho de 2011.  
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI  
Diretor Presidente

## Herval do Oeste

**PREFEITURA**

### Termo de Convênio Nº 013/2011.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2011.

TERMO DE CONVÊNIO, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) e a SOCIEDADE DE CULTURA ARTÍSTICA DE JOAÇABA E HERVAL D'OESTE - SCAJHO, que ajustam-se mediante as seguintes Cláusulas e condições.

O Município de Herval d'Oeste (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.939.430/0001-38, com sede administrativa sito à Rua Nereu Ramos, n.º 389, centro, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. Nelson Guindani, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e a SOCIEDADE

DE CULTURA ARTÍSTICA DE JOAÇABA E HERVAL D'OESTE - SCAJHO, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa na Rua Roberto Trompowsky nº 63 - Centro, Joaçaba(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 84.590.835/0001-39, neste ato representado por Seu Presidente, Sr. ANTONIO CARLOS PEREIRA, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba(SC), portador do CPF nº 066.945.359-53 e C.I. nº 149.875 - SSP/SC, com fundamento na Lei Municipal nº 2.864/2011, resolvem celebrar o presente convênio mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - DO OBJETO

O presente convênio entre o Município de Herval d'Oeste e a SCAJHO, objetiva o oferecimento por parte da SCAJHO aos munícipes hervalenses, das oficinas de arte, contendo aulas de dança infantil, ballet infantil e intermediário avançado, arte cênica - adulto, flauta, violão, violino, coral infantil, aulas de canto/coral - adulto, canto e teclado vocal infantil, capoeira aborígene Brasil, jazz e dança contemporânea, visando aos participantes amplo acesso à cultura e participação nas atividades culturais, em estabelecimento com estrutura adequada e como forma de atividade complementar e de lazer.

#### Cláusula Segunda - DAS OBRIGAÇÕES DA SCAJHO

I - Permitir a participação dos munícipes em todas as oficinas de arte e atividades culturais;  
II - Coordenar e desenvolver, por meio de seus funcionários e colaboradores, as atividades culturais.

#### Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Realizar a cessão de 01 professor com carga horária de 40 horas semanais, e 02 professores com carga horária de 20 horas semanais, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Herval d'Oeste (SC), para atuarem nas Oficinas de Arte desenvolvidas pela SCAJHO - Sociedade de Cultura Artística de Joaçaba e Herval d'Oeste, no Teatro Alfredo Sigwalt;  
II - Promover ações de incentivo para participação nas atividades e de acesso à cultura para toda a comunidade local.

#### Cláusula Quarta - DA COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADE

A coordenação das atividades previstas neste convênio serão exercidas pela SCAJHO, através da respectiva coordenação dos grupos.

#### Cláusula Quinta - DAS DESPESAS

I - As despesas provenientes da execução deste Convênio, elencadas na Cláusula Terceira, correrão por conta do Município, de acordo com Orçamento vigente;  
II - As despesas provenientes da execução deste Convênio, elencadas na Cláusula Segunda, correrão por conta da SCAJHO.

#### Cláusula Sexta - DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência a partir da data de sua publicação, por prazo indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, se de interesse das partes.

#### Cláusula Sétima - DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido de pleno direito no caso de infração ou não cumprimento das cláusulas e condições nele estipuladas ou denunciado por qualquer dos signatários com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou a qualquer tempo, em face de superveniência de impedimento legal que o torne inexequível.

**Cláusula Oitava - DO FORO**

Os partícipes, de comum acordo, elegem como único competente para dirimir dúvidas e controvérsias acerca do presente Convênio, o foro da Comarca de Herval d'Oeste(SC).

E por estarem de acordo, firmam o presente convênio em 04 (quatro) vias, de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Herval d'Oeste (SC), 06 de julho de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

ANTONIO CARLOS PEREIRA  
Presidente da SCAJHO

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_

**Decreto Nº 2.926/2011.**

DECRETO Nº. 2.926/2011.  
CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e em cumprimento ao disposto no art. 18, inciso VI da Lei nº 8.742/1993, DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a se realizar no dia 19 de julho de 2011, das 08h00min às 17h00min, nas dependências da UNIASSELVI, sito a Rua Nereu Ramos, centro, em frente ao Paço Municipal, Herval d'Oeste (SC), com o tema geral: "Avançando na Consolidação do Sistema Único de Assistência Social com a Valorização dos Trabalhadores e a qualificação da Gestão, dos Serviços, Programas e Projetos e Benefícios".

Art. 2º. A VIII Conferência Municipal de Assistência Social será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º. Ficam convocados todos os funcionários ativos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social a participarem da VIII Conferência de Assistência Social do Município de Herval d'Oeste (SC).

Art. 4º. Em virtude da VIII Conferência Municipal de Assistência Social, no dia 19 de julho de 2011 não haverá expediente para o atendimento ao público em geral na Secretaria de Assistência Social.

Parágrafo único. As atividades do Abrigo Municipal Anjos da Luz no dia 19 de julho de 2011, prosseguem normalmente.

Art. 5º. As despesas com a organização e realização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social, correrão por conta de recursos orçamentários consignados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 06 de julho de 2011.  
TATIANA SCHUH  
Presidente Cons. Mun. Assistência Social

NELSON GUINDANI  
Prefeito

**Edital de Convocação Nº 001/2011.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2011.

Convoca Audiência Pública Municipal

O Prefeito do Município de Herval d' Oeste, NELSON GUINDANI,

No uso de suas atribuições legais e na conformidade do disposto no art. 40, § 4º, inciso I da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, em consonância com o art. 8º da Resolução nº 25 de 18 de março de 2005 do Ministério das Cidades, determinado pelo art. 53 da Lei Complementar nº 219/2006 - Lei de Zoneamento constante do Plano Diretor Municipal do Município de Herval d'Oeste.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Convocar para participar da Audiência Pública com a finalidade de rever, revisar e propor alterações ao Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Herval d' Oeste.

Art. 2º. A Audiência Pública de que trata o art. 1º será realizada no dia 26 de julho de 2011, às 19h00, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores - Herval d' Oeste.

Art. 3º. Poderão participar da Audiência Pública todos os cidadãos hervalenses maiores de 16 anos.

Herval d' Oeste (SC), 07 de julho de 2011.

NELSON GUINDANI  
Prefeito

**Portaria Nº 660/2011**

PORTARIA Nº 660/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor AUGUSTO MORAIS (Matr. 119), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais - Nível - 1, Referência "K", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04 de julho de 2010 e 03 de julho de 2011, para serem gozadas a partir de 06 de julho de 2011 a 04 de agosto de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 69 da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 06 de Julho de 2011.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 661/2011**

PORTARIA Nº 661/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional Por Desempenho, à servidora



CLAUDETE DE DEUS E SILVA GODOI (Matr. 89), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "C", 40 horas semanais, para o Nível - 6, Referência "D", a contar de Dezembro de 2010, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Julho de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

## Imbituba

### PREFEITURA

#### Retificação da Portaria Nº 088.2011

ERRATA

Estado de Santa Catarina  
Município de Imbituba

Considerando erro de digitação na publicação da Portaria PM Nº 088/2011, realizada no Diário Oficial dos Municípios, publicada na Edição nº 772, de julho/2011, p.54, retifica-se a referida Portaria para a seguinte redação. Onde se lê:

Art. 1º Nomear a Sra. ANA CAROLINA SPECK RIBEIRO SOARES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 023.332.549-20 e RG nº 3387676, para exercer as funções de Assessora III, na Procuradoria Geral, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Leia-se:

Art. 1º Nomear a Sra. ANA CAROLINA SPECK RIBEIRO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 023.332.549-20 e RG nº 3387676, para exercer as funções de Assessora III, na Procuradoria Geral, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

## Iomerê

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato N º 0041/2011 - FMS

EXTRATO DE CONTRATO FMS  
Nº 0041/2011

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde de Iomerê

CONTRATADO: Prodiel Farmacêutica Ltda  
OBJETO: Aquisição de Medicamentos  
Valor Total: R\$ 1.968,00 (um mil e novecentos e sessenta e oito reais)

Data: 29/06/2011

SOLANGE DE BORTOLI BEAL  
Gestor

## Irineópolis

### PREFEITURA

#### Contrato N.º 15/2011 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº. 15/2011

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis  
Contratada: Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.

Objeto: Contratação de Empresa (Corretora e/ou seguradora), especializada para Prestação de Serviços na área de seguros de veículos, para os veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde. Valor: R\$ 9.022,40 (nove mil e vinte e dois reais e quarenta centavos).

Vigência - 08.07.2011 a 07.07.2012

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

#### Contrato Nº 81/2011 - PM

CONTRATO Nº 81/2011  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 29/2011  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 10/2011

Contrato de Prestação de Serviços na Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços na área de seguros de veículos que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615 SSP SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Avenida Rio Branco, nº 1485/9, Complemento Rua Guaianazes 1234, Bairro Campo Eliseos, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.189.164/0001-60, neste ato representada pelo senhor Sergio Coelho de Mendonça, portador do CPF nº 763.402.367-15, e RG nº 05.838.067/6-SSP-SP, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 29/2011, modalidade Tomada de Preços nº. 10/2011, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E PREÇOS

2.1. A presente licitação tem por objetivo a Contratação de Empresa (Corretora e/ou seguradora), especializada para Prestação de Serviços na área de seguros de veículos, para os veículos das Secretarias da Administração, Agricultura, Assistência Social,

Educação e Infra Estrutura, da frota municipal, conforme abaixo discriminado:

Item	Período	Descrição	Valor R\$
01	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Palio Fire - placas MEK 7292, ano de fabricação/modelo 2004/2004, chassi nº. 9BD17146742438426, código Renavam 825847664, capacidade para 05 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 7	386,03
02	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Ducato Combinato - placas MFY 8432, ano de fabricação/modelo 2006/2006, chassi nº. 93W244K2362005987, Código Renavam 878978496, capacidade para 10 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 5	1.002,66
03	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Palio Fire - placas MEH 1502, ano de fabricação/modelo 2004/2004, chassi nº. 9BD17103742434896, Código Renavam 825206103, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 7	386,00

04	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Economy Flex - placas MGZ 4773, ano de fabricação/modelo 2009/2010, chassi nº. 9BD15802AA6261414, Código Renavam 132779676, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 2	518,39
05	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Economy Flex - placas MGI 2054, ano de fabricação/modelo 2009/2010, chassi nº. 9BD15802AA6272331, Código Renavam 137022662, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 2	518,39
06	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Fire - placas MCA 7219, ano de fabricação/ modelo 2001/2002, chassi nº. 9BD15802524309220, código Renavam 769418767, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 1	515,18

07	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 23.220 - placas MCN 8665, ano de fabricação/modelo 2004/2004, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 16,3T, chassi 9BW2M82TX4R431150 e Código Renavam 834151332 - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Bônus 1	1.704,41
08	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 23.210 motor MWM - placas MGW 1160, ano de fabricação/modelo 2004/2005, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 16,4 T, chassi 9BWWF82T55R509637 e Código Renavam 844859788. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Bônus 3	1.676,48
09	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 24.220 EURO3 WORKER - placas MFQ 2374, ano de fabricação/modelo 2008/2008, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 23,00T, chassi 9BW3782T88R842158 e Código Renavam 971363285. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Bônus 1	217,31

10	12 meses	Seguro de um veículo marca GM, modelo Corsa Sedan Classic - placas MCI 2043, ano de fabricação/modelo 2004/2004, chassi nº. 9BGSB19X04B188076, código Renavam 828385092, capacidade para 05 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquias reduzidas. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 8	360,77
11	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Doblo Cargo - placas MEM 2072, ano de fabricação/modelo 2004/2004, chassi nº. 9BD22315842005363, código Renavam 826073310, capacidade para 02 passageiros, 03 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquias reduzidas. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 0	545,63
12	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 15.180 EURO3 WORKER - placas MIY 1222, ano de fabricação/modelo 2009/2010, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 14,5 T, chassi 9533172S4AR019788 e Código Renavam 322819547. Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Bônus 0	217,31

13	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 15.180 EURO3 WORKER - placas MIY 1132, ano de fabricação/modelo 2010/2010, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 14,5 T, chassi 9533172S3AR020883 e Código Renavam 322818010. Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Bônus 0	217,31
14	12 meses	Seguro de um veículo marca IMP/GM, modelo Corsa GLS WD - placas MBO 0247, ano de fabricação/modelo 2000/2001, chassi nº. 8AGSJ35N01R110577, código Renavam 743812336, capacidade para 05 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 10	365,46

2.2. Para todos os veículos deverá a empresa oferecer a garantia de:

- Cobertura básica: abrangente, indenização integral, roubo e incêndio, socorro e salvamento.

2.3. Os veículos já segurados por frota tem seu vencimento em 12/07/2011, sendo que a empresa vencedora do certame deverá emitir apólice a partir desta data.

Parágrafo Quarto - Pela prestação dos referidos serviços, objeto ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor total de R\$ 8.631,33 (oito mil, seiscentos e trinta e um reais e trinta e três centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados no prazo de vencimento de cada seguro, em 02 parcelas, sendo a primeira a vista e a segunda em 30 dias, mediante apresentação de nota fiscal e entrega da apólice. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto licitado, o mês referente à prestação dos serviços, o número do processo licitatório e o número do contrato que a originou.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma direta, não podendo a contratada, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

#### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, durante a vigência do Contrato. Se o prazo de vigência for prorrogado, caso seja de interesse da Prefeitura Municipal, conforme determina o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, consolidada, o preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação, somente será reajustado a cada 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor), entre o mês da data base e o mês do reajuste, calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, tendo-se como data base o mês da assinatura do contrato, tendo-se como data base a da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de extinção do IGP-M adotar-se-á índice que reflita a perda financeira do período considerado, nos termos dos arts. 40, XIV, "c" e 55, III, da Lei Federal 8.666/93, e suas posteriores alterações.

#### CLÁUSULA QUINTA - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do objeto deste contrato e controle referente à qualidade dos serviços será de competência e responsabilidade da Prefeitura Municipal, através do Sr. Mauricio Juraszek, Assessor de Planejamento e de Gestão Administrativa, a quem caberá verificar se estão sendo cumpridos os termos deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias:

- Projeto Atividade 2006 - Manutenção do Ensino Fundamental - 3.3.90.00.00.00.00.0194 (41) - Aplicações Diretas.
- Projeto Atividade 2006 - Manutenção do Ensino Fundamental - 3.3.90.00.00.00.00.0257 (45) - Aplicações Diretas.
- Projeto Atividade 2014 - Manutenção da Secretaria da Agricultura - 3.3.90.00.00.00.00.0100 (70) - Aplicações Diretas.
- Projeto Atividade 2018 - Manutenção do Transporte Rodoviário - 3.3.90.00.00.00.00.0100 (95) - Aplicações Diretas.
- Projeto Atividade 2019 - Manutenção do Conselho Tutelar - 3.3.90.00.00.00.00.0100 (104) - Aplicações Diretas.
- Projeto Atividade 2020 - Manutenção dos Programas de Assistência Social - 3.3.90.00.00.00.00.0100 (109) - Aplicações Diretas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com os Arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência deste Contrato terá início no dia da assinatura deste contrato até 12 meses. A vigência das apólices será a partir de 12/07/2011.

#### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Irineópolis por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - a contratada, por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar a prestação dos serviços nas condições estipuladas neste Contrato, em conformidade com



a legislação vigente e com as normas estabelecidas pela administração, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusive as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - a contratada assumirá responsabilidade integral pela adequada prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como quaisquer danos causados aos pacientes atendidos ou a terceiros, vindo a responder administrativa, civil e criminalmente por todos os atos praticados durante os atendimentos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - a contratada se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização e vistoria na prestação dos serviços, cabendo fornecer as informações e demais elementos necessários.

**PARÁGRAFO QUARTO** - a contratada obriga-se manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

**PARÁGRAFO QUINTO** - a contratada fica terminantemente proibida de realizar cobrança por procedimentos realizados, sendo esse, motivo justo para rescisão contratual e aplicação de correspondente multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DIREITOS DA PREFEITURA MUNICIPAL**

Nos termos da Legislação, a Prefeitura Municipal de Irineópolis, pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Tomada de Preço nº. 10/2011, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 29/2011, indenizando a Contratada pelos serviços até então prestados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VINCULAÇÃO AO EDITAL**

Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preço nº. 10/2011, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 29/2011, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº. 8.666/93 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL**

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE, poderá, garantida a previa defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos Preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS**

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos Princípios Gerais de Direito.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICIDADE**

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 08 de julho de 2011.

Município de Irineópolis  
WANDERLEI LEZAN  
Contratante

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
SERGIO COELHO DE MENDONÇA  
Contratada

Testemunhas:  
Nome: Nelson Teles dos Santos  
CPF: 638.783.219-53  
Nome: Sintia Bendlin Franz  
CPF: 733.064.959-72

#### **Decreto N.º. 2109/2011**

DECRETO N.º. 2109/2011, de 28 de junho de 2011.  
CONVOCA A 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis (SC), cidadão WANDERLEI LEZAN, de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município

**DECRETA:**

Art. 1º. - A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal nº 8.142/90.

Art. 2º. - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde em data de 31/05/2011, fica convocada a 3ª Conferência de Saúde do Município para o dia 12 de julho de 2011.

Art. 3º. - O tema central da Conferência será "TODOS USAM O SUS! SUS NA SEGURIDADE SOCIAL, POLÍTICA PÚBLICA, PATRIMÔNIO DO POVO BRASILEIRO".

Art. 4º. - A Conferência Municipal de Saúde será realizada no Centro de Uso Múltiplo, sito a Rua Guanabara, 288, centro, neste Município de Irineópolis.

Art. 5º. - A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e coordenada pela Secretária Municipal da Saúde.

Art. 6º. - As normas de organização e funcionamento serão expedidas em Portaria, deliberada pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º. - Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), 30 de junho de 2011.

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Decreto Nº 2.112/2011**

DECRETO Nº 2.112, DE 01 DE JULHO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.565, DE 12 DE MAIO DE 2011, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE ESTÍMULO À EXPEDIÇÃO DE NOTAS FISCAIS, ESTABELECE SORTEIOS E PREMIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

**DECRETA:****CAPÍTULO I****DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - Fica regulamentada a instituição do programa de estímulo à expedição de Notas Fiscais denominado "IRINEOPOLITENSE CONSCIENTE PEDE NOTA FISCAL", de contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS; ISS - Imposto Sobre Serviços, Nota Fiscal de Produtor Rural e de Consumidores no âmbito do Município de Irineópolis - SC, criada pela Lei Municipal nº 1.565/2011 de 12 de maio de 2011.

Art. 2º - O Programa "IRINEOPOLITENSE CONSCIENTE PEDE NOTA FISCAL" consistirá na premiação, mediante sorteio de prêmios a ser realizado em data de 29 de dezembro de 2012, às 19h, no Centro de Uso Múltiplo, a Rua Guanabara - Centro de Irineópolis.

**CAPÍTULO II****DA OPERACIONALIZAÇÃO**

Art. 3º - A operacionalização do Programa "IRINEOPOLITENSE CONSCIENTE PEDE NOTA FISCAL" será viabilizada pela Secretaria Municipal de Administração, sendo a parte operacional feita no setor de Tributação & Fiscalização subordinado operacionalmente à Secretaria Municipal da Fazenda e Contabilidade para execução das atividades de orçamento e controle.

I- os consumidores que apresentarem Nota Fiscal de aquisição de

mercadoria e de prestação de serviços, em comércio estabelecido no território do Município de Irineópolis, devidamente inscritos no cadastro de Contribuinte Estadual e/ou Municipal;

II- os produtores rurais que apresentarem a emissão de Nota de Produtor Rural, inscritos no Município de Irineópolis; e

III- para as pessoas jurídicas serão consideradas Notas Fiscais de mercadorias e prestação de serviços fornecidos a pessoa jurídica provenientes de empresas com inscrição no Município de Irineópolis.

Art. 4º Para concorrer aos sorteios do Programa "IRINEOPOLITENSE CONSCIENTE PEDE NOTA FISCAL", os consumidores do Município deverão obter junto ao órgão municipal competente os cupons numerados que serão fornecidos na quantidade de:

I- 01 unidade a cada R\$ 100,00 (cem reais) de compra e serviço;

II - 01 unidade a cada R\$ 500,00 (quinhentos reais) na Nota fiscal de Produtor Rural.

III - 01 unidade a cada R\$ 100,00 (cem reais) para o emitente da Nota Fiscal de Produtor Rural;

IV - 01 unidade a cada R\$ 100,00 (cem reais) para o adquirente de produtos com Nota fiscal de Produtor Rural.

§ 1º - Serão consideradas Notas fiscais de Produtor Rural, somente na condição "VENDA", constante no campo específico do documento.

§ 2º - Serão consideradas para troca por cupons numerados a primeira via de Nota Fiscal de venda ao consumidor e cupons fiscais emitidos por máquinas registradoras que contenham número do CNPJ do vendedor, ou CPF no caso de Produtor Rural.

§ 3º - Serão consideradas para troca somente as Notas Fiscais e Cupons Fiscais emitidos a partir de 02 de janeiro de 2011.

Art. 5º Para a troca por cupons, os documentos fiscais serão entregues e carimbados pelo órgão promotor do programa e devolvidos ao contribuinte.

Art. 6º Serão premiados os cupons em sorteio manual por cupom preenchido, e colocados pelo contribuinte em urna específica na sede da Prefeitura Municipal.

**CAPÍTULO III****DO SORTEIO**

Art. 7º O sorteio será feito em data única, no dia 29 de dezembro de 2012, às 19h, no Centro de Uso Múltiplo, a Rua Guanabara - Centro de Irineópolis.

§ 1º - A forma do sorteio será de forma manual, seguindo na ordem decrescente de prêmios, ou seja, do 6º ao 1º.

§ 2º - Poderá o Município solicitar acompanhamento de pessoas presentes ao evento, para acompanharem a sistemática do sorteio, bem como a sua total transparência e conferência dos cupons sorteados.

§ 3º - No caso dos cupons apresentarem suspeitas de rasuras, ou preenchimento incompleto, será desconsiderado e inutilizado, devendo ser feito novo sorteio do prêmio.

§ 4º - O sorteado, pessoa física ou jurídica, terá o prazo de 30 (trinta) dias para retirada do prêmio, findo o qual, o bem, equipamento, veículo, utensílio premiado será destinado à uma entidade de assistência social sediada no município, a livre escolha do Executivo Municipal.

**CAPÍTULO IV****DOS PRÊMIOS**

Art. 8º Os prêmios a serem conferidos aos certificados sorteados, após a conferência da validade e montante de documentos fiscais são os seguintes:

I - 1º PRÊMIO - 01 motocicleta modelo Bis;

II - 2º PRÊMIO - 01 notebook;

III - 3º PRÊMIO - 01 TV 29";

IV- 4º PRÊMIO - 01 bicicleta;

V - 5º PRÊMIO - 01 bicicleta

VI - 6º PRÊMIO - 01 aparelho de DVD;

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 01 de julho de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

### Extrato de Homologação Processo N.º 03/2011 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 03/2011

TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A, que tem por objetivo a Contratação de Empresa (Corretora e/ou seguradora), especializada para Prestação de Serviços na área de seguros de veículos, para os veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde, conforme abaixo discriminado:

Item	Período	Descrição
01	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Economy Flex - placas MHF 8723, ano de fabricação/modelo 2009/2010, chassi nº. 9BD15802AA6264904, código Renavam 134145682, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 3
02	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Economy Flex - placas MHF 8903, ano de fabricação/modelo 2009/2010, chassi nº. 9BD15802AA6265898, código Renavam 134144724, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 2

03	12 meses	Seguro de um veículo Marca Fiat, modelo Uno Mille Fire Flex - placas MEA 6428, ano de fabricação/modelo 2005/2006, chassi nº. 9BD15802764766566, CODIGO Renavam 867052856, capacidade para 05 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 4
04	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Ducato Mult Jaedi T - placas MFY 8382, ano de fabricação/modelo 2006/2006, chassi nº. 93W245H3362006081, CODIGO Renavam 878977716, capacidade para 13 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 5
05	12 meses	Seguro de um veículo marca Iveco Fiat, modelo Daily 4912 Van (Ambulância) - placas MEH 0558, ano de fabricação/modelo 2004/2004, chassi nº. 93ZC4980148313980, Código Renavam 876200285, capacidade para 2,9 toneladas, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 8
06	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Fire Flex - placas MEA 6538, ano de fabricação/modelo 2005/2006, chassi nº. 9BD15802764765604, Código Renavam 867053160, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 4



07	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Palio Weekend Adventure Locker Flex - placas MGZ 4283, ano de fabricação/modelo 2009/2010, chassi nº. 9BD17309TA4272849, código Renavam 132772299, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 3
08	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno 1.6 - placas LXS 0569, ano de fabricação/modelo 1995/1996, chassi nº. 9BD146065s5592499, código Renavam 642551855, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 1
09	12 meses	Seguro de um veículo marca GM, modelo Corsa GL - placas LYS 7584, ano de fabricação/modelo 1997/1997, chassi nº. 9BGSE08NVVC749641, código Renavam 677599862, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 0
10	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Ducato Mult Jet Economy - placas MHP 6449, ano de fabricação/modelo 2010/2011, chassi nº. 93W245H34B2064082, Código Renavam 257508538, capacidade para 13 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 0

11	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Ducato MC Rontanamb - placas MID 7768, ano de fabricação/modelo 2010/2011, chassi nº. 93W245G34B2055641, Código Renavam 274364492, capacidade para 07 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 0
12	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Ducato Adapta Ambulância - placas MHV 7015, ano de fabricação/modelo 2010/2011, chassi nº. 93W245H34B2053300, Código Renavam 204651611, capacidade para 06 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 0

2.2. Para todos os veículos deverá a empresa oferecer a garantia de:

- Cobertura básica: abrangente, indenização integral, roubo e incêndio, socorro e salvamento.

2.3. Os veículos já segurados por frota tem seu vencimento em 12/07/2011, sendo que a empresa vencedora do certame deverá emitir apólice a partir desta data, com vigência de 12 meses.

Irineópolis, 08 de julho de 2011.

NILDA EDITE BANHUK GALVÃO

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### **Extrato Homologação Processo Licitatório Nº 29/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 29/2011

TOMADA DE PREÇOS Nº. 10/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais Ltda, que tem como objeto a Contratação de Empresa (Corretora e/ou seguradora), especializada para Prestação de Serviços na área de seguros de veículos, para os veículos das Secretarias da Administração, Agricultura, Assistência Social, Educação e Infra Estrutura, da frota municipal, conforme abaixo discriminado:



Item	Período	Descrição	Valor R\$
01	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Palio Fire - placas MEK 7292, ano de fabricação/modelo 2004/2004, chassi nº. 9BD17146742438426, código Renavam 825847664, capacidade para 05 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 7	386,03
02	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Ducato Combinato - placas MFY 8432, ano de fabricação/modelo 2006/2006, chassi nº. 93W244K2362005987, código Renavam 878978496, capacidade para 10 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 5	1.002,66
03	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Palio Fire - placas MEH 1502, ano de fabricação/modelo 2004/2004, chassi nº. 9BD17103742434896, código Renavam 825206103, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 7	386,00

04	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Economy Flex - placas MGZ 4773, ano de fabricação/modelo 2009/2010, chassi nº. 9BD15802AA6261414, código Renavam 132779676, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 2	518,39
05	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Economy Flex - placas MGI 2054, ano de fabricação/modelo 2009/2010, chassi nº. 9BD15802AA6272331, código Renavam 137022662, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 2	518,39
06	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Fire - placas MCA 7219, ano de fabricação/ modelo 2001/2002, chassi nº. 9BD15802524309220, código Renavam 769418767, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 1	515,18

07	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 23.220 - placas MCN 8665, ano de fabricação/modelo 2004/2004, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 16,3T, chassi 9BW2M82TX4R431150 e Código Renavam 834151332 - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Bônus 1	1.704,41
08	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 23.210 motor MWM - placas MGW 1160, ano de fabricação/modelo 2004/2005, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 16,4 T, chassi 9BWWF82T55R509637 e Código Renavam 844859788. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Bônus 3	1.676,48
09	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 24.220 EURO3 WORKER - placas MFQ 2374, ano de fabricação/modelo 2008/2008, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 23,00T, chassi 9BW3782T88R842158 e Código Renavam 971363285. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Bônus 1	217,31

10	12 meses	Seguro de um veículo marca GM, modelo Corsa Sedan Classic - placas MCI 2043, ano de fabricação/modelo 2004/2004, chassi nº. 9BGSB19X04B188076, código Renavam 828385092, capacidade para 05 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 8	360,77
11	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Doblo Cargo - placas MEM 2072, ano de fabricação/modelo 2004/2004, chassi nº. 9BD22315842005363, código Renavam 826073310, capacidade para 02 passageiros, 03 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 0	545,63
12	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 15.180 EURO3 WORKER - placas MIY 1222, ano de fabricação/modelo 2009/2010, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 14,5 T, chassi 9533172S4AR019788 e Código Renavam 322819547. Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Bônus 0	217,31

13	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 15.180 EURO3 WORKER - placas MIY 1132, ano de fabricação/modelo 2010/2010, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 14,5 T, chassi 9533172S3AR020883 e Código Renavam 322818010. Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Bônus 0	217,31
14	12 meses	Seguro de um veículo marca IMP/GM, modelo Corsa GLS WD - placas MBO 0247, ano de fabricação/modelo 2000/2001, chassi nº. 8AGSJ35N01R110577, código Renavam 743812336, capacidade para 05 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 110% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF - Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), danos corporais R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros - APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 10	365,46

Para todos os veículos deverá a empresa oferecer a garantia de:  
- Cobertura básica: compreensiva, indenização integral, roubo e incêndio, socorro e salvamento.

Os veículos já segurados por frota tem seu vencimento em 12/07/2011, sendo que a empresa vencedora do certame deverá emitir apólice a partir desta data.

Irineópolis, 08 de julho de 2011.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N.º. 211/2011.**

PORTARIA N.º. 211/2011.

ESTABELECE NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal de Saúde de Irineópolis, Senhora NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO, de acordo com as determinações legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e as decisões do Conselho Municipal de Saúde,

#### **R E S O L V E:**

Art. 1.º - Fica convocada a 3ª Conferência Municipal de Saúde de Irineópolis, conforme determinação legal do Decreto n.º. 2109/2011 do Prefeito Municipal.

Art. 2.º - A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Prefeito Municipal e na sua ausência pelo Coordenador Geral da Conferência.

Art. 3.º - A Conferência será realizada no Centro de Uso Múltiplo, situado na Rua Guanabara, 288, centro, neste Município de Irineópolis.

Art. 4.º - A Conferência terá uma Comissão Organizadora que se responsabilizará por todas as atividades de sua execução.

Art. 5.º - A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

Coordenador Geral: Nildo Juliano Kruger

Secretaria Geral: Ivete Cardoso Fronczak

Relator Geral e Relator Adjunto: Edinilson Brand e Giliandra de Cássia Brand

Coordenador de Comunicação e Informação: Micheli de Fátima Drabik

Coordenador de Articulação e Mobilização: Nilda Edite Banhuki Galvão

Coordenador de Infraestrutura: Wianey de C. Oliveira Godoy Teles dos Santos.

Art. 6.º - Os integrantes da referida Comissão terão suas atribuições definidas no Regimento da 3ª Conferência Municipal de Saúde.

Art. 7.º - Serão delegados na 3ª Conferência Municipal de Saúde os inscritos e indicados pelas entidades legalmente constituídas no Município e os delegados natos: Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 8.º - Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), 30 de junho de 2011.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Secretária Municipal da Saúde.

#### **Portaria N.º. 212/2011.**

PORTARIA N.º. 212/2011.

Aprova o Regimento Interno da 3ª Conferência Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão Wanderlei Lezan no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII, do art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

#### **R E S O L V E:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Regimento Interno da 3ª Conferência Municipal da Saúde, na forma prevista nos artigos constantes do mesmo, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), em 30 de junho de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

#### **Regimento Interno da 3ª Conferência Municipal de Saúde**

REGIMENTO INTERNO DA 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE APROVADO NA 154ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - SC, REALIZADA EM 31/05/2011.

#### **CAPÍTULO I**

##### **DOS OBJETIVOS**

Art. 1º. A 3ª Conferência Municipal de Saúde de Irineópolis, convocada pelo Decreto nº. 2109/2011 de 30/06/2011 tem por objetivos:

I. Impulsionar, reafirmar e buscar a efetividade dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde garantido na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde, na perspectiva do fortalecimento da Reforma Sanitária;

- II. Avaliar o SUS e propor condições de acesso à saúde, ao acolhimento e a qualidade da atenção integral.
- III. Definir diretrizes e prioridades para as políticas de saúde, com base nas garantias constitucionais da Seguridade Social, no marco do conceito ampliado e associado aos Direitos Humanos.
- IV. Fortalecer o Controle Social no SUS e garantir formas de participação dos diversos setores da sociedade.
- V. Eleger delegados à Conferência Estadual de Saúde.

## CAPÍTULO II DA REALIZAÇÃO

Art. 2º. A 3ª Conferência Municipal de Saúde será realizada na data de 12 de julho de 2011 na qual serão debatidos o tema central e os eixos, a partir do documento orientador que versará sobre o processo de construção de diretrizes para a saúde, como contribuição para as conferências, sem prejuízo de debates específicos, em função da realidade do município.

§ 1º Será assegurada a paridade dos delegados representantes dos usuários em relação ao conjunto dos delegados dos demais segmentos, conforme Resolução nº 333/2003 e a lei 8.142/90.

§ 2º. Como cumprimento da etapa municipal, será elaborado Relatório a ser encaminhado à Comissão Organizadora da etapa Estadual, destacando-se entre as diretrizes aprovadas nessa etapa, as que subsidiarão as políticas municipais de saúde, bem como as que poderão subsidiar a formulação de política estadual e nacional de saúde.

§ 3º. Somente as propostas de moções de âmbito municipal serão consideradas na etapa Municipal.

## CAPÍTULO III DO TEMA

Art. 3º. Nos termos deste Regimento, a 3ª Conferência Municipal de Saúde terá como tema central: **TODOS USAM O SUS! SUS NA SEGURIDADE SOCIAL, POLÍTICA PÚBLICA, PATRIMÔNIO DO POVO BRASILEIRO**”. Com o seguinte eixo:  
**ACESSO E ACOLHIMENTO COM QUALIDADE - UM DESAFIO PARA O SUS:**

- Política de Saúde na seguridade social, segundo os princípios da integralidade,
- universalidade e equidade,
- Participação da comunidade e controle social,
- Gestão do SUS (Financiamento; Pacto pela Saúde e Relação Público x Privado: Gestão do Sistema, do trabalho e da Educação em Saúde).

§ 1º. Os eixos serão discutidos em painéis centrais/mesas redondas, com coordenação, secretaria e participação de expositores, indicados pela Comissão Organizadora, assegurando o debate com os delegados e convidados.

§ 2º. Em cada Grupo de Trabalho será discutido 1 (um) eixo.

## CAPÍTULO IV DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS

Art. 4º. Serão consideradas como instâncias deliberativas da 3ª Conferência Municipal de Saúde:

- I. Plenária de Abertura;
- II. Grupos de Trabalho;
- III. Plenária Final.

§ 1º. A Plenária de Abertura terá como objetivo deliberar sobre o regulamento da 3ª Conferência Municipal de Saúde e contará com uma mesa com coordenação e secretaria, indicadas pela Comissão Organizadora.

§ 2º. Os Grupos de Trabalho, compostos paritariamente, serão realizados simultaneamente, envolvendo todos os participantes, deliberando sobre propostas, inerentes ao tema e eixo, as quais serão votadas pelo próprio grupo de trabalho na seguinte forma:

- I. As propostas que obtiverem 70% (setenta por cento) ou mais

dos votos, na Plenária Final farão parte do Relatório Final da 3ª Conferência Municipal de Saúde;

II. Os grupos de trabalho terão coordenação e relator, indicadas pelo próprio grupo.

§ 3º. A Plenária Final terá como objetivo aprovar o Relatório dos Grupos de trabalho, que constituirá o Relatório Final da Conferência, devendo expressar o resultado dos debates, bem como conter diretrizes municipais, estaduais e nacionais para formulação de políticas para o SUS e aprovar as moções de âmbito municipal.

§ 4º. O Relatório aprovado na Plenária Final da 3ª Conferência Municipal de Saúde será encaminhado à Secretaria da Saúde do Município e ao Conselho Municipal de Saúde.

## CAPÍTULO V DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 5º. A Conferência Municipal de Saúde será Presidida Pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 6º. A Comissão Organizadora da 3ª Conferência Municipal de Saúde definirá para o desenvolvimento de suas ações a seguinte estrutura:

- I. Coordenador Geral;
- II. Secretaria Geral;
- III. Relator Geral e Relator Adjunto;
- IV. Coordenador de Comunicação e Informação;
- V. Coordenador de Articulação e Mobilização;
- VI. Coordenador de Infraestrutura;

§ 1º. O Coordenador Geral será um Conselheiro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde.

§ 2º. O Relator Geral e o Relator adjunto serão indicados pelo Conselho Municipal de Saúde sendo um deles, necessariamente Conselheiro I Municipal de Saúde;

§ 3º. O Secretário Geral, o Coordenador de Comunicação e Informação, o Coordenador de Articulação e Mobilização e o Coordenador de Infraestrutura serão indicados entre os integrantes da Comissão Organizadora da 3ª Conferência Municipal de Saúde.

§ 4º. A Comissão Organizadora poderá indicar pessoas e representantes de entidades com contribuição significativa na área para ingressar às Comissões de apoio.

Art. 7º. A Comissão Organizadora contará com um Comitê Executivo, designado pelo Secretário Municipal da Saúde e composto por representantes dos seus órgãos, para dar apoio administrativo, financeiro e de infraestrutura para execução das suas atividades e das deliberações do do Conselho Municipal de Saúde à realização da 3ª Conferência Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. O Comitê Executivo contará com a participação de dois membros da Comissão Organizadora.

## CAPÍTULO VI DO MÉTODO

Art. 8º. As discussões na 3ª Conferência Municipal de Saúde versarão sobre o tema e eixos citados no art. 3º deste Regimento, sem prejuízo de debates específicos, em função da realidade do município.

§ 1º. Será constituída uma equipe de relatores proposta pela Comissão Organizadora da 3ª Conferência Municipal de Saúde;

§ 2º. O relatório da Conferência Municipal poderá conter até 7 (sete) diretrizes relacionadas com o eixo da Conferência.

§ 3º. O Relatório aprovado na 3ª Conferência Municipal de Saúde será encaminhado à Etapa Estadual, em formato eletrônico, por meio da página eletrônica da Secretaria de Estado da Saúde, até 29 de julho 2011, para serem consolidados e subsidiarem as discussões da etapa estadual.

## CAPÍTULO VII



**DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 9º. A Comissão Organizadora da 3ª Conferência Municipal de Saúde tem as seguintes atribuições:

- I. Encaminhar a realização da Conferência Municipal de Saúde, atendendo às deliberações do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal da Saúde;
- II. Propor ao Pleno do Conselho Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal da Saúde:
  - a) Os nomes dos expositores das mesas redondas;
  - b) Os critérios para participação e a definição dos convidados;
  - c) Acompanhar a disponibilidade e organização da infraestrutura, inclusive, do orçamento para Conferência Municipal de Saúde;
- III. Apresentar ao Pleno do Conselho Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal da Saúde a prestação de contas da Conferência Municipal de Saúde;
- IV. Encaminhar o Relatório Geral da Conferência Municipal de Saúde à Coordenação da 3ª Conferência Estadual de Saúde, à Secretaria Municipal da Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde;
- V. Realizar o julgamento dos recursos relativos aos credenciamentos de delegados;
- VI. Discutir e deliberar sobre todas as questões julgadas pertinentes acerca da Conferência Municipal de Saúde e não previstas nos itens anteriores, submetendo-as ao Pleno do Conselho Municipal de Saúde

Art. 10. Ao Coordenador Geral cabe:

- I. Convocar reuniões da Comissão Organizadora;
- II. Coordenar as reuniões e as atividades da Comissão Organizadora;
- III. Submeter à apreciação do Conselho Municipal de Saúde as propostas e os encaminhamentos da Comissão Organizadora;

Art. 11. Ao Secretário Geral cabe:

- I. Organizar a pauta das reuniões da Comissão Organizadora;
- II. Participar das reuniões do Comitê Executivo;
- III. Organizar e manter o arquivo dos documentos recebidos e cópias dos documentos encaminhados em função da 3ª Conferência Municipal de Saúde;
- IV. Encaminhar os documentos produzidos pela Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Saúde para providências.

Art. 12. Ao Relator Geral cabe:

- I. Coordenar a Comissão de Relatoria da 3ª Conferência Municipal de Saúde
  - II. Coordenar o processo de trabalho dos relatores das Plenárias;
  - III. Coordenar a elaboração dos consolidados dos grupos de trabalho;
  - IV. Coordenar a elaboração e a organização das moções, aprovadas na Plenária Final, no Relatório Final da 3ª Conferência Municipal de Saúde;
  - V. Coordenar a elaboração do Relatório Final da Conferência Municipal de Saúde a ser encaminhado à Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Saúde, à Secretaria Municipal da Saúde e apresentado ao Conselho Municipal de Saúde.
- Parágrafo Único. O Relator Geral será substituído em seus impedimentos eventuais pelo Relator Adjunto.

Art. 13. Ao Coordenador de Comunicação e Informação cabe:

- I. Definir instrumentos e mecanismos de divulgação da Conferência Municipal;
- II. Promover a divulgação do Regimento Interno da 3ª Conferência Municipal de Saúde;
- III. Orientar as atividades de Comunicação Social da 3ª Conferência Municipal de Saúde;
- IV. Promover a divulgação adequada da 3ª Conferência Municipal de Saúde.

Art. 14. Ao Coordenador de Infraestrutura cabe:

- I. Propor condições de infraestrutura necessária à realização da Conferência Municipal de Saúde referente ao local, equipamentos e instalações, audiovisuais, reprografia, comunicações, hospedagem, transporte, alimentação e outras;
- II. Avaliar, juntamente com a Comissão Organizadora, a prestação de contas de todos os recursos destinados à realização da Conferência Municipal de Saúde.

Art. 15. Ao Coordenador de Mobilização e Articulação cabe:

- I. Estimular a organização e a realização das pré-conferências de saúde em todo o Município;
- II. Mobilizar e estimular a participação paritária dos usuários em relação ao conjunto dos delegados;
- III. Mobilizar e estimular a participação paritária dos trabalhadores de saúde em relação à soma dos delegados gestores e prestadores de serviços de saúde;

Art. 16. Ao Comitê Executivo da Conferência Municipal de Saúde cabe:

- I. Implementar as deliberações da Comissão Organizadora;
- II. Articular a dinâmica de trabalho entre a Comissão Organizadora e a Secretaria Municipal da Saúde;
- III. Estimular e apoiar as pré-conferências nos seus aspectos preparatórios;
- IV. Encaminhar processos administrativos com prestação de contas à Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Saúde;
- V. Obter dos expositores os textos de suas apresentações para fins de arquivos e divulgação;
- VI. Elaborar o orçamento e providenciar as suplementações necessárias, assim como propor a infraestrutura da Conferência Municipal de Saúde;
- VII. Providenciar a divulgação do Regimento Interno e Regulamento da Conferência Municipal de Saúde;
- VIII. Propor, elaborar e realizar métodos de credenciamento dos delegados;
- IX. Propor e organizar o apoio da Secretaria da Conferência Municipal de Saúde;
- X. Providenciar os atos e encaminhamentos pertinentes ao fluxo de gastos com as devidas previsões, cronogramas e planos de aplicação.

**CAPÍTULO VII  
DOS PARTICIPANTES**

Art. 17. A Conferência Estadual de Saúde contará com aproximadamente 120 (centro e vinte) participantes, dentre os quais até 08 (oito) serão indicados a delegados.

Parágrafo Único. Nos termos do art. 1º da Lei 8.142, de 18 de dezembro de 1990, e nos termos da Resolução nº 333/2003, do Conselho Nacional de Saúde, a representação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos representantes do governo, prestadores de serviços e profissionais de saúde, sendo assim configurada a participação:

- I. 50% dos participantes serão representantes de usuários;
- II. 25% dos participantes serão representantes dos profissionais de saúde; e
- III. 25% dos participantes serão representantes de gestores e prestadores de serviços de saúde.

Art. 18. Os participantes da Conferência Municipal de Saúde distribuir-se-ão em duas categorias:

I. Delegados com direito a voz e voto (delegados natos e inscritos, observada a participação paritária prevista no parágrafo único do art. 17 deste Regimento).

II. Convidados com direito a voz.

Art. 19. Serão delegados na 3ª Conferência Municipal de Saúde:

I. Delegados inscritos até às 12h00m do dia 12/07/2011;

II. Delegados Natos: Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo único - Ao final da Conferência, serão eleitos entre os delegados inscritos e natos 8 (oito) delegados à Convenção Estadual.

Art. 20. A inscrição de delegados a serem eleitos na conferência deve ser entregue ao Comitê Executivo até o dia 12/07/2011, às 12h00m.

Art. 21. Serão convidados para a Conferência Municipal de Saúde:

I. Representantes de órgãos e entidades municipais, estaduais e nacionais;

II. Personalidades municipais estaduais e nacionais, com atuação de relevância na área de saúde e setores afins;

III. Movimentos Sociais.

§ 1º. O Conselho Municipal de Saúde definirá os demais convidados para a Conferência Municipal de Saúde.

Art. 22. Os participantes com deficiências físicas e/ou patologias deverão fazer o registro na ficha de inscrição da Conferência Municipal de Saúde para que sejam providenciadas as condições necessárias à sua participação.

## CAPÍTULO IX

### DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 23. As despesas com a organização geral para a realização da Conferência Municipal de Saúde correrão à conta do Governo Municipal, com recursos da Secretaria Municipal da Saúde.

## CAPÍTULO X

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. A Comissão Organizadora, no sentido de facilitar o encaminhamento dos trabalhos e identificação dos presentes, no ato da inscrição, fornecerá crachás específicos para cada membro participante de acordo com sua condição.

Art. 25. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Saúde.

Município de Irineópolis (SC), em 30 de junho de 2011.

# Itapoá

## PREFEITURA

### Ata do Pregão Presencial Nº 019/ 2011 Material de Procedimento

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/ 2011, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2011 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS, HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Aos 07/07/2011, a partir das 09:30 horas, no sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira e a respectiva Equipe de Apoio, abaixo assinado, nomeados pelo Decreto nº 1299/2011, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA referente ao Pregão Presencial nº 000019/2011, que tem como objeto a AQUISICAO DE MATERIAL DE PROCEDIMENTO PARA USO DAS UNIDADES SAUDE (PSF), PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E CENTOR DE REABILITAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL., com critério de julgamento de menor preço . No horário definido no Edital, a Senhora Pregoeira deu como aberta a Sessão Pública de realização do Pregão, Apresentaram os devidos elementos necessários à participação no certame a (s) seguinte (s) empresa (s):

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
METROMED-COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22
BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	05.785.002/0001-57
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.505.263/0001-40
STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	02.223.342/0001-04
SANTAMED COM. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME	82.993.627/0001-55
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98
MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	07.774.682/0001-39
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	03.501.603/0001-65
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	05.531.725/0001-20
CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	79.250.676/0001-93

Aptas a participarem da próxima fase do certame. A senhora Pregoeira FERNANDA CRISTINA ROSA que informou aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, a senhora Pregoeira iniciou, imediatamente, a abertura dos envelopes de proposta de preços. As propostas foram submetidas à Equipe de Apoio, para avaliação do atendimento das especificações exigidas no (Anexo I do Edital), com base nas declarações e documentações apresentadas pelas licitantes. A senhora Pregoeira, com base na análise da equipe de apoio:

Equipe de Apoio

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL

PRISCILA DE ARAUJO CARNEIRO

Emitiu seu juízo classificando as propostas. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela senhora Pregoeira, ficam as licitantes vencedoras responsáveis por entregarem produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Para a etapa de lances foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002. Iniciou-se a etapa de lances verbais, em que os

representantes credenciados:

Representantes (Credenciados)  
 RAMON FRANCISCO ANDRADE  
 MAURO BOEGE  
 CLEITON ANDRE WAGNER  
 LAERTE BORGONOV  
 ADALBERTO LUIZ REESE  
 DORIS OLINDA CAMPESTRINI PERTILE  
 JULIANO DE LACERDA  
 SERGIO DE OLIVEIRA NICOLODI  
 HARRI BORGONOV  
 MATHEUS MATZEMBACHER FREITAS

Tiveram a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas, conforme Termo de Lance e vencedores anexo aos autos., da qual chegaram aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	1,5900	0,0000
2	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,3800	0,0000
3	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,3800	0,0000
4	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,3000	0,0000
5	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,3000	0,0000
6	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,3000	0,0000
7	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	0,3000	0,0000
8	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,3300	0,0000
9	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	3,3800	0,0000
10	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	7,8900	0,0000
11	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	4,3000	0,0000
12	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES L	2,2800	0,0000
13	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,0250	0,0000
14	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0250	0,0000
15	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0250	0,0000
16	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,0250	0,0000
17	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,0240	0,0000
18	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,0250	0,0000
19	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1400	0,0000
20	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES L	0,0850	0,0000
21	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	7,3700	0,0000
22	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	2,6000	0,0000
23	METROMED-COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	2,3900	0,0000
24	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	5,2000	0,0000
25	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	4,3000	0,0000

26	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	5,3000	0,0000
27	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES L	6,6000	0,0000
28	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	10,8000	0,0000
29	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	11,5000	0,0000
30	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES L	16,9000	0,0000
31	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	20,7000	0,0000
32	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	38,0000	0,0000
33	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	1,6000	0,0000
34	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	1,1500	0,0000
35	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	1,1500	0,0000
36	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	1,1500	0,0000
37	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	1,1500	0,0000
38	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	1,1500	0,0000
39	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	1,1500	0,0000
40	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	1,1500	0,0000
41	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	1,1500	0,0000
42	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	1,1500	0,0000
43	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	1,1500	0,0000
44	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	1,1500	0,0000
45	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	1,1500	0,0000
46	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	37,6000	0,0000
47	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	37,5000	0,0000
48	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	38,9600	0,0000
49	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	38,6000	0,0000
50	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,6000	0,0000
51	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	6,8000	0,0000
52	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	5,8000	0,0000
53	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	8,5000	0,0000
54	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	42,9000	0,0000
55	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	21,0000	0,0000
56	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	8,0000	0,0000
57	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	29,0000	0,0000
58	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	7,8000	0,0000
59	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	31,9500	0,0000
60	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	4,7400	0,0000

61	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	0,4200	0,0000
62	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	0,3800	0,0000
63	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	2,4900	0,0000
64	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	22,2200	0,0000
65	METROMED-COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	0,1540	0,0000
66	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	3,8000	0,0000
67	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	2,9000	0,0000
68	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	0,6100	0,6000
69	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,6000	0,0000
70	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	0,9000	0,0000
71	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	6,0000	0,0000
72	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	28,0000	0,0000
73	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	14,9000	0,0000
74	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	14,9000	0,0000
75	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	27,0000	0,0000
76	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	27,0000	0,0000
77	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	13,4000	0,0000
78	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	13,4000	0,0000
79	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	13,4000	0,0000
80	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	13,4000	0,0000
81	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	13,4000	0,0000
82	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	13,4000	0,0000
83	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	13,4000	0,0000
84	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	13,4000	0,0000
85	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1,9000	0,0000
86	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	1,2900	0,0000
87	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	2,2000	0,0000
88	SANTAMED COM. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS	17,5000	0,0000
89	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	3,3000	0,0000
90	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,4700	0,0000
91	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	12,7600	0,0000
92	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	35,0000	0,0000
93	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	3,9500	0,0000

94	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	1,2900	0,0000
95	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1,3000	0,0000
96	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1,5500	0,0000
97	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	7,9000	0,0000
98	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	8,1500	0,0000
99	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	8,1500	0,0000
100	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	8,1500	7,9000
101	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,0300	0,0000
102	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	2,7300	0,0000
103	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	12,0000	0,0000
104	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	11,7500	0,0000
105	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	11,0000	0,0000
106	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	0,6600	0,0000
107	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	0,6900	0,6600
108	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	0,6900	0,6600
109	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	0,6900	0,6600
110	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	3,8000	3,7000
111	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	21,0000	0,0000
112	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	26,0000	0,0000
113	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	34,9600	0,0000
114	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	51,0000	0,0000
115	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	79,0000	0,0000
116	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	108,0000	0,0000
117	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25,0000	0,0000
118	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	8,8000	0,0000
119	METROMED-COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	0,2300	0,0000
120	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	13,9900	0,0000
121	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	11,4700	0,0000
122	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	14,0000	0,0000
123	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1650	0,0000
124	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	0,1000	0,0000
125	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,1150	0,0000
126	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	0,0770	0,0000



127	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	0,0770	0,0000
128	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	0,0770	0,0000
129	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	0,0770	0,0000
130	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	0,0850	0,0000
131	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	0,0500	0,0000
132	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	0,0560	0,0000
133	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	0,1290	0,0000
134	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	0,1850	0,0000
135	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES L	0,1900	0,0000
136	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,0900	0,0000
137	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,0900	0,0000
138	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	0,6700	0,0000
139	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	0,6700	0,0000
140	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	0,6700	0,0000
141	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	0,6700	0,0000
142	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	0,6700	0,0000
143	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	0,6700	0,0000
144	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	0,6700	0,0000
145	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	1,7000	0,0000
146	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	1,6000	0,0000
147	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	1,2500	0,0000
148	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	1,2500	0,0000
149	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	1,2500	0,0000
150	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	1,2500	0,0000
151	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	1,2500	0,0000
152	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	1,2500	0,0000
153	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	1,2500	0,0000
154	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	1,2500	0,0000
155	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	1,2500	0,0000
156	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	1,2500	0,0000
157	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	1,2500	0,0000
158	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	1,2500	0,0000
159	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	1,2500	0,0000
160	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	9,1500	0,0000
161	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	9,1500	0,0000
162	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,3100	0,0000
163	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	0,3200	0,0000
164	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	0,3400	0,0000

165	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,3600	0,0000
166	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	0,3540	0,0000
167	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	0,4000	0,0000
168	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	0,5000	0,0000
169	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	0,4100	0,0000
170	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	0,4600	0,0000
171	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	0,4800	0,0000
172	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	0,5000	0,0000
173	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	0,5000	0,0000
174	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	0,5800	0,0000
175	BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	0,5800	0,0000
176	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,3300	0,0000
177	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,3200	0,0000
178	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,3200	0,0000
179	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,3300	0,0000
180	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,3300	0,0000
181	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	0,3500	0,0000
182	STARMED ARTIGOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA	0,3800	0,0000
183	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	0,4200	0,0000
184	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	0,4900	0,0000
185	DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	0,5000	0,0000
186	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	2,7600	0,0000
187	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	3,6700	0,0000
188	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	4,8100	0,0000
189	MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	2,2500	0,0000
190	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	7,5000	0,0000
191	METROMED-COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	0,7000	0,0000
192	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	0,3900	0,0000

Registre-se que houve questionamentos das licitantes presentes contra a cotação de preço da empresa ALTERMED nos itens 103, 104, 105, quanto a cotação errada das luvas pois todos cotaram látex e pelo preço a empresa só poderia ter cotado vinil. Confirmada com o representante da empresa ALTERMED, realmente sua cotação foi luva tipo vinil, solicitado a parecer da representante da Secretaria de Saúde manifestou-se que, " as luvas para procedimento deveriam ser de látex tendo em vista que estas são para uso de procedimento deveria ser de látex". Portanto a pregoeira desclassificou a empresa nos itens 104 e 105, pelo fato da cotação dos itens serem de luvas de vinil e não látex, a qual a Secretaria

de Saúde necessita, e o impedimento das demais licitantes nos lances, que posteriormente veria a prejudicar o Município que restaria sem a luvas, pois não compraria o que não é de bom uso. Encerrado parte da fase de lances às 16h:00m do dia 07/07/2011 até os itens nº 159. Marcada a continuação para o dia 08/07/2011 às 08h:00m. No dia 08/07/2011 exatamente às 08h:00m foi retomada a sessão pública de julgamento do pregão em epígrafe, que não houve o comparecimento das empresas licitantes, seguida somente com equipe de apoio. Encerrados os lances verbais para o presente certame, verificou-se as empresas vencedoras citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
METROMED-COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	971,3000
BOEGE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	16.852,7000
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	1.695,5000
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	30.537,3300
STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES L	25.879,7800
SANTAMED COM. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS	3.500,0000
PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTD	6.147,0900
MEDICAL PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES	5.710,0500
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	8.316,8300
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	1.330,1900

Em seguida, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde se constatou que as referidas empresas atendem as exigências editalícias, sendo habilitadas para este Certame. Finalizada a etapa competitiva e habilitadas às empresas ofertantes dos menores preços, a Senhora Pregoeira declarou as empresas supracitadas vencedoras deste Pregão. Os representantes credenciados não compareceram a sessão portanto precluindo o direito de interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que as empresas vencedoras deverão cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - As propostas das empresas vencedoras satisfazem às exigências do edital; b) - As empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Senhora Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 08/07/2011.  
FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeira Oficial

Equipe de Apoio  
ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
PRISCILA DE ARAUJO CARNEIRO

### Extrato do Contrato Nº 43/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2011

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratada: ACÁCIO ROSA & ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade de advogados, inscrita na OAB/SC sob nº. 997/2004, e no CNPJ/MF sob n. 07.473.003/0001-91, com endereço à Rua Princesa Izabel, 238, 5º andar, sala 512, Centro, CEP: 89.201-270 em

Joinville/SC.

Objeto: Consiste na confecção do Edital e demais documentos jurídicos para o processo de Licitação Pública para a Concessão Pública para a exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural do Município de Itapoá/SC, bem como a realizar o acompanhamento do processo licitatório e apresentar as defesas pertinentes perante os órgãos responsáveis, caso seja necessário. Valor Total: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Orçamento: Órgão 03 - Gabinete do Prefeito, aplicação direta: 03, projeto/atividade 2.004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, vínculo:10000.

Data vigência contratual: A vigência do presente contrato inicia-se na data da publicação do seu resumo no órgão de publicação oficial do Município de Itapoá, com efeito retroativo a assinatura do presente termo e encerra-se na devida efetivação final do contrato administrativo resultado da licitação.

Base Legal: Inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

Itapoá, 02 de junho de 2011.

ERVINO SPERANDIO  
Prefeito Municipal

### Inexigibilidade de Licitação Nº 07/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2011  
PROCESSO Nº 56/2011

OBJETO: Aquisição de até 5.494 (cinco mil quatrocentos e noventa e quatro) passes escolares diários, para o transporte de até 2.747 (dois mil, setecentos e quarenta e sete) alunos da rede municipal e estadual de ensino, atendendo a 99 (noventa e nove) dias letivos.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, através da Secretaria Educação.

CONTRATADO: Transita Transporte Itapoá Turismo e Aluguel Ltda;  
VALOR TOTAL R\$: R\$: 402.490,44 (quatrocentos e dois mil quatrocentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos);  
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de duração do contrato, com início em 12/07/2011 e término em 09/12/2011.

Itapoá/SC, 11/07/2011.  
ERVINO SPERANDIO  
Prefeito Municipal

**Joaçaba**

**PREFEITURA**

### Extrato Contrato 227/2011 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 227/2011/FMS  
PL 24/2011 FMS - PP 20/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: YURI A. RIGGHI PICCININ LTDA

OBJETO: a contratação de empresa para a prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos de informática da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 12.720,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: Até 31/12/2011.

DATA DE ASSINATURA: 07/07/2011..

**Aviso Alteração Edital PP 3/11-PL 3/11 FMCE**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES

JOAÇABA – SC

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2011/FMCE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 3/2011/FMCE

O Município de Joaçaba, por intermédio da Fundação Municipal de Cultura e Esporte, torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital Pregão Presencial nº 3/2011/FMCE, cujo objeto é a "aquisição de 01 (um) veículo tipo van, novo, zero quilometro, ano 2011, modelo 2011 ou 2012, e um veículo reboque novo fechado, ano 2011, destinados a manutenção das atividades da Fundação Municipal de Cultura e Esportes de Joaçaba, de acordo com as características mínimas descritas no Anexo I do presente Edital"

1. No Anexo I - ESPECIFICAÇÕES / MODELO DA PROPOSTA / VALORES MÁXIMOS, ONDE SE LÊ:

**ITEM 01**

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R\$	MARCA	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
			Veículo tipo van, novo, (zero quilometro), ano 2011/modelo 2011 ou 2012, preferencialmente de fabricação nacional, com as seguintes características mínimas: § Motor a diesel, com turbo e intercooler, potência mínima de 115 a 130 CV; § Caixa de transmissão 6 marchas a frente e 1 a ré manopla localizada no painel; § Freios ABS – dianteiros e traseiros; § 02 portas dianteiras para motorista e acompanhante + 01 porta lateral deslizante com vidro + porta traseira dupla com vidros; § Teto elevado; § Trava de segurança contra abertura interna da porta lateral correção; § Trava elétrica das portas; § Vidros das portas dianteiras com sistema elétrico tipo "um toque" para subida e descida; § Janelas correções, com vidros, no compartimento de passageiros;				

01	01	un	§ Ar condicionado integrado frio/quente, com dutos para o compartimento traseiro; § Ar quente com sistema de recirculação do ar; § Bolsa de ar inflável (air bag) frontal para motorista; § Direção hidráulica ou eletro-hidráulica; § Capacidade mínima para 15 passageiros + motorista; § Bancos reclináveis com cinto de segurança; § Cintos de segurança dianteiros 03 pontos com regulagem de altura; § Tacógrafo; § Chapa de proteção para caixa de câmbio e cárter do motor; § Pintura externa sólida na cor branca; § Radio AM\FM estéreo com CD player, 2 altos falantes dianteiros e 2 traseiros; § Bagageiro longo em baixo das duas ultimas linhas de bancos; § Porta pacote interno lateral esquerda no teto; § Engate traseiro para reboque.	132.900,00			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA							

**LEIA-SE:**

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO R\$	MARCA	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$

		Veículo tipo van, novo, (zero quilometro), ano 2011/mo- delo 2011 ou 2012, preferencialmente de fabricação nacional, com as seguintes características mínimas: § Motor a diesel, com turbo e intercooler, potência mínima de 115 a 130 CV; § Câmbio mecânico manual com, no mínimo, 05 marchas a frente e 01 a ré; § Freios ABS – dianteiros e traseiros; § 02 portas dianteiras para motorista e acompanhante + 01 porta lateral deslizante com vidro + porta traseira dupla com vidros; § Teto elevado; § Trava de segurança contra abertura interna da porta lateral corredeira;				
--	--	--	--	--	--	--

01	01	un	<p>§ Trava elétrica das portas;</p> <p>§ Vidros das portas dianteiras com sistema elétrico tipo “um toque” para subida e descida;</p> <p>§ Janelas corredeiras, com vidros, no compartimento de passageiros;</p> <p>§ Ar condicionado integrado frio/quente, com dutos para o compartimento traseiro;</p> <p>§ Ar quente com sistema de recirculação do ar;</p> <p>§ Bolsa de ar inflável (air bag) frontal para motorista;</p> <p>§ Direção hidráulica ou eletro-hidráulica;</p> <p>§ Capacidade mínima para 15 passageiros + motorista;</p> <p>§ Bancos reclináveis com cinto de segurança;</p> <p>§ Cintos de segurança dianteiros 03 pontos com regulagem de altura;</p> <p>§ Tacógrafo;</p> <p>§ Chapa de proteção para caixa de câmbio e cárter do motor;</p> <p>§ Pintura externa sólida na cor branca;</p> <p>§ Radio AM\FM estéreo com CD player, 2 altos falantes dianteiros e 2 traseiros;</p> <p>§ Bagageiro longo em baixo das duas ultimas linhas de bancos;</p> <p>§ Porta pacote interno lateral esquerda no teto;</p> <p>§ Engate traseiro para reboque.</p>	132.900,00			
VALOR TOTAL DA PROPOSTA							

2. Diante das alterações efetuadas, a data de abertura do referido pregão fica alterada do dia 08/07/2011, a partir das 14 horas, para o dia 20/07/2011, a partir das 14 horas na sala do Setor de Compras e Licitações.

2.1. Da mesma forma, a data e horário do credenciamento fica alterada de até as 14 horas do dia 08/07/2011, para até as 14 horas do dia 20/07/2011, no Setor de Compras e Licitações.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 – Telefones 0xx49



3527-8828 e 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, ou pelo site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 07 de junho de 2011.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

MIRIAN DOLZAN  
Superintendente da FMCE

#### **Aviso de Licitação PL 06/2011 - PP 06/2011**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES  
JOAÇABA- SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2011/FMCE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2011/FMCE

Objeto: Contratação de serviços técnicos profissionais especializados de empresa, para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2011, que será realizado no período de 03 a 06 de novembro do corrente ano, no Teatro Alfredo Sigwald. Forma de Julgamento: Menor preço global. Data da abertura: Dia 29/07/2011, a partir das 14 h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 h, do dia 29/07/2011, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 07 de julho de 2011.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

MIRIAN DOLZAN  
Superintendente da FMCE

#### **Extrato Homologação PL 24/2011 - PP 20/2011 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24/2011/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:  
1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 20/2011/FMS, nos seguintes termos:  
- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 20/2011/FMS  
Objeto: a contratação de empresa para a prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos de informática da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2011.  
- Empresas Vencedoras:  
YURI A. RIGHI PICCININ & CIA LTDA  
VALOR R\$ 12.720,00  
2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 07 de julho de 2011.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

## **PLASS**

#### **Licitação Serviço Social - Pregão Presencial 01/2011**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
PLANO DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL - PLASS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2011  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2011

Objeto: A contratação de empresa especializada em prestação de serviços na área de Serviço Social, destinados aos segurados do PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) - PLASS, por 20 (vinte) horas semanais, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no período vespertino. Data da abertura: dia 26/07/2011 a partir das 14h nas dependências do PLASS, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega de envelopes até 14h do dia 26/07/2011. Local para aquisição do edital: PLASS, situado na Avenida XV de novembro, 378, Centro, Joaçaba em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário das 13h às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação desse aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao PLASS, no endereço acima citado, pelo telefone (49) 3527 8804 ou pelo e-mail [plass@joacaba.sc.gov.br](mailto:plass@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba (SC), 07 de julho de 2011  
JULIO CESAR BISSANI  
Diretor Executivo

## **SIMAE**

#### **Publicação Pregão PP 0026/2011 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0037/2011  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2011  
PROTOCOLO JHL 1661/2011

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0026/2011 - Licitação 0037/2011, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALIBRAÇÃO, AJUSTES E CERTIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATORIO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA DO SIMAE .

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 21/07/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 21/07/2011 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 11/07/2011 a 21/07/2011.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 11 de JULHO de 2011.  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE.

#### **Publicação TP 0006/2011 - SIMAE**

Licitação nº 0036/2011 - Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0006/2011 - Protocolo JHL 1595/2011

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0006/2011 - Licitação 0036/2011, tipo Menor Preço Global, que trata de: Objeto: Contratação de Empresa para Execução de reforma Interna e Externa da Sede Administrativa do SIMAE. Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 25/07/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC. Da Abertura: A abertura será realizada no dia 25/07/2011 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 11 de Julho de 2011.  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE

### **Publicação TP 0007/2011 - SIMAE**

Licitação nº 0039/2011 - Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0007/2011 - Protocolo JHL 1688/2011

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0007/2011 - Licitação 0039/2011, tipo Menor Preço Global De Cada Item, que trata de: Objeto: Contratação de Empresa para Execução de Urbanização em Diversos Reservatórios e Elevatórias de água tratada nos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna de propriedade do SIMAE. Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 28/07/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC. Da Abertura: A abertura será realizada no dia 28/07/2011 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 11 de Julho de 2011.  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE

**Lauro Muller**

**PREFEITURA**

### **Le nº 1.693/2011**

LEI Nº 1.693/2011 DE 08 DE JULHO DE 2011.

Denomina de Rua Dionísio Adriano, a Estrada de Mina Nova, município de Lauro Müller e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - A Estrada de Mina Nova, iniciando nas proximidades do sítio do senhor Ricardo de Alcântara Rodrigues até o seu final, passa a denominar-se: RUA DIONÍSIO ADRIANO.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos providenciará a confecção e colocação de placa indicadora na referida estrada, indicando a denominação dada por esta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Lauro Müller, 08 de Julho de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES  
Sec. Administração, Fin. Planej.

### **Lei nº 1.692/2011**

LEI Nº 1.692/2011 DE 08 DE JULHO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MULLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Obras de sistema viário e Empreendimentos Comunitários.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 08 de Julho de 2011.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES  
Sec. Administração, Fin. Planej.

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### ExtratoTP Sistemas Informatic Saude e Ação Social

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2011

GENIR LOLI - Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento, fornecimento mediante locação, atualização e manutenção dos sistemas de informática nas áreas de Saúde e Ação Social, no dia 18 de agosto de 2011, às 08:30 horas, com o recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 07 de julho de 2011.

GENIR LOLI

Secretário de Saúde e Ação Social

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Extrato Contrato pml.028.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.028.11

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº pml.0013/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)

CONTRATADO: ANTONINHO BRAGAGNOLLO

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos

VALOR: R\$ 3.971,10 (três mil, novecentos e setenta e um reais e dez centavos).

VIGÊNCIA: até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2011.

DOTAÇÕES:

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Infantil

Reduzido: 046

Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Atividade - 0801.10.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Fundamental

Reduzido: 049

Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Luzerna(SC), 29 de junho de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal de Luzerna  
CONTRATANTE

ANTONINHO BRAGAGNOLLO  
CONTRATADO

#### Extrato Contrato pml.029.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.029.11

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº pml.0013/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)

CONTRATADO: ALEXANDRE JOEL SIGNORI

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos

VALOR: R\$ 1.127,01 (hum mil, cento e vinte e sete reais e um centavo).

VIGÊNCIA: até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2011.

DOTAÇÕES:

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Infantil

Reduzido: 046

Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Atividade - 0801.10.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Fundamental

Reduzido: 049

Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Luzerna(SC), 29 de junho de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal de Luzerna

CONTRATANTE

ALEXANDRE JOEL SIGNORI

CONTRATADO

#### Extrato Contrato pml.030.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.030.11

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº pml.0013/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)

CONTRATADO: EDSON ANTONIO CAVICHIOI

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos

VALOR: R\$ 1.801,31 (hum mil, oitocentos e um reais e trinta e um centavos).

VIGÊNCIA: até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2011.

DOTAÇÕES:

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Infantil

Reduzido: 046

Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Atividade - 0801.10.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Fundamental

Reduzido: 049

Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Luzerna(SC), 29 de junho de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal de Luzerna

## CONTRATANTE

EDSON ANTONIO CAVICHIOLI  
CONTRATADO

**Extrato Contrato pml.031.11**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.031.11  
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº pml.0013/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)  
CONTRATADO: EVERALDO COSTA BEBER  
OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos  
VALOR: R\$ 710,80 (setecentos e dez reais e oitenta centavos).  
VIGÊNCIA: até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2011.  
DOTAÇÕES:  
08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Infantil  
Reduzido: 046  
Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE  
Atividade - 0801.10.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Fundamental  
Reduzido: 049  
Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Luzerna(SC), 29 de junho de 2011.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal de Luzerna  
CONTRATANTE

EVERALDO COSTA BEBER  
CONTRATADO

**Extrato Contrato pml.032.11**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.032.11  
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº pml.0013/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)  
CONTRATADO: JOÃO CARLOS OLDEMBURG  
OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos  
VALOR: R\$ 1.013,80 (hum mil e treze reais e oitenta centavos).  
VIGÊNCIA: até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2011.  
DOTAÇÕES:  
08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Infantil  
Reduzido: 046  
Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE  
Atividade - 0801.10.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Fundamental  
Reduzido: 049  
Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Luzerna(SC), 29 de junho de 2011.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal de Luzerna  
CONTRATANTE

JOÃO CARLOS OLDEMBURG  
CONTRATADO

**Extrato Contrato pml.033.11**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.033.11  
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº pml.0013/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)  
CONTRATADO: JOSÉ LUIZ DEZANET  
OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos  
VALOR: R\$ 1.302,00 (hum mil, trezentos e dois reais).  
VIGÊNCIA: até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2011.  
DOTAÇÕES:  
08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Infantil  
Reduzido: 046  
Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE  
Atividade - 0801.10.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Fundamental  
Reduzido: 049  
Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Luzerna(SC), 29 de junho de 2011.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal de Luzerna  
CONTRATANTE

JOSÉ LUIZ DEZANET  
CONTRATADO

**Extrato Contrato pml.034.11**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.034.11  
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº pml.0013/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)  
CONTRATADO: JÚLIO ANTÔNIO MARQUEZ  
OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos  
VALOR: R\$ 3.295,00 (três mil, duzentos e noventa e cinco reais).  
VIGÊNCIA: até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2011.  
DOTAÇÕES:  
08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Infantil  
Reduzido: 046  
Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE  
Atividade - 0801.10.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Fundamental  
Reduzido: 049  
Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Luzerna(SC), 29 de junho de 2011.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal de Luzerna  
CONTRATANTE

JÚLIO ANTÔNIO MARQUEZ  
CONTRATADO



**Extrato Contrato pml.035.11**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.035.11

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº pml.0013/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)

CONTRATADO: MARILDE DAGOSTIN

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos

VALOR: R\$ 1.814,96 (hum mil, oitocentos e catorze reais e noventa e seis centavos).

VIGÊNCIA: até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2011.

DOTAÇÕES:

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Infantil

Reduzido: 046

Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Atividade - 0801.10.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Fundamental

Reduzido: 049

Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Luzerna(SC), 29 de junho de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal de Luzerna

CONTRATANTE

MARILDE DAGOSTIN

CONTRATADO

**Extrato Contrato pml.036.11**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.036.11

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº pml.0013/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)

CONTRATADO: VALDIR SCHUMACHER

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar para os alunos da rede municipal de ensino, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos

VALOR: R\$ 1.049,46 (hum mil e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2011.

DOTAÇÕES:

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.10.306.0043.2029 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Infantil

Reduzido: 046

Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Atividade - 0801.10.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar na Educação Básica - Fundamental

Reduzido: 049

Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Luzerna(SC), 29 de junho de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal de Luzerna

CONTRATANTE

VALDIR SCHUMACHER

CONTRATADO

**Balancete Financeiro FMS**

[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 06/2011

Emissão: 30/06/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	48.086,77	DESPESA ORCAMENTARIA	146.427,15
RECEITA CORRENTE	48.086,77	SAÚDE	146.427,15
RECEITA TRIBUTÁRIA	289,34		
RECEITA PATRIMONIAL	3.238,46		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.558,97		
<b>&gt; RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>113.059,91</b>	<b>&gt; DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>7.889,21</b>
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	876,21	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	876,21
SALARIO-FAMILIA	165,84	SALARIO-FAMILIA	165,84
SALARIO-MATERNIDADE	710,37	SALARIO-MATERNIDADE	710,37
PREVIDENCIA SOCIAL	5.790,77	PREVIDENCIA SOCIAL	5.790,77
INSS	5.790,77	INSS	5.790,77
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	5.170,70	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	943,60
ISS	35,06	Emprestimo Consignação Folha-Besc	442,93
IRRF/GDF	5.135,64	Emprestimo Consignação Folha-CEF	500,67
IRRF RENDIMENTOS PESSOA FISICA	5.019,62	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	234,63
IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	116,02	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	130,55
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	943,60	Contribuição ASM	130,55
Emprestimo Consignação Folha-Besc	442,93	OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	104,08
Emprestimo Consignação Folha-CEF	500,67	Contribuição Partidária	104,08
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	234,63	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	44,00
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	130,55	Nelson Antonio da Silva	44,00
Contribuição ASM	130,55		
OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	104,08		
Contribuição Partidária	104,08		
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	44,00		
Nelson Antonio da Silva	44,00		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	100.000,00		
REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPA	100.000,00		
<b>&gt; DESPESA EMPENHADA</b>	<b>146.427,15</b>	<b>&gt; DESPESA PAGA</b>	<b>155.550,14</b>
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	146.427,15	CREDITO LIQUIDADO	155.550,14
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	155.550,14
<b>&gt; SALDOS ANTERIORES</b>	<b>508.532,92</b>	<b>&gt; SALDOS ATUAIS</b>	<b>506.240,25</b>
APLICACOES FINANCEIRAS	508.532,92	APLICACOES FINANCEIRAS	506.240,25
<b>&gt; TOTAL</b>	<b>816.106,75</b>	<b>&gt; TOTAL</b>	<b>816.106,75</b>

GESTOR DO FMS  
ORLANDO FAVERO

Contadora 20394/0-8  
MARIA INÊS DALLOLMO



# Massaranduba

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2219

DECRETO Nº 2219 DE 04 DE JULHO DE 2011.

Estabelece valor para a participação na implantação e manutenção do consórcio intermunicipal de Saúde - CIS/AMUNESC

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições, DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o valor de R\$ 0,60 (Sessenta Centavos) mensais, por habitante do Município, para a implantação e manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde, conforme previsto no art. 3º, da Lei Municipal nº 1018/2008. de 01/04/2008.

Parágrafo único. O numero de habitantes do Município será o utilizado como fonte, mediante os dados emitidos pelo IBGE □ instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde, para fins do repasse dos recursos do PAB.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 04 de Julho de 2011.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

# Meleiro

## PREFEITURA

### Extrato Aditivo n.º 001/2011 - Contrato n.º 005/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 001/2011 (Acréscimo de valor).

Contrato n.º. 005/2011

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Contratado: DROGASAN HOSPITALARES LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE CONSUMO MÉDICO-HOSPITALAR PARA MANTER AS ATIVIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO PARA O EXERCICIO DE 2011.

Valor: R\$ 9.746,54

Vigência: Início: 27/06/2011 Término: 31/12/2011.

Data da assinatura: 27 de junho de 2011.

### Extrato Aditivo n.º 001/2011 - Contrato n.º 028/2011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

READEQUAÇÃO DE QUANTIDADES E SERVIÇOS (ADIÇÃO)

Aditivo n.º 001/2011

Contrato n.º. 028/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CARLESSI ENGENHARIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA.

Objeto: Contratação de Empresa para Ampliação do Auditório na Escola Inês Toneli Napoli (2 pavimentos), com fornecimento de material e mão de obra, tudo de conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares.

Valor: R\$ R\$ 44.181,17.

Data da assinatura: 06 de julho de 2011.

### Decreto n.º 038/2011

DECRETO n.º 038/2011

CONVOCA A IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO CONFORME DETERMINAÇÃO LEGAL DO EDITAL Nº 001/2011 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, de acordo com as determinações legais que lhe confere a Lei orgânica do Município e as decisões do Conselho Municipal de Saúde, RESOLVE:

DECRETAR:

Art. 1º Fica convocada a IV Conferência Municipal de Saúde do Município de Meleiro conforme determinação legal do EDITAL nº 001/2011 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A Conferência Municipal de Saúde será coordenada e presidida pela Secretária Municipal de Saúde, Ana da Costa Ostetto e na sua ausência pelo coordenador geral da conferência.

Art. 3º Tendo por local de abertura e plenária o dia 12 de julho de 2011, às 08 horas, nas dependências do Centro de Convivência dos Idosos do município.

Art. 4º A Conferência terá uma comissão organizadora que se responsabilizará por todas as atividades de sua execução.

Art. 5º A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

Presidente: Ana da Costa Ostetto

Coordenador Geral: Cristiane Felisberto Scarpari

Secretária Executiva e Relatora Geral: Fernanda Ferreira

Tesoureiro: Tânia Alexandre Mota

Secretária de Credenciamento: Katrine Casagrande

Art. 6º Os membros da referida comissão terão as seguintes funções:

Presidente: Presidir as seções de abertura e da plenária, nortear os trabalhos a serem desenvolvidos durante os preparativos, desenvolvimento e da finalização da IV Conferencia Municipal de Saúde, inclusive do relatório final e assinar documentos oficiais.

Coordenador Geral: Assumir a responsabilidade oficial pela conferência, deliberar sobre assuntos técnicos, administrativos e financeiros sobre a realização da mesma.

Secretária Executiva: Encaminhar as solicitações diversas comprar material, providenciar recursos para o bom funcionamento da conferência e acompanhar a execução de diversos trabalhos junto com o coordenador geral.

Relatora Geral: Elaborar documentos, ofícios convocando palestrantes, convidados e delegados da Conferencia e, elaborar o relatório final da conferência.

Tesoureiro: Ordenar a receita e a despesa da conferência.

Secretária de Credenciamento: responsabilizar-se-á pelo credenciamento dos participantes da Conferencia Municipal de Saúde.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da comissão.

Art. 8º Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.

Meleiro, 07 de julho de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.



JAIRO LUIZ CANELA  
Sec. Adm. e Finanças

**Decreto Nº 036/2011**

DECRETO Nº 036/2011

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município e § 5º do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.493 de 08 de abril de 2011, RESOLVE:

Artigo 1º. Fica prorrogado o prazo do PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS, pelo período de 30 (trinta) dias, com base no §5º do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.493 de 08 de abril de 2011.

Artigo 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 07 de julho de 2011.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Sec. Adm. e Finanças

**Decreto Nº 037/2011**

DECRETO nº 037/2011

APROVA REGIMENTO INTERNO DA IV CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, especialmente nos termos do EDITAL nº 001/2011, da Secretaria Municipal de Saúde, RESOLVE:  
DECRETAR

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da IV Conferencia Municipal de Saúde de Meleiro, parte integrante deste decreto.

Art. 2º As despesas com a execução do presente Decreto correrão por conta da dotação orçamentária própria.

Art.3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de julho de 2011.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Sec. Adm. E Finanças

**Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 038/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2011

O MUNICIPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 22/07/2011, às 10:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2011, objetivando a AQUISIÇÃO DE GENEROS

ALIMENTICIOS PARA ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICIPIO. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-5371110. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro, 08 de julho de 2011.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

**Aviso**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO

O Município de Meleiro/SC comunica que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentários referente ao 3º bimestre de 2011 e os Relatório de Gestão Fiscal do 1º Semestre de 2011, de que trata o Art. 52, 54 e 63 da Lei Complementar 101, de 05 de maio de 2000 (LRF), encontra-se publicado no MURAL PÚBLICO deste Município, localizado na Praça da Matriz e no Prédio da Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 849/2001, ou à disposição dos interessados junto a Secretaria de Administração e Finanças.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

**Edital Nº 01/2011, de 07 de julho de 2011.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Secretaria Municipal de Saúde

IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL Nº 01/2011, de 07 de julho de 2011.

Convoca a IV Conferência Municipal de Saúde do Município de Meleiro e dá outras providencias.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, considerando a Lei Federal 8.080/90:

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a IV Conferencia Municipal de Saúde do Município de Meleiro, a se realizar no dia 12 de julho de 2011, nas dependências do Centro de Convivência dos Idosos, com início previsto para as 8 horas, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A IV Conferência Municipal de Saúde do município de Meleiro, desenvolverá seus trabalhos a partir do tema: "Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social - Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro".

Art. 3º A IV Conferência Municipal de Saúde do Município de Meleiro será coordenada pela Secretária Municipal de Saúde, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo coordenador geral da conferência.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Saúde juntamente com o CMS - Conselho Municipal de Saúde, por intermédio do seu Presidente expedirá o regimento da IV Conferência Municipal de Saúde de Meleiro.

Parágrafo Único: O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da IV Conferência Municipal de Saúde do Município de Meleiro, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.

Art. 5º As despesas com a realização da IV Municipal de Saúde do município de Meleiro, correrão por conta de dotações próprias do FMS.

Art. 6º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.



Meleiro, 07 de julho de 2011.  
ANA DA COSTA OSTETTO  
Secretária Municipal de Saúde

## Notificação

### NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Junho de 2011 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
06.2011	Federal	Fundo Especial do Petroleo - PEP	5.417,84
06.2011	Federal	DNPM - CEFEM	5.355,69
06.2011	Federal	SE - Salário Educação	14.326,55
06.2011	Federal	PNAE - Merenda Escolar	5.724,00
06.2011	Federal	PNATE - Transporte Escolar	8.465,24
06.2011	Federal	PETI - Manutenção	1.000,00
06.2011	Federal	PADF - Programa Apoio Deficiências Físicas	1.216,00
06.2011	Federal	PBT - Programa Apoio Criança	1.000,00
06.2011	Federal	PAB - Fixo - Programa Atenção Básica	10.594,50
06.2011	Federal	PSF - Programa Saúde da Família	19.200,00
06.2011	Federal	PACS - (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	12.852,00
06.2011	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	12.500,00
06.2011	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica)	3.001,78
06.2011	Federal	DENGUE - (Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças)	4.223,88
06.2011	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	2.000,00
06.2011	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica)	2.334,00
06.2011	Estadual	OT (Outras Transferências)	3.500,00
06.2011	Estadual	TE - Transporte Escolar	17.527,88
06.2011	Federal	Receita de Capital (Convênio nº 0332691-74/2010)	370.500,00
06.2011	Federal	Receita de Capital (Convênio nº 0314245-15/2009)	15.480,00
Total			516.219,36

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI  
Cont. CRC/SC 0022984/0-3

**Monte Carlo**

**PREFEITURA**

### Extrato de Termo Aditivo Nº 01/2011 da Ata de Registro de Preços Nº 57/2010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2011 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2010

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº

95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNREBOM E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA e ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM REAJUSTAR os Preços conforme pedido, parecer jurídico e acolhimento do Exmo. Prefeito, dos itens da empresa MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Ezilda Schmidt Coelho, nº 01, na cidade de São José-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 80.954.555/0001-01, neste ato representada pelo Sr. MAURICIO ANSELMO COELHO, doravante denominado FORNECEDOR, conforme os termos que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

O objeto do presente termo aditivo é o Reajuste de preços para o FORNECEDOR, sendo parcial a aprovação para os itens 04, 06, 07, 09, 10 e 16, e integral para os itens 05 e 08, como segue: item 04, que passará a vigorar com o preço de R\$ 132,79 reais; item 05, que passará a vigorar com o preço de R\$ 8,46 reais; item 06, que passará a vigorar com o preço de R\$ 137,46 reais; item 07, que passará a vigorar com o preço de R\$ 100,97; item 08, que passará a vigorar com o preço de R\$132,47 reais; item 09, que passará a vigorar com o preço de R\$ 130,27 reais; item 10, que passará a vigorar com o preço de R\$ 6,22; e, item 16, que passará a vigorar com o preço de R\$ 147,50 reais.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2011.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 57/2010, Pregão Presencial nº 27/2010 - Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de validade do presente termo aditivo esta condicionado a validade da Ata de Registro de Preços original, que será da data de 07/07/2011 até a data de 31 de dezembro de 2011.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais cláusulas, condições, regras e obrigações permanecem inalteradas na sua forma original da ata 57/2010, a que este termo segue inseparável.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (DUAS) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 07 de julho de 2011.

Município de Monte Carlo  
ANTONINHO T. GONÇALVES  
Órgão Gerenciador

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA  
MAURICIO ANSELMO COELHO  
Fornecedor

# Nova Trento

## PREFEITURA

### Contrato Nº 118/2011

CONTRATO Nº 118 / 2011

Contrato de Prestação de serviços de Transporte Escolar, que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Nova Trento e o Senhor SEBASTIÃO GONÇALVES.

#### CLAUSULA PRIMEIRA - Preâmbulo

A Prefeitura Municipal de Nova Trento, com sede à Rua Santo Inácio, Praça Del Comune, 126, centro, na cidade de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ORIVAN JARBAS ORSI, CPF Nº 998.395.209-20, RG nº 2.838.858/ SSP/SC e de outro lado o Senhor SEBASTIÃO GONÇALVES, portador do CPF Nº 641.410.479-53, RG nº 4.547.533-6/SSP/SC, Nº PIS 1227216799-5, CNH 01638449776, CAT. "AD", residente na localidade de Ribeirão Bonito, município de Nova Trento, neste ato denominado CONTRATADO, tem entre si ajustado o presente contrato, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLAUSULA SEGUNDA - Do Objeto

**LINHA - SAÍDA: RIBEIRÃO BONITO X MORRO DO LAGEADO X ESTRADA GERAL**

Tem por objeto o presente Contrato a prestação de serviços de Transporte Escolar, partindo no período matutino de sua residência, na antiga serraria de Lilo Boso, na localidade de Ribeirão Bonito e segue até o morro da Localidade de Lageado, transportando um estudante até a estrada geral. Deste ponto ele é transportando pelo ônibus da Prefeitura, indo até a Escola de Ensino Fundamental no Pitanga, perfazendo diariamente, ida e volta, 14 km. (catorze quilômetros).

#### CLAUSULA TERCEIRA - Dos Pontos de Parada

A Contratada deverá obedecer rigorosamente os locais determinados na cláusula segunda, deste contrato.

#### CLAUSULA QUARTA - Do Veículo

A Contratada colocará para execução dos serviços o veículo PAS/AUTOMÓVEL GM/CORSA/WIND, placa CAT 9233, em perfeitas condições mecânicas, de asseio e conservação, obedecendo as exigências do DETER e do Código de Trânsito Brasileiro (C.T.B).

#### CLAUSULA QUINTA - Do Valor e Do Pagamento

O valor a ser pago equivale a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais e o respectivo pagamento será efetuado até o dia 15 de cada mês subsequente ao vencido.

§ Único - No período de férias escolares, o pagamento será efetuado de acordo com os dias letivos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PUNIÇÕES

A Prefeitura Municipal poderá a qualquer momento e a seu exclusivo critério cancelar a autorização para realização dos serviços de que trata este contrato, sem que caibam ao CONTRATADO, qualquer recurso ou indenização, sempre que for deixado de cumprir pelo CONTRATADO, o estabelecido neste contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA SEGURANÇA

Se obriga o Contratado a manter em dia a documentação do veículo utilizado no transporte, providenciando o pagamento de um

seguro de vida em grupo, além do Seguro Obrigatório para os estudantes, no trajeto especificado neste contrato, devendo comprovar a exigência no Setor Competente.

§ Primeiro - O Contratado deve executar o transporte dos alunos obedecendo as leis de trânsito e especialmente com velocidade moderada.

§ Segundo - O Contratado fica expressamente proibido durante o transporte dos alunos a freqüentar bares ou botequins e ingerir qualquer tipo de bebida alcoólica, responsabilizando-se tanto criminalmente como também civilmente se ocorrer qualquer acidente, se provada a sua culpa no evento.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PREVIDENCIA

Todo o Contratado deverá inscrever-se como contribuinte autônomo junto ao INSS, devendo apresentar comprovante de matrícula, junto ao Departamento Financeiro desta Prefeitura.

#### CLÁUSULA NONA - DA DURAÇÃO

O presente contrato teve início dia 20 de junho de 2.011, com término no final do ano letivo de 2.011.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Por mútuo acordo este contrato poderá ser rescindido entre as partes, mas caberá a PREFEITURA MUNICIPAL por iniciativa própria independente de interpelação judicial, quando o CONTRATADO não cumprir quaisquer das obrigações estipuladas neste contrato e transferir a terceiros no todo ou em parte os serviços, objeto deste contrato, sem prévia autorização por escrito desta Prefeitura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

As partes com exclusão de qualquer outro, elegem o Foro da Comarca de São João Batista, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato.

E, por estarem de acordo com o presente contrato, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, as partes, juntamente com duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 20 de junho de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal - Contratante

SEBASTIÃO GONÇALVES

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, no Diário Oficial dos Municípios-DOM.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Visto Assessoria Jurídica:

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### Decreto Nº 061/2011

Decreto nº. 061/2011

Abre Crédito Suplementar dentro do Orçamento Vigente do Município de Nova Trento e dá outras providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina usando das atribuições que lhe confere o item VIII, Art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade

com a Lei Complementar nº 459, de 06/12/2010 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dentro do orçamento fiscal vigente, do Município de Nova Trento, de acordo com as especificações abaixo:

09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

1.003 - Pavimentação de Vias Urbanas

(38)4.4.90.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas  
10.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito suplementar acima especificado, decorrerá do provável excesso de arrecadação, oriundo de recursos ordinários da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de junho de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

### **Decreto Nº 062/2011**

DECRETO Nº 062 / 2011

TRANSFERE E SUPLEMENTA SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar nº 459, de 06/12/2010 (Lei Orçamentária), DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir e suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a dotação dentro do orçamento vigente do Município, conforme identificação a seguir:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal da Educação

Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Educação

Projeto/Ativ.: 2.007 - Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar

Elemento: (56)3.3.90.00.00.00.01.0001.0 - Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º deste Decreto, é decorrente da anulação parcial da dotação, dentro do Orçamento Vigente do Município, conforme identificação a seguir:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal da Educação

Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Educação

Projeto/Ativ.: 2.007 - Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar

Elemento: (57)3.1.90.00.00.00.01.0001.0 - Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de junho de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

### **Decreto Nº 064/2011**

DECRETO Nº 064 / 2011

TRANSFERE E SUPLEMENTA SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar nº 459, de 06/12/2010 (Lei Orçamentária), DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir e suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a dotação para a realização de despesas, dentro do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme identificação a seguir:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Projeto/Ativ. 2.011 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

Elemento: (93)3.3.90.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º deste Decreto, é decorrente da anulação parcial da dotação, dentro do Orçamento Vigente do Município, conforme identificação a seguir:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Projeto/Ativ. 2.011 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

Elemento: (94)3.1.91.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de junho de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial

dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI  
Secretário M. Adm. e Finanças

### **Decreto Nº 063/2011**

Decreto nº. 063/2011

Abre Crédito Suplementar dentro do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina usando das atribuições que lhe confere o item VIII, Art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com a Lei Complementar nº 459, de 06/12/2010 (Lei Orçamentária);

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), dentro do orçamento fiscal vigente, do Fundo Municipal de Saúde de acordo com as especificações abaixo:

12 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

2.024 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Hospital

(22)4.4.90.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas  
6.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito suplementar acima especificado, decorrerá do provável excesso de arrecadação, oriundo de recursos ordinários da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de junho de 2011.  
ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI  
Secretário M. Administração e Finanças

**Passo de Torres**

**PREFEITURA**

### **Extrato de termo de Contrato Nº 66/2011**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 66/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres  
Contratado: Ar Padaria e Confeitaria Ltda Me  
Objeto: Fornecimento de Alimentos e Mat. de Limpeza  
Valor: R\$ 413,05  
Vigência: 31.12.2011  
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação Nº 26/2011  
Modalidade Carta Convite  
Dotação Orçamentária: (79) 2.034.3.3.90.30.00.00.00.00.0052

Passo de Torres, 09 de Maio de 2011.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

### **Extrato de termo de Contrato Nº 67/2011**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 67/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres  
Contratado: Humberto Rocha Ramos Me  
Objeto: Fornecimento de Alimentos e Mat. de Limpeza  
Valor: R\$ 3.349,77  
Vigência: 31.12.2011  
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação Nº 26/2011  
Modalidade Carta Convite  
Dotação Orçamentária: (79) 2.034.3.3.90.30.00.00.00.00.0052

Passo de Torres, 09 de Maio de 2011.  
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

### **Extrato de termo de Contrato Nº 68/2011**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 68/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres  
Contratado: Ar Padaria e Confeitaria Ltda Me  
Objeto: Fornecimento de Alimentos e Mat. de Limpeza  
Valor: R\$ 72,00  
Vigência: 31.12.2011  
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação Nº 27/2011  
Modalidade Carta Convite  
Dotação Orçamentária: (79) 2.034.3.3.90.30.00.00.00.00.0052

Passo de Torres, 09 de Maio de 2011.  
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

### **Extrato de termo de Contrato Nº.65/2011**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 65/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres  
Contratado: Patricio Cozza Apolinario Ltda Me  
Objeto: Fornecimento de Alimentos e Mat. de Limpeza  
Valor: R\$ 3.887,45  
Vigência: 31.12.2011  
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Licitação Nº 26/2011  
Modalidade Carta Convite  
Dotação Orçamentária: (79) 2.034.3.3.90.30.00.00.00.00.0052

Passo de Torres, 09 de Maio de 2011.  
JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal em Exercício

**Pinheiro Preto**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 3.408, de 30 de Junho de 2011.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
DECRETO Nº 3.408, DE 30 DE JUNHO DE 2011.  
FIXA ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE TRIBUTOS VENCIDOS, PARA PAGAMENTO NO MÊS DE JULHO/2011.



EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Art. 98, da Lei Municipal nº 422, CTM Código Tributário Municipal, de 05 de dezembro de 1986 e alterações da Lei Complementar Nº 132, de 05 de dezembro de 2006.

Considerando que o IGP M Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês de Junho/2011, foi de -0,18 (dezoito centésimos por cento negativo);

Considerando o disposto no Parágrafo único do art. 11 da Lei nº 422, de 05 de dezembro de 1986 - Código Tributário Municipal - alterado pela Lei Complementar Nº 132, de 05 de Dezembro de 2006;

#### DECRETA

Art. 1.º Para o cálculo da Atualização Monetária de tributos vencidos até o mês de junho do corrente, para pagamento durante o mês de julho, será utilizada a tabela constante do Decreto nº 3.394, de 31 de maio de 2011.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,  
em 30 de junho de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARISA APARECIDA BORGIA FARINA  
Secretária de Administração

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000 - Fax: (49) 3562-1460 - E-mail: tributos@ppreto.com.br  
89570-000 - PINHEIRO PRETO - SC.

#### Decreto Nº 3414. 08 de Julho de 2011

DECRETO Nº 3414. 08 DE JULHO DE 2011

Convoca a VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

#### DECRETA:

Art.1º Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 19 de julho de 2011, tendo como tema central " CONSOLIDAR O SUAS E VALORIZAR OS SEUS TRABALHADORES"

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto, 08 de Julho de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

ELAINE TIMM DUARTE  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

## Porto União

### PREFEITURA

#### Edital de Convocação

Edital de convocação 032/2011

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal do Município de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, APROVADO no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Diretoria de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do dia 07/07/2011 a 13/07/2011, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Diretoria de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

#### AGENTE ADMINISTRATIVO

NOME	CLAS	ASSINATURA
KARIN DAIANE CHIARENTIN	4º	

Porto União (SC), 06 de julho de 2011.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.895/2011**

LEI Nº 3.895, de 06 de julho de 2011.

Declara de Utilidade Pública o Grupo Rio Tamanduá - GERT - CNPJ nº 08.936.852/0001-05.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo Ecológico Rio Tamanduá - GERT - CNPJ nº 08.936.852/0001-05.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de julho de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

**Processo Licitatório 037/2011 ANULAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO 037/2011

MODALIDADE: Tomada de Preços 003/2011

ANULAÇÃO

Para surtir seus efeitos legais, fica anulado o presente Processo Licitatorio, aplicando o disposto no Art. 49 da Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993. Porto União SC, 06 de julho 2011. Publique-se

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

**Rio do Sul**

**PREFEITURA**

**Editais Concurso Publico N. 002/2011**

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 002/2011

RIO DO SUL/SC

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 002/2011

O Município de Rio do Sul - SC, torna público a abertura das inscrições ao Concurso Público para preenchimento de vagas das categorias funcionais constantes do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, a seguir relacionadas, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital:

**CAPÍTULO I – DAS VAGAS, CARGOS, HABILITAÇÃO, REMUNERAÇÃO, TIPOS DE PROVAS E TAXA DE INSCRIÇÃO**

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Código do cargo	CARGO	VA-GAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO + Auxílio Alimentação de 8,27 por dia trabalhado (nos termos da Lei Compl. n. 207/10 e alterações posteriores)	REQUISITO PARA POSSE	Tipos de Provas	Taxa de Inscrição R\$
1	Advogado	04	20	2864,27	Graduação em Direito. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
2	Agente Administrativo	22	40	1273,01	Ensino Médio.	Objetiva	30,00
3	Agente de Defesa Civil	01	40	1273,01	Ensino Médio. Curso na área de Defesa Civil.	Objetiva	30,00
4	Analista de Sistemas	02	40	2864,27	Graduação em Processamento de Dados, Ciências da Computação e/ou Sistemas de Informação. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão, se houver	Objetiva	35,00
5	Arquiteto	02	40	2864,27	Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
6	Assistente Social	02	40	2864,27	Graduação em Serviço Social. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00

7	Auditor Interno	01	40	2864,27	Graduação em Ciências Contábeis. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão. Certidão Negativa de Débitos.	Objetiva	35,00
8	Auxiliar de Saúde Bucal	04	40	848,67	Ensino Médio.	Objetiva	30,00
9	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	20	40	636,50	Alfabetizado.	Objetiva	6,00
10	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	10	40	636,50	Alfabetizado.	Objetiva	6,00
11	Calceteiro	4	40	848,67	Alfabetizado	Objetiva e Prática	6,00
12	Carpinteiro	1	40	954,75	Ensino Fundamental.	Objetiva e Prática	8,00
13	Cirurgião Dentista	01	20	2864,27	Graduação em Odontologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
14	Cozinheiro	38	40	742,58	Alfabetizado. Carteira de Saúde. * Curso Manipulação de Alimentos (*)	Objetiva	6,00
15	Educador Social	02	40	1273,58	Ensino Médio.	Objetiva	30,00
16	Enfermeiro	05	40	2864,27	Graduação em Enfermagem. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
17	Enfermeiro Obstétrico	01	40	2864,27	Graduação em Enfermagem. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00

18	Engenheiro Civil	01	40	2864,27	Graduação em Engenharia Civil. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
19	Engenheiro Sanitarista	01	40	2864,27	Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
20	Fiscal de Meio Ambiente	02	40	2148,20	Graduação em Biologia ou Engenharia Florestal ou Engenharia Química ou Engenharia Sanitária e Ambiental. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão, se houver	Objetiva	35,00
21	Fiscal de Saúde Pública	01	40	2148,20	Graduação em Farmácia ou Engenharia de Alimentos ou Engenharia Química ou Enfermagem ou Química Industrial de Alimentos. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Objetiva	35,00

22	Fiscal de Serviços Públicos	02	40	2148,20 + Gratificação de Produtividade Nos termos da Lei Complementar n. 101/03 e alterações posteriores	Graduação em Engenharia Civil ou Arquitetura. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
23	Fiscal de Tributos	01	40	2148,20 + Gratificação de Produtividade Nos termos da Lei Complementar n. 101/03 e alterações posteriores	Graduação em Direito ou Administração ou Ciências Econômicas ou Ciências Contábeis. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão. Certidão Negativa de Débitos, exceto para graduação em Direito.	Objetiva	35,00
24	Fiscal do PROCON	01	40	2148,20	Graduação em Ciências Contábeis ou Administração ou Economia ou Direito. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão, exceto para graduação em Direito.	Objetiva	35,00
25	Fisioterapeuta	01	40	2864,27	Graduação em Fisioterapia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00

26	Fonoaudiólogo	01	40	2864,27	Graduação em Fonoaudiologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
27	Médico	01	20	2864,27	Graduação em Medicina. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
28	Médico	01	40	8592,82	Graduação em Medicina. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
29	Médico Angiologista	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Angiologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
30	Médico Auditor	01	20	2864,27	Graduação em Medicina. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
31	Médico Autorizador	01	20	2864,27	Graduação em Medicina. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00



32	Médico Cardiolo- gista	02	20	2864,27	Graduação em Medi- cina, com especiali- zação em Cardio- logia. Registro no respecti- vo órgão fiscalizador da profis- são.	Objetiva	35,00
33	Médico Cirurgião Geral	01	20	2864,27	Graduação em Medi- cina, com especiali- zação em Cirurgia Geral. Registro no respecti- vo órgão fiscalizador da profis- são.	Objetiva	35,00
34	Médico Dermato- logista	01	20	2864,27	Graduação em Medi- cina, com especiali- zação em Derma- tologia. Registro no respecti- vo órgão fiscalizador da profis- são.	Objetiva	35,00
35	Médico Endocrino- logista	01	20	2864,27	Graduação em Medi- cina, com especiali- zação em Endocri- nologia. Registro no respecti- vo órgão fiscalizador da profis- são.	Objetiva	35,00
36	Médico Gineco- logista/ Obstetra	05	20	2864,27	Graduação em Medi- cina, com especiali- zação em Ginecologia e Obstetrícia. Registro no respecti- vo órgão fiscalizador da profis- são.	Objetiva	35,00

37	Médico Neurolo- gista	01	20	2864,27	Graduação em Medi- cina, com especiali- zação em Neurologia. Registro no respecti- vo órgão fiscalizador da profis- são.	Objetiva	35,00
38	Médico Oftalmolo- gista	01	20	2864,27	Graduação em Medi- cina, com especiali- zação em Of- talmologia. Registro no respecti- vo órgão fiscalizador da profis- são.	Objetiva	35,00
39	Médico Oncolo- gista	01	20	2864,27	Graduação em Medi- cina, com especiali- zação em Oncologia. Registro no respecti- vo órgão fiscalizador da profis- são.	Objetiva	35,00
40	Médico Or- topedista	01	20	2864,27	Graduação em Medi- cina, com especiali- zação em Ortopedia. Registro no respecti- vo órgão fiscalizador da profis- são.	Objetiva	35,00
41	Médico Otorrino- laringolo- gista	01	20	2864,27	Graduação em Medi- cina, com especiali- zação em Otorrinola- ringologia. Registro no respecti- vo órgão fiscalizador da profis- são.	Objetiva	35,00

42	Médico Pediatria	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Pediatria. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
43	Médico Psiquiatra	02	20	2864,27	Graduação em Medicina com especialização em Psiquiatria. Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	35,00
44	Médico Perito	01	20	2864,27	Graduação em Medicina. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
45	Médico Pneumologista	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Pneumologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Objetiva	35,00
46	Médico Urologista	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Urologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
47	Motorista de Caminhão	04	40	1273,01	Ensino Fundamental. Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D"	Objetiva e Prática	8,00

48	Motorista de Veículo Leve	04	40	954,75	Ensino Fundamental. Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B"	Objetiva e Prática	8,00
49	Nutricionista	03	40	2864,27	Graduação em Nutrição. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
50	Operador de Equipamentos - Retroescavadeira	01	40	1273,01	Alfabetizado. Carteira Nacional de Habilitação Categoria "C"	Objetiva e Prática	6,00
51	Operador Equipamentos - Motoniveladora	01	40	1273,01	Alfabetizado. Carteira Nacional de Habilitação Categoria "C"	Objetiva e Prática	6,00
52	Operador Equipamentos - Escavadeira Hidráulica	01	40	1273,01	Alfabetizado. Carteira Nacional de Habilitação Categoria "C"	Objetiva e Prática	6,00
53	Operador Equipamentos - Rolo Compactador	01	40	1273,01	Alfabetizado. Carteira Nacional de Habilitação Categoria "C"	Objetiva e Prática	6,00
54	Operador Equipamentos - Trator Esteira	01	40	1273,01	Alfabetizado. Carteira Nacional de Habilitação Categoria "C"	Objetiva e Prática	6,00
55	Operador Equipamentos - Trator Pneu	01	40	1273,01	Alfabetizado. Carteira Nacional de Habilitação Categoria "C"	Objetiva e Prática	6,00
56	Pedreiro	04	40	954,75	Alfabetizado.	Objetiva e Prática	6,00
57	Psicólogo	06	40	2864,27	Graduação em Psicologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00

58	Psicopedagogo	01	40	2864,27	Graduação em Pedagogia ou Psicologia, com especialização em Psicopedagogia.	Objetiva	35,00
59	Radiologista Odontológico	01	20	2864,27	Graduação em Odontologia com especialização em Radiologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
60	Técnico em Agropecuária	01	40	1750,38	Ensino Médio e Curso Técnico em Agropecuária ou Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	30,00
61	Técnico em Enfermagem	10	40	1750,38	Ensino Médio e Curso Técnico em Enfermagem. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	30,00
62	Técnico em Informática	02	40	1750,38	Ensino Médio e Curso Técnico em Processamento de Dados, Informática, Rede de Computadores ou Sistemas.	Objetiva	30,00

63	Técnico em Radiologia	01	40	1750,38	Ensino Médio e Curso Técnico em Radiologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	30,00
64	Telefonista	01	36	848,67	Ensino Médio.	Objetiva	30,00
65	Topógrafo	01	40	1750,38	Ensino Médio e Curso Técnico em Agrimensura ou Técnico em Topografia.	Objetiva	30,00
66	Turismólogo	01	40	2864,27	Graduação em Turismo e Hotelaria. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
67	Vigia	03	40	742,58	Alfabetizado.	Objetiva	6,00
68	Professor de Ciências	01 01 CR	30 40 20	1.336,50 1.782,00 891,00	Licenciatura Plena em Ciências Físicas e Biológicas, Biologia ou Ciências.	Objetiva	35,00
69	Professor Educação Física	08 03 01 04	10 20 30 40	445,50 891,00 1.336,50 1.782,00	Licenciatura Plena em Educação Física e registro no CREF	Objetiva e Títulos	35,00
70	Professor Italiano	01 CR	40 20	1.782,00 891,00	Licenciatura Plena em Letras – Habilitação em Língua Italiana	Objetiva e Títulos	35,00
71	Professor Espanhol	01 CR	40 20	1.782,00 891,00	Licenciatura Plena em Letras-Habilitação Língua Espanhola	Objetiva e Títulos	35,00
72	Professor de Música	03 01	20 40	891,00 1.782,00	Licenciatura Plena em Música ou Licenciatura Plena em Artes com Habilitação específica em Música	Objetiva e Títulos	35,00

73	Professor Artes	01 02 04	20 30 40	891,00 1.336,50 1.782,00	Licenciatura Plena em Artes.	Objetiva e Títulos	35,00
74	Professor História	01 01	20 40	891,00 1.782,00	Licenciatura Plena em História.	Objetiva e Títulos	35,00
75	Professor Inglês	01	20	891,00	Licenciatura Plena em Letras-Habilitação em Língua Inglesa.	Objetiva e Títulos	35,00
76	Professor Matemática	01 01	20 40	891,00 1.782,00	Licenciatura Plena Em Matemática.	Objetiva e Títulos	35,00
77	Professor Filosofia	01	40	1.782,00	Licenciatura Plena em Filosofia.	Objetiva e Títulos	35,00
78	Professor Língua Portuguesa	01 CR	20 40	891,00 1.782,00	Licenciatura Plena em Letras.	Objetiva e Títulos	35,00
79	Professor Interprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	01	40	1.782,00	Licenciatura Plena em Letras – Habilitação em Libras ou Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em LIBRAS. Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS	Objetiva e Títulos	35,00
80	Professor Educação Infantil	127	40	1.782,00	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior	Objetiva e Títulos	35,00
81	Professor Anos Iniciais	CR CR	40 20	1.782,00 891,00	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior	Objetiva e Títulos	35

82	Pedagogo	04	40	1.782,00	Licenciatura Plena em Pedagogia com comprovação de experiência mínima de 02 anos de docência.	Objetiva e Títulos	35,00
----	----------	----	----	----------	---	--------------------	-------

## VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA

Código do Cargo	CARGO	CARGA HORARIA	VENCIMENTO + Auxílio Alimentação de 8,27 por dia trabalhado (nos termos da Lei Compl. n. 207/10 e alterações posteriores	REQUISITO PARA POSSE	Tipos de Provas	Valor da Taxa de Inscrição R\$
83	Contador	40	2864,27	Graduação em Ciências Contábeis. Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	35,00
84	Coveiro	40	742,58	Alfabetizado.	Objetiva	6,00
85	Desenhista	40	1750,38	Ensino Médio. Curso de Desenho Técnico e Noções de Auto Cad.	Objetiva	30,00
86	Eletricista	40	954,75	Alfabetizado. Curso Profissionalizante na área	Objetiva	6,00
87	Farmacêutico	40	2864,27	Graduação em Farmácia. Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	35,00
88	Professor de Geografia	20	891,00	Licenciatura Plena em Geografia	Objetiva e Títulos	35,00



89	Professor de Ensino Religioso	40	1782,00	Licenciatura Plena em Ciências da Religião	Objetiva e Títulos	35,00
----	-------------------------------	----	---------	--	--------------------	-------

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO CULTURAL

Código do Cargo	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO + Auxílio Alimentação de 8,27 por dia trabalhado (nos termos da Lei Compl. n. 207/10 e alterações posteriores	REQUISITOS PARA POSSE	Tipos de Provas	Valor da taxa de inscrição R\$
90	Agente Administrativo	02	40	1273,01	Ensino Médio.	Objetiva	30,00
91	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	01	40	636,50	Alfabetizado.	Objetiva	6,00
92	Bibliotecário	01	40	2864,27	Graduação em Biblioteconomia. Registro no respectivo órgão da profissão.	Objetiva	35,00
93	Motociclista de Veículo Leve	01	40	954,75	Ensino Fundamental, Carteira Nacional de Habilitação "B"	Objetiva e Prática	8,00
94	Telefonista	01	36	848,67	Ensino Médio.	Objetiva	30,00

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO DESPORTO

Código do Cargo	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO + Auxílio Alimentação de 8,27 por dia trabalhado (nos termos da Lei Compl. n. 207/10 e alterações posteriores	REQUISITOS PARA POSSE	Tipos de Provas	Valor da Taxa de Inscrição R\$
95	Agente Administrativo	01	40	1273,01	Ensino Médio.	Objetiva	30,00
96	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	01	40	636,50	Alfabetizado.	Objetiva	6,00
97	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	01	40	636,50	Alfabetizado.	Objetiva	6,00

(\*)Os candidatos ao cargo de Cozinheiro, aprovados até o limite de 03(três) vezes o número de vagas, não detentores do certificado de Curso de Manipulação de Alimentos, deverão participar do curso de qualificação, sem custo para o candidato, a ser ministrado pelo município.

1.1- A descrição sumária de cada cargo está estabelecida de acordo com o Anexo III, parte integrante deste Edital e conforme estabelecido em Lei.

## CAPÍTULO II – DAS INSCRIÇÕES

2.1 - É de inteira responsabilidade do candidato, antes de efetuar a inscrição, ler o presente edital, editais complementares ou de retificação, caso existam, para conhecer todas as determinações relacionadas, para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e assumir o cargo, caso seja aprovado e convocado.

2.2 - Período de inscrição: Serão realizadas pela Internet através do site [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br) no período de 13.07 a 18.08.2011.

2.3 - Taxa de inscrição: Para inscrever-se o candidato deve recolher o valor correspondente ao seu cargo, de acordo com o Capítulo I deste Edital, em uma agência da Caixa Econômica Federal (CEF) de preferência em Casas Lotéricas credenciadas pela CEF, ou no posto de inscrições, localizado na sede da Empresa LUTZ – Cursos e Concursos, sito à Rua Padre Francisco Spaeth, 151, (última rua que sobe após do SENAC – depois da Gráfica Jawi), no Bairro Santana, de segundas às sextas-feiras, no horário das 09:00 às 19:00 horas.

2.4 – A Lutz - Cursos e Concursos, bem como a Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC, não se responsabilizam por falhas na comprovação de pagamentos realizados fora das agências da Caixa Econômica Federal, principalmente e seus correspondentes

bancários autorizados (casas lotéricas).

2.5 - Procedimentos para Inscrição: As inscrições serão realizadas através da internet, no endereço eletrônico [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br), onde o candidato fará o seu cadastro prévio e a impressão do documento de arrecadação. Estes procedimentos prévios poderão ser feitos em qualquer horário, dentro das datas previstas para inscrição, considerando que o recolhimento da taxa estará condicionada aos horários de atendimento das agências ou correspondente bancário conveniado para arrecadação, de preferência nas Agências Lotéricas constante no boleto específico e não poderá ser efetuado fora do prazo determinado para inscrição definidos neste Edital.

2.5.1. - O candidato que não possui acesso à internet poderá fazer a inscrição na Sede da Empresa LUTZ, Cursos, Concursos, Assessoria e Projetos Técnicos Ltda, sito à Rua Padre Francisco Spaeth, 151, (última rua que sobe após o SENAC – depois da Gráfica Jawi), no Bairro Santana, de segundas às sextas-feiras, no horário das 09:00 às 19:00 horas, onde também poderá ser efetuado o pagamento da taxa de inscrição.

2.5.2 - No endereço eletrônico (sitio) [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br), opção EDITAIS, opção Prefeitura Municipal de Rio do Sul, o candidato deverá, inicialmente, acessar o edital de abertura do certame e conhecê-lo integralmente para depois acessar a opção de inscrição. Na opção de inscrição deverá seguir as instruções e efetuar o seu cadastro, não ocultando nenhum dado obrigatório e assinalar os casos de necessidades especiais, se as tiver.

2.5.3 - Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

2.5.4 - Deverá ser impresso o comprovante de inscrição, o qual só terá validade se acompanhado do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, devidamente autenticado por uma das agências da Caixa Econômica Federal ou Casa Lotérica conveniada para arrecadação e de um documento de identidade válido conforme especificado no subitem 2.13 deste edital.

2.6 - O candidato portador de necessidades especiais que solicitar atendimento diferenciado para realização da prova objetiva, deverá encaminhar à LUTZ – Cursos e Concursos, sito à Rua Padre Francisco Spaeth, 151, Bairro Santana, Rio do Sul/SC, CEP 89160-000, via SEDEX, para segurança do Candidato, dentro do período de inscrições, laudo médico - MODELO PRÓPRIO ESTÁ NO ANEXO IV DESTA EDITAL - atestando a espécie e o grau de deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID. Deverá ainda, na sua inscrição, declarar o tipo de deficiência e as necessidades especiais para a realização da prova objetiva. Não serão atendidos pedidos de atendimento especial para aplicação de provas em outro local, em outra data ou outro horário, diferentes do estabelecido neste edital. Não será necessário o encaminhamento de laudo médico no caso de atendimento especial que não modifique os padrões normais e comuns para aplicação e execução da prova objetiva, que são: amamentação, gestante, canhoto e obesidade.

2.6.1 - A não solicitação de atendimento especial no momento da inscrição e/ou a falta de cumprimento do disposto no subitem 2.6, desobriga a LUTZ – Cursos e Concursos de prestar o atendimento especial ao candidato, ficando este em igualdade de condições dos demais candidatos.

2.7 - Instruções e informações complementares acerca do concurso (inscrições, realização das provas, editais e outras) poderão ser acessadas via INTERNET no endereço eletrônico [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br), com opção de leitura e impressão.

2.8 - Da validação da inscrição: Só será considerada inscrição válida no Concurso Público aquela que cumprir integralmente com as etapas abaixo, dentro dos prazos estipulados neste Edital.

2.8.1 - Através do endereço eletrônico [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br), preencher o cadastro com os dados pessoais do candidato, escolher o cargo e responder a opções específicas em caso de portador de necessidades especiais.

2.8.2 - Efetuar o recolhimento da taxa de inscrição, considerando que o recolhimento somente poderá ser realizado até o dia

19.08.2011 (um dia após o término das inscrições).

2.8.3 - A comprovação do recolhimento da taxa de inscrição se dará através de relatório/extrato encaminhado pela Caixa Econômica Federal à LUTZ – Cursos e Concursos. A homologação das inscrições será feita com base nos dados fornecidos no ato da inscrição do candidato e a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

2.8.4 - As provas serão realizadas em turnos diferentes para cada nível de escolaridade exigido para os diversos cargos.

2.8.5 - O candidato poderá prestar prova para somente 01 (um) cargo por nível de escolaridade.

2.8.6 - São considerados níveis de escolaridade:

a) Alfabetizado e Ensino Fundamental (mesmo nível)

b) Ensino Médio

c) Ensino Superior.

2.8.7 - A homologação das inscrições, pelo órgão promotor do concurso, se dará após o seu encerramento, através da divulgação de listas específicas contendo: nome do candidato, cargo a que concorre, número de inscrição e documento de identidade.

2.8.8 - É imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato, dispondo a Comissão de Concurso do direito de excluir do concurso público aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta, indeferindo sua inscrição.

2.9 - A LUTZ - Cursos e Concursos, bem como a Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC, não se responsabilizam por inscrições que não cumprirem integralmente as etapas especificadas neste Edital, seja por motivo de horário de atendimento de agência arrecadadora, por falhas de ordem técnica em computadores, falhas na comunicação via internet, congestionamento de linhas de comunicação, falhas nas transmissões, perda de dados, falhas na comprovação do pagamento da inscrição, incorreções no preenchimento do cadastro e nas opções do concurso, sobrecarga no atendimento a candidatos que deixarem para inscrever-se de última hora ou qualquer outro fator de ordem técnica.

2.10 - O candidato, ao efetivar sua inscrição assume inteira responsabilidade pelas informações que fizer constar no formulário de inscrição, sob as penas da lei. Declarações falsas ou inexatas dos dados constantes do formulário de inscrição determinarão o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, podendo o candidato responder às consequências legais.

2.11 - Uma vez efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de cargo, cancelamento e nem haverá devolução da importância paga.

2.12 - O candidato será responsável pela conferência dos seus dados impressos no documento de confirmação da inscrição. Na hipótese da verificação de divergências, o candidato deverá apontá-las através de expediente escrito e dirigido à LUTZ – Cursos e Concursos, cujo endereço encontra-se no site [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br) indicando os dados que devem ser alterados, exceto o cargo a que concorre.

2.13 - Documentos válidos para identificação do candidato na inscrição e no momento de prestar as provas:

2.13.1 - Carteira de Identidade expedida pela Secretaria da Justiça e Segurança - SJS e/ou Secretaria de Segurança Pública – SSP;

2.13.2 - Carteira de Identidade expedida pelos Ministérios Militares e pelos Corpos de Bombeiros;

2.13.3 - Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc);

2.13.4 - Carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valem como identidade;

2.13.5 - Carteira de trabalho;

2.13.6 - Carteira Nacional de Habilitação desde que seja o novo modelo com foto, dados pessoais, número da carteira de identidade e CPF.

2.14 - Não será aceito protocolo dos documentos descritos no item 2.13.

2.15 - Será rejeitado documento não original que não esteja perfeitamente legível, que apresente danos físicos ou vestígios de

alterações nas suas características originais.

2.15.1 - Poderá ser exigida identificação especial ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador. Uma vez que o candidato não comprove satisfatoriamente a sua identificação, este estará impedido de participar das provas e demais etapas que requeiram tal identificação.

2.16 - Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias em conjunto com outro documento que contenha fotografia e o identifique.

2.17 - A identificação do candidato para realização das provas e em outras ocasiões pertinentes ao Concurso Público se dará da seguinte forma: Ao se dirigir para tratar de assuntos relativos ao Concurso Público, incluindo a identificação para realização das provas, é indispensável que o candidato apresente:

a) ficha de inscrição do candidato, específica para o referido concurso;

b) um dos documentos de identidade válidos, original, conforme especifica o item 2.13 deste edital, preferencialmente a carteira de identidade;

c) comprovante original do pagamento da taxa de inscrição, autenticado pela agência arrecadadora.

2.18 - É vedada a inscrição condicional, com falta de documentos ou por qualquer outro meio diferente dos especificados neste Edital.

2.19 - A solicitação de condições especiais será atendida dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade. A não solicitação de condições especiais no ato da inscrição implica a sua não-concessão no dia da realização das provas.

2.20 - Inscrição por procuração: considerando a realização da inscrição através da internet, não serão aceitas inscrições por procuração.

### CAPÍTULO III - DO Candidato PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

3.1 - Às pessoas portadoras de deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público desde que a deficiência de que são portadoras seja compatível com as atribuições do cargo em provimento.

3.2 - Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, serão reservados aos portadores de deficiência 5% (cinco por cento) do número de vagas oferecidas para cada Cargo.

3.3 - Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99 e alterações.

3.4 - As pessoas portadoras de deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.5 - O candidato inscrito como portador de deficiência deverá encaminhar à LUTZ – Cursos e Concursos, sito à Rua Padre Francisco Spaeth, 151, Bairro Santana, Rio do Sul/SC, CEP 89160-000, via SEDEX, para segurança do Candidato, (poderá também o candidato entregar pessoalmente neste endereço), dentro do período de inscrições, laudo médico, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, atestando a espécie, o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação da sua prova.

3.5.1 - Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização de provas deverão mencionar, em declaração, indicando as condições especiais que necessitam para a realização

das provas. A decisão desses requerimentos caberá à Comissão Especial de Concurso Público, que poderá solicitar documentos ou exames para fins de comprovação das condições do candidato.

3.5.2 – Não serão conhecidos os atestados médicos nem os pedidos de provas especiais que não forem postados nos correios até o último dia das inscrições.

3.6 - Os candidatos que não atenderem os dispositivos mencionados neste Edital, dentro do prazo do período das inscrições, serão considerados como não portadores de deficiência e não terão a prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado, estando impossibilitados de realizar a prova em condições especiais.

3.7 - O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição, não declarar essa condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

3.8 - Não será contratado o candidato cuja deficiência não for configurada ou quando esta for considerada incompatível com a função a ser desempenhada.

3.9 - As inscrições que cumprirem os requisitos aqui exigidos serão homologadas.

3.10 - O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, até a data limite para a realização das inscrições.

3.11 - Os candidatos portadores de deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma junta médica oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

3.12 - O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de necessidades especiais, se aprovado no Concurso Público, figurará na listagem específica de classificação de candidatos portadores de necessidades especiais – PNE, se conseguir a nota mínima para a prova e dentro do número de vagas reservadas para portadores de necessidades especiais.

### CAPÍTULO IV - CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DO CARGO (POSSE)

4.1 - No ato da posse o candidato deverá apresentar:

4.1.1 - Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso.

4.2.2 - Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial.

4.3.3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio.

4.3.4 - Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.

4.3.5 - Cópia dos seguintes documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

- Identidade;

- Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;

- CPF;

- Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;

- Comprovar idade mínima de 18 anos;

- Outros documentos necessários, exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos

4.3.6 – É responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado o referido endereço.

4.4. – Exames a serem apresentados no ato da posse, custeados pelo candidato.

Nome do Cargo	Exames necessários para a Posse
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS CALCETEIRO CARPINTEIRO COVEIRO ELETRICISTA MOTORISTA DE CAMINHÃO MOTORISTA DE VEICULO LEVE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS PEDREIRO	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS
VIGIA	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO OFTALMOLÓGICO, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
DEMAIS CARGOS	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

4.5 O candidato aprovado que declarar ser deficiente físico, nos termos, nos termos do item 3.7 deste edital, para a posse deverá se submeter a perícia médica do município para confirmar de modo definitivo a sua situação de deficiente e a compatibilidade com o cargo.

## CAPÍTULO V – DO REGIME EMPREGATÍCIO

5.1 - Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas do Concurso serão admitidos sob o regime Estatutário.

## CAPÍTULO VI – DAS PROVAS

6.1 - A Realização das Provas obedecerá aos seguintes critérios:

6.1.1 - A Prova Escrita terá a duração de até 03 (três) horas. O caderno de prova somente será liberado depois de 2:00 horas do início da mesma.

6.1.2 - Não haverá provas fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes.

6.1.3 - O Gabarito das provas será publicado até às 09 horas do dia útil posterior à realização do Concurso.

6.1.4 - Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 45 (quarenta e cinco) minutos ao local das provas, munidos de caneta esferográfica azul ou preta.

6.1.5 - O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade que originou a inscrição e documento de inscrição no Concurso, entregue quando do ato de inscrição.

6.1.6 - Não será admitido às provas o candidato que se apresentar após o horário estabelecido e em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

6.1.7 - No recinto de provas não será permitida a utilização de equipamentos de rádio tipo "walk-man" ou similar, bem como o uso de telefone celular, máquina calculadora ou qualquer outro aparelho, bem como folha de rascunho.

6.1.8 - O caderno de questões é o espaço pelo qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO na GRADE DE RESPOSTAS.

6.1.9 - Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

6.1.10 - Na realização da prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las.

6.1.11 - O candidato deverá preencher o Cartão Resposta cobrindo inteiramente com caneta esferográfica, tinta azul ou preta, o espaço correspondente à alternativa escolhida. O Cartão Resposta será o único documento válido para efeito de correção da prova, que deverá ser devolvido obrigatoriamente ao final da prova, devendo o mesmo ser colocado dentro do envelope que se encontra sobre a mesa.

6.1.12 - Em nenhuma hipótese haverá substituição do Cartão Resposta por erro do candidato.

6.1.13 - Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco.

6.1.14 - O candidato, ao terminar a prova objetiva, colocará o seu cartão resposta dentro do envelope, disponível sobre a mesa, sem auxílio de fiscais.

6.1.15 - Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de assinarem o lacre do envelope das provas, juntamente com os fiscais.

6.2 - Será excluído do Concurso o candidato que:

- Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

- Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;

- Usar telefone celular nas dependências dos locais das provas, ou qualquer outro meio de comunicação;

- Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;

- Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

6.3 - A candidata que necessitar amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. Não haverá compensação do tempo de amamentação ao tempo de prova da candidata.

6.4 - O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de auxílio de outra(s) pessoa(s) para sua locomoção e acomodação para realizar as provas, deverá providenciar acompanhante(s) que o auxiliarão em todo o processo, sempre mediante consentimento e orientação da Comissão Organizadora do Concurso Público.

6.5 - Para todos os cargos, o Concurso constará de PROVA ESCRITA, de caráter eliminatório/classificatório, em primeira etapa, com questões objetivas, de múltipla escolha, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.

6.6 - Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem 50% (cinquenta por cento) ou mais na nota final da prova escrita. O candidato que obtiver nota inferior estará automaticamente eliminado.

### 6.7 – DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA

6.7.1 - As provas OBJETIVAS terão 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, e abrangerão as seguintes disciplinas:

6.7.1.1 – Cargos COM Provas de Conhecimentos Específicos – Nível Alfabetizado, Fundamental e Médio (todos, exceto os cargos que não tenham prova de conhecimentos específicos, conforme item 6.7.1.2

Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação Máxima
Língua Portuguesa	10	40	0,25	10,0
Matemática	05			
Conhecimentos Gerais	10			
Conhecimentos Específicos	15			



### 6.7.1.2– Cargos SEM Provas de Conhecimentos Específicos - Nível Alfabetizado, Fundamental e Médio

<ul style="list-style-type: none"> <li>Auxiliar de Serviços Gerais Feminino (todos);</li> <li>Auxiliar de Serviços Gerais Masculino (todos);</li> <li>Carpinteiro;</li> <li>Operador de Equipamentos (todos);</li> <li>Pedreiro;</li> <li>Telefonista; (todos)</li> <li>Vigia; (todos)</li> <li>Calceteiro;</li> <li>Coveiro;</li> <li>Eletricista.</li> </ul>	<p>Para estes cargos não haverá provas de conhecimentos específicos.</p> <p>Serão 30 questões sobre os conteúdos constantes do Anexo I deste Edital, de acordo com grau de escolaridade exigido para o cargo.</p> <p>20 (vinte) questões de Língua Portuguesa,</p> <p>10 (dez) de Matemática e</p> <p>10 (dez) de Conhecimentos Gerais, valendo cada uma delas 0,333 pontos.</p>
--	--

### 6.7.1.3 – Cargos com Provas de Conhecimentos Específicos – Nível Superior (todos)

Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação Máxima
Língua Portuguesa	10	40	0,25	10,0
Conhecimentos Gerais	10			
Conhecimentos Específicos	20			

6.7.1.4 - Os conteúdos programáticos encontram-se nos anexos I e II deste Edital.

6.7.1.5 - Os conteúdos programáticos encontram-se no anexo I deste Edital.

6.8 – DA PROVA PRÁTICA: Para todos os candidatos inscritos para os cargos de Carpinteiro, Motorista (todos), Operadores de Equipamentos (todos), Pedreiro e Calceteiro haverá, em segunda etapa, PROVA PRÁTICA, conforme o presente Edital, de caráter eliminatório/classificatório.

6.8.1 - As provas Práticas serão realizadas após a publicação do resultado da prova escrita, somente para os habilitados, e que estejam classificados dentro do número de vagas conforme tabela a seguir:

Código do Cargo	Nome do Cargo	Número de candidatos que serão classificados na prova escrita para realizarem a prova prática
	Carpinteiro	10
	Motorista de Caminhão	40
	Motorista de Veículo Leve	40
	Operador de Equipamentos - Retro Escavadeira	10
	Operador de Equipamentos – Motoniveladora	10
	Operador de Equipamentos – Escavadeira Hidráulica	10
	Operador de Equipamentos – Trator Esteiras	10
	Operador de Equipamentos – Trator Pneu	10
	Pedreiro	40
	Calceteiro	10
	Operador de Equipamento – Rolo compactador	10
	Motorista de Veículo Leve – Fundação Cultural	10

6.8.2 - Será considerado habilitado (aprovado) na prova Prática os candidatos que obtiverem 50% (cinquenta por cento) ou mais.

6.8.3 - Nas provas práticas que exigirem o emprego de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município ou da entidade que realizar o certame, poderá ser procedida, a critério da fiscalização, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, com risco de danificá-los. As circunstâncias que motivarem a exclusão do candidato, isto é, sua desclassificação do concurso, serão registradas em ata, com assinatura de pelo menos 02 (duas) testemunhas.

6.8.4 - Haverá um tempo máximo para a realização de cada item da prova, de acordo com tabela a seguir, considerando a dificuldade e demais aspectos necessários para o desempenho satisfatório dos testes, por parte dos candidatos.

6.8.5 - No critério da eficiência (para a realização das provas práticas) as tarefas a serem executadas pelos candidatos serão idênticas, avaliando-se quem terá realizado a tarefa toda, ou a maior quantidade com relação ao tempo pré-estabelecido ou em menor tempo, com a mesma qualidade.

6.8.6 - Para a realização da Prova Prática, os candidatos deverão apresentar-se com trinta minutos de antecedência, em trajes apropriados para o teste, portando cédula de identidade, documento de inscrição e Carteira Nacional de Habilitação, para os Cargos de Motorista (todos) e Operador de Equipamentos.

6.8.7 - Havendo possibilidade, as provas práticas serão filmadas e/ou fotografadas.

6.8.8 - Atividades para as Provas Práticas e Tempo de Duração:

Cargo	Atividades
Carpinteiro	<p>Executar atividades inerentes ao cargo – construir caixa de ferramenta e/ou caixa de lixo com o material disponível - e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material.</p> <p>Duração da Prova: até 30 minutos.</p> <p>Fatores a serem avaliados: habilidades com equipamento, eficiência/qualidade, produtividade, organização na execução dos trabalhos, técnica/aptidão/eficiência.</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 20 pontos – em um total de 100 pontos para todos os critérios.</p> <p>O candidato que desejar, poderá levar suas ferramentas.</p>
Pedreiro	<p>Executar atividades inerentes ao cargo – construir uma boca de lobo ou erguer paredes, com tijolos ou outro material disponível - de acordo com as dimensões fornecidas pelo avaliador - e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material.</p> <p>Duração da Prova: até 30 minutos.</p> <p>Fatores a serem avaliados: habilidades com ferramentas, eficiência/qualidade, produtividade, organização na execução dos trabalhos/economia do material, técnica/aptidão/eficiência.</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 20 pontos – em um total de 100 pontos para todos os critérios.</p> <p>O candidato que desejar, poderá levar suas ferramentas.</p>

Cargo	Atividades
Calceteiro	Executar atividades inerentes ao cargo – construir ou consertar calçamento já existente com lajotas ou paralelepípedo ou outro material disponível - de acordo com as dimensões fornecidas pelo avaliador - e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material. Duração da Prova: até 30 minutos. Fatores a serem avaliados: habilidades com ferramentas, eficiência/qualidade, produtividade, organização na execução dos trabalhos/economia do material, técnica/aptidão/eficiência. Cada critério terá a pontuação de até 20 pontos – em um total de 100 pontos para todos os critérios. O candidato que desejar, poderá levar suas ferramentas.
Motorista (todos)	Executar atividades inerentes ao cargo – dirigir veículos - de acordo com o cargo e com as normas estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito - e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e seguindo a Ficha de Avaliação utilizada pelos órgãos de trânsito, atribuindo-se penalidades graves, médias e leves para cada infração cometida, com perdas de pontos correspondentes. O Candidato inicia a prova possuindo 10 pontos, dos quais serão descontados as penalidades cometidas e o saldo será a nota da Prova Prática. Duração da Prova: de 5 a 10 minutos. Fatores a serem avaliados: habilidades ao dirigir de acordo com o Código Nacional de Trânsito, Fatores a serem avaliados: habilidades ao dirigir de acordo com o Código Nacional de Trânsito, direção defensiva, uso adequado do equipamento.
Operadores Equipamentos (todos)	Executar atividades inerentes ao cargo – operar equipamento rodoviário e/ou agrícola, de acordo com o Cargo - e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado. Duração da Prova: de 5 a 10 minutos. Fatores a serem avaliados: verificação da máquina (pneus, água, óleo, bateria), habilidades ao operar o equipamento, aproveitamento do equipamento, produtividade, técnica/aptidão/eficiência. Cada critério terá a pontuação de até 20 pontos – em um total de até 100 pontos para todos os critérios.

**6.9 - DA PROVA DE TÍTULOS:** Para os candidatos aos cargos na Área do Magistério (todos e somente área do Magistério) desde que habilitados na prova eliminatória, haverá PROVA DE TÍTULOS, de caráter classificatório.

**6.9.1 - Serão considerados como Títulos os comprovantes apresentados conforme tabela a seguir.**

TÍTULO NA ÁREA	PONTOS	VALOR MÁXIMO
Especialização na área	1,0 ponto	1,00 ponto
Mestrado na área	1,5 pontos	1,50 pontos
Doutorado na área	2,0 pontos	2,00 pontos
TOTAL		2,00 PONTOS

**6.9.2 - Somente serão aceitos certificados de cursos de aperfeiçoamento – Pós Graduação - devidamente registrados, dos quais constem os conteúdos programáticos, a carga horária e o período da realização.**

**6.9.3 - Não serão aceitas declarações de frequência aos referido cursos, somente Certificados com curso concluído.**

**6.9.4 - Será computado apenas um título. O título maior exclui o título de menor valor.**

**6.9.5 - O Candidato classificado na prova escrita deverá, num prazo máximo de 03 dias úteis, descontado o dia da publicação do resultado da prova escrita no site [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br) – e [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br), encaminhar seus títulos – por meio de fotocópia autenticada - através dos serviços dos Correios – via SEDEX – para segurança do candidato – identificando o cargo, o número da inscrição – para o seguinte endereço: LUTZ – Cursos e Concursos, Rua Padre Francisco Spaeth, 151, Bairro Santana, Rio do Sul/SC, CEP 89160-000.**

**6.9.6 - Os comprovantes (certificados) também poderão ser entregues diretamente no endereço constante do item anterior, sem a utilização dos serviços dos correios, na mesma data.**

**6.9.8 - Os Títulos somente serão conhecidos se postados ou entregues até 03 dias, descontado o dia da publicação) após a divulgação do resultado das provas escritas e encaminhados via SEDEX.**

## CAPÍTULO VII - CLASSIFICAÇÃO FINAL

**7.1 - Para efeitos de classificação final:**

**7.1.1 - A nota final, para efeito de classificação dos candidatos, será igual à soma das notas obtidas na prova escrita, prova de títulos e prova prática, conforme aplicada ao cargo, da seguinte forma:**

**7.2 - Para Cargos somente com Prova Objetiva: A Prova objetiva terá peso 10. O resultado final será a nota da prova objetiva.**

**7.3 - Para cargos com Prova Objetiva e de Títulos: (Somente área do Magistério)**

**7.3.1 - Prova Objetiva: Peso 8,00 (oito) - atribuindo-se à nota obtida o fator de multiplicação 0,8.**

**7.3.2 - Prova de Títulos: Até 2,00 (dois) pontos, conforme o Título apresentado.**

**7.3.3 - O Resultado Final será a soma das notas. (Prova Objetiva e de Títulos)**

**7.4 - Para cargos com Prova Objetiva e Prática:**

**7.4.1 - Prova Objetiva: Peso 10,00 (dez).**

**7.4.2 - Prova Prática: Peso 10,00 (dez).**

**7.4.3 - O Resultado Final será a soma das notas (Prova Objetiva e Prática) dividido por dois.**

**7.5- A lista final de classificação do Concurso apresentará apenas os candidatos aprovados por cargo.**

**7.6 - Os candidatos aprovados serão classificados na ordem decrescente dos pontos obtidos.**

**7.7 - Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas processar-se-á com os critérios estabelecidos no CAPÍTULO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE.**

## CAPÍTULO VIII - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

**8.1. Em caso de empate nas notas das provas e para fins de classificação, como critério de desempate, terá preferência o candidato que:**

**I – possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;**

**II – possuir maior número de pontos na prova Prática, se for o caso;**

**III – possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos, se for o caso;**

**IV – possuir maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;**

**V – possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Gerais;**

**VI – possuir maior número de pontos na prova de Matemática;**

VII – possui maior número de pontos na prova de títulos, se for o caso;

VIII – o candidato mais velho.

## CAPÍTULO IX – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

9.1 - As provas objetivas (escritas) serão realizadas, provavelmente, nos dias 24 e 25.09.2011, em locais e horários a serem divulgados na ocasião da homologação das inscrições, na imprensa local e nos sites [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br) e [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br).

9.1 – As provas serão realizadas em turnos diferentes para cada nível de escolaridade exigidos para os diversos cargos.

9.2 – O candidato poderá prestar prova para somente 01 (um) cargo por nível de escolaridade.

9.3 – São considerados níveis de escolaridade:

- Alfabetizado e Ensino Fundamental (mesmo nível)
- Ensino Médio
- Ensino Superior.

9.4 – Da realização das provas práticas: Serão realizadas após a divulgação do resultado da prova objetiva, para os candidatos classificados nos termos do edital, em locais, horários e data a serem divulgados no Diário Oficial dos Municípios, na imprensa local e nos sites [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br) e [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br).

## CAPÍTULO X - DOS RECURSOS

10.1 - Serão admitidos recursos das seguintes fases:

- do presente edital;
- do não deferimento do pedido de inscrição;
- da formulação das questões;
- da discordância com o gabarito das provas escritas;
- da classificação;
- da homologação do resultado do concurso;

10.2 - A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão no prazo de dois dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal.

10.3 - Os demais recursos, nos termos do modelo anexo a este Edital, deverão conter nome do candidato recorrente, número de inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura do mesmo, sua fundamentação, que deverá ser clara e objetiva e será dirigido à Empresa LUTZ – Cursos e Concursos, executora do Concurso, para a qual deverá ser encaminhado através do e-mail [concursos@lutzconcursos.com.br](mailto:concursos@lutzconcursos.com.br) e o prazo para tanto será de 02 (dois) dias úteis, excluído o dia da publicação, sendo os recursos:

I - da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;

II - dos gabaritos, para impugnação de questões formuladas. O pedido de revisão só poderá ser referente ao conteúdo das provas e/ou dos títulos.

III - da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação, assim como para a revisão de sua própria prova e notas e para impugnar a homologação do resultado do concurso público.

10.4 - Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente, bem fundamentados, e encaminhados para o e-mail [concursos@lutzconcursos.com.br](mailto:concursos@lutzconcursos.com.br)

10.5 - Findo o prazo para recurso, o concurso será homologado pelo Prefeito Municipal.

## CAPÍTULO XI - DA VALIDADE DO CONCURSO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - A validade do concurso será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

11.2 - A aprovação no concurso público não gera o direito à admissão, mas credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, de acordo com a necessidade do Município obedecida a ordem de classificação, computadas

as vagas existentes na data do edital, as que decorrerem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.

11.3 - A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Edital de Concurso, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor.

11.4 - A taxa de inscrição, uma vez paga, não será restituída em hipótese alguma.

11.5 - Será automaticamente cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento da mesma com cheque sem provisão de fundos, ou outra irregularidade que impossibilite o recebimento da quantia.

11.6 - Caberá à Empresa Organizadora do Concurso a anulação de questões.

11.7 - Serão publicados os resultados dos candidatos habilitados que atingirem a nota mínima exigida para cada uma das provas.

11.8 - É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão Especial de Concurso e Examinadora. Será destituído da Comissão, se constatado em qualquer fase do Concurso, o membro que tiver relações de parentesco (ascendentes, descendentes, cônjuges e afins, bem como parentes até 2º grau) com os candidatos, sob pena de anulação do concurso.

11.9 - Os membros da Comissão Especial de Concurso e Examinadora não poderão estar inscritos no concurso público de que fizerem parte.

11.10 - A guarda dos Cartões Respostas deste Concurso Público ficará sob responsabilidade da Empresa Lutz - Cursos, Concursos Assessoria e Projetos Técnicos Ltda, por um período de 06 meses após a homologação do resultado final, quando serão incinerados.

11.11 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Concurso, que se necessário provocará a empresa executora do Concurso Público.

Rio do Sul, em 06 de julho de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

## ANEXO I

### CONTEÚDOS GERAIS - PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS

#### NÍVEL ALFABETIZADO E ENSINO FUNDAMENTAL

Disciplina	Conteúdos Programáticos
Língua Portuguesa	Morfologia, Fonética, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Formação de Palavras. Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Uso dos Porquês.
Matemática	Número e problemas, envolvendo as 04 operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Juros simples
Conhecimentos Gerais	Atualidades do Brasil e de Santa Catarina, História e Geografia do Brasil e de Santa Catarina, Histórico Municipal.(aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos e populacionais do município). Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Lei Orgânica do Município.

#### NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR (Comuns a todos os Cargos)

Disciplina	Conteúdos Programáticos
Língua Portuguesa	Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia; Semântica. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem.
Matemática (somente para Cargos com exigência de Ensino Médio – Nível Superior não tem Matemática)	Número, álgebra, geometria, medidas e estatística Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral.
Conhecimentos Gerais	Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul e Lei Orgânica do Município de Rio do Sul. Lei de Improbidade Administrativa. (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992) História e Geografia do Santa Catarina e do Brasil. Atualidades do Brasil e do Mundo. Conhecimentos Gerais de Santa Catarina e do Brasil. Aspectos Históricos, Geográficos, políticos, sociais e econômicos do Município de Rio do Sul

CARGO	Conteúdos Programáticos
	Direito Constitucional e Constituição Federal: Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Organização do Estado. Da Organização dos Poderes. Da Tributação e do Orçamento. Da Ordem Econômica e Financeira. Da Ordem Social (Da Seguridade Social, Da Educação, Da Saúde, Da Assistência Social, Do Meio Ambiente, Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso). Direito Constitucional. Princípios Constitucionais. Controle de Constitucionalidade. Ação Popular. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Segurança Individual e Coletivo. Mandado de Injunção. Direito Administrativo: Direito Administrativo e Administração Pública Direta e Indireta. Atividade Administrativa. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Servidores Públicos. Licitações. Contratos Administrativos. Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilidade do Agente Político. Serviços Públicos. Concessão e Permissão de Serviços Públicos. Parcerias Público Privadas. Controle da Administração Pública. Atuação do Estado no Domínio Econômico. Desapropriação. Usucapião. Intervenção do Estado na Propriedade. Bens Públicos. Lei de Responsabilidade Fiscal. Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92 e alterações).

## ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS ESPECÍFICOS  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA:



<p>Advogado</p> <p>Direito Tributário: Direito tributário brasileiro. Sistema tributário nacional. Código Tributário Nacional. Tributos. Tarifas e Preços Públicos. Lei de Execução Fiscal</p> <p>Direito Civil: Lei. Vigência. Aplicação da lei no tempo e no espaço. Lei de Introdução ao Código Civil. Pessoas naturais e jurídicas. Do Domicílio. Das Diferentes Classes de Bens. Do Negócio Jurídico. Dos Atos Jurídicos Lícitos. Dos Atos Ilícitos. Da Prescrição e Da Decadência. Personalidade. Capacidade. Da Posse. Das Modalidades das Obrigações. Da Transmissão das Obrigações. Do Inadimplemento das Obrigações. Obrigações por atos ilícitos. Dos Contratos em Geral. Da Responsabilidade Civil. Das Preferências e Privilégios Creditórios. Do Empresário e do Estabelecimento.</p> <p>Direito Processual Civil: Da Jurisdição e Da Ação. Partes e Dos Procuradores. Dos Órgãos Judiciários e dos Auxiliares da Justiça. Dos Atos Processuais. Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo. Do Processo e Do Procedimento. Do procedimento Ordinário. Do Processo nos Tribunais. Dos Recursos. Da Execução em Geral. Dos Embargos do Devedor. Da Suspensão e Da Extinção do Processo de Execução. Das Medidas Cautelares. Dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa. Ação Civil Pública (Lei 7.347/85 e alterações). Suspensão de Liminar, de Segurança e de Tutela Antecipada.</p> <p>Direito Ambiental: Noções básicas. Legislações federais, defesas e recursos no âmbito administrativo, como também na esfera judicial; implicações penais; Legislação sobre saneamento básico.</p> <p>Direito e Processo do Trabalho: Responsabilidade solidária; Contrato individual de trabalho; Particularidades em relação ao Poder Público; Remuneração, salário mínimo, piso salarial, salário profissional, proteção, décimo-terceiro salário, adicionais, irredutibilidade e equiparação salarial; Duração do trabalho, jornada de trabalho, períodos de descanso, remuneração do serviço extraordinário, trabalho noturno repouso semanal e normas especiais de proteção ao trabalho da mulher; Licença a gestante e estabilidade; Direito Coletivo do trabalho; Convenção e acordo coletivo de trabalho; Processo trabalhista.</p> <p>Direito Penal: Aplicação da Lei penal. Do Crime. Da Impunibilidade Penal. Do Concurso de Pessoas. Da Ação Penal. Extinção da Punibilidade. Crimes Contra a Honra. Dos Crimes Contra a Fé Pública. Dos Crimes Contra a Administração Pública. Dos Crimes Contra a Ordem Tributária. Lei 10.028/2000. Decreto-Lei 201/67.</p> <p>Outros: Lei Orgânica do Município. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.</p>	<table> <tr> <td data-bbox="836 78 979 875">Agente Administrativo</td><td data-bbox="979 78 1546 875"> <p>Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos – Dos Impostos Dos Municípios – Repartição Das Receita Tributárias – Das Finanças Públicas – Dos Orçamentos</p> <p>Lei De Responsabilidade Fiscal</p> <p>Generalidades administrativas e Contábeis</p> <p>Código Tributário Nacional</p> <p>Técnica Legislativa</p> <p>Correspondência oficial conforme Manual de Redação da Presidência da República</p> <p>Noções básicas sobre atos administrativos, processos administrativos e serviços públicos</p> <p>Noções sobre compras, licitações, contratos administrativos</p> <p>Noções sobre serviços de recursos humanos</p> <p>Noções básicas sobre contabilidade e gestão fiscal</p> <p>Noções sobre serviços de controle de patrimônio, almoxarifado e arquivos de documentos</p> <p>Informática básica, editores de texto, planilhas eletrônicas, internet, correio eletrônico, intranet</p> <p>Relacionamento interpessoal, atendimento ao público, organização do ambiente de trabalho</p> <p>Estatuto dos Servidores Públicos Municipais</p> <p>Lei Orgânica do Município</p> </td></tr> <tr> <td data-bbox="836 875 979 1516">Agente de Defesa Civil</td><td data-bbox="979 875 1546 1516"> <p>História da Defesa Civil</p> <p>Política Nacional de defesa civil</p> <p>Classificação geral dos desastres</p> <p>Conceituação classificação geral dos desastres e codificação de desastres, ameaças, riscos. Desastres siderais de natureza tecnológica;</p> <p>Desastres relacionados com o meios de transportes sem menção de risco químico ou radioativo</p> <p>Desastres relacionados com a construção civil</p> <p>Incêndios</p> <p>Produtos perigosos</p> <p>Planejamento em Defesa civil:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Finalidades e objetivos</li> <li>2. Caracterização</li> <li>3. Introdução às medidas de redução.</li> <li>4. Avaliação de riscos de desastres tecnológicos</li> <li>5. Planejamento preventivo.</li> <li>6. Planejamento de segurança industrial.</li> </ol> <p>Desastres Naturais.</p> </td></tr> </table>	Agente Administrativo	<p>Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos – Dos Impostos Dos Municípios – Repartição Das Receita Tributárias – Das Finanças Públicas – Dos Orçamentos</p> <p>Lei De Responsabilidade Fiscal</p> <p>Generalidades administrativas e Contábeis</p> <p>Código Tributário Nacional</p> <p>Técnica Legislativa</p> <p>Correspondência oficial conforme Manual de Redação da Presidência da República</p> <p>Noções básicas sobre atos administrativos, processos administrativos e serviços públicos</p> <p>Noções sobre compras, licitações, contratos administrativos</p> <p>Noções sobre serviços de recursos humanos</p> <p>Noções básicas sobre contabilidade e gestão fiscal</p> <p>Noções sobre serviços de controle de patrimônio, almoxarifado e arquivos de documentos</p> <p>Informática básica, editores de texto, planilhas eletrônicas, internet, correio eletrônico, intranet</p> <p>Relacionamento interpessoal, atendimento ao público, organização do ambiente de trabalho</p> <p>Estatuto dos Servidores Públicos Municipais</p> <p>Lei Orgânica do Município</p>	Agente de Defesa Civil	<p>História da Defesa Civil</p> <p>Política Nacional de defesa civil</p> <p>Classificação geral dos desastres</p> <p>Conceituação classificação geral dos desastres e codificação de desastres, ameaças, riscos. Desastres siderais de natureza tecnológica;</p> <p>Desastres relacionados com o meios de transportes sem menção de risco químico ou radioativo</p> <p>Desastres relacionados com a construção civil</p> <p>Incêndios</p> <p>Produtos perigosos</p> <p>Planejamento em Defesa civil:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Finalidades e objetivos</li> <li>2. Caracterização</li> <li>3. Introdução às medidas de redução.</li> <li>4. Avaliação de riscos de desastres tecnológicos</li> <li>5. Planejamento preventivo.</li> <li>6. Planejamento de segurança industrial.</li> </ol> <p>Desastres Naturais.</p>
Agente Administrativo	<p>Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos – Dos Impostos Dos Municípios – Repartição Das Receita Tributárias – Das Finanças Públicas – Dos Orçamentos</p> <p>Lei De Responsabilidade Fiscal</p> <p>Generalidades administrativas e Contábeis</p> <p>Código Tributário Nacional</p> <p>Técnica Legislativa</p> <p>Correspondência oficial conforme Manual de Redação da Presidência da República</p> <p>Noções básicas sobre atos administrativos, processos administrativos e serviços públicos</p> <p>Noções sobre compras, licitações, contratos administrativos</p> <p>Noções sobre serviços de recursos humanos</p> <p>Noções básicas sobre contabilidade e gestão fiscal</p> <p>Noções sobre serviços de controle de patrimônio, almoxarifado e arquivos de documentos</p> <p>Informática básica, editores de texto, planilhas eletrônicas, internet, correio eletrônico, intranet</p> <p>Relacionamento interpessoal, atendimento ao público, organização do ambiente de trabalho</p> <p>Estatuto dos Servidores Públicos Municipais</p> <p>Lei Orgânica do Município</p>				
Agente de Defesa Civil	<p>História da Defesa Civil</p> <p>Política Nacional de defesa civil</p> <p>Classificação geral dos desastres</p> <p>Conceituação classificação geral dos desastres e codificação de desastres, ameaças, riscos. Desastres siderais de natureza tecnológica;</p> <p>Desastres relacionados com o meios de transportes sem menção de risco químico ou radioativo</p> <p>Desastres relacionados com a construção civil</p> <p>Incêndios</p> <p>Produtos perigosos</p> <p>Planejamento em Defesa civil:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Finalidades e objetivos</li> <li>2. Caracterização</li> <li>3. Introdução às medidas de redução.</li> <li>4. Avaliação de riscos de desastres tecnológicos</li> <li>5. Planejamento preventivo.</li> <li>6. Planejamento de segurança industrial.</li> </ol> <p>Desastres Naturais.</p>				

Microinformática: a) Fundamentos: software, hardware, memórias; b. Sistemas operacionais: Windows e Linux (comandos básicos, interface gráfica, manipulação de arquivos/diretórios, administração de usuários e grupos, gerenciamento de rede e comunicação, impressão, gerenciamento de processos, instalações e configurações básicas e avançadas, e-mail, hardware e segurança); c. Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Access), OpenOffice básico; d. Internet: browser, e-mail, www, ftp, Chat, aplicações on-line; e. Compactadores/descompactadores, Antivírus e Backup; 2. Técnicas de programação: a. Lógica aplicada: Algoritmos, técnicas de construção de algoritmos, resolução de problemas; b. Estrutura de dados: vetores, matrizes, listas, pilhas, filas, árvores, grafos, pesquisa de dados, classificação de dados, tipos de dados, recursividade, eficiência; c. Programação estruturada: refinamentos sucessivos, estrutura em blocos, estrutura de controle de fluxo, programação modular, rotinas, subrotinas; d. Linguagens de programação: Delphi, Linguagem C, HTML, PHP, JavaScript, Java, SQL Ansi, e MS-Access SQL; e. Programação orientada a objetos: classes e objetos, polimorfismo, herança, interface; 3. Sistemas de Computação: a. Sistemas de numeração: conceitos e tipos; b. Arquitetura de computadores: conceitos e tipos; c. Sistemas operacionais: processos, escalonamento de processos, gerência de memória, sistemas de arquivos, entrada/saída, deadlocks, estudos de casos (Linux, Windows 2000 e MS-DOS), sistemas operacionais distribuídos, comunicação entre sistemas distribuídos, sincronização, processos e processadores em sistemas distribuídos, sistemas de arquivos distribuídos.

Analista de  
Sistemas

4. Teleprocessamento e Redes de computadores: a. Rede de transmissão de dados: definição e objetivos, componentes e topologia; b. Elementos de interconexão de redes: gateways, hubs, switches, repetidores, bridges e roteadores; c. LAN (Local Área Network) e WAN (Wide Área Network): conceitos básicos, aplicações, componentes principais e níveis de serviços (QoS SLA); d. Protocolos de comunicação: conceitos, serviços, Voz sobre IP (TCP/IP, X 25, frame relay, ATM); e. Modulação: conceitos, modulação em frequência, amplitude e fase; f. Modos de transmissão de dados: serial, paralela, síncrona e assíncrona; g. Padrões: OSI/ISO, de fato TCP/IP e ITU-T; h. Segurança de redes: mecanismos (FireWall, criptografia com chaves públicas e privadas, VPN, certificados e assinaturas digitais e scanner), políticas de segurança, processos de intrusão, mecanismos de detecção e proteção; 5. Análise e projeto de sistemas: a. Sistemas de informação: conceitos, componentes, informação gerencial, sistema de apoio a decisão, ciclo de vida; b. Levantamento de sistemas: técnicas – observação pessoal, questionário, entrevista; c. Análise essencial de sistemas: conceitos e definições, estratégias e ferramentas de modelagem, atividades essenciais, DFD, construção e utilização do dicionário de dados, tabelas e árvores de decisão; d. Projeto estruturado de sistemas: conceitos e definições, ferramentas do projeto estruturado, especificação estruturada, métodos para especificação de módulos, acoplamento, coesão, análise de transformação, análise de transação, packaging, implementação, otimização e administração de projetos; e. Análise e projeto orientados a objeto: Linguagem UML (Unified Modeling Language), diagrama de classes, diagrama de casos de uso, diagrama de interação, diagrama de estado, diagrama de componente, diagrama de implantação; f. Qualidade de Software: modelos (ISO, CMM, CMMI), metodologias e padrões, gerência de projetos, testes de software, estimativas e métricas (Análise de Pontos de Função); 6. Arquivos e Banco de Dados: a. Organização de arquivos: conceitos e definições, estruturas de armazenamento de dados, modelo relacional, modelo hierárquico, modelo de rede, comparação entre os três modelos, modelo orientado a objetos, arquivos com organização seqüencial, seqüencial indexado, relativo, direto, invertido, árvore B e compressão de dados; b. Sistemas gerenciadores de Bancos de Dados: Princípios, conceitos e objetivos, usuários; c. Modelo de dados: modelagem de dados, modelagem semântica, mapeamento de projetos de banco de dados ER em um projeto relacional, normalização; linguagem de definição e manipulação de dados – SQL; d. Administração de Sistemas de Banco de Dados: componentes do SGBD, segurança de dados, gerenciamento de transações e controle de concorrência, indexação, recuperação à falhas, otimização de consultas.

Arquiteto	<p>Importância sócio-econômica, histórica e cultural da arquitetura</p> <p>A Arquitetura (Grega, Romana, Babilônios, Incas, Astecas, Maias e outros) – Seus estilos, métodos</p> <p>Obras e arquitetos de renome nacional e internacional que se destacaram</p> <p>Cálculos de distribuição de ambientes</p> <p>Pisos, revestimentos, materiais utilizados – produtos especiais</p> <p>Proteção dos edifícios (Ruídos, isolamento)</p> <p>Atualidades, generalidades e curiosidades</p> <p>Legislação pertinente sobre a regulamentação e fiscalização da profissão</p> <p>Aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos, humanísticos e políticos da arquitetura</p> <p>Funções do Arquiteto</p> <p>Componentes e produtos voltados a arquitetura</p> <p>Urbanismo</p> <p>Paisagismo</p> <p>Maquetaria</p> <p>Geometria Descritiva</p> <p>Desenhos Arquitetônicos</p> <p>Desing</p> <p>História das Artes</p> <p>Obras arquitetônica</p> <p>Projetos de interiores</p> <p>Plano Diretor do Município de Rio do Sul</p> <p>Lei Municipal sobre o código de obras e posturas</p> <p>Lei Orgânica do Município</p> <p>Estatuto dos Servidores Públicos Municipais</p>	Auditor Interno	<p>1 - LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL: Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 e suas emendas. Constituição do Estado de Santa Catarina, de 05 de outubro de 1989 e suas emendas.</p> <p>2 – ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA: Administração pública: administração direta e indireta. Processo orçamentário: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Princípios orçamentários. Classificação orçamentária: classificação institucional, funcional–programática, econômica e por fonte de recursos. Receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias. Execução orçamentária e contábil: estágios da receita e da despesa pública; créditos adicionais. Patrimônio público: aspectos qualitativos e quantitativos; variações patrimoniais: variações ativas e variações passivas. Dívida pública flutuante e fundada; plano de contas: função e funcionamento das contas. Escrituração contábil. Controle interno e controle externo. Prestação de contas e transparência na gestão fiscal: relatório resumido da execução orçamentária, relatório de gestão fiscal e balanço geral do exercício. Lei 4.320/64 e suas alterações.</p> <p>3 - CONTABILIDADE GERAL: Princípios contábeis, regime de competência, plano de contas, conciliação contábil, registros contábeis. Controle contábil e registros do ativo imobilizado, diferido e patrimônio líquido. Demonstrações contábeis: estruturação e movimentação das contas contábeis, demonstração do resultado do exercício, balanço patrimonial, mutações do patrimônio líquido, demonstrações de origens e aplicações de recursos. Análise e interpretação de demonstrações contábeis.</p> <p>4 - DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração Pública. Agentes públicos. Poderes Administrativos. Atos administrativos: conceito, classificação e espécies. Serviço público. LEI Nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 - Institui a modalidade de licitação denominada pregão. Código Tributário Nacional e suas alterações. LEI 10028/00 - Investigação administrativa- Improbidade Administrativa - Finanças públicas.</p> <p>Lei Orgânica do Município</p> <p>Estatuto dos Servidores Públicos Municipais</p>
Assistente Social	<p>Lei Orgânica da Assistência Social Lei 8.742/93</p> <p>Norma Operacional Básica 2005</p> <p>Política Nacional de Assistência Social 2004</p> <p>SUAS – Sistema Único da Assistência Social</p> <p>NOB RH - 2006</p> <p>Lei de Regulamentação da Profissão</p> <p>Código de Ética Profissional – Lei 8.662/93</p> <p>Estatuto da Criança e do Adolescente</p> <p>Estatuto do Idoso</p> <p>Lei Maria da Penha</p> <p>Política Nacional da Assistência Social</p> <p>Conselhos Municipais: (ex.: de Assistência Social – Tutelar – do Direito da Criança e do Adolescente )</p> <p>Questões da metodologia em serviço social</p> <p>Pesquisa em Serviço Social - Métodos de pesquisa. Classificação da pesquisa</p> <p>Técnicas e instrumentos de serviço social</p> <p>Tendências da Assistência social na conjuntura social, política e econômica do Brasil.</p> <p>Conhecimentos sobre a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e seus processos</p> <p>Lei Orgânica do Município</p> <p>Estatuto dos Servidores Públicos Municipais</p>	Auxiliar de Saúde Bucal	<p>Atribuições do Atendente de Consultório Odontológico</p> <p>O atendente de consultório odontológico e a equipe de saúde bucal</p> <p>Noções básicas referentes à assistência em Saúde Bucal (individual e coletiva) e seus objetivos</p> <p>Noções de biossegurança (equipamento de proteção individual, imunização</p> <p>Limpeza, desinfecção e esterilização de material</p> <p>Manuseio da comunicação na assistência em odontologia (no telefone, na sala de espera, ..)</p> <p>Noções básicas de informática</p> <p>Constituição Federal – na parte relacionada ao SUS</p> <p>NOB 96</p> <p>Estratégia da Saúde da Família – PSF e PACS</p> <p>Situação da Saúde da Família. Perfil epidemiológico</p> <p>NOAS 01/2001</p> <p>Normas Operacionais da Assistência a Saúde</p> <p>História da Saúde no Brasil</p>
		Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Conteúdos Programáticos do Anexo I deste Edital
		Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Conteúdos Programáticos do Anexo I deste Edital
		Calceteiro	Conteúdos Programáticos do Anexo I deste Edital
		Carpinteiro	Conteúdos Programáticos do Anexo I deste Edital

Cirurgião Dentista	Anatomia Da Face Anatomia Bucal E Dentária Cirurgia Oral Instrumentais Cirúrgicos Materiais Dentários Dentística Restauradora Oclusão Endodontia Periodontia Farmacologia Aplicada À Odontologia Terarêutica Odontológica Patologia Bucal Radiologia Odontológica Epidemiologia Odontologia Social Traumatismo Dentário Microbiologia Oral Urgências Em Odontologia Cariologia Doenças Sistêmicas Com Repercussão Na Cavidade Oral Biossegurança Ergonomia Noções Básicas De Próteses Saúde Bucal Coletiva; · Prevenção Em Saúde Bucal; · Educação Em Saúde; · Promoção De Saúde Bucal; · Programa Sb Brasil – Mec. Sistema Único De Saúde – Sus; · Princípios, Diretrizes, Leis E Regulamentação; · Pacto Pela Saúde Em 2006; · Responsabilidade Sanitária Das Instâncias Gestoras Dos Sus. Estratégia de Saúde Da Família – ESF; · Equipe De Saúde Bucal; · Estratégias De Saúde Bucal; · Programa De Agentes Comunitários De Saúde – PAC.

Cozinheiro	Higiene e Manipulação de alimentos Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos Conhecimentos sobre características e qualidade dos alimentos Conhecimentos sobre quantidades, porções e medidas caseiras Etapa da produção de refeições: recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição Controle de estoque e técnicas de armazenamento de gêneros alimentícios Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios Higiene: dos alimentos, ambiental, dos utensílios e equipamentos Noções básicas de Relações Humanas no Trabalho Noções básicas sobre higiene e segurança no trabalho Ética Profissional Prevenção de acidentes no trabalho Prevenção de incêndios (Equipamentos de combate e prevenção contra incêndios) e prevenção de roubos Relações humanas e profissionais: Comportamento e atitude em ambiente de trabalho; Funções do Grupo; O papel do indivíduo no grupo; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Regras de hierarquias no serviço público municipal Zelo pelo patrimônio público Vigilância do patrimônio público Noções básicas de higiene: pessoal, ambiental, de utensílios e equipamentos Noções de segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção; Normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção Noções de Ética profissional e pessoal: respeito mútuo, justiça, diálogo, solidariedade; Noções de Primeiros socorros
	Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 (Princípios, Diretrizes, Objetivos, Usuários, Assistência Social e as proteções afiançadas) LOAS Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI Estatuto do Idoso
	Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis Orientação à gestantes no pré-natal Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios Saúde Pública e saneamento básico Conhecimentos sobre: Hipercalcemia Cianose Tuberculose pulmonar e seu tratamento Pneumonias Varises esôfago – gástricas Rubéola; Alcalose respiratórias Parada circulatória Menigite Causas de mortalidade infantil Generalidades e conceitos fundamentais As atribuições do profissional da categoria



<p>Enfermeiro</p> <p>Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem)  Normas de biossegurança  Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial)  Assistência à saúde da mulher,(pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar )  Assistência à saúde da criança e do adolescente  Assistência a saúde mental  Assistência ao paciente hospitalizado  Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública  Sistema a único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes  Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis  Equipe de saúde e equipe de enfermagem  Programa da saúde da família – estratégia de reorientação do modelo assistencial  Esquema de vacinação – doenças parasitárias  Métodos contraceptivos;  Rotinas Básicas:  Pressão arterial – Temperatura  Acomodação de pacientes ao leito  Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios  Verificação de trabalho de parto  Sintomas em parada cardio-respiratória, choque circulatório  Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção  Unidades de transformação ( g, mg, l, ml e cm3)  Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica  Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem  Constituição Federal – na parte relacionada ao SUS  NOB 96  Estratégia de Saúde da Família – ESF e PACS  Situação da Saúde da Família. Perfil epidemiológico  NOAS 01/2001  Normas Operacionais da Assistência a Saúde  História da Saúde no Brasil</p>	<p>Enfermeiro Obstétrico</p> <p>Generalidades e conceitos fundamentais  As atribuições do profissional da categoria  Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem)  Normas de biossegurança  Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial)  Assistência à saúde da mulher,(pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar)  Assistência à saúde da criança e do adolescente  Assistência a saúde mental  Assistência ao paciente hospitalizado  Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública  Sistema a único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes  Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis  Equipe de saúde e equipe de enfermagem  Programa da saúde da família – estratégia de reorientação do modelo assistencial  Esquema de vacinação – doenças parasitárias  Métodos contraceptivos  Rotinas Básicas:  Pressão arterial – Temperatura  Acomodação de pacientes ao leito  Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios  Verificação de trabalho de parto  Sintomas em parada cardio-respiratória, choque circulatório  Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção  Unidades de transformação ( g, mg, l, ml e cm3)  Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica  Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem  Constituição Federal – na parte relacionada ao SUS  NOB 96  Estratégia de Saúde da Família – ESF e PACS  Situação da Saúde da Família. Perfil epidemiológico  NOAS 01/2001  Normas Operacionais da Assistência a Saúde  História da Saúde no Brasil</p>
<p>Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica  Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis  Orientação à gestantes no pré-natal  Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios  Saúde Pública e saneamento básico  Conhecimentos sobre:  Hipercalcemia  Cianose  Tuberculose pulmonar e seu tratamento  Pneumonias  Varises esôfago – gástricas  Rubéola;  Alcalose respiratórias  Parada circulatória  Menigite  Causas de mortalidade infantil</p>	

Engenheiro Civil	<p>Generalidades e curiosidades - conceitos técnicos constantes do código de Postura do Município e demais legislação para o exercício do cargo</p> <p>Forma de procedimentos e execução para solucionar problemas envolvendo: Embargo, Habite-se, Afastamento, Infrações diversas e suas penalidades</p> <p>Noções sobre construção (Piso, telhado, teto, paredes, isolamento proteção de edifícios, concretagem, esquadrias, pavimentações, saneamento básico, drenagem, proteção de edifícios., área, capacidade em m3, materiais de construção</p> <p>Legislação pertinente</p> <p>Áreas correlatas da engenharia civil – campo de atuação – atribuições</p> <p>Aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos, humanísticos e políticos da engenharia</p> <p>Noções básicas de informática</p> <p>Estruturas de Concreto Armado</p> <p>Construção Civil</p> <p>Estradas</p> <p>Estruturas de Aço e Madeira</p> <p>Teoria e/ou Estabilidade das Construções</p> <p>Saneamento</p> <p>Geologia e Mecânica dos Solos</p> <p>Hidrologia e Hidráulica</p> <p>Materiais de Construção Civil</p> <p>Desenho Técnico</p> <p>Higiene e Segurança do Trabalho</p> <p>Fundações e Obras de Terra</p> <p>Topografia</p> <p>Pontes</p> <p>Instalações Elétricas</p> <p>Lei da regulamentação da Profissão</p> <p>Código de Obras e Posturas do Município</p> <p>Plano Diretor do Município</p>	Fiscal de Saúde Pública	<p>Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil</p> <p>A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis</p> <p>Agentes infecciosos e suas propriedades</p> <p>Conceitos Básicos usados em Epidemiologia</p> <p>Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva</p> <p>Indicadores de Saúde (medidas de saúde coletiva – coeficiente, taxa) e utilização nos serviços de saúde</p> <p>Lei nº 8.080/90 e Lei 12.401/11</p> <p>Conhecimento da Portaria n 1943/MG?MS de 18.10.01 referente Doenças de Notificação Compulsória</p> <p>Organização do Sistema de Vigilância Epidemiológica – Município, Estado e União</p> <p>Vigilância Epidemiológica das doenças imunoprevisíveis</p> <p>Vigilância Epidemiológica das doenças transmitidas por vetores</p> <p>Vigilância Epidemiológica das doenças diarreicas</p> <p>Vigilância Epidemiológica das Zoonoses</p> <p>Sistema de Informação em Epidemiologia (notificação, investigação, fluxo das informações)</p> <p>SUS e a vigilância epidemiológica</p> <p>Noções básicas de informática</p>
Engenheiro Sanitarista	<p>Conhecimentos e interpretação das Leis Estadual e Municipal sobre os códigos e Vigilância Sanitária (Lei Estadual nº 6320, de 20.12.83 e sua regulamentação e Lei municipal específica)</p> <p>Conceitos e generalidades sobre Saúde Pública, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente, Saneamento Básico.</p> <p>Código Florestal</p> <p>Códigos das águas</p> <p>Aterro Sanitário</p> <p>Disposição correta de resíduos industriais</p> <p>Noções básicas de informática</p> <p>Resolução CONAMA 357 – de 17.03.2006</p> <p>Lei 8.080 – de 19.09.90 e suas alterações</p> <p>Lei 9.782, de 26.01.99 e suas alterações</p> <p>SUS</p> <p>Decreto nº 3.029 de 16.04.99</p>	Fiscal de Serviço Público	<p>Generalidades e conceitos técnicos constantes do Código de Obras do Município e demais legislação para o exercício do cargo</p> <p>Forma de procedimentos e execução para solucionar problemas envolvendo: Embargo, Habite-se, Afastamento, Infrações diversas e suas penalidades</p> <p>Noções sobre construção (Piso, telhado, teto, paredes, proteção de edifícios, concretagem, esquadrias, pavimentações, saneamento básico, drenagem, proteção de edifícios)</p> <p>Lei Orgânica do Município</p> <p>Código de Obras e Posturas</p> <p>Estatuto dos Servidores Públicos Municipais</p> <p>Plano Diretor do Município</p> <p>Noções básicas de informática</p>
Fiscal de Meio Ambiente	<p>Meio Ambiente, Saneamento Básico</p> <p>Código Florestal</p> <p>Código das Águas</p> <p>Aterro Sanitário</p> <p>Disposição correta de resíduos industriais</p> <p>Lei Federal 9782/99 e suas alterações e regulamentações</p> <p>Lei nº 6.938 – de 31.08.81 e suas alterações</p> <p>Lei 6.902 de 27.04.81</p> <p>Decreto nº 99.274 – de 06.06.1990</p> <p>Lei 9.433/97 também denominada Lei das Águas.</p> <p>Constituição Federal e suas Emendas, nos assuntos relacionados à Tributação, Servidor Público, Previdência Social, Administração Pública; Direitos e Deveres do Cidadão</p>	Fiscal de Tributos	<p>Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos – Dos Impostos dos Municípios – Repartição Das Receita Tributárias – Das Finanças Públicas – Dos Orçamentos</p> <p>Lei de Responsabilidade Fiscal</p> <p>Lei das Licitações e suas alterações</p> <p>Lei que instituiu a licitação na modalidade de pregão (Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002)</p> <p>Planejamento Estratégico</p> <p>Correspondência Oficial</p> <p>Código Tributário Municipal</p> <p>Código Tributário Nacional</p> <p>Lei federal n.º 8137, 27 de dezembro de 1990 (defini os crimes contra a ordem econômica)</p> <p>Lei Complementar n.º 116, de 31 de julho de 2003</p> <p>Estatuto Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006).</p>
		Fiscal do PRO-CON	<p>Constituição Federal e suas Emendas, nos assuntos relacionados à Tributação, Servidor Público, Previdência Social, Administração Pública, Direitos e Deveres do Cidadão</p> <p>Códigos Tributários Municipal, Estadual e Nacional</p> <p>Lei 8078/90 – CDC – Código de Defesa do Consumidor e suas alterações</p> <p>Decreto 2181/97 – CDC - Código de Defesa do Consumidor e suas alterações</p> <p>Noções básicas de informática</p>

Fisioterapeuta	<p>Fundamentos e história da fisioterapia no Brasil e no mundo</p> <p>Atualidades sobre fisioterapia no Brasil e no mundo</p> <p>Anatomia e fisiologia humana</p> <p>Fisioterapia Geriátrica</p> <p>Fisioterapia aplicada às condições Gineco-obstétricas e Pediátricas</p> <p>Fisioterapia em Ortopedia e Traumatologia</p> <p>Fisioterapia Reumatológica</p> <p>Fisioterapia Neurológica</p> <p>Fisioterapia Desportiva e Preventiva</p> <p>Fisioterapia Córdio-Respiratório:</p> <p>Nível ambulatorial;</p> <p>Nível hospitalar (clínico e cirúrgico).</p> <p>Recursos Fisioterapêuticos</p> <p>Métodos de Graduação de Força Muscular em Provas</p> <p>Manuais de Função Muscular.</p> <p>Avaliação Funcional:</p> <p>Cinesiologia;</p> <p>Bases de Métodos e Técnicas de Avaliação Fisioterapêutica.</p> <p>Diagnóstico, terapia e prevenção de:</p> <p>DORT – Distúrbios Osteomusculares relacionados ao Trabalho</p> <p>LER – Lesões por Esforços Repetitivos</p> <p>Patologias relacionadas à coluna vertebral</p> <p>Doenças do Aparelho Respiratório.</p> <p>Fisioterapia Geral.</p>
Fonoaudiólogo	<p>Anatomia, Fisiologia, Avaliação e principais alterações do aparelho fonador</p> <p>Alterações Oro-miofuncionais</p> <p>Alterações vocais, avaliação da voz e terapia fonoaudiológica</p> <p>Bases anatômicas e fisiológicas, avaliação e terapia da linguagem e da fala</p> <p>Teorias de aquisição da linguagem</p> <p>Audiologia Anatomia e fisiologia da audição e avaliação auditiva</p> <p>Componentes do Aparelho Estomatognático</p> <p>Músculos cutâneos do crânio e da face</p> <p>Outros músculos</p> <p>Hábitos viciosos bucais</p> <p>Articulações</p> <p>Região motora pré-rolândica – e pós rolândica</p> <p>Noções básicas de informática</p>

Médico	<p>Anatomia médica básica; semiologia médica; hipertensão arterial sistêmica; insuficiência cardíaca; diagnóstico precoce e prevenção do câncer; diabetes mellitus; hipotireoidismo e hipertireoidismo; asma; pneumonia; doença pulmonar obstrutiva crônica; infecção urinária; litíase urinária; dermatofitoses; trombose venosa profunda; insuficiência venosa dos membros inferiores; insuficiência arterial dos membros inferiores; febre tifóide, salmoneloses, difteria, meningites agudas, tétano, coqueluche, erisipela, escarlatina, encefalites a vírus, dengue, mononucleose infecciosa, gripe, caxumba, poliomielite anterior aguda, sarampo, rubéola, varicela, AIDS, toxoplasmose, cólera, leptospiroses humanas. Doenças do aparelho respiratório, circulatório e digestivo;</p> <p>NEFROLOGIA, (Insuficiência renal aguda, insuficiência renal crônica, tratamento clínico da hipertensão arterial, infecção do trato urinário: fisiopatologia e tratamento)</p> <p>HEMATOLOGIA (Anemias, agranulocitose, anemia aplástica, púrpuras trombopáticas, terapêutica anti-trombótica)</p> <p>ENDOCRINOLOGIA (Diabetes insipidus, hipertireoidismo, hipotireoidismo, tiroidites, diabetes mellitus, hipoglicemias, obesidade)</p> <p>Sistema único de saúde – SUS</p> <p>Princípios, diretrizes, leis e regulamentação</p> <p>Pacto pela saúde em 2006</p> <p>Responsabilidade sanitária das instâncias gestoras dos SUS</p> <p>Estratégia de Saúde da Família – ESF</p> <p>Programa de agentes comunitários de saúde – PAC</p>
Médico Angiologista	<p>Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas.</p> <p>Conteúdos Específicos da Especialidade:</p> <p>Anatomia , fisiologia da coagulação e plaquetária, exame físico vascular. claudicação intermitente, aneurisma de aorta, aneurismas periféricos, isquemia cerebral de origem extracraniana, hipertensão renovascular, tromboangiíte obliterante, trombose venosa profunda, insuficiência venosa crônica e tromboflebite superficial, linfedema, linfangites e angiodisplasias</p>
Médico Auditor	<p>Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas.</p> <p>Conteúdos Específicos da Especialidade:</p> <p>Noções básicas de gerenciamento humano e administrativo de serviços; auditoria em saúde: conceito, histórico, objetivos, contextualização nos processos de gestão dos serviços de saúde, controle de custos, garantia da qualidade, satisfação do cliente e modelos de remuneração médico-hospitalares; princípios básicos e fundamentos do processo de auditoria; auditor médico: funções; perfil pessoal, técnico e legal, normas e condutos para os auditores médicos; tipos de auditoria médica: regular, especial, analítica, operativa, de qualidade, controle e avaliação; auditoria prospectiva, concorrente e retrospectiva, auditoria interna e externa; utilização da tecnologia de informação e medicina baseada em evidências</p>

Médico Autorizador	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas)
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Conhecimentos específicos de medicina geral Processos administrativos na área da saúde Legislação e códigos que regem a assistência à saúde NOB 96 NOAS 2002 Lei Federal 8080 Lei Federal 8142 Decreto Federal 1651/95 Decreto Federal 1232/94 Emenda Constitucional 29/00, PT/GM 2023/04 Manual do Sistema de Informações Hospitalares/2004 Orientações técnicas do SIA E SIH/04 Ética profissional
Médico Cardiologista	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas)
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Anamnese e exame físico em Cardiologia; RX de tórax; ECG; ecocardiograma; cardiopatias congênitas; hipertensão arterial sistêmica; doenças valvulares; insuficiência coronariana aguda e crônica; distúrbios de condução e do ritmo; insuficiência cardíaca; febre reumática; envolvimento cardíaco nas doenças sistêmicas e na gravidez; hipertensão pulmonar e doenças do pericárdio Semiologia cardíaca; hipertensão arterial sistêmica; insuficiência cardíaca; arritmias; síndromes coronarianas agudas e crônicas; valvulopatias; tromboembolismo pulmonar
Médico Cirurgia Geral	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas)
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Anamnese e exame físico; anatomia cirúrgica; trauma; distúrbios do equilíbrio ácido-básico e hidreletrolítico; tumores cutâneos; cicatrização e cuidados com feridas; abdome agudo; linfadenomegalias; insuficiência venosa crônica; claudicação intermitente; queimaduras; hérnias da parede abdominal.
Médico Dermatologista	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas).
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Dermatologia: Semiologia médica; anatomia humana; valvopatias cardíacas, hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca, doença coronariana, distúrbio da condução cardíaca; doença pulmonar obstrutiva crônica, asma, pneumonia, sinusite; hepatites, colestase, cirrose hepática, diarreia, úlcera péptica, sangramento gastrointestinal, doença celíaca, pancreatite; infecção urinária, insuficiência renal, litíase renal; cefaléia, epilepsia, acidente vascular encefálico, demências; diabetes mellitus, hipo e hipertireoidismo, dislipidemias; gota, artrose; eczemas, dermatite seborréica. lúpus, esclerodermia, acne, erupção por droga, pênfigo, psoríase, dermatovirose, micose cutânea, câncer de pele; claudicação intermitente, insuficiência venosa crônica dos membros inferiores, trombose venosa, aneurisma da aorta abdominal; prevenção e detecção precoce do câncer; atendimento à parada cardiorrespiratória.

Médico Endocrinologista	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas).
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Obesidade; hipopituitarismo, diabetes insipidus, hiperprolactinemia; hipertireoidismo, hipotireoidismo, bócio, tumores da tireóide, tireoidites; hipo e hiperparatireoidismo; osteoporose; insuficiência adrenocortical; diabetes mellitus.
Médico Ginecologista/Obstetra	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas).
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Anti-inflamatórios não hormonais; artrocentese e análise do líquido sinovial; abordagem do paciente com dor monoarticular e poliarticular; artrite séptica; artrites por cristais (gota e pirofosfato de cálcio); síndromes regionais dolorosas (lombalgia, cervicobraquialgia, tendinites, síndrome do impacto, epicondilite, túnel do carpo, fascíte plantar, dor patelofemoral); osteoartrite Semiologia ortopédica; anomalias congênitas; doenças inflamatórias e infecciosas dos ossos e articulações; tumores musculoesqueléticos; fraturas em adultos e crianças; amputações (indicações e técnicas)
Médico Neurologista	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas).
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Cefaléia, dor facial; epilepsia, síncope e disautonomia; doenças cérebro-vascular; distúrbios do movimento; demência, esclerose múltipla, encefalopatia de Wernicke; tumores do sistema nervoso central; dor discogênica e hipertensão intracraniana.
Médico Oftalmologista	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas).
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Exame ocular; erros de refração; uveíte; conjuntivite; glaucoma; catarata; amauroses; alterações retinianas associadas com doenças sistêmicas; celulite orbital; doenças do aparelho lacrimal; paralisia motora ocular; úlcera de córnea; pinguécua e pterígeo
Médico Oncologista	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas).
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Oncologia Incidência e etiologia dos cânceres; prevenção do câncer; estadiamento oncológico; síndromes paraneoplásicas; radioterapia; quimioterapia; terapia adjuvante para micrometástase; avaliação de resposta tumoral; complicações oncológicas; cuidados paliativos



Médico Ortopedista	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas.
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Anti-inflamatórios não hormonais; artrocentese e análise do líquido sinovial; abordagem do paciente com dor monoarticular e poliarticular; artrite séptica; artrites por cristais (gota e pirofosfato de cálcio); síndromes regionais dolorosas (lombalgia, cervicobraquialgia, tendinites, síndrome do impacto, epicondilite, túnel do carpo, fasciíte plantar, dor patelofemoral); osteoartrite Semiologia ortopédica; anomalias congênitas; doenças inflamatórias e infecciosas dos ossos e articulações; tumores musculoesqueléticos; fraturas em adultos e crianças; amputações (indicações e técnicas).”.
Médico Otorrinolaringologista	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas.
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Semiologia e exame físico; hipoacusia, otites, exostose, colesteatoma, mastoidite, otosclerose, vertigem, zumbido; rinites, sinusites, epistaxe, pólipos nasais, angiofibroma juvenil; úlcera oral, glossite, faringite; doenças das glândulas salivares; disfonia, câncer de laringe.
Médico Pediatra	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas.
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Alimentação da criança, imunização: infecções das vias aéreas superiores, gastroenterocolites agudas infecciosas, desidratação na síndrome diarreica, pneumonias e bronco pneumonias Generalidades e conceitos fundamentais; atualidades sobre pesquisas médicas Esquema de vacinação; Diagnósticos, terapia e prevenção de doenças referentes a esta especialidade: (diarreia, asma brônquica, febre, pneumonia, infecção urinária, parasitose, plicogênica, leucemia, cardiopatias, acianóticas, úlcera péptica, tumores ósseos e gonadais, febre amarela) Alimentos e alimentação da criança e do adolescente; Prevenção e controle de zoonoses
Médico Psiquiatra	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Farmacologia das drogas psiquiátricas; depressão; distúrbio bipolar; psicoses; desordens de ansiedade; fobias; alterações psicosssexuais; desordens de personalidade; distúrbios do sono; abuso de drogas e outras substâncias; demência
Médico Perito	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul – (Capítulo VIII – artigos 142 a 165)

Médico Pneumologista	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Pneumologia Anamnese e exame físico em pneumologia; interpretação do RX e TC de tórax, testes de função pulmonar; asma brônquica, enfisema, bronquite crônica, pneumonia, fibrose cística, tuberculose, tumores pulmonares, tromboembolismo pulmonar, pneumoconiose; derrame pleural
Médico Urologista	Conteúdos Gerais – vide conteúdos do cargo de Médico – (Conteúdos Gerais para todas as especialidades médicas
	Conteúdos Específicos da Especialidade: Semiologia e exame urológico, anatomia; nefrolitíase; tumores renais; infecções do trato urinário; doenças sexualmente transmissíveis; prostatites; incontinência urinária; disfunção erétil e sexual; tumores prostáticos; câncer de bexiga; câncer de testículo; hipospádia e epispádia; criptorquidia
Motorista de Caminhão	Código de Trânsito Brasileiro Primeiros Socorros Direção defensiva Noções básicas de mecânica
Motorista de Veículo Leve	Código de Trânsito Brasileiro Primeiros Socorros Direção defensiva Noções básicas de mecânica
Nutricionista	Conceitos, generalidades e definições sobre alimentos, alimentação Métodos de conservação dos alimentos Causa de deterioração dos alimentos Composição de dietas equilibradas Composição do corpo humano e as substâncias necessárias ao organismo no período de formação, crescimento e desenvolvimento Legislação pertinente Vigilância alimentar e nutricional Programa Nacional de Alimentação Escolar Noções básicas de informática Fisiologia da nutrição Fisiopatologia Tratamentos dietoterápicos (no Diabetes, Hipertensão arterial, Doenças renais, Doenças hepáticas, Obesidade, etc) Políticas públicas de alimentação e nutrição Programa de alimentação do Trabalhador Constituição Federal - Arts 6, 208 e 211 IDB Plano Nacional de Educação - Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001 Portaria Ministerial nº 251, de 3 de março de 2000 Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 Resolução nº 38 do conselho deliberativo do FNDE, de 16 de julho de 2009 Resolução nº 67, do conselho deliberativo do FNDE, de 28 de dezembro de 2009
Operador de Equipamentos (todos)	Conteúdos Programáticos do Anexo I deste Edital
Pedreiro	Conteúdos Programáticos do Anexo I deste Edital

Psicólogo	<p>Antecedentes histórico-filosóficos</p> <p>Constituição da Psicologia Científica</p> <p>Processos Psicológicos</p> <p>Principais correntes psicológicas: objeto, método, principais pressupostos e forma de intervenção</p> <p>Diferentes abordagens sobre processos de desenvolvimento e aprendizagem</p> <p>A personalidade sob a ótica das diversas teorias psicológicas</p> <p>Psicopatologia: diagnóstico das perturbações psíquicas e o papel do psicólogo na equipe multidisciplinar</p> <p>Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológicos: principais instrumentos de avaliação psicológica-testes, objetivos e técnicas projetivas</p> <p>Teorias e Técnicas Psicoterápicas: as diversas abordagens teóricas e suas aplicações no campo da psicologia</p> <p>Psicologia e saúde: a inserção do psicólogo na área da saúde e formas de intervenção.</p> <p>Diferentes abordagens da Psicologia Social</p> <p>Análise dos processos intergrupais e técnicas de dinâmica de grupo nas diversas áreas de atuação</p> <p>Atuação do psicólogo em comunidades e instituições: hospitais, empresas, escolas</p> <p>Psicologia da Educação e seus antecedentes histórico-filosóficos</p> <p>A constituição da Psicologia Científica</p> <p>A Psicologia Comportamental</p> <p>A Psicologia Humanista</p> <p>Psicanálise</p> <p>A epistemologia genética de Jean Piaget</p> <p>A Psicologia Sócio-cultural de Vygotsky</p> <p>Psicologia, educação e contemporaneidade</p> <p>Aprendizagem e Psicologia</p> <p>Problemas de aprendizagem enquanto objeto da Psicologia</p> <p>A Psicologia voltada para a Educação Especial</p> <p>Anatomia Cerebral</p> <p>Código de Ética Profissional do Psicólogo</p>
-----------	--

Psicopedagogo	<p>Psicopedagogia: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo</p> <p>Correntes</p> <p>Colaboração da Psicopedagogia para a Educação</p> <p>Metodologias utilizadas pela Psicopedagogia para a formação do homem</p> <p>Pedagogia e Psicologia</p> <p>Psicanálise</p> <p>Linguística</p> <p>Semiótica</p> <p>Neuropsicologia</p> <p>Psicofisiologia</p> <p>Análise do comportamento – concepção racionalista e construtivista</p> <p>Regulamentação</p> <p>Conteúdos gerais da Educação:</p> <p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação.</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p>
Radiologista/ Odontológico	<p>História da Radiologia</p> <p>Radiações corpúsculas e eletromagnéticas</p> <p>Imagens radiográficas, tecidos anatômicos tridimensionais</p> <p>Qualidade da imagem – densidade radiológica</p> <p>Produção do Raio X</p> <p>Efeitos biológicos do Raio X</p> <p>Ampola de Raio X</p> <p>Espectros de raios X</p> <p>Equipamentos para produção de Raios X</p> <p>Aparelhos de raios X odontológicos</p> <p>Técnicas radiológicas</p> <p>Processamento radiológico</p> <p>Patologia radiográfica</p> <p>Técnicas radiológicas, no setor de diagnóstico</p> <p>Técnicas radioterápicas, no setor de terapia</p> <p>Técnicas de medicina nuclear</p> <p>Noções básicas de informática</p>

Técnico em Agropecuária	<p>Conhecimentos sobre atividades do Cargo (solos, plantas, adubação, correção de solo, fitotecnia e administração rural)</p> <p>Aspectos socioeconômicos das culturas e criações</p> <p>Agenda 21</p> <p>Noções gerais de meio ambiente</p> <p>Desenvolvimento sustentável</p> <p>Agroecologia, características das principais escolas</p> <p>Noções de hidrologia, irrigação, drenagem e administração rural</p> <p>Práticas de conservação do solo e da água</p> <p>Práticas de manejo do solo referentes a: cobertura do solo, rotação de culturas, cultivos convencional, mínimo e direto</p> <p>Adubação verde</p> <p>Reflorestamento de espécies nativas e exóticas, implantação e manejo</p> <p>Pragas e doenças de ocorrências em Santa Catarina, nas diversas culturas</p> <p>Aspectos referentes a criação e o devido manejo de raças de: Bovino de corte e leite, suinocultura, avicultura, ovino-cultura, apicultura e piscicultura</p> <p>Noções básicas de informática</p>
	<p>Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica</p> <p>Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis. Orientação à gestantes no pré-natal</p> <p>Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios</p> <p>Saúde Pública e saneamento básico</p> <p>Conhecimentos sobre:</p> <p>Hipercalcemia</p> <p>Cianose</p> <p>Tuberculose pulmonar e seu tratamento</p> <p>Pneumonias</p> <p>Varizes esôfago – gástricas</p> <p>Rubéola;</p> <p>Alcalose respiratórias</p> <p>Parada circulatória</p> <p>Menigite</p> <p>Causas de mortalidade infantil</p> <p>Generalidades e conceitos fundamentais</p> <p>As atribuições do profissional da categoria</p> <p>Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem)</p>

Técnico em Enfermagem	<p>Normas de biossegurança</p> <p>Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial)</p> <p>Assistência à saúde da mulher, (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar)</p> <p>Assistência à saúde da criança e do adolescente</p> <p>Assistência a saúde mental</p> <p>Assistência ao paciente hospitalizado</p> <p>Precauções universais, desinfecções de utensílios</p> <p>Saúde Pública</p> <p>Sistema a único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes</p> <p>Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis</p> <p>Equipe de saúde e equipe de enfermagem</p> <p>Estratégia de Saúde da Família – estratégia de reorientação do modelo assistencial</p> <p>Esquema de vacinação – doenças parasitárias</p> <p>Métodos contraceptivos</p> <p>Rotinas Básicas:</p> <p>Pressão arterial – Temperatura</p> <p>Acomodação de pacientes ao leito</p> <p>Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios</p> <p>Verificação de trabalho de parto</p> <p>Sintomas em parada cardio-respiratória, choque circulatório</p> <p>Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção</p> <p>Unidades de transformação ( g, mg, l, ml e cm3)</p> <p>Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica</p> <p>Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem</p> <p>Noções básicas de informática</p> <p>Princípios e Diretrizes do SUS</p>
Técnico em Informática	<p>Algoritmo</p> <p>Programação</p> <p>Linguagem de Programação</p> <p>Banco de Dados</p> <p>Sistemas (Independente, Integrado, Distribuído)</p> <p>Redes de computadores</p> <p>Internet</p> <p>Conceitos básicos (Fundamentos, software, hardware, memórias); Sistemas operacionais Windows (manipulação de arquivos, configurações básicas); Linux conceitos básicos; Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Access); Conhecimentos básicos de internet (browser, e-mail, www, ftp, chat), Backup, Antivírus, Compactadores e descompactadores.</p>
Técnico em Radiologia	<p>História da Radiologia</p> <p>Radiações corpúsculas e eletromagnéticas</p> <p>Imagens radiográficas, tecidos anatômicos tridimensionais</p> <p>Qualidade da imagem – densidade radiológica</p> <p>Produção do Raio X</p> <p>Efeitos biológicos do Raio X</p> <p>Ampola de Raio X</p> <p>Espectros de raios X</p> <p>Equipamentos para produção de Raios X</p> <p>Aparelhos de raios X odontológicos</p> <p>Técnicas radiológicas</p> <p>Processamento radiológico</p> <p>Patologia radiográfica</p> <p>Técnicas radiológicas, no setor de diagnóstico</p> <p>Técnicas radioterápicas, no setor de terapia</p> <p>Técnicas de medicina nuclear</p> <p>Noções básicas de informática</p>
Telefonista	Conteúdos Programáticos do Anexo I deste Edital

Topógrafo	<p>Fotogrametria</p> <p>Planocadastral</p> <p>Planimetria</p> <p>Altimetria</p> <p>Azimute</p> <p>Batimetria</p> <p>Topologia</p> <p>Levantamento por Bussola</p> <p>Levantamento por Gps</p> <p>Levantamento por Teodolito</p> <p>Levantamento por Estação Total</p> <p>Planilhas de Levantamento</p> <p>Geodesia</p> <p>Generalidades e conceitos</p> <p>Descrição de aparelho</p> <p>Taqueometria</p> <p>Métodos de levantamentos de superfícies ou detalhes</p> <p>Orientações de plantas</p> <p>Estudos de erros</p> <p>Noções de cartometria</p> <p>Noções básicas de informática</p>
Turismólogo	<p>Conceitos e generalidades sobre a evolução do Turismo no Brasil. Importância econômica e social</p> <p>Noções sobre ecoturismo</p> <p>Noções sobre turismo rural</p> <p>Forma de organização do conjunto de serviços destinados a receber, orientar, hospedar, promover e desenvolver os deslocamentos humanos</p> <p>Santa Catarina: Principais pontos turísticos (Praias, cidades, pontes, serras, morros, rios, águas Termais, águas sulfurosas)</p> <p>Aspectos turísticos do Município</p> <p>Noções básicas de informática</p>
Vigia	Conteúdos Programáticos do Anexo I deste Edital
Professor de Ciências	<p>Conteúdos Gerais da Educação:</p> <p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p> <p>Conteúdos Específicos da Disciplina:</p> <p>Visão Geral e origem da vida</p> <p>Citologia</p> <p>Citoplasma</p> <p>Metabolismo energético das células</p> <p>Células</p> <p>Reprodução Histologia animal</p> <p>Genética</p> <p>Ecologia</p>

Professor Educação Física	<p>Conteúdos Gerais da Educação:</p> <p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p> <p>Conteúdos Específicos da Disciplina:</p> <p>História da Educação Física no Brasil</p> <p>Didática da Educação Física</p> <p>Psicologia da Aprendizagem</p> <p>Sociologia do Esporte</p> <p>Noções de Fisiologia, Anatomia, Cinesiologia e Desenvolvimento Motor Aplicado à Educação Física</p> <p>Noções do Treinamento Desportivo</p> <p>Metodologia do Ensino de Educação Física</p> <p>Metodologia do Ensino dos Esportes:</p> <p>a) Voleibol</p> <p>b) Basquetebol</p> <p>c) Handebol</p> <p>d) Futebol</p> <p>e) Futsal</p> <p>f) Natação</p> <p>g) Atletismo – Saltos, Corridas, Arremessos e Lançamentos.</p> <p>A Educação Física no currículo escolar</p> <p>A história da Educação Física</p> <p>Métodos e técnicas da Educação Física</p> <p>Didática específica da Educação Física</p> <p>Educação Física e Aprendizagem Social Educação Física e contexto social</p> <p>As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal</p> <p>Educação Física Escolar, crescimento e desenvolvimento: diferentes abordagens Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais</p> <p>Recreação e lazer: conceito e finalidades</p> <p>Noções de Fisiologia do exercício</p> <p>A Educação Física e os parâmetros curriculares</p> <p>Educação Física, Inclusão e Diversidade</p> <p>Concepção histórico social da criança</p> <p>Jogos e brincadeiras na educação infantil</p> <p>Educação Psicomotora e as fases do desenvolvimento infantil</p>
---------------------------	---



Professor Italiano	<p>Conteúdos Gerais da Educação:</p> <p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p>
	<p>Conteúdos Específicos da Disciplina:</p> <p>Classes gramaticais</p> <p>Interpretação de Textos</p> <p>Vocabulário</p> <p>Gramática</p>
Professor Espanhol	<p>Conteúdos Gerais da Educação:</p> <p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p>
	<p>Conteúdos Específicos da Disciplina:</p> <p>Classes gramaticais</p> <p>Interpretação de Textos</p> <p>Vocabulário</p> <p>Gramática</p>

Professor de Música	<p>Conteúdos Gerais da Educação:</p> <p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p>
	<p>Conteúdos Específicos da Disciplina:</p> <p>Música: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto social e educacional no Brasil e no Mundo</p> <p>Correntes – estilos</p> <p>Correlação da música com as demais disciplinas</p> <p>Metodologia utilizada pela música para a formação do homem.</p>
Professor Artes	<p>Conteúdos Gerais da Educação:</p> <p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p>
	<p>Conteúdos Específicos da Disciplina:</p> <p>Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo</p> <p>Correntes</p> <p>Correlação das Artes com as demais disciplinas</p> <p>Metodologias utilizadas pelas Artes para formação do homem</p>

Professor História	<p>Conteúdos Gerais da Educação:</p> <p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p>
	<p>Conteúdos Específicos da Disciplina:</p> <p>História do Brasil, de Santa Catarina e Geral</p>
Professor Inglês	<p>Conteúdos Gerais da Educação:</p> <p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p>
	<p>Conteúdos Específicos da Disciplina:</p> <p>Classes gramaticais</p> <p>Interpretação de Textos</p> <p>Vocabulário</p> <p>Gramática</p>

Professor Matemática	<p>Conteúdos Gerais da Educação:</p> <p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p>
	<p>Conteúdos Específicos da Disciplina:</p> <p>Número, álgebra, geometria, medidas e estatística</p> <p>Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas.</p> <p>Noções de limites, derivadas e integral.</p>
Professor de Filosofia	<p>Conteúdos Gerais da Educação:</p> <p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p>
	<p>Conteúdos Específicos da Disciplina:</p> <p>Definição de Filosofia</p> <p>Conceito</p> <p>Os métodos de filosofia</p> <p>Disciplinas filosóficas</p> <p>Evolução da História: Filosofia antiga, medieval, renascimento, moderna, do século XIX e do século XX.</p> <p>Principais Filósofos</p> <p>Sócrates, Platão, Aristóteles, Descartes</p> <p>Pensamento Lógico</p> <p>Filósofos da atualidade</p>

Professor Português	<p>Conteúdos Gerais da Educação:</p> <p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temático</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p>
	<p>Conteúdos Específicos da Disciplina:</p> <p>Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concorância Verbal e Nominal, Fonética, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Vícios de Linguagem, Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem</p>
Professor Interprete de Libras	<p>Conteúdos Gerais da Educação:</p> <p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p>
	<p>Conteúdos Específicos da Disciplina:</p> <p>História da Educação Especial no Brasil e no mundo</p> <p>Deficiência auditiva, visual, mental, físicas, altas habilidades</p> <p>Causas das deficiências – prevenção</p> <p>LDB – parte referente a Educação Especial</p> <p>Resolução 01/96 CEE/SC</p> <p>Lei 10.098/00</p> <p>Lei 10.172/01</p> <p>Constituição Federal – parte referente a Educação Especial</p> <p>O Deficiente Social e a Sociedade</p> <p>Direitos do Deficiente</p> <p>O impacto do Congresso de Milão 1880 na construção educacional de surdos</p> <p>Modelos educacionais na educação de surdos</p> <p>Legislação e educação de surdos</p> <p>As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais</p>

Professor Educação Infantil	<p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>RCNEI</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p>
Professor Anos Iniciais	<p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p>
Pedagogo	<p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>Didática Geral</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>PCN</p> <p>Estudos Temáticos</p> <p>História da Educação e da Pedagogia</p> <p>Sociologia da Educação</p> <p>Filosofia da Educação</p> <p>Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>Metodologia das Disciplinas</p> <p>Atualidades dentro da área educacional</p>

VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA

CARGO	Conteúdos Programáticos
Contador	<p>1. LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL: Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 e suas emendas. Constituição do Estado de Santa Catarina, de 05 de outubro de 1989 e suas emendas. 2. ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA: Administração pública: administração direta e indireta. Processo orçamentário: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Princípios orçamentários. Classificação orçamentária: classificação institucional, funcional-programática, econômica e por fonte de recursos. Receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias. Execução orçamentária e contábil: estágios da receita e da despesa pública; créditos adicionais. Patrimônio público: aspectos qualitativos e quantitativos; variações patrimoniais: variações ativas e variações passivas. Dívida pública flutuante e fundada; plano de contas: função e funcionamento das contas. Escrituração contábil. Controle interno e controle externo. Prestação de contas e transparência na gestão fiscal: relatório resumido da execução orçamentária, relatório de gestão fiscal e balanço geral do exercício. Lei 4.320/64 e suas alterações. 3. CONTABILIDADE GERAL: Princípios contábeis, regime de competência, plano de contas, conciliação contábil, registros contábeis. Controle contábil e registros do ativo imobilizado, diferido e patrimônio líquido. Demonstrações contábeis: estruturação e movimentação das contas contábeis, demonstração do resultado do exercício, balanço patrimonial, mutações do patrimônio líquido, demonstrações de origens e aplicações de recursos. Análise e interpretação de demonstrações contábeis. 4. DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração Pública. Agentes públicos. Poderes Administrativos. Atos administrativos: conceito, classificação e espécies. Serviço público. LEI Nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 - Institui a modalidade de licitação denominada pregão. Código Tributário Nacional e suas alterações. LEI 10028/00 - Investigação administrativa-Improbidade Administrativa - Finanças públicas. Lei Orgânica do Município Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.</p>
Coveiro	Conteúdos do Anexo I
Desenhista	<p>Tecnologia da Construção Civil Introdução ao desenho, generalidades, atualidades do desenho no Brasil e no Mundo Escala Coberturas residenciais Projeto arquitetônico Terminologia Normas para desenho Técnico: Tipos e emprego as linhas – Representação gráfica Perspectiva Classificação de mapas Terminologia Noções básicas de informática Autocad Plano Diretor da Cidade de Rio do Sul</p>
Eletricista	Conteúdos do Anexo I

Farmacêutico	<p>Farmacologia Parasitologia Imunologia Patologia Hematologia Bioquímica Dispensação de medicamentos – sistemas de distribuição de medicamentos vias de administração de formas farmacêuticas Conceitos: SUS, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica Assistência Farmacêutica Política de medicamentos – legislação para o setor farmacêutico ART. 196-200 CF 1988 Lei 3.820 de 11.11.60 LEGISLAÇÃO DO SUS: Lei 8080, de 19 de setembro de 1990 – Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei 8142, de 28 de dezembro de 1990 – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências.</p>
Professor de Geografia	<p>Conteúdos Gerais da Educação: Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento Didática Geral Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB PPP – Plano Político Pedagógico da escola Constituição Federal, na parte referente a Educação ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Temas transversais ou multidisciplinares PCN Estudos Temáticos História da Educação e da Pedagogia Sociologia da Educação Filosofia da Educação Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 Metodologia das Disciplinas Atualidades dentro da área educacional</p>
	<p>Conteúdos Específicos da Disciplina: Geografia do Estado de Santa Catarina, do Brasil e Geral.</p>
Professor de Ensino Religioso	<p>Conteúdos Gerais da Educação: Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento Didática Geral; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB PPP – Plano Político Pedagógico da escola Constituição Federal, na parte referente a Educação ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Temas transversais ou multidisciplinares PCN Estudos Temáticos História da Educação e da Pedagogia Sociologia da Educação Filosofia da Educação. Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006 Metodologia das Disciplinas Atualidades dentro da área educacional;</p>



Conteúdos Específicos da Disciplina:  
 História do Ensino Religioso  
 Legislação do Ensino religioso no Brasil e SC  
 Fenômeno religioso e diversidade  
 Conhecimento religioso  
 Concepções do Ensino Religioso  
 Objetivos do Ensino Religioso  
 Fundamentos e Metodologia para o Ensino Religioso  
 Conteúdos para o Ensino Religioso  
 Avaliação do Ensino Religioso

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO CULTURAL

CARGO	Conteúdos Programáticos
Agente Administrativo	Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos – Dos Impostos Dos Municípios – Repartição Das Receita Tributárias – Das Finanças Públicas – Dos Orçamentos Lei De Responsabilidade Fiscal Generalidades administrativas e Contábeis Código Tributário Nacional Técnica Legislativa Correspondência oficial conforme Manual de Redação da Presidência da República; - Noções básicas sobre atos administrativos, processos administrativos e serviços públicos Noções sobre compras, licitações, contratos administrativos Noções sobre serviços de recursos humanos Noções básicas sobre contabilidade e gestão fiscal Noções sobre serviços de controle de patrimônio, almoxarifado e arquivos de documentos; Informática básica, editores de texto, planilhas eletrônicas, internet, correio eletrônico, intranet Relacionamento interpessoal, atendimento ao público, organização do ambiente de trabalho; Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Orgânica do Município
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Conteúdos do Anexo I
Bibliotecário	Conceitos e generalidades sobre a evolução da biblioteconomia no Brasil e no mundo Histórico e formação das bibliotecas no Brasil e no mundo Forma de organização e estrutura das bibliotecas de referência e as circulantes Funcionamento e rotina das modernas bibliotecas Lei 4084 – de 30.06.62 Lei 9674 – de 25.06.98 Decreto 56.725 de 16.08.65 Código de Ética do CFB - Resolução CFB 42/2001 Organização e Administração de Biblioteca Bibliotecas Públicas: Funções, objetivos e Estrutura Classificação (CDD) Catalogação: (AACR2) Estudo de usuário e de comunidade Desenvolvimento de Coleções Automação de Biblioteca Serviço de Referência e Informação Noções básicas de informática
Motorista de Veículo Leve	Código de Trânsito Brasileiro Primeiros Socorros Direção defensiva Noções básicas de mecânica
Telefonista	Conteúdos do Anexo I

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO DESPORTO

CARGO	Conteúdos Programáticos
Agente Administrativo	Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos – Dos Impostos Dos Municípios – Repartição Das Receita Tributárias – Das Finanças Públicas – Dos Orçamentos Lei De Responsabilidade Fiscal Generalidades administrativas e Contábeis Código Tributário Nacional Técnica Legislativa – Correspondência oficial conforme Manual de Redação da Presidência da República; - Noções básicas sobre atos administrativos, processos administrativos e serviços públicos; Noções sobre compras, licitações, contratos administrativos; Noções sobre serviços de recursos humanos; Noções básicas sobre contabilidade e gestão fiscal; Noções sobre serviços de controle de patrimônio, almoxarifado e arquivos de documentos; Informática básica, editores de texto, planilhas eletrônicas, internet, correio eletrônico, intranet; Relacionamento interpessoal, atendimento ao público, organização do ambiente de trabalho; Estatuto dos servidores públicos do Município; Lei Orgânica do Município.
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Conteúdos do Anexo I
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Conteúdos do Anexo I

#### ANEXO III

#### DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

CARGO	Descrição Sumária do Cargo
Advogado	Coordenar, orientar e analisar questões de ordem jurídica e legal. Emitir pareceres jurídicos quando necessário em todas as áreas do poder executivo municipal sobre a constitucionalidade dos atos municipais, representando-o em juízo ou fora dele.
Agente Administrativo	Desenvolver tarefas na área administrativa em geral. Operar equipamentos diversos. Realizar entregas e recebimentos de documentos e materiais. Manter organizados documentos e/ou materiais. Atender ao público. Planejar e controlar o desempenho organizacional.
Agente de Defesa Civil	Executar de acordo com a programação de sua chefia imediata, os serviços internos e externos, objetivando promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem, no que diz respeito à avaliação e a redução de riscos, através da diminuição de suas ocorrências e intensidade. Prevenir-se, preparar-se para situações emergenciais, respostas aos desastres, reconstrução e otimização do funcionamento do Sistema Nacional de Defesa Civil.
Analista de Sistemas	Analisa e estabelece a utilização de sistemas de processamento automático de dados do órgão público, estudando as necessidades, possibilidades e métodos aplicáveis, para assegurar a exatidão e rapidez dos diversos tratamentos de informações.

Arquiteto	Elaborar, executar e avaliar planos, programas, projetos e estudos de desenvolvimento urbano e investimento público. Definir propostas de legislação urbanística. Elaborar pareceres técnicos sobre projetos, consultas e processos.
Assistente Social	Elaborar planos, programas, projetos, bem como ações voltadas ao monitoramento e avaliação das políticas sociais na esfera municipal. Coordenar e participar de equipes de pesquisa sócio-econômica. Disseminar e disponibilizar informações e dados.
Auditor Interno	Planeja e conduz programas de análise sobre o funcionamento correto dos controles financeiros e contábeis, transações, normas e rotinas, no sentido de salvaguardar os recursos públicos.
Auxiliar de Saúde Bucal	Desinfetar e esterilizar materiais e instrumentos. Auxiliar em ações educativas e preventivas. Preparar e organizar instrumentais odontológicos. Instrumentalizar o cirurgião dentista. Cuidar da manutenção e higiene de equipamentos e ambiente. Organizar agenda de atendimentos.
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Realizar atividades de limpeza interna e externa, cozinha, lavação, passagem de roupas e outros. Solicitar e manter os insumos necessários para a execução dos serviços. Utilizar equipamentos de segurança adequadamente.
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Executar serviços referentes ao preparo de terra, plantio, podas de grama e árvores, abertura de valetas para drenagem, serviços de varrição e limpeza.
Calceteiro	Pavimentar e calçar solos de estradas, ruas e obras similares, alinhando, demarcando, preparando o solo, assentando o material, escavando, nivelando e fazer demais procedimentos, conforme a necessidade, para dar-lhes melhor aspecto e facilitar o tráfego de veículos.
Carpinteiro	Executar trabalhos gerais de carpintaria.
Cirurgião Dentista	Diagnosticar, avaliar e planejar procedimentos odontológicos. Atender, orientar e executar tratamento odontológico. Administrar local e condições de trabalho, adotando medidas de precaução universal de biossegurança.
Cozinheiro	Preparar refeições, organizar e supervisionar serviços de cozinha, elaborando o preparo observando métodos de cocção e padrões de qualidade dos alimentos.
Educador Social	Executar, sob a coordenação de profissional de nível superior, ações de acolhida, atendimento e acompanhamento ao usuário da assistência social, implementar atividades socioeducativas e de convivência, realizar educação social de rua, participar de atividades de apoio na área de educação social e executar outras atividades afins, que envolvam conteúdos relativos à sua área de atuação.
Enfermeiro	Realizar cuidados diretos de enfermagem, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada. Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem. Implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade. Supervisionar e coordenar as ações do pessoal auxiliar e equipe multiprofissional quando for o caso.

Enfermeiro Obstétrico	Realizar cuidados diretos de enfermagem, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada. Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem. Implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade. Supervisionar e coordenar as ações do pessoal auxiliar e equipe multiprofissional quando for o caso.
Engenheiro Civil	Desenvolver projetos de engenharia civil. Planejar, orçar e executar obras, coordenando a manutenção e controlando a qualidade dos suprimentos e serviços contratado. Elaborar normas e documentação técnica relacionadas a área de atuação.
Engenheiro Sanitarista	Planejar, executar, analisar, pesquisar e elaborar pareceres técnicos, projetos e execução de trabalhos especializados referentes ao saneamento ambiental e estudos referentes à elaboração de normas e execução de obras. Efetuar análises, estudos e vistorias relativas a projetos que se utilizem recursos ambientais ou que tenham potencial poluidor, de acordo com a legislação ambiental vigente.
Fiscal de Meio Ambiente	Colaborar na fiscalização ambiental realizada pelos órgãos e entidades federais e estaduais competentes. Realizar planejamento operacional relativos às atividades de fiscalização. Participar de campanhas e ações voltadas à educação sanitária e ambiental. Proporcionar suporte e apoio especializado à execução de políticas municipais de meio ambiente.
Fiscal de Saúde Pública	Realizar inspeções e vistorias sanitárias. Fiscalizar bens de consumo, prestadores de serviços, meio ambiente, estabelecimentos de saúde em geral, entre outros. Executar e/ou participar de ações de Vigilância Sanitária em articulação direta com as de Vigilância Epidemiológica e Atenção à Saúde, incluindo as relativas à Saúde do Trabalhador, Controle de Zoonoses e ao Meio Ambiente.
Fiscal de Serviço Público	Orienta e fiscaliza os projetos e execução de edificações públicas municipais, segundo as normas do Plano Diretor e Lei de Licitações.
Fiscal de Tributos	Fiscalizar os registros contábeis e fiscais das empresas, a fim de verificar a adequação tributária e o recolhimento dos recursos devidos. Efetuar vistorias apurando características gerais e a utilização de imóveis no município para subsidiar processos administrativos e judiciais. Proceder estudos sócio-econômicos para análise de capacidades contributivas, realizando pesquisa no mercado imobiliário. Supervisionar as atividades de orientação aos contribuintes no que se refere aos tributos municipais.
Fiscal do PROCON	Assessorar a administração na formulação da política municipal, planejando, elaborando, propondo, coordenando a política municipal de proteção ao consumidor. Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado.
Fisioterapeuta	Atender clientes para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de fisioterapia. Realizar diagnósticos. Orientar clientes, familiares, cuidadores e responsáveis e adotar medidas de precaução padrão de biossegurança.
Fonoaudiólogo	Atuar na promoção, diagnóstico, orientação e tratamento da comunicação oral, escrita, voz, audição e funções do sistema estomatognático (sucção, mastigação, deglutição, respiração e fala), bem como em pesquisas da área.

Médico	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Médico PSF	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Médico Angiologista	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Médico Auditor	Efetua o controle e avaliação dos recursos e procedimentos adotados, zelando pela manutenção dos serviços, detectando eventuais distorções e propondo medidas para melhor desempenho e resolutividade dos serviços médicos conforme legislação vigente.
Médico Autorizador	Autoriza procedimentos de média e alta complexidade, de acordo com as Normas do Sistema Único de Saúde – SUS, de acordo com a legislação vigente.
Médico Cardiologista	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Médico Cirurgião Geral	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Médico Dermatologista	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Médico Endocrinologista	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Médico Ginecologista/Obstetra	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Médico Neurologista	Efetua exames médicos, emite diagnósticos, prescreve medicamento e realiza outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e/ou curativa, para produzir a saúde e bem-estar do paciente, na área de sua especialidade que consiste na medicina que trata do diagnóstico e tratamento das doenças do sistema nervoso em todos os seus aspectos e na clínica geral, de acordo com a necessidade do município.
Médico Oftalmologista	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.

Médico Oncologista	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Médico Ortopedista	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Médico Otorrinolaringologista	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Médico Pediatra	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Medico Psiquiatra	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Médico Perito	Realizar atendimentos médicos. Implementar ações para promoção da saúde. Coordenar programas e serviços em saúde. Efetua perícias médicas. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Médico Pneumologista	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Médico Urologista	Realizar assistência médica, implementar ações e coordenar programas e serviços de promoção à saúde das pessoas. Adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.
Motorista de Caminhão	Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, materiais e equipamentos, documentos e outros. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais. Observar as regras do Código de Trânsito Brasileiro.
Motorista de Veículo Leve	Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, documentos e outros. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais. Observar as regras do Código de Trânsito Brasileiro
Nutricionista	Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades. Planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição. Efetuar controle higiênico-sanitário. Participar de programas de educação nutricional.
Operador de Equipamentos - Retroescavadeira	Executar atividades relativas à operação de rolo compressor, pá-carregadeira, trator de esteira e outros e na execução de serviços gerais de engenharia.
Operador Equipamentos - Motoniveladora	Executar atividades relativas à operação de rolo compressor, pá-carregadeira, trator de esteira e outros e na execução de serviços gerais de engenharia.

Operador Equipamentos - Escavadeira Hidráulica	Executar atividades relativas à operação de rolo compressor, pá-carregadeira, trator de esteira e outros e na execução de serviços gerais de engenharia.
Operador Equipamentos - Trator Esteira	Executar atividades relativas à operação de rolo compressor, pá-carregadeira, trator de esteira e outros e na execução de serviços gerais de engenharia.
Operador Equipamentos - Trator Pneu	Executar atividades relativas à operação de rolo compressor, pá-carregadeira, trator de esteira e outros e na execução de serviços gerais de engenharia.
Pedreiro	Executa trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações e utilizando processos e instrumentos pertinentes ao ofício, para construir, reformar ou reparar prédios e obras similares.
Psicólogo	Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional, os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições. Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social. Planejar estratégias no contexto de gestão de pessoas. Acompanhar cliente durante o processo de tratamento ou cura. Desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades da área e afins.
Psicopedagogo	Atuar especificamente na área de problemas com aprendizagem, resgatando a auto-estima e diminuindo o fracasso escolar. A principal tarefa é perceber e diagnosticar quando é um problema de aprendizagem e de quando é um processo natural da criança construindo o seu próprio conhecimento.
Radiologista/Odontológico	Executar e interpretar radiografias das estruturas bucais, da região crânio facial e de outras relacionadas com o a odontologia. Colaborar em diagnósticos. Administrar condições de trabalho.
Técnico em Agropecuária	Executar tarefas de caráter técnico relativas à programação, assistência técnica e controle dos trabalhos agropecuários, orientando os agricultores e pecuaristas nas tarefas de preparação dos solos destinados ao plantio, colheita, pastagem e beneficiamento de espécies vegetais, combate a parasitas e outras pragas e na criação de gado.
Técnico em Enfermagem	Orientar e executar o trabalho técnico de assistência de enfermagem aos clientes da Instituição, auxiliar nas atividades de planejamento, promoção de saúde e outras atividades por ela desenvolvidas. Efetuar registros e relatórios de ocorrências e procedimentos. Trabalhar em conformidade com as normas e procedimentos de biossegurança.
Técnico em Informática	Estudar as características e planos do poder executivo municipal em conjunto com o corpo diretivo, para verificar as possibilidades e conveniências do processamento eletrônico de dados e da criação de sistemas e aplicativos específicos ao órgão ou unidade.
Técnico em Radiologia	Manipular filmes radiológicos e revelar filmes radiográficos. Trabalhar seguindo normas de qualidade, segurança, higiene, saúde e proteção ao meio ambiente. Preparar materiais e equipamentos para exames e radioterapia. Operar aparelhos de Raios X, Tomógrafo, e outros.
Telefonista	Operar equipamentos, atender, transferir, cadastrar e completar chamadas telefônicas. Auxiliar as pessoas, fornecendo informações e prestando serviços administrativos gerais.

Topógrafo	Executar trabalhos topográficos, levantamentos planialtimétricos e poligonais. Fazer esboços dos levantamentos topográficos da área para orientar desenhos e cálculos topográficos. Coordenar e orientar o trabalho de outros profissionais do segmento.
Vigia	Zelar pelo patrimônio público, exercendo vigilância dos prédios e outros bens municipais, verificando e inspecionando qualquer anormalidade e/ou irregularidade, bem como tomando as providências necessárias para evitar danos e procurando sanar as irregularidades porventura encontradas e/ou acionar autoridades competentes para fazê-lo, a fim de promover a ordem e segurança dos estabelecimentos.
Professor (todos)	Docência na educação infantil e no ensino fundamental, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições: Participar da construção da proposta pedagógica da unidade educacional; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da unidade; Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Estabelecer e implementar, com apoio dos demais agentes da instituição, estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; Empregar estratégias diferenciadas de ensino, para atender as diferenças individuais dos discentes; Realizar a avaliação dos alunos de forma diagnóstica, emancipatória, global e contínua; Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidas; Relacionar-se eticamente com os colegas, servidores, alunos, pais e a comunidade em geral; Fazer todos os registros escritos necessários para garantir o acompanhamento dos alunos; 11. Nortear sua prática pedagógica por princípios democráticos, sociais e cidadãos; Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.



Pedagogo	<p>Atividades de suporte pedagógico direto à docência na educação infantil e/ou no ensino fundamental, voltadas para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:</p> <p>Coordenar a construção e execução da proposta pedagógica da escola;</p> <p>Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos;</p> <p>Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos;</p> <p>Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes;</p> <p>Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento</p> <p>Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;</p> <p>Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional.</p> <p>Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias;</p> <p>Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento da rede de ensino ou da escola;</p> <p>Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento da rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;</p> <p>Acompanhar e supervisionar o funcionamento da(s) escola(s), zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pela qualidade de ensino.</p> <p>Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo ensino-aprendizagem.</p>
----------	---

Professor (todos)	<p>Docência na educação infantil e no ensino fundamental, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:</p> <p>Participar da construção da proposta pedagógica da unidade educacional;</p> <p>Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da unidade;</p> <p>Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;</p> <p>Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;</p> <p>Estabelecer e implementar, com apoio dos demais agentes da instituição, estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento;</p> <p>Empregar estratégias diferenciadas de ensino, para atender as diferenças individuais dos discentes;</p> <p>Realizar a avaliação dos alunos de forma diagnóstica, emancipatória, global e contínua;</p> <p>Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidas;</p> <p>Relacionar-se eticamente com os colegas, servidores, alunos, pais e a comunidade em geral;</p> <p>Fazer todos os registros escritos necessários para garantir o acompanhamento dos alunos; Nortear sua prática pedagógica por princípios democráticos, sociais e cidadãos;</p> <p>Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.</p>
-------------------	---

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO CULTURAL

CARGO	Descrição Sumária do Cargo
Agente Administrativo	Desenvolver tarefas na área administrativa em geral. Operar equipamentos diversos. Realizar entregas e recebimentos de documentos e materiais. Manter organizados documentos e/ou materiais. Atender ao público. Planejar e controlar o desempenho organizacional.
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Realizar atividades de limpeza interna e externa, cozinha, lavação, passagem de roupas e outros. Solicitar e manter os insumos necessários para a execução dos serviços. Utilizar equipamentos de segurança adequadamente.
Bibliotecário	Planejar, organizar, gerenciar, supervisão, coordenação, programação e execução de trabalhos técnicos, estudos e registros bibliográficos de documentos, livros e informações culturais para disponibilizar aos usuários, informações que facilitem a análise e a realização dos trabalhos.
Motorista de Veículo Leve	Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, documentos e outros. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais. Observar as regras do Código de Trânsito Brasileiro.
Telefonista	Operar equipamentos, atender, transferir, cadastrar e completar chamadas telefônicas. Auxiliar as pessoas, fornecendo informações e prestando serviços administrativos gerais.
Vigia	Zelar pelo patrimônio público, exercendo vigilância dos prédios e outros bens municipais, verificando e inspecionando qualquer anormalidade e/ou irregularidade, bem como tomando as providências necessárias para evitar danos e procurando sanar as irregularidades porventura encontradas e/ou acionar autoridades competentes para fazê-lo, a fim de promover a ordem e segurança dos estabelecimentos.

#### VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA

CARGO	Descrição Sumária do Cargo
Contador	Executar a contabilidade geral, operacionalizar a contabilidade pública.
Coveiro	Preparar sepulturas, abrindo e fechando covas para permitir o sepultamento de cadáveres.
Desenhista	Auxiliar na elaboração, copia, ampliação e/ou redução de plantas e desenhos de projetos topográficos, arquitetônicos, urbanísticos e de engenharia civil, estruturais, instalações prediais e outros utilizando instrumentos apropriados e baseando-se em especificações técnicas, para estabelecer as características dos referidos projetos e as bases de sua execução.
Eletricista	Assegurar as condições de funcionamentos regulares e eficientes de máquinas, instalações e equipamentos elétrico-eletrônico, bem como da rede elétrica interna.
Farmacêutico	Realizar tarefas específicas de desenvolvimento, produção, dispensação, controle, armazenamento, distribuição e transporte de produtos da área farmacêutica.

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO DESPORTO

CARGO	Descrição Sumária do Cargo
Agente Administrativo	Desenvolver tarefas na área administrativa em geral. Operar equipamentos diversos. Realizar entregas e recebimentos de documentos e materiais. Manter organizados documentos e/ou materiais. Atender ao público. Planejar e controlar o desempenho organizacional.
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Realizar atividades de limpeza interna e externa, cozinha, lavação, passagem de roupas e outros. Solicitar e manter os insumos necessários para a execução dos serviços. Utilizar equipamentos de segurança adequadamente.
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Executar serviços referentes ao preparo de terra, plantio, podas de grama e árvores, abertura de valetas para drenagem, serviços de varrição e limpeza.

## ANEXO IV

## ATESTADO PARA CARACTERIZAÇÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Atesto, em cumprimento a Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989 e do Decreto nº 3298/99 de 20 de dezembro de 1999, que o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, foi devidamente avaliado clinicamente enquadrando-se, segundo o Artigo 4º, do Decreto 3298/99, na seguinte categoria:

1. ( ) deficiência física
2. ( ) deficiência auditiva
3. ( ) deficiência visual
4. ( ) deficiência mental
5. ( ) múltipla
6. ( ) Outras. Quais

7. CID \_\_\_\_\_

8. Especificação das atividades relativas ao cargo (Anexo I deste Edital ) compatíveis com a deficiência apresentada:

9. Necessidades especiais para realizar a prova:

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura do Médico \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_

CRM Nº \_\_\_\_\_

Declaro ter recebido cópia deste atestado e autorizo a declaração do CID/ diagnóstico correspondente à minha deficiência.

Assinatura do (a) candidato (a) \_\_\_\_\_

## ANEXO V

## FORMULÁRIO DE RECURSO

## À EMPRESA LUTZ CONCURSOS:

REFERENTE: Concurso da Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC

Código do Cargo:	
Nome do Cargo:	

Número da Inscrição:	
Nome do Candidato:	
E-mail e Endereço para correspondência:	

## TIPO DE RECURSO (Assinale o tipo de Recurso)

( ) Contra Indeferimento de Inscrição	Nº da questão:
( ) Contra Gabarito da Prova Escrita (Anulação)	Gabarito oficial:
( ) Contra Gabarito da Prova Escrita (Troca de alternativa)	Resposta do Candidato:
( ) Contra Resultado Prova Escrita	
( ) Contra Resultado Prova de Títulos	
( ) Contra Resultado Prova Prática	

## Justificativa do candidato – Razões do Recurso

Usar um formulário para cada recurso.

O recurso só será conhecido encaminhado para o e-mail concursos@lutzconcursos.com.br

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

**Extrato Edital Concurso Público N. 002/2011**

Estado de Santa Catarina

Município de Rio do Sul

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011

O Município de Rio do Sul - SC, torna público a abertura das inscrições ao Concurso Público para preenchimento de vagas das categorias funcionais constantes do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, a seguir relacionadas, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital:

Código do cargo	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO + Auxílio Alimentação de 8,27 por dia trabalhado (nos termos da Lei Compl. n. 207/10 e alterações posteriores)	REQUISITO PARA POSSE	Tipos de Provas	Taxa de Inscrição R\$
-----------------	-------	-------	---------------	---	----------------------	-----------------	-----------------------

01	Advogado	04	20	2864,27	Graduação em Direito. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
02	Agente Administrativo	22	40	1273,01	Ensino Médio.	Objetiva	30,00
03	Agente de Defesa Civil	01	40	1273,01	Ensino Médio. Curso na área de Defesa Civil.	Objetiva	30,00
04	Analista de Sistemas	02	40	2864,27	Graduação em Processamento de Dados, Ciências da Computação e/ou Sistemas de Informação. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão, se houver	Objetiva	35,00
05	Arquiteto	02	40	2864,27	Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
06	Assistente Social	02	40	2864,27	Graduação em Serviço Social. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00

07	Auditor Interno	01	40	2864,27	Graduação em Ciências Contábeis. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão. Certidão Negativa de Débitos.	Objetiva	35,00
08	Auxiliar de Saúde Bucal	04	40	848,67	Ensino Médio.	Objetiva	30,00
09	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	20	40	636,50	Alfabetizado.	Objetiva	6,00
10	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	10	40	636,50	Alfabetizado.	Objetiva	6,00
11	Calceiteiro	4	40	848,67	Alfabetizado	Objetiva e Prática	6,00
12	Carpinteiro	1	40	954,75	Ensino Fundamental.	Objetiva e Prática	8,00
13	Cirurgião Dentista	01	20	2864,27	Graduação em Odontologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
14	Cozinheiro	38	40	742,58	Alfabetizado. Carteira de Saúde. * Curso Manipulação de Alimentos (*)	Objetiva	6,00
15	Educador Social	02	40	1273,58	Ensino Médio.	Objetiva	30,00

16	Enfermeiro	05	40	2864,27	Graduação em Enfermagem. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
17	Enfermeiro Obstétrico	01	40	2864,27	Graduação em Enfermagem. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
18	Engenheiro Civil	01	40	2864,27	Graduação em Engenharia Civil. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
19	Engenheiro Sanitarista	01	40	2864,27	Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00

20	Fiscal de Meio Ambiente	02	40	2148,20	Graduação em Biologia ou Engenharia Florestal ou Engenharia Química ou Engenharia Sanitária e Ambiental. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão, se houver	Objetiva	35,00
21	Fiscal de Saúde Pública	01	40	2148,20	Graduação em Farmácia ou Engenharia de Alimentos ou Engenharia Química ou Enfermagem ou Química Industrial de Alimentos. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Objetiva	35,00
22	Fiscal de Serviços Públicos	02	40	2148,20 + Gratificação de Produtividade Nos termos da Lei Complementar n. 101/03 e alterações posteriores	Graduação em Engenharia Civil ou Arquitetura. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00



23	Fiscal de Tributos	01	40	2148,20 + Gratificação de Produtividade Nos termos da Lei Complementar n. 101/03 e alterações posteriores	Graduação em Direito ou Administração ou Ciências Econômicas ou Ciências Contábeis. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão. Certidão Negativa de Débitos, exceto para graduação em Direito.	Objetiva	35,00
24	Fiscal do PROCON	01	40	2148,20	Graduação em Ciências Contábeis ou Administração ou Economia ou Direito. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão, exceto para graduação em Direito.	Objetiva	35,00
25	Fisioterapeuta	01	40	2864,27	Graduação em Fisioterapia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00

26	Fonoaudiólogo	01	40	2864,27	Graduação em Fonoaudiologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
27	Médico	01	20	2864,27	Graduação em Medicina. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
28	Médico	01	40	8592,82	Graduação em Medicina. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
29	Médico Angiologista	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Angiologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
30	Médico Auditor	01	20	2864,27	Graduação em Medicina. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00

31	Médico Autorizador	01	20	2864,27	Graduação em Medicina. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
32	Médico Cardiologista	02	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Cardiologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
33	Médico Cirurgião Geral	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Cirurgia Geral. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
34	Médico Dermatologista	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Dermatologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00

35	Médico Endocrinologista	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Endocrinologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
36	Médico Ginecologista/Obstetra	05	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Ginecologia e Obstetrícia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
37	Médico Neurologista	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Neurologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00

38	Médico Oftalmologista	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Oftalmologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
39	Médico Oncologista	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Oncologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
40	Médico Ortopedista	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Ortopedia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
41	Médico Otorrinolaringologista	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Otorrinolaringologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00

42	Médico Pediatra	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Pediatria. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
43	Médico Psiquiatra	02	20	2864,27	Graduação em Medicina com especialização em Psiquiatria. Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	35,00
44	Médico Perito	01	20	2864,27	Graduação em Medicina. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
45	Médico Pneumologista	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Pneumologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00

46	Médico Urologista	01	20	2864,27	Graduação em Medicina, com especialização em Urologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
47	Motorista de Caminhão	04	40	1273,01	Ensino Fundamental. Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D"	Objetiva e Prática	8,00
48	Motorista de Veículo Leve	04	40	954,75	Ensino Fundamental. Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B"	Objetiva e Prática	8,00
49	Nutricionista	03	40	2864,27	Graduação em Nutrição. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
50	Operador de Equipamentos - Retroescavadeira	01	40	1273,01	Alfabetizado. Carteira Nacional de Habilitação "C"	Objetiva e Prática	6,00
51	Operador Equipamentos - Motoniveladora	01	40	1273,01	Alfabetizado. Carteira Nacional de Habilitação "C"	Objetiva e Prática	6,00
52	Operador Equipamentos - Escavadeira Hidráulica	01	40	1273,01	Alfabetizado. Carteira Nacional de Habilitação "C"	Objetiva e Prática	6,00

53	Operador Equipamentos - Rolo Compactador	01	40	1273,01	Alfabetizado. Carteira Nacional de Habilitação "C".	Objetiva e Prática	6,00
54	Operador Equipamentos - Trator Esteira	01	40	1273,01	Alfabetizado. Carteira Nacional de Habilitação "C"	Objetiva e Prática	6,00
55	Operador Equipamentos - Trator Pneu	01	40	1273,01	Alfabetizado. Carteira Nacional de Habilitação "C"	Objetiva e Prática	6,00
56	Pedreiro	04	40	954,75	Alfabetizado.	Objetiva e Prática	6,00
57	Psicólogo	06	40	2864,27	Graduação em Psicologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
58	Psicopedagogo	01	40	2864,27	Graduação em Pedagogia ou Psicologia, com especialização em Psicopedagogia.	Objetiva	35,00
59	Radiologista/Odontológico	01	20	2864,27	Graduação em Odontologia com especialização em Radiologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00



060	Técnico em Agropecuária	01	40	1750,38	Ensino Médio e Curso Técnico em Agropecuária ou Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	30,00
061	Técnico em Enfermagem	10	40	1750,38	Ensino Médio e Curso Técnico em Enfermagem. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	30,00
062	Técnico em Informática	02	40	1750,38	Ensino Médio e Curso Técnico em Processamento de Dados, Informática, Rede de Computadores ou Sistemas.	Objetiva	30,00
063	Técnico em Radiologia	01	40	1750,38	Ensino Médio e Curso Técnico em Radiologia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	30,00

064	Telefonista	01	36	848,67	Ensino Médio.	Objetiva	30,00
065	Topógrafo	01	40	1750,38	Ensino Médio e Curso Técnico em Agrimensura ou Técnico em Topografia.	Objetiva	30,00
066	Turismólogo	01	40	2864,27	Graduação em Turismo e Hotelaria. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	Objetiva	35,00
067	Vigia	3	40	742,58	Alfabetizado.	Objetiva	6,00
068	Professor de Ciências	01 01 CR	30 40 20	1.336,50 1.782,00 891,00	Licenciatura Plena em Ciências Físicas e Biológicas, Biologia ou Ciências.	Objetiva	35,00
059	Professor Educação Física	08 03 01 04	10 20 30 40	445,50 891,00 1.336,50 1.782,00	Licenciatura Plena Em Educação Física e registro no CREF	Objetiva e Títulos	35,00
070	Professor Italiano	01 CR	40 20	1.782,00 891,00	Licenciatura Plena em Letras – Habilitação em Língua Italiana	Objetiva e Títulos	35
071	Professor Espanhol	01 CR	40 20	1.782,00 891,00	Licenciatura Plena em Letras-Habilitação Língua Espanhola	Objetiva e Títulos	35,00

072	Profesor de Música	03 01	20 40	891,00 1.782,00	Licenciatura Plena em Música ou Licenciatura Plena em Artes com Habilitação específica em Música	Objetiva e Títulos	35,00
073	Professor Artes	01 02 04	20 30 40	891,00 1.336,50 1.782,00	Licenciatura Plena em Artes.	Objetiva e Títulos	35,00
074	Professor História	01 01	20 40	891,00 1.782,00	Licenciatura Plena em História.	Objetiva e Títulos	35,00
075	Professor Inglês	01	20	891,00	Licenciatura Plena em Letras-Habilitação em Língua Inglesa.	Objetiva e Títulos	35,00
76	Professor Matemática	01 01	20 40	891,00 1.782,00	Licenciatura Plena Em Matemática.	Objetiva e Títulos	35,00
77	Professor Filosofia	01	40	1.782,00	Licenciatura Plena em Filosofia.	Objetiva e Títulos	35,00
78	Professor Língua Portuguesa	01 CR	20 40	891,00 1.782,00	Licenciatura Plena em Letras.	Objetiva e Títulos	35,00
79	Professor Interprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	01	40	1.782,00	Licenciatura Plena em Letras – Habilitação em Libras ou Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em LIBRAS. Comprovante de Proficiência em Interpretação em LIBRAS	Objetiva e Títulos	35,00

80	Professor Educação Infantil	127	40	1.782,00	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior	Objetiva e Títulos	35,00
81	Professor Anos Iniciais	CR CR	40 20	1.782,00 891,00	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior	Objetiva e Títulos	35,00
82	Pedagogo	04	40	1.782,00	Licenciatura Plena em Pedagogia com comprovação de experiência mínima de 02 anos de docência.	Objetiva e Títulos	35,00

## VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA

Código do Cargo	CARGO	CARGA HORARIA	VENCIMENTO + Auxílio Alimentação de 8,27 por dia trabalhado (nos termos da Lei Compl. n. 207/10 e alterações posteriores)	REQUISITO PARA POSSE	Tipos de Provas	Valor da Taxa de Inscrição R\$
83	Contador	40	2864,27	Graduação em Ciências Contábeis. Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	Objetiva	35,00
084	Coveiro	40	742,58	Alfabetizado.	Objetiva	6,00
085	Desenhista	40	1750,38	Ensino Médio. Curso de Desenho Técnico e Noções de Auto Cad.	Objetiva	30,00

86	Eletricista	40	954,75	Alfabetiza- do. Curso Profissio- nalizante na área	Objetiva	6,00
87	Farmacêu- tico	40	2864,27	Gradua- ção em Farmácia. Registro no respec- tivo Órgão Fiscali- zador da Profissão.	Objetiva	35,00
88	Professor de Geo- grafia	20	891,00	Licen- ciatura Plena em Geografia	Objetiva e Títulos	35,00
89	Professor de Ensino Religioso	40	1782,00	Licencia- tura Plena em Ciên- cias da Religião	Objetiva e Títulos	35

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO CULTURAL

Código do Cargo	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁ- RIA	VENCI- MENTO + Auxílio Alimen- tação de 8,27 por dia tra- balhado (nos termos da Lei Com- pl. n. 207/10 e alte- rações posterior- es)	REQUI- SITOS PARA POSSE	Tipos de Provas	Valor da taxa de inscrição R\$
101	Agente Adminis- trativo	02	40	1273,01	Ensino Médio.	Objetiva	30,00
102	Auxi- liar de Serviços Gerais Feminino	01	40	636,50	Alfabeti- zado.	Objetiva	6,00
103	Bibliote- cário	01	40	2864,27	Gradua- ção em Bibliote- conomia. Registro no res- pectivo órgão da profis- são.	Objetiva	35,00

104	Moto- rista de Veículo Leve	01	40	954,75	Ensino Funda- mental, Carteira Nacional de Ha- bilitação "B"	Objetiva e Prática	8,00
105	Telefo- nista	01	36	848,67	Ensino Médio.	Objetiva	30,00

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO DESPORTO

Código do Cargo	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁ- RIA	VENCI- MENTO+ Auxílio Alimen- tação de 8,27 por dia tra- balhado (nos termos da Lei Com- pl. n. 207/10 e alte- rações posterior- es)	REQUI- SITOS PARA POSSE	Tipos de Provas	Valor da Taxa de Inscrição
106	Agente Adminis- trativo	01	40	1273,01	Ensino Médio.	Objetiva	30,00
107	Auxi- liar de Serviços Gerais Feminino	01	40	636,50	Alfabeti- zado.	Objetiva	6,00
108	Auxi- liar de Serviços Gerais Mascu- lino	01	40	636,50	Alfabeti- zado.	Objetiva	6,00

Inscrições: Serão realizadas pela Internet através do site [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br) no período de 13.07 a 18.08.2011

Provas objetivas (escritas) serão realizadas, provavelmente, nos dias 24 e 25.09.2011, em locais e horários a serem divulgados na ocasião da homologação das inscrições, no Diário Oficial dos Municípios, na imprensa local e nos sites [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br) e [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br)

Provas práticas: Serão realizadas após a divulgação do resultado da prova objetiva, para os candidatos classificados nos termos do edital, em locais, horários e data a serem divulgados no Diário Oficial dos Municípios, na imprensa regional, e nos sites [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br) e [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br)

O Edital completo encontra-se no Diário Oficial dos Municípios e nos sites: [www.lutzconcursos.com.br](http://www.lutzconcursos.com.br) e [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br)

Rio do Sul, em 06 de julho de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1945/11**

DECRETO Nº 1.945, de 28 de junho de 2011

"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 070/2011 de 21.06.2011.

Parágrafo Único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá em razão de interesse público.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 28 de junho de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

**Decreto Nº 1946/11**

DECRETO Nº 1.946, de 28 de junho de 2011

"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2011-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 025/2011 de 08.06.2011.

Parágrafo Único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá em razão de que nenhuma empresa apresentou proposta.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 28 de junho de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Secretário Municipal de Saúde

Vlrm

**Decreto Nº 1947/11**

DECRETO Nº 1.947 de 29 de junho de 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso

I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA;

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 11.847,90 (onze mil, oitocentos e quarenta e sete reais e noventa centavos), por conta do excesso de arrecadação em decorrência de repasses do Fundo Nacional de Saúde, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2085 BLVGS - Vigilância Epidemiológica

4.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

4.4.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

4.4.90.00 Aplicações Diretas

00.01.0066 Vigilância em Saúde R\$ 11.847,90

TOTAL R\$ 11.847,90

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 29 de junho de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1948/11**

DECRETO Nº 1.947 de 29 de junho de 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA;

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 11.847,90 (onze mil, oitocentos e quarenta e sete reais e noventa centavos), por conta do excesso de arrecadação em decorrência de repasses do Fundo Nacional de Saúde, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2085 BLVGS - Vigilância Epidemiológica

4.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

4.4.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

4.4.90.00 Aplicações Diretas

00.01.0066 Vigilância em Saúde R\$ 11.847,90

TOTAL R\$ 11.847,90

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 29 de junho de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1949/11**

DECRETO Nº 1.949 de 29 de junho de 2011

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso



II da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 5.160,07 (cinco mil, cento e sessenta reais e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

06.03 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

2.018 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 5.160,07

TOTAL R\$ 5.160,07

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 5.160,07 (cinco mil, cento e sessenta reais e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

06.03 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

2.018 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.91.00.00 Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias R\$ 5.160,07

TOTAL R\$ 5.160,07

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 29 de junho de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1953/11**

DECRETO Nº 1.953, de 30 de junho de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 074/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1581/10, o resultado da Carta Convite N.º 074 de 03/06/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante TONON ESTRUTURAS METALICAS LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 30 de junho de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.953/2011

Carta Convite nº 074/11 de 03.06.2011

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para execução de cobertura da parte externa do C.E.Pedro dos Santos-Sec. De Educação.

Preço: global

Participantes: FABRICIO JOSÉ THEISS & CIA. LTDA, METÁLICA 3D IND.METALURGICA LTDA, TONON ESTRUTURAS METALICAS LTDA-ME, PROAÇO IND.METALURGICA LTDA e STAHLFABRIK IND. DE MÁQUINAS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante TONON ESTRUTURAS METALICAS LTDA-ME.

**Decreto Nº 1955/11**

DECRETO Nº 1.955, de 01 de julho de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1582/10, o resultado do Pregão Presencial N.º 072 de 14/05/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes AUTO ELITE LTDA e EJC VEICULOS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 01 de julho de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.955/2011

Pregão Presencial nº 072/11 de 14.05.2011

Objeto da Licitação: Aquisição de 03 veículos novos tipo passeio para a Secretaria de Agricultura e 01 veículo novo tipo pick-up e 03 veículos tipo passeio para a Secretaria de Obras.

Preço: por item

Participantes: AUTO ELITE LTDA e EJC VEICULOS LTDA

.Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedores os licitantes AUTO ELITE LTDA e EJC VEICULOS LTDA.

**Decreto Nº 1957/11**

DECRETO Nº 1.957, de 05 de julho de 2011

"CRIA PONTO DE TÁXI COM VEÍCULO ADAPTADO PARA TRANSPORTE DE DEFICIENTES."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei n.º 1.607, de 30 de

março de 1981;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica criado um Ponto de Táxi na Rua 7 de Setembro, bairro Centro, neste município.

Parágrafo Único - O referido Ponto de Táxi destina-se, exclusivamente, para veículo adaptado para o transporte de deficientes físicos e eventuais acompanhantes.

Art. 2º - A concessão do referido Ponto de Táxi regular-se-á pela Lei Municipal n.º 1607/1981 e pelo Decreto Municipal n.º 046/1981, além das disposições contidas na Lei n.º 8.666/1993 e far-se-á mediante concessão pública.

Art. 3º - Os termos da concessão do referido Ponto de Táxi serão definidos através de Edi - tal de Concorrência Pública.

Art. 4º - Extingue-se o Ponto de Táxi junto ao Hospital Regional do Alto Vale, criado pelo Decreto n.º 302, de 10 de Julho de 2008.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 302, de 10 de Julho de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal 05 de julho de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1958/11**

DECRETO Nº 1.958, de 05 de julho de 2011.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos da Lei Municipal nº 3.778/2002, alterada pelas Leis 4.356/2006 e 4.526/2007,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, os seguintes membros, devidamente indicados por sua entidade:

II - Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:  
- HELENA DIRENE ALAM - Titular  
- CRISTINA ROPELATTO CAETANO - Suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 05 de julho de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal  
vlrm

**Decreto Nº 1959/11**

DECRETO Nº 1.959, de 05 de julho de 2011.

"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 3.260/98, alterada pelas Leis Municipais nºs 3.333/98, 3.363/99 e 3.579/2000,

**DECRETA:**

Art.1º- Fica nomeado para compor o Conselho Municipal de Educação, o membro abaixo relacionado, como representante da respectiva entidade:

XIII. Como representante da Secretaria Municipal de Saúde:  
-Clarice Elisa Xavez da Silva Calderon - Suplente

Art. 2º Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 05 de julho de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal  
Vlrm

**Decreto Nº 1960/11**

DECRETO Nº 1.960, de 05 de julho de 2011.

"INCORPORA AO PATRIMÔNIO PÚBLICO ÁREA DE TERRA."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são garantidas pelo inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica incorporada ao patrimônio do Município, uma área de terra com 116,59m², parte de um todo maior de 1.760,80m², pertencente a HERGEN S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, localizada na Rua Arnoldo Hoffmann, bairro Rainha, neste município.

Art. 2º - O imóvel descrito no Artigo 1º deste Decreto, identificado na planta que integra este Decreto, está matriculado junto ao Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca sob o n.º 39.127, destina-se ao alargamento da esquina das Rua Arnoldo Hoffmann e Leopoldo Kurth.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão a conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 05 de julho de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Vlrm

**Decreto Nº 1961/11**

DECRETO Nº 1.961, de 05 de julho de 2011.

" ESTABELECE PREÇO PÚBLICO A SER PRATICADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 4.473/2006, alterada pela Lei Municipal nº 5.019/2010, Art. 5º, inciso V,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica estabelecido preço público a ser praticado durante o mês de julho de 2011 pela Secretaria Municipal de Agricultura dos

produtos destinados à merenda escolar, adquiridos através do Programa Municipal de Incentivo à Produção de Hortifrutigranjeiros, a seguir identificados:

PRODUTO	VALOR	DESCRIÇÃO
ABOBRINHA	R\$ 1,96	Kg
AIPIM	R\$ 2,09	Kg
ALFACE	R\$ 1,09	Unidade
AMEIXA	R\$ 8,36	Kg
ARROZ	R\$ 1,69	Kg
BATATA DOCE	R\$ 1,69	Kg
BATATA INGLESA	R\$ 1,38	Kg
BETERRABA	R\$ 2,72	Kg
BRÓCOLIS	R\$ 1,96	Maço
CARNE BOVINA	R\$ 7,30	Kg
CEBOLA	R\$ 1,58	Kg
CENOURA	R\$ 2,91	Kg
COUVE-FLOR	R\$ 4,05	Unidade
DOCE DE FRUTAS	R\$ 2,99	380 g
FEIJÃO PRETO	R\$ 2,10	Kg
LEITE DE CABRA	R\$ 5,00	Litro
LARANJA LIMA	R\$ 1,44	Kg
MELÂNCIA	R\$ 1,40	Kg
MILHO VERDE	R\$ 4,43	
TEMPERO VERDE	R\$ 0,90	Maço
PEPINO	R\$ 3,14	Kg
PÊSSEGO	R\$ 5,48	Kg
REPOLHO	R\$ 1,46	Unidade
SUCO CONCENTRADO	R\$ 9,78	Litro
TOMATE	R\$ 2,29	Kg
VAGEM	R\$ 3,94	Kg

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal 05 de julho de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ROBSON DA SILVA

Diretor do Departamento de Agricultura

Vlrm

### Extrato de Edital 32/2011 FMS

Prefeitura de Rio do Sul

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Suprimentos - Setor de Compras

CARTA CONVITE Nº 32/2011 - FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento (direto no balcão, no perímetro urbano da cidade de Rio do Sul - SC) de medicamentos diversos constantes na Tabela Brasileira de Preços ao Consumidor (BRASINDICE), com o maior percentual de desconto, para atender necessidade dos pacientes do SUS atendidos através desta secretaria.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES e SESSÃO DE ABERTURA: Às 08:30 horas do dia 19/07/2011, na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde de

Rio do Sul, rua Tuiuti, 154, centro, Divisão de Suprimentos - Setor de Compras no seguinte horário: das 07:30 às 13:30, ou pelo telefone (47) 3531-1437.

Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Secretária Municipal de Saúde

### Pregão Presencial 010/2011 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2011 - FMAS

OBJETO: Aquisição de móveis e eletrodomésticos para mobiliar o CRAS do Bairro Progresso e COMVIVA. Fundo Municipal de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 21/07/2011, às 08:00h., .no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 21/07/2011, .no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Procedimentos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

### Pregão Presencial 013/2011 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2011 - FMAS

OBJETO: Registro de preço para aquisição de material de expediente para atender o CRAS. Fundo Municipal de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 22/07/2011, às 08:00h., .no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:30h do dia 22/07/2011, .no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Procedimentos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 08 de julho de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT  
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

**Portaria Nº. 0523/2011**

PORTARIA Nº. 0523/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, à servidora NEUSA RASSWEILER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, conforme certidão de nascimento n.º 0039090 00 do cartório de registro civil da comarca de Rio do Sul - SC, onde encontra-se o assento de ISADORA DE MATOS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Julho de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Jhc

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Decreto Legislativo Nº 1.217**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.217, DE 07 DE JULHO DE 2011  
Outorga Comenda do Mérito Agropecuário "Francisco Frankenberg" ao agricultor Arnoldo Weiss

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art.1o Fica outorgada Comenda do Mérito Agropecuário "Francisco Frankenberg" ao agricultor Arnoldo Weiss, pelo destaque em suas atividades agrícolas no Município de Rio do Sul, durante o ano de 2010.

Art. 2o Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 07 de julho de 2011

CLÁUDIO CIMARDI  
Presidente da Câmara

---

**Salto Veloso**

---

---

**PREFEITURA**

---

**Portaria Nº. DP00327/2011**

PORTARIA Nº. DP00327/2011  
"CONCEDE LICENÇA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com o artigo 93, III-b) da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada,

Licença por falecimento do cônjuge, para a Sra. ILDACIR FALCHETTI HARTECOPF, pelo período de 08 (oito) dias, a partir do dia 28/06/2011.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 28 de Junho de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBaum

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

**Portaria Nº. DP00328/2011**

PORTARIA Nº. DP00328/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE,**

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir desta data, a Sra. MAIARA ALVIRA VIGOLO, do cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 04 de Julho de 2011

PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBaum

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

**Portaria Nº. DP00329/2011**

PORTARIA Nº. DP00329/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

**RESOLVE,**

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 06 de Julho de 2011 a 04 de Agosto de 2011, totalizando 30 dias de férias a Servidora ILDACIR F. HARTCOPF, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/04/2008 a 01/04/2009, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 06 de Junho de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBaum

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos



**Portaria Nº. DP00330/2011**

PORTARIA Nº. DP00330/2011

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 11 de Julho de 2011 a 09 de Agosto de 2011, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARLI TEREZINHA PIAIA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/05/2010 a 01/05/2011, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 11 de Junho de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de

Recursos Humanos

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

**Editais de Chamamento N. 044/2011**

EDITAL DE CHAMAMENTO N. 044/2011

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, no uso das atribuições do seu cargo, Especialmente nos termos da Lei Orgânica do Município, e do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011 torna publico ao Senhor MAURO OLIVEIRA DE SOUZA, que se encontra aberta a Vaga de MOTORISTA ESCOLAR, para contratação em Caráter Temporário, regendo-se pelas normas do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011.

## CAPITULO ÚNICO

I.A vaga destina-se ao cargo/função de MOTORISTA ESCOLAR 40 horas semanais, devendo ser preenchida por candidato classificado no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011.

II. Estipula-se o prazo de 05 dias, a partir da publicação deste para o comparecimento da pessoa antes mencionada.

III. O não comparecimento da pessoa convocada autoriza o Município de Santa Terezinha do Progresso a contratar o próximo classificado no referido Teste Seletivo, e caso não compareça nenhum dos classificados o Município está autorizado a realizar novo chamamento.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso. em 08 de Julho de 2011.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

**Editais de Chamamento N. 045/2011**

EDITAL DE CHAMAMENTO N. 045/2011

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, no uso das atribuições do seu cargo, Especialmente nos termos da Lei Orgânica do Município, e do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011 torna publico a Senhora ELAINE COMPARIN, que se encontra aberta a Vaga de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE EDUCAÇÃO FISICA, para contratação em Caráter Temporário, regendo-se pelas normas do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011.

## CAPITULO ÚNICO

I.A vaga destina-se ao cargo/função de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE EDUCAÇÃO FISICA 20 horas semanais, devendo ser preenchida por candidato classificado no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011.

II. Estipula-se o prazo de 05 dias, a partir da publicação deste para o comparecimento da pessoa antes mencionada.

III. O não comparecimento da pessoa convocada autoriza o Município de Santa Terezinha do Progresso a contratar o próximo classificado no referido Teste Seletivo, e caso não compareça nenhum dos classificados o Município está autorizado a realizar novo chamamento.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso. em 08 de Julho de 2011.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

**Editais de Chamamento N. 046/2011**

EDITAL DE CHAMAMENTO N. 046/2011

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, no uso das atribuições do seu cargo, Especialmente nos termos da Lei Orgânica do Município, e do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011 torna publico a Senhora DIRCIANE L. SECCO COMPARIN que se encontra aberta a Vaga de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, para contratação em Caráter Temporário, regendo-se pelas normas do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011.

## CAPITULO ÚNICO

I.A vaga destina-se ao cargo/função de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 20 horas semanais, devendo ser preenchida por candidato classificado no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011.

II. Estipula-se o prazo de 05 dias, a partir da publicação deste para o comparecimento da pessoa antes mencionada.

III. O não comparecimento da pessoa convocada autoriza o Município de Santa Terezinha do Progresso a contratar o próximo classificado no referido Teste Seletivo, e caso não compareça nenhum dos classificados o Município está autorizado a realizar novo chamamento.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso. em 08 de Julho de 2011.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

**Editais de Chamamento N. 047/2011**  
EDITAL DE CHAMAMENTO N. 047/2011

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, no uso das atribuições do seu cargo, Especialmente nos termos da Lei Orgânica do Município, e do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011 torna publico a Senhora LIDIA BAUNGRTZ BACK que se encontra aberta a Vaga de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, para contratação em Caráter Temporário, regendo-se pelas normas do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011.

**CAPITULO ÚNICO**

I.A vaga destina-se ao cargo/função de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 20 horas semanais, devendo ser preenchida por candidato classificado no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011.

II. Estipula-se o prazo de 05 dias, a partir da publicação deste para o comparecimento da pessoa antes mencionada.

III. O não comparecimento da pessoa convocada autoriza o Município de Santa Terezinha do Progresso a contratar o próximo classificado no referido Teste Seletivo, e caso não compareça nenhum dos classificados o Município está autorizado a realizar novo chamamento.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso. em 08 de Julho de 2011.

ITACIR DETOFOL  
Prefeito Municipal

**Editais de Chamamento N. 048/2011**  
EDITAL DE CHAMAMENTO N. 048/2011

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, no uso das atribuições do seu cargo, Especialmente nos termos da Lei Orgânica do Município, e do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011 torna publico a Senhora MARCIA JACOBY que se encontra aberta a Vaga de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, para contratação em Caráter Temporário, regendo-se pelas normas do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011.

**CAPITULO ÚNICO**

I.A vaga destina-se ao cargo/função de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 20 horas semanais, devendo ser preenchida por candidato classificado no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº001/2011.

II. Estipula-se o prazo de 05 dias, a partir da publicação deste para o comparecimento da pessoa antes mencionada.

III. O não comparecimento da pessoa convocada autoriza o Município de Santa Terezinha do Progresso a contratar o próximo classificado no referido Teste Seletivo, e caso não compareça nenhum dos classificados o Município está autorizado a realizar novo chamamento.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso. em 08 de Julho de 2011.

ITACIR DETOFOL  
Prefeito Municipal

**São Lourenço do Oeste****PREFEITURA****Extrato do Contrato N. 004/2011 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2011, de 29 de junho de 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 08/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 07/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA

Objeto: reequilíbrio econômico financeiro do Contrato, em razão da alteração salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011;

Valor: O valor total a ser pago pelas competências vencidas, de junho a dezembro de 2011, com o percentual de 9% (nove por cento) de reequilíbrio econômico financeiro é de R\$ 54.804,40 (cinquenta e quatro mil e oitocentos e quatro reais e quarenta centavos) e o valor total a ser pago pelas competências de fevereiro a maio de 2011, em caso de autorização legislativa, é de R\$ 2.585,76 ( dois mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos), mediante autorização e homologação legislativa.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente acordo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, serão por conta de recursos próprios.

Forma de Pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 29/06/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 005/2011 - FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2011, de 29 de junho de 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 08/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 07/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA

Objeto: reequilíbrio econômico financeiro do Contrato, em razão da alteração salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011;

Valor: O valor total a ser pago pelas competências vencidas, de junho a dezembro de 2011, com o percentual de 9% (nove por cento) de reequilíbrio econômico financeiro é de R\$ 13.701,10 (treze mil e setecentos e um reais e dez centavos) e o valor total a ser pago pelas competências de fevereiro a maio de 2011, em caso de autorização legislativa, é de R\$ 646,44 (seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), mediante autorização e homologação legislativa.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente acordo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, serão por conta de recursos próprios.

Forma de Pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 29/06/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 131/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2011, de 6 de Junho de 2011.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 55/2010, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 5/2010  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA  
Objeto: dilação do prazo de vigência em 90 (noventa) dias  
Data de Assinatura: 06/06/2011  
Vigência: de 06 de junho de 2011 a 05 de setembro de 2011  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 132/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 132/2011, de 6 de Junho de 2011.  
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 65/2010, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 10/2010  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA  
Objeto: dilação do prazo de vigência em 60 (sessenta) dias.  
Data de Assinatura: 6/05/2011  
Vigência: de 6 de Junho de 2011 a 05 de agosto de 2011.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Renato Adriano Seibt - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 133/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 133/2011, de 8 de Junho de 2011.  
DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/2007.

Origem: Processo Licitatório nº 5/2007, Modalidade Concorrência p/ Compras e Serviços nº 1/2007  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: TUCANO OBRAS E SERVICOS LTDA  
Objeto: verificação de equívocos técnicos nos cálculos de reajuste do valor ao item de Varrição no 10º Termo Aditivo ao Contrato 58/2007 e supressão do valor do item correspondente a coleta de resíduos da saúde.  
Valor: O valor que, equivocadamente, está mencionado é de R\$ 84.463,08 (oitenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e três reais e oito centavos), sendo que o valor correto é R\$ 95.026,14 (noventa e cinco mil e vinte e seis reais e quatorze centavos). Fica suprimido, pelo presente instrumento, o valor de R\$ 48.556,42 (quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta e dois centavos).  
Data de Assinatura: 08/06/2011  
Vigência: a partir da data da assinatura do presente termo aditivo.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo doador e Juleide Inês D' Agostini - pela donatária.

**Extrato do Contrato N. 134/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 134/2011, de 16 de junho de 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2010  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA  
Objeto: reequilíbrio econômico financeiro do Contrato, em razão

da alteração salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011;  
Valor: O valor total a ser pago pelas competências vencidas, de junho a dezembro de 2011, com o percentual de 9% (nove por cento) de reequilíbrio econômico financeiro é de R\$ 185.490,20 (cento e oitenta e cinco mil e quatrocentos e noventa reais e vinte centavos) e o valor total a ser pago pelas competências de fevereiro a maio de 2011, em caso de autorização legislativa, é de R\$ 2.187,96 (dois mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos), mediante autorização e homologação legislativa.  
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente acordo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, serão por conta de recursos próprios.  
Forma de Pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010  
Data de Assinatura: 16/06/2011  
Vigência: a partir da data da assinatura.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 135/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2011, de 20 de Junho de 2011.  
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 61/2010, Modalidade Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia nº 7/2010  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: PANDINI CONTRUÇÕES E INCORPORACÕES LTDA  
Objeto: dilação do prazo de vigência em 120 (cento e vinte) dias  
Data de Assinatura: 20/06/2011  
Vigência: de 20 de Junho de 2011 a 17 de outubro de 2011.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 136/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2011, de 21 de junho de 2011.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 06/2011, Modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2011  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: PANDINI CONTRUÇÕES E INCORPORACÕES LTDA  
Objeto: dilação do prazo de vigência em 30 (trinta) dias  
Data de Assinatura: 21/06/2011  
Vigência: de 21 de junho de 2011 a 21 de julho de 2011.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 138/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2011, de 22 de Junho de 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 189/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 105/2010, Modalidade Pregão Presencial nº 58/2010  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA  
Objeto: acordo realizado entre o Município e a Contratada onde foi estabelecido o repasse do percentual de 8% (oito por cento) sobre o valor contratado, a título de reequilíbrio econômico financeiro do Contrato, em razão da alteração salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, vigente de 1º de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2012, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2011.



Valor: O valor total a ser pago pelas competências vincendas, de junho a dezembro de 2011, com o percentual de 8% (oito por cento) de reequilíbrio econômico financeiro é de R\$ 123.782,75 (cento e vinte e três mil e setecentos e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos) e o valor total a ser pago pelas competências de fevereiro a maio de 2011, em caso de autorização legislativa, é de R\$ 5.239,68 (cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos), mediante homologação e autorização legislativa. Dotação Orçamentária: D - 81 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00  
D - 61 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00  
Recursos financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente instrumento, são advindos de recursos próprios. Pagamento: conforme Decreto nº 4.151 de 29/12/2010.  
Data de Assinatura: 22/06/2011  
Vigência: a partir da data da assinatura  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Emerson Lorensetti - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 139/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2011 DE 22 DE JUNHO DE 2011.

Origem: Processo Licitatório nº 105/2010, Modalidade Pregão Presencial nº 58/2010  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO A SER EFETUADA EM ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME A NECESSIDADE, conforme o anexo I e do Termo de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório supracitado.  
Valor: R\$ 4.947,64 (quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)  
Dotação orçamentária: D - (14) 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00  
Recursos financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente instrumento, são advindos de recursos próprios. Data de Assinatura: 22/06/2011  
Vigência: até 31 de dezembro de 2011, contada a partir de sua assinatura.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Emerson Lorensetti - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 140/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2011, de 22 de junho de 2011.

Origem: Processo nº 80/2011, Modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia no 13/2011  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA PARA INSTALAÇÃO DE REDE DE ADUÇÃO, RESERVAÇÃO E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO DISTRITO DE SÃO ROQUE, conforme especificado no Termo de Homologação e Adjudicação e Anexos incluídos no Processo supracitado.  
Valor: R\$ 110.715,92 (cento e dez mil, setecentos e quinze reais e noventa e dois centavos).  
Dotação Orçamentária: D - 153; D - 154; D - 155.  
Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão por conta de recursos de contrapartida do Município e recursos com Estado Convênio nº 24500/2010-3.  
Data de Assinatura: 22/06/2011  
Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de recebimento da ordem de serviço

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Wyllian Germano Schilke - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 141/2011 - PMSLO**EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2011, de 22 de Junho de 2011.  
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 218/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 122/2010, Modalidade Convite p/ Obras e Serv. Engenharia nº 21/2010  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: CHARRUA CONSTRUÇÕES LTDA  
Objeto: adição de valor  
Valor: R\$ 13.343,76 (treze mil, trezentos e quarenta e três reais e setenta e seis centavos)  
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente acordo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.  
Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, serão por conta de recursos próprios. Data de Assinatura: 22/06/2011  
Vigência: a partir da data da assinatura.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante Fábio Silva Pedroso - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 142/2011 - PMSLO**EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2011, de 27 de Junho de 2011.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 39/2011, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 27/2011  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: TELEPATO EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA EPP  
Objeto: dilação do prazo de vigência em 120 (cento e vinte) dias  
Data de Assinatura: 27/06/2011  
Vigência: de 27 de junho de 2011 até 25 de outubro de 2011.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo contratante e Enio José Spinello - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 143/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2011, de 29 de junho de 2011.

Origem: Processo Licitatório nº 083/2011, Modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços no 058/2011  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM VIGILÂNCIA OSTENSIVA ARMADA E DESARMADA, PARA PRESTAR SERVIÇOS EM POSTOS DE 12 E 24 HORAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, conforme o anexo I e do Termo de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório supracitado.  
Valor: R\$ 34.192,50 (trinta e quatro mil, cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos)  
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da execução do objeto contratado, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.  
Recursos financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente instrumento, são advindos de recursos próprios. Data de Assinatura: 27/06/2011  
Vigência: O presente contrato de prestação de serviços terá vigência de 1º de julho de 2011 até 30 de setembro de 2011.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Emerson Lorensetti - pela contratada.



**Extrato do Contrato N. 144/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2011, de 29 de junho de 2011.  
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 51/2009, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 08/2009  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: PANDINI CONTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA  
Objeto: dilação do prazo de vigência em 60 (sessenta) dias  
Data de Assinatura: 29/06/2011  
Vigência: de 29 de junho de 2011 a 29 de julho de 2011.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 145/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2011, de 29 de junho de 2011.  
NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2009.

Origem: Processo Licitatório nº 52/2009, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 09/2009  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: PANDINI CONTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA  
Objeto: dilação do prazo de vigência em 60 (sessenta) dias  
Data de Assinatura: 29/06/2011  
Vigência: de 29 de junho de 2011 a 29 de julho de 2011.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ailton Pandini - pela contratada

**Extrato do Contrato N. 147/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2011, de 29 de junho de 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 097/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2010  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.  
Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA  
Objeto: reequilíbrio econômico financeiro do Contrato, em razão da alteração salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011;  
Valor: O valor total a ser pago pelas competências vencidas, de junho a dezembro de 2011, com o percentual de 9% (nove por cento) de reequilíbrio econômico financeiro é de R\$ 26.888,68 (vinte e seis mil e oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos) e o valor total a ser pago pelas competências de fevereiro a maio de 2011, em caso de autorização legislativa, é de R\$ 1.268,68 (um mil, duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos), mediante autorização e homologação legislativa.  
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente acordo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.  
Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, serão por conta de recursos próprios.  
Forma de Pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010  
Data de Assinatura: 29/06/2011  
Vigência: a partir da data da assinatura.  
Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 148/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2011, de 29 de junho de 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 112/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA

Objeto: reequilíbrio econômico financeiro do Contrato, em razão da alteração salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011;  
Valor: O valor total a ser pago pelas competências vencidas, de junho a dezembro de 2011, com o percentual de 9% (nove por cento) de reequilíbrio econômico financeiro é de R\$ 39.505,62 (trinta e nove mil e quinhentos e cinco reais e sessenta e dois centavos) e o valor total a ser pago pelas competências de fevereiro a maio de 2011, em caso de autorização legislativa, é de R\$ 621,32 (seiscentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos), mediante autorização e homologação legislativa.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente acordo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, serão por conta de recursos próprios.

Forma de Pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 29/06/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 149/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2011, de 29 de junho de 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 112/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA

Objeto: reequilíbrio econômico financeiro do Contrato, em razão da alteração salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011;  
Valor: O valor total a ser pago pelas competências vencidas, de junho a dezembro de 2011, com o percentual de 9% (nove por cento) de reequilíbrio econômico financeiro é de R\$ 13.168,54 (treze mil e cento e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) e o valor total a ser pago pelas competências de fevereiro a maio de 2011, em caso de autorização legislativa, é de R\$ 621,32 (seiscentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos), mediante autorização e homologação legislativa.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente acordo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, serão por conta de recursos próprios.

Forma de Pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 29/06/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

**Extrato do Contrato N. 150/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2011, de 29 de junho de 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA

Objeto: reequilíbrio econômico financeiro do Contrato, em razão da alteração salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011;

Valor: O valor total a ser pago pelas competências vincendas, de junho a dezembro de 2011, com o percentual de 9% (nove por cento) de reequilíbrio econômico financeiro é de R\$ 13.168,54 (treze mil e cento e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) e o valor total a ser pago pelas competências de fevereiro a maio de 2011, em caso de autorização legislativa, é de R\$ 621,32 (seiscentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos), mediante autorização e homologação legislativa.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente acordo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, serão por conta de recursos próprios.

Forma de Pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 29/06/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 151/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2011, de 29 de junho de 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 195/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA

Objeto: reequilíbrio econômico financeiro do Contrato, em razão da alteração salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011;

Valor: O valor total a ser pago pelas competências vincendas, de junho a dezembro de 2011, com o percentual de 9% (nove por cento) de reequilíbrio econômico financeiro é de R\$ 13.168,54 (treze mil e cento e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) e o valor total a ser pago pelas competências de fevereiro a maio de 2011, em caso de autorização legislativa, é de R\$ 621,32 (seiscentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos), mediante autorização e homologação legislativa.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente acordo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, serão por conta de recursos próprios.

Forma de Pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 29/06/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 152/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2011, de 29 de junho de 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA

Objeto: reequilíbrio econômico financeiro do Contrato, em razão da alteração salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011;

Valor: O valor total a ser pago pelas competências vincendas, de junho a dezembro de 2011, com o percentual de 9% (nove por cento) de reequilíbrio econômico financeiro é de R\$ 33.204,01 (trinta e três mil e duzentos e quatro reais e um centavo) e o valor total a ser pago pelas competências de fevereiro a maio de 2011,

em caso de autorização legislativa, é de R\$ 1.566,64 (um mil, quinhentos sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), mediante autorização e homologação legislativa.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente acordo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, serão por conta de recursos próprios.

Forma de Pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 29/06/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 153/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2011, de 29 de junho de 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA

Objeto: reequilíbrio econômico financeiro do Contrato, em razão da alteração salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011;

Valor: O valor total a ser pago pelas competências vincendas, de junho a dezembro de 2011, com o percentual de 9% (nove por cento) de reequilíbrio econômico financeiro é de R\$ 13.168,54 (treze mil e cento e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) e o valor total a ser pago pelas competências de fevereiro a maio de 2011, em caso de autorização legislativa, é de R\$ 621,32 (seiscentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos), mediante autorização e homologação legislativa.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente acordo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, serão por conta de recursos próprios.

Forma de Pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 29/06/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

#### **Extrato do Contrato N. 154/2011 - PMSLO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2011, de 29 de junho de 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA

Objeto: reequilíbrio econômico financeiro do Contrato, em razão da alteração salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011;

Valor: O valor total a ser pago pelas competências vincendas, de junho a dezembro de 2011, com o percentual de 9% (nove por cento) de reequilíbrio econômico financeiro é de R\$ 13.168,54 (treze mil e cento e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) e o valor total a ser pago pelas competências de fevereiro a maio de 2011, em caso de autorização legislativa, é de R\$ 621,32 (seiscentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos), mediante autorização e homologação legislativa.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente acordo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro

de 2011.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, serão por conta de recursos próprios.

Forma de Pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 29/06/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

#### Extrato do Contrato N. 155/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 155/2011, de 29 de junho de 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA

Objeto: reequilíbrio econômico financeiro do Contrato, em razão da alteração salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011;

Valor: O valor total a ser pago pelas competências vincendas, de junho a dezembro de 2011, com o percentual de 9% (nove por cento) de reequilíbrio econômico financeiro é de R\$ 13.168,54 (treze mil e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) e o valor total a ser pago pelas competências de fevereiro a maio de 2011, em caso de autorização legislativa, é de R\$ 621,32 (seiscentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos), mediante autorização e homologação legislativa.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente acordo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, serão por conta de recursos próprios.

Forma de Pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 29/06/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

#### Extrato do Contrato N. 156/2011 - PMSLO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2011, de 29 de junho de 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 16/2010, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2010

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVICOS LTDA

Objeto: reequilíbrio econômico financeiro do Contrato, em razão da alteração salarial prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2011;

Valor: O valor total a ser pago pelas competências vincendas, de junho a dezembro de 2011, com o percentual de 9% (nove por cento) de reequilíbrio econômico financeiro é de R\$ 13.733,72 (treze mil e setecentos e trinta e três reais e setenta e dois centavos) e o valor total a ser pago pelas competências de fevereiro a maio de 2011, em caso de autorização legislativa, é de R\$ 648,00 (seiscentos e quarenta e oito reais), mediante autorização e homologação legislativa.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente acordo correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2011.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros, destinados ao custeio do presente contrato, serão por conta de recursos próprios.

Forma de Pagamento: conforme ordem cronológica disposta no Decreto n. 4.151 de 29/12/2010

Data de Assinatura: 29/06/2011

Vigência: a partir da data da assinatura.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Ronaldo Benkendorf - pela contratada.

#### Aviso de Licitação 88/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 22/07/2011, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2011, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2011 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAVER PARA REFORMA DE PASSEIOS PÚBLICOS, DANIFICADOS PELA REVITALIZAÇÃO ASFÁLTICA NO PERÍMETRO URBANO. Informações [licitacoes@sao-lourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@sao-lourenco.sc.gov.br).

TOMÉ FRENCISCO ETGES

Prefeito Municipal

**Schroeder**

**PREFEITURA**

#### Extrato do Contrato Nº. 19/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 19/2011-FAS

Dispensa de Licitação nº. 06/2011-FAS

Processo nº. 21/2011-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GRUPO DETALHE DE TEATRO E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.370.752/0001-19, estabelecida na Rua Bariloche, nº 413, Bairro Tapajós, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.130-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de Grupo Teatral específico na elaboração de peças teatrais que através destas promovam o combate e prevenção do abuso, da agressão e da exploração sexual na infância e na adolescência, sendo:

Item	Descrição	Unidade	Qtdd.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	Contratação de grupo teatral específico na elaboração de peças teatrais para atender as oficinas para Crianças e Adolescentes, bem como famílias envolvidas nos programas do CRAS e/ou CREAS órgão da Política de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:				



01	<p>" A Oficina de Teatro será formada por 2 grupos, sendo 20 crianças e adolescentes em cada grupo, sendo cada encontro com duração de 2h30min, 1 vez por semana com previsão de início em agosto de 2011 finalizando em dezembro de 2011, totalizando 85 h, com público de abrangência de 40 crianças e adolescentes.</p> <p>" O encontro constará do ensino de técnicas de expressão corporal, aulas de exercício de técnico vocal, ensaios, debates, orientações, apresentações em grupo, visita ao teatro municipal e/ou outros espaços culturais.</p> <p>" As aulas serão administradas por no mínimo 2 profissionais específicos do grupo de teatro, com experiência em elaboração de peças que abordem temas como Conflito Familiar, Saúde na Terceira Idade, Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, Direitos dos Idosos, o combate e a prevenção do abuso e da exploração sexual na infância e na adolescência e os processos de montagem das peças devem obedecer aos preceitos da Política Pública de Assistência Social</p> <p>" a fim de garantir uma linha de trabalho dentro das necessidades dessa política.</p> <p>" Além desses profissionais prestadores de serviço, um profissional Psicólogo e um Assistente Social do CRAS e CREAS, estarão em constante contato com o grupo, a fim de prestar orientação e garantir o acompanhamento psicossocial.</p> <p>" O local da Oficina será definido pelos técnicos do CRAS e CREAS, devendo contemplar critérios de facilidade de acesso e ambiente adequado a sua realização.</p>	Unidade 1	8.720,00	8.7200
TOTAL R\$				8.720,00

Valor do contrato: R\$ 8.720,00 (oito mil setecentos e vinte reais).

Data da Assinatura: 08/07/2011 – Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Notificação do prazo de entrega referente ao Contrato Nº 61/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
89275-000 - SCHROEDER - SC  
e - mail: [compras@schroeder.sc.gov.br](mailto:compras@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Ao  
Sr. Sander Santos Piffer  
SUPRIMÓVEIS LTDA  
CNPJ: 04.563.256/0001-68  
(48) 3263-2912

Cumprimentando-o inicialmente, venho por meio deste, relatar que a empresa não está respeitando o que prevê o contrato nº. 61/2011 - PMS, firmado com a administração para aquisição de cartuchos de tinta das impressoras para suprir as necessidades das Secretarias da Prefeitura de Schroeder/SC. Conforme Processo de licitação nº. 40/2011 - PMS, Pregão Presencial de Registro de Preço nº. 19/2011 - PMS, frente à não entrega dos produtos licitados conforme ordem de compra n.º 14111, enviado via fax no dia 20 de junho de 2011.

01un	Cartucho Original da marca da impressora - Modelo HP 10 - C4844A - P/Impr. Plotter HP 110 - Preto
01un	Cartucho Original da marca da impressora - Modelo HP 11 - C4836A - P/Impr. Plotter HP 110 - Ciano (C)
01un	Cartucho Original da marca da impressora - Modelo HP 11 - C4837A - P/Impr. Plotter HP 110 - Magenta (M)
01un	Cartucho Original da marca da impressora - Modelo HP 11 - C4838A - P/Impr. Plotter HP 110 - Amarelo (Y)

Conforme prevê nosso contrato na CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL, o prazo para entrega do objeto licitado é de no máximo 05 (cinco) dias úteis após solicitação através de ordem de compra, expedida pelo Setor de Compras.

É importante, ressaltar que a empresa ao participar do processo de licitação estava ciente do compromisso em cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

Diante dessa situação a Administração Municipal abre PRAZO DE 24 (vinte e quatro) HORAS a contar da publicação do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, para que a Empresa SUPRIMÓVEIS LTDA faça a entrega do material, e caso a empresa não proceda ao solicitado, à administração aplicará as penalidades prevista da Clausula Sétima - Das Multas e Penalidades, conforme o contrato.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,  
Schroeder, 07 de julho de 2011.  
MARILENE BUSCH  
Setor de Compras

### Decreto Nº 2.282/2011, de 05 de julho de 2011.

DECRETO Nº 2.282/2011, de 05 de julho de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a abertura do Protocolo nº 2.627/2011, da Prefeitura Municipal de Schroeder, efetuada pelo servidor desta municipalidade, senhor Pedro Bortoloti Junior;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

### DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme



disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Pedro Bortolotti Junior	Professor B	Professor C	B-1	C-1

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 05 de julho de 2011.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº. 2.281/2011, de 4 de julho de 2011.**

DECRETO Nº. 2.281/2011, de 4 de julho de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a necessidade de estabelecer padrões para lançamento das informações relativas ao enquadramento dos profissionais do magistério municipal, no Sistema Beta Folha, utilizado pela Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Schroeder;

Considerando que o sistema de informática citado não comporta a realização dos lançamentos das novas tabelas salariais, com as efetivas descrições inseridas na Lei Complementar n.º 096/2010, de 14 de dezembro de 2010;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica definido que, para fins de lançamento interno de dados no sistema Beta Folha, as nomenclaturas referentes às tabelas salariais definidas na Lei Complementar n.º 096/2010, de 14 de dezembro de 2010, serão descritas do seguinte modo:

a. Os níveis por capacitação serão identificados por letras do alfabeto latino/português, iniciando-se em "A" até "I";

b. Os níveis por tempo de serviço e mérito serão identificados por ordem numérica, iniciando-se em 00 até 20.

Art. 2º As regras para enquadramento no sistema Beta Folha são para utilização interna da Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Schroeder, permitindo a otimização dos trabalhos do respectivo setor.

Art. 3º Para fins jurídicos e administrativos, toda a documentação do profissional do magistério municipal deverá sempre ser realizada de acordo com a efetiva nomenclatura prevista na Lei Complementar n.º 096/2010, de 14 de dezembro de 2010.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 4 de julho de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

### **Lei Nº 1.846/2011**

LEI Nº 1.846/2011

AUTORIZA A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO AO CLUBE CAÇA E TIRO BRACINHO.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a conceder contribuição no valor total de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), ao Clube Caça e Tiro Bracinho, para auxiliar na realização da 20ª Kolonistenfest, cujo objetivo é homenagear a classe agricultora do Município, base da colonização local.

§ 1º Os recursos serão repassados até a data de 8 de julho de 2011.

§ 2º O beneficiário deverá prestar contas à Prefeitura Municipal de Schroeder do valor repassado em até 60 (sessenta) dias após o repasse.

Art. 2º Os recursos repassados deverão ser utilizados conforme plano de aplicação a ser objeto de ajuste entre as partes.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da Dotação Orçamentária 05.03.2.027.3.3.50.41.00 - Contribuições, proveniente da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Setor de Cultura, devidamente inscritos na Lei Orçamentária Anual do exercício corrente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 5 de julho de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

### **Aviso de Licitação Carta Convite Nº. 03/2011-FAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

**AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº. 03/2011-FAS**

PROCESSO Nº. 22/2011-FAS  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de profissional Psicopedagogo, para atender a demanda do CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 18 de julho de 2011 às 09h45min.  
Abertura do Processo: 18 de julho de 2011 às 10h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.  
A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 11 de julho de 2011.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Carta Convite Nº. 03/2011-FIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
89275-000 - SCHROEDER - SC  
e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

**AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº. 03/2011-FIA**

PROCESSO Nº. 03/2011-FIA  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de prestação de serviço de profissional Psicopedagogo para atender crianças e adolescentes em situações de violação de direitos em decorrência de maus tratos, negligência e discriminações, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 18 de julho de 2011 às 14h.  
Abertura do Processo: 18 de julho de 2011 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.  
A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 11 de julho de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Aviso de Pregão Presencial Nº 07/2011 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201.  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
89275-000 - SCHROEDER/ SC  
e-mail:[licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2011 - FMS**

PROCESSO Nº. 16/2011-FMS

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

OBJETO: Aquisição e instalação de equipamentos desportivos para academia do Centro de Reabilitação e Atendimento Especializado - CRAE da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 22 de julho de 2011 às 08h45min.  
Abertura do processo: 22 de julho de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 11 de julho de 2011.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**I Errata de Edital Tomada de Preços Para Obras e Serviços de Engenharia Nº. 05/2011 - PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191  
89275-000 - SCHROEDER/SC  
e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE EDITAL TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 05/2011 - PMS  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 83/2011-PMS

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data referente ao Edital de Tomada de Preço nº. 05/2011-PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de caixa de captação pluvial sifonadas localizados aos bordos dos acostamentos ou meio-fios da malha viária urbana do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico-financeiro em anexos, parte integrante no instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

I - DO LOCAL, DA DATA, DO HORÁRIO DA ABERTURA DO PROCESSO:

1.1.Os envelopes nº. 01 - Habilitação, nº. 02 - Proposta Comercial, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinado, a saber:

a) Data: 27 de julho de 2011.

b) Local: Prefeitura de Schroeder (SC).

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

4.2- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 27 de julho de

2011 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1.

Schroeder, 08 de julho de 2011.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

## **Edital de Praça Nº 02/2011**

EDITAL DE PRAÇA Nº 02/2011

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito em exercício, Senhor Luiz Aparício Ribas, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executará o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, dos valores referentes a valorização imobiliária devida por conta da Pavimentação Asfáltica da Rua Wendelin Reiner, DA EST. 0 A EST. 11 =PF ( 220,00m ) perfazendo a área total de 2.200m², localizada no Centro, do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado.

### **I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:**

Está sendo beneficiada a seguinte rua:  
RUA Wendelin Reiner - DA EST. 0 A EST. 11 =PF ( 220,00m ) perfazendo a área total de 2.200m², localizada no Centro, do Município de Schroeder/SC,

### **II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA WENDELIN REINER - CENTRO**

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES na Rua Wendelin Reiner, localizada no centro, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

### **MEMORIAL DESCRITIVO**

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA Wendelin Reiner -DA EST. 0 A EST. 11 =PF ( 220,00m ), perfazendo a área total de 2.200m²,  
SUMÁRIO

### **APRESENTAÇÃO**

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA na WENDELIN REINER, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

### **NORMAS GERAIS DE TRABALHO**

### **GENERALIDADES**

### **ABREVIATÕES**

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR - Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira

### **TERMOS**

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

### **CONSIDERAÇÕES**

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

### **SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA**

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e





serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

#### MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado,

causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

#### RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer



depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

#### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

##### SERVIÇOS PRELIMINARES

##### PLACA DA OBRA

##### OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

##### MATERIAIS

##### SUPORTE

Chapas planas com material resistente as intempéries; ou,

Chapas metálicas galvanizadas.

##### PINTURA

Tinta a óleo, ou;

Tinta esmalte.

##### EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,0m x 1,5m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

##### CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Será medida na quantidade de placas instaladas na obra.

##### PAGAMENTO

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do fornecimento e instalação da placa de obra.

#### SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

##### ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

##### OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

##### MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

##### EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com

lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

##### EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massa excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

##### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

##### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### REFORÇO DO SUB-LEITO

##### GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

##### MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC  $\geq$  60% e com expansão máxima de 1%.

##### EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

motoniveladora;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

entre outros.

##### EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

##### CONTROLE

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : - 0,02 m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : - 5% da espessura do projeto.

##### MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

##### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

##### PAVIMENTAÇÃO

##### REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

##### OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes e aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

##### MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os

do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

##### EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;

Carregador frontal;

Caminhões basculantes;

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

carro-tanque com barra distribuidora de água;

grade de discos;

pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

##### EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

##### CONTROLE

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

$\pm$  2 cm em relação as cotas de projeto;

$\pm$  5 cm quanto a largura da plataforma.

##### MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

##### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

##### SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

##### OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

##### MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

##### EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

#### EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

#### INSPEÇÃO

##### CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de  $\pm 2\%$  em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m<sup>2</sup> de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação,  $GC > 100\%$ , serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

$\pm 10\text{cm}$ , quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

$\pm 10\%$ , quanto a espessura do projeto da camada.

##### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

##### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

##### BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

##### OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

##### MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos:

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo

PENEIRAS	F A I X A			
Mm	A	B	C	D

2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja à fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características: presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

##### EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base:

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

pulvi-misturador

central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

##### EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado - 2 %.

##### CONTROLE

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

- 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da



superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de - 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

#### MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### IMPRIMAÇÃO

##### OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado; promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

##### MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m<sup>2</sup>, conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

##### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

##### EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material

solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

#### MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### PINTURA DE LIGAÇÃO

##### OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

##### MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m<sup>2</sup>.

##### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado



e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

#### EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

#### MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

##### OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhado e comprimido à quente.

##### MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

##### LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

##### AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior; índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086); durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

##### AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

##### MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

##### MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

##### COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	- 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	- 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	- 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	- 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	- 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	- 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	- 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	- 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	- 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	- 2%
		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	0,3%
Betume solúvel no CS2 (+) %		Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento	

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)

Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 – 4,5	2,0 – 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;  
as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

#### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

#### DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desmbarçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

#### DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

#### USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão  $\pm 1$  °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de  $\pm 5$  °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de  $\pm 5\%$ ) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

#### CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

#### EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

#### EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autpropulsores, devem ser dotados de dispositivos

que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm<sup>2</sup> a 8,4kgf/cm<sup>2</sup> (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

#### EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 - 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

#### PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

#### TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

#### DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rolos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de  $140 \pm 15$  segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de  $40 \pm 5$ , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

#### ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

#### INSPEÇÃO

##### LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

##### AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m<sup>3</sup> (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

##### CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

##### CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo,  $\pm 0,3\%$ , da fixada no projeto.

##### CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

##### CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

do agregado, no silo quente da usina;

do ligante, na usina;

da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de - 5 °C das temperaturas especificadas.

##### TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de - 5 °C.

##### CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

##### ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de  $\pm 5\%$  em relação as espessuras de projeto.

##### ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estações da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder  $\pm 5$ cm.

##### ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

##### CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

##### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m<sup>3</sup> através da mistura efetivamente aplicada na pista.

##### PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

##### DRENAGEM PLUVIAL

##### OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, e caixas de ligação destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes: Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o



sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou placas de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

#### MATERIAL

##### TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

##### MATERIAL DE REJUNTAMENTO

###### Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m<sup>2</sup>.

###### Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

##### MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA, caixas de ligação E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

##### EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

##### EXECUÇÃO

###### GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno

natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa. Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

##### BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita, as de ligação e as de saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobre largura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão ( fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recoberto ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentada a tampa.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

##### CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto (prancha 04/04)

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação



regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa (mesma da tampa – vide prancha 04/04), com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da tampa de concreto.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado no projeto (detalhe prancha 04/04).

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

#### Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetta de material energeticamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto será feito mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

#### INSPEÇÃO

##### CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de  $\pm 10\%$  em relação à espessura de projeto.

##### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

##### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### SINALIZAÇÃO VIÁRIA

##### SINALIZAÇÃO HORIZONTAL e VERTICAL

##### OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na

implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

#### DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

#### SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

##### CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;  
dimensões das faixas;  
espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;  
outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

- a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;
- b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

##### MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorrefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

- a) temperatura entre 10°C e 40°C;
- b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:

tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a

liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

- a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";
- b) nome comercial e/ou numeração;
- c) cor da tinta : branca ou amarela;
- d) referência quanto a natureza química da resina;
- e) data da fabricação;
- f) prazo de validade;
- g) identificação da partida de fabricação;
- h) nome e endereço do fabricante;
- i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

##### Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

##### Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

- 1,5mm de espessura - aplicado por "spray";
- 3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

##### Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

“Premix” - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm<sup>3</sup> e 2,6g/cm<sup>3</sup>, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

#### Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas (“drop-on”), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

#### Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

#### SINALIZAÇÃO VERTICAL

##### CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, ( Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito ) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito licitatório são do tipo R1 – “Pare” e R19 - “Velocidade Permitida” – “40 Km/h”. Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo

especificadas:

#### MATERIAL

1.1 Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

1.2 Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644 (a ser usada para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa).

1.3 As películas refletivas tipo I-A deverão ser constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m <sup>2</sup> )	Vermelha (Cd/lux/m <sup>2</sup> )
0,2°	-4°	70	14
0,2°	+30°	30	6
0,5°	-4°	30	7,5
0,5°	+30°	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

#### Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A.

A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

#### Detalhes A

Placa- Parada obrigatória

“R-1 – PARE”

#### CORES:

Fundo: Vermelho Refletivo

Orla Interna: Branco Refletivo

Orla Externa: Vermelho Refletivo

Letras: Branco Refletivo



Imagem - 1

Verso: Preto Fosco



**LETRAS:**

Tipos Helvética Médium, Arial,  
Standard Alphabets for Highway Signs, ou similar,  
texto centralizado

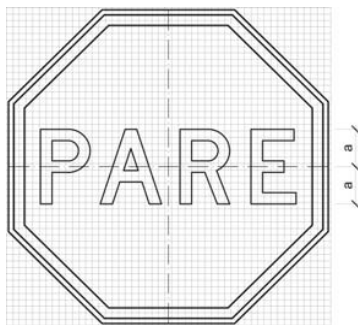


Imagem - 2

Imagens 1 e 2 – Extraído da Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, ( Anexo – Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito )

Observação: No que tange ao dimensionamento, a placa de regulação R-1 é classificada como via urbana (lado = 0,35m; orla interna branca mínima – 0,028m; Orla externa mínima - 0,014m) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 29 e Apêndice de diagramação páginas 163 e 169).

**Detalhes B**

Placa - limite de velocidade  
"R-19 - 40 Km/h "

**CORES:**

Fundo: Branco  
Orla: Vermelho  
Letra: Preto  
Algarismo: Preto



Imagem - 3 – "ilustrativa"

Símbolo: Preto  
Velocidade da via urbana 40 Km/h  
Verso: Preto Fosco

**LETRAS:**

Tipos Helvética Médium, Arial,  
Standard Alphabets for Highway Signs, ou similar,  
texto centralizado

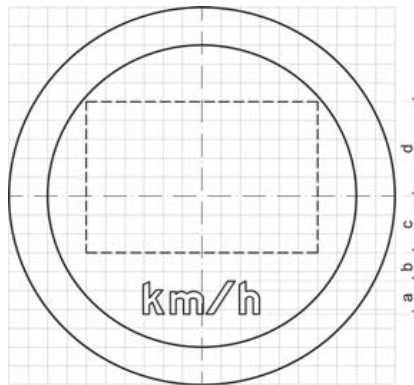


Imagem - 4

Imagens 3 e 4 – Extraído da Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, ( Anexo – Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito )

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução ( tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

**INSPEÇÃO****Controle da Execução**

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

- a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;
- a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;
- a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.
- O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:
  - consumo dos materiais;
  - espessura do material aplicado;
  - tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;
  - dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);
  - linearidade das faixas;
  - temperatura de aquecimento do material termoplástico;
  - sinalização para o serviço de obras;
  - atendimento ao projeto de sinalização;
  - retrorefletorização integral das faixas, sinais, etc...
- placas verticais em conformidade com o acima especificado.

**CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m<sup>2</sup> e unidades de placas instaladas.

**PAGAMENTO**

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

**III – ORÇAMENTO DA OBRA PARA LICITAÇÃO :**

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos previstos abaixo especificados:

Planilha orçamentária - RUA WENDELIN REINER



Orçamento		Empreendimento			
		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA Wendelin Reiner - DA EST. 0 A EST. 11 =PF ( 220,00m )			
Modalidade					
INFRA-ESTRUTURA URBANA					
Agente Financeiro		Tipo de Serviço			
Governo do Estado de Santa Catarina		SERVIÇOS PRELIMINARES,DRENAGEM, TERRA- PLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVI- ÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZA- ÇÃO VIÁRIA			
Localização		Início da Obra			
Rua: Wendelin Reiner - Schroeder		ALR			
Valor do Repasse	Con-	Exten-		A. Em-	
trapartida Financeira	Total do	são	Largura	boques	Área total
Investimento		(m) :	(m) :	(m²) :	(m²) :
R\$ 100.000,0					
0	R\$ 52.982,52				
R\$ 152.982,52		220,00	10,00	-	2.200,00
ORÇAMENTO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. (R\$)	CUSTO TO- TAL (R\$)
RUA: WENDELIN REINER = 220,00 METROS					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra em chapa de aço galvanizado ( 3,00m X 1,50m )	m²	4,50	204,88	921,96
SUBTOTAL					921,96
2	DRENAGEM				
2.1	Escavação, carga e trans- porte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	245,50	12,22	3.000,01
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm	m	290,00	34,18	9.912,20
2.3	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm	m	14,00	63,21	884,94
2.4	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado , DMT até 10,0 km	m³	200,88	25,60	5.142,55
2.5	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços	unid	12,00	419,98	5.039,76
2.6	Caixa Ligação para tubula- ção DN 40cm	unid	4,00	811,28	3.245,12
SUBTOTAL					27.224,58
3	TERRAPLENAGEM				

3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (220,00m x (2,5m+2,5m) x 0,50m)	m³	550,00	12,22	6.721,00
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções dos bordos, DMT até 10,0 km	m³	550,00	25,60	14.080,00
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	550,00	2,02	1.111,00
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m, DMT até 10,0 km	m³	550,00	25,60	14.080,00
SUBTOTAL					35.992,00
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	2.200,00	1,10	2.420,00
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	220,00	108,45	23.859,00
4.3	Imprimação com CM 30	m²	2.200,00	2,59	5.698,00
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	2.200,00	0,96	2.112,00
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	77,00	455,00	35.035,00
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	16,50	455,00	7.507,50
SUBTOTAL					76.631,50
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	440,00	18,86	8.298,40
5.2	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (440,00m x 0,20m x 2,00m)	m³	176,00	11,90	2.094,40
SUBTOTAL					10.392,80
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrações com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	84,00	19,00	1.596,00
6.2	Sinalização vertical				
6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,04	353,21	14,13
6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo R-1 " Pare" + Suporte - (Instalada)	unid	1,00	209,55	209,55
SUBTOTAL					1.819,68

TOTAL GERAL				152.982,52
CUSTO ESTIMADO/m2				69,54
BDI ADOTADO				30,00%

PLANILHA COMPOSIÇÃO DO BDI	
GARANTIA	0,40%
RISCO	2,00%
DESPESAS FINANCEIRAS	1,10%
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	8,00%
LUCRO	9,50%
TRIBUTOS	9,00%
TOTAL	30,00%

## RESUMO DO ORÇAMENTO DA OBRA:

## TOTAL ORÇAMENTO OBRA Rua VENDELIN REINER

	R\$
TOTAL INICIAL	152.982,52
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 152.982,52

O Processo de licitação nº 30/2010 poderá ser encontrado no Setor de Recursos Materiais, pertencente à Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder.

## IV – CUSTO DA OBRA :

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados, conforme Proposta Vencedora:

## Planilha CUSTO - RUA VENDELIN REINER

custo da obra		Empreendimento			
		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA Wendelin Reiner - DA EST. 0 A EST. 11 =PF ( 220,00m )			
Modalidade					
INFRA-ESTRUTURA URBANA					
Agente Financeiro		Tipo de Serviço			
Governo do Estado de Santa Catarina		SERVIÇOS PRELIMINARES,DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA			
Localização		Início da Obra			
Rua: Wendelin Reiner - Schroeder		ALR			
Valor do Repasse	Con-				
trapartida Financeira	Total	Extensão	Largura	A. Em-	
do Investimento		(m) :	(m) :	boques	
				(m²) :	Área total (m²) :

R\$ 100.000,00					
R\$ 52.982,52					
R\$ 152.982,52	220,00	10,00	-		2.200,00
CUSTO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
RUA: VENDELIN REINER = 220,00 METROS					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra em chapa de aço galvanizado ( 3,00m X 1,50m )	m²	4,50	R\$ 138,00	R\$ 621,00
SUBTOTAL					R\$ 621,00
2	DRENAGEM				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	245,50	7,84	1.924,72
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm	m	290,00	29,30	8.497,00
2.3	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm	m	14,00	52,30	732,20
2.4	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado , DMT até 10,0 km	m³	200,88	18,00	3.615,84
2.5	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços	unid	12,00	285,00	3.420,00
2.6	Caixa Ligação para tubulação DN 40cm	unid	4,00		540,00
SUBTOTAL					R\$ 20.349,76
3	TERRAPLENAGEM				

3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (220,00m x (2,5m+2,5m) x 0,50m)	m³	550,00	7,84	4.312,00
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções dos bordos, DMT até 10,0 km	m³	550,00	18,00	9.900,00
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	550,00	1,80	990,00
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m, DMT até 10,0 km	m³	550,00	19,40	10.670,00
SUBTOTAL					R\$ 25.872,00
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	2.200,00	0,90	1.980,00
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	220,00	82,00	18.040,00
4.3	Imprimação com CM 30	m²	2.200,00	2,20	4.840,00
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	2.200,00	0,95	2.090,00
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e=5,0 cm	m³	77,00	425,00	32.725,00

4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e=2,5 cm	m³	16,50	425,00	7.012,50
SUBTOTAL					R\$ 66.687,50
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	440,00	14,00	6.160,00
5.2	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (440,00m x 0,20m x 2,00m)	m³	176,00	8,40	1.478,40
SUBTOTAL					R\$ 7.638,40
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	84,00	15,00	1.260,00
6.2	Sinalização vertical				
6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,04	250,00	10,00
6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo R-1 " Pare" + Suporte - (Instalada)	unid	1,00	180,00	180,00
SUBTOTAL					R\$ 1.450,00
TOTAL GERAL					R\$ 122.618,66
CUSTO ESTIMADO/m2					R\$ 55,74
	PLANILHA COMPOSIÇÃO DO BDI			BDI ADOTADO	30,00%
	GARANTIA	0,40%			
	RISCO	2,00%			
	DESPESAS FINANCEIRAS	1,10%			

ADMINIS- TRAÇÃO CENTRAL	8,00%			
LUCRO	9,50%			
TRIBUTOS	9,00%			
TOTAL	30,00%			

## RESUMO DO CUSTO DA OBRA:

## TOTAL CUSTO INICIAL OBRA Rua VENDELIN REINER

TOTAL INICIAL	R\$ 122.618,66
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 122.618,66

## ADITIVO RUA VENDELIN REINER

custo obra		Empreendimento
		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA Wendelin Reiner - DA EST. 0 A EST. 11 =PF ( 220,00m )
Modalidade		
INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Agente Financeiro		
Tipo de Serviço		SERVIÇOS PRELIMINARES,DRENAGEM, TER- RAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA
Governo do Estado de Santa Cata- rina		
Localização		
Rua: Wendelin Reiner - Schroeder		ALR

ADITIVO					
ITEM	DISCRICÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UN.	PREÇO TOTAL
1	DRENAGEM (FORNECIMENTO EXECUÇÃO)				
1.1	Fornecimento e fixação de grelha de aço tempera- do com lâmina ¾, dimensão (0,85mx1,00)	Unid.	2,00	660,00	1.320,00
	TOTAL DO ITEM				R\$ 1.320,00
2	SERVIÇOS COM- PLEMENTARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
2.1	Fornecimento e colocação de paver (20x20x8), colorido, 25 Mpa, incluindo areia espessura 10cm	m²	0,08	74,00	5,92

2.2	Remoção de meio fio de concreto (10x30x100)	m	12,00	1,80	21.60
TOTAL DO ITEM					R\$ 27,52
TOTAL GLOBAL DOS SERVIÇOS					R\$ 1.347,52
BDI					30%

## TOTAL CUSTO OBRA Rua VENDELIN REINER

TOTAL INICIAL	R\$ 122.618,66
TOTAL ADITIVO	R\$ 1.347,52
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 123.966,18

## V – DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados diretamente com a realização ficam assim determinados, bem como os valores dos imóveis antes da obra realizada:

## RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIIS ANTES DA OBRA REALIZADA.

IMÓVEL L D	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
441	ERICO BORINELLI	16.236,58
442	MARLI SPEZIA	31.078,84
443	JOANA SCARPINNI ACOSTA E ATAIDE MACHADO	7.743,92
444	GOVERNO ESTADO	30.079,17
4189	ITECE ADMINISTRADO- RA DE BENS LTDA	7.961,45
4190	FELIPE SKOLAUBE	35.149,50

IMÓVEL L E	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
445	SONIA MARIA REINER	57.753,19
447	DENISE MARIA REINER WOLF	68.515,52
448	MARLI IOLANDA REI- NER ELERT	54.372,32
8344	MAYCON ALEXANDRE GILIOLI	25.323,27

## VI – DA VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados com a execução da obras em questão, após análise da comissão, tiveram a seguinte valorização:

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIIS  
APÓS A OBRA REALIZADA

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valorização do imóvel (R\$) Após obra feita
441	ERICO BORINELLI	24.125,34





442	MARLI SPEZIA	36.713,67
443	JOANA SCARPINNI ACOSTA E ATAIDE MACHADO	13.738,75
444	GOVERNO ESTADO	49.519,32
4189	ITECE ADMINISTRADO- RA DE BENS LTDA	13.596,28
4190	FELIPE SKOLAUBE	40.784,33

IMÓVEL L E	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
445	SONIA MARIA REINER	62.824,53
447	DENISE MARIA REINER WOLF	83.729,55
448	MARLI IOLANDA REI- NER ELERT	66.205,46
8344	MAYCON ALEXANDRE GILIOLI	33.690,99

#### VII - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um fator de absorção, nesta obra, de 54,05% ( cinquenta e quatro ponto cinco por cento) do valor de valorização dos imóveis beneficiados.

#### VIII - PARCELA TRIBUTARIA DEVIDA PELOS CONTRIBUINTES

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria aos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos Lindeiros, correspondente a valorização do imóvel decorrente da obra pública, ficando assim, a distribuição do tributo devido por cada lindeiro, já com o Fator de Absorção do Município:

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR R\$ DEVIDO PELO LINDEIRO
441	ERICO BORINELLI	3.624,60
442	MARLI SPEZIA	2.589,00
443	JOANA SCARPINNI ACOSTA E ATAIDE MACHADO	2.589,00
444	GOVERNO ESTADO	ISENTO
4189	ITECE ADMINISTRADO- RA DE BENS LTDA	2589,00
4190	FELIPE SKOLAUBE	2.589,00

IMÓVEL L E	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
445	SONIA MARIA REINER	2.741,24
447	DENISE MARIA REINER WOLF	8.223,73
448	MARLI IOLANDA REI- NER ELERT	6.396,24
8344	MAYCON ALEXANDRE GILIOLI	4.523,05

#### VII – DA ARRECADAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

– Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze

por cento) de abatimento sobre o valor total;

– Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

– Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

– Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

#### VIII - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

#### IX - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributaria devida por cada proprietário está exposta no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

O PRAZO PARA CONTESTAÇÃO dos itens relatados neste edital é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito Municipal, nos termos do Art. 246 e parágrafos, da Lei complementar nº 001/95 e alterações.

Schroeder, junho de 2011.

LUIZ APARÍCIO RIBAS

Prefeito Municipal

Em Exercício

#### Edital de Praça Nº 02/2011 - SEC. PLANEJAMENTO, GESTÃO e FINANÇAS

EDITAL DE PRAÇA Nº 02/2011 - SEC. PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor FELIPE VOIGT, e o Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, senhor DENÍLSON WEISS, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executará o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, dos valores referentes à valorização imobiliária devida por conta da Pavimentação Asfáltica da Rua Wendelin Reiner, DA EST. 0 A EST. 11 =PF ( 220,00m ) perfazendo a área total de 2.200m², localizada no Centro, do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado.

#### I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Está sendo beneficiada a seguinte rua:

Rua Wendelin Reiner - DA EST. 0 A EST. 11 =PF ( 220,00m ) perfazendo a área total de 2.200m², localizada no Centro, do Município de Schroeder/SC,

## II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA WENDELIN REINER - CENTRO

O presente memorial, CÓPIA INTEGRAL DO MEMORIAL APRESENTADO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 184/2010-PMS, TOMADA DE PREÇO N.º 11/2010-PMS, tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES na Rua Wendelin Reiner, localizada no centro, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

### MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA Wendelin Reiner -DA EST. 0 A EST. 11 =PF ( 220,00m ), perfazendo a área total de 2.200m²,

### APRESENTAÇÃO

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA na WENDELIN REINER, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

### NORMAS GERAIS DE TRABALHO GENERALIDADES

#### ABREVIATÓES

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR - Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira

#### TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

### CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios

possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

### SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e

incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

#### MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

#### RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

#### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SERVIÇOS PRELIMINARES

##### PLACA DA OBRA

##### OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

##### MATERIAIS

##### SUORTE

Chapas planas com material resistente as intempéries; ou, Chapas metálicas galvanizadas.

##### PINTURA

Tinta a óleo, ou;

Tinta esmalte.



**EXECUÇÃO**

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,0m x 1,5m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

**CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Será medida na quantidade de placas instaladas na obra.

**PAGAMENTO**

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do fornecimento e instalação da placa de obra.

**SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM****ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL  
OBJETIVO**

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

**MATERIAL**

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

**EQUIPAMENTO**

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida. A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes: corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro

de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

**EXECUÇÃO**

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

**CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

**PAGAMENTO**

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

**REFORÇO DO SUB-LEITO****GENERALIDADES**

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em



projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

#### MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC  $\square$  60% e com expansão máxima de 1%.

#### EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :  
motoniveladora;  
carro-tanque distribuidor de água;  
rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;  
grade de discos;  
entre outros.

#### EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

#### CONTROLE

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : - 0,02 m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : - 5% da espessura do projeto.

#### MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### PAVIMENTAÇÃO

##### REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

##### OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes e aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

#### MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

#### EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;

Carregador frontal;

Caminhões basculantes;

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

carro-tanque com barra distribuidora de água;

grade de discos;

pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

#### EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

#### CONTROLE

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

$\pm$  2 cm em relação as cotas de projeto;

$\pm$  5 cm quanto a largura da plataforma.

#### MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

#### OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

#### MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

**EQUIPAMENTO**

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

**EXECUÇÃO**

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

**INSPEÇÃO****CONTROLE DA EXECUÇÃO**

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de  $\pm 2\%$  em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m<sup>2</sup> de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação,  $GC > 100\%$ , serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

**CONTROLE GEOMÉTRICO**

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

$\pm 10\text{cm}$ , quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

$\pm 10\%$ , quanto a espessura do projeto da camada.

**CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

**PAGAMENTO**

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

**BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE****OBJETIVO**

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares,

constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

**MATERIAIS**

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo

PENEIRAS	F A I X A				
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

-A fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

-A porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

-O índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64. O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja a fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

**EQUIPAMENTO**

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

pulvi-misturador

central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

**EXECUÇÃO**

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com

espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado - 2 %.

#### CONTROLE

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

- 10 cm, quanto à largura da plataforma;  
até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de - 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

#### MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### IMPRIMAÇÃO

##### OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;  
promover condições de aderência entre a base e o revestimento;  
impermeabilizar a base.

#### MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m<sup>2</sup>, conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

#### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência,

vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

#### EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

#### MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### PINTURA DE LIGAÇÃO

##### OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

#### MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C. A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m<sup>2</sup>.

#### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

#### EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

#### MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

##### OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhada e comprimida à quente.

##### MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

##### LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

##### AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior; índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086); durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

##### AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

##### MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

##### MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

##### COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.



Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	2%
Betume solúvel no CS2 (+) %		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	0,3%

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

#### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

#### DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

#### DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado

para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

#### USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão  $\pm 1$  °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de  $\pm 5$  °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de  $\pm 5\%$ ) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

#### CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

#### EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizas, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

#### EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm<sup>2</sup> a 8,4kgf/cm<sup>2</sup> (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

#### EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 - 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

#### PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

#### TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

#### DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de  $140 \pm 15$  segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de  $40 \pm 5$ , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

#### ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

#### INSPEÇÃO

##### LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a

diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

#### AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m<sup>3</sup> (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

#### CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

#### CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo,  $\pm 0,3\%$ , da fixada no projeto.

#### CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

#### CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

do agregado, no silo quente da usina;

do ligante, na usina;

da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de - 5 °C das temperaturas especificadas.

#### TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de - 5 °C.

#### CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

#### ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes

e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de  $\pm 5\%$  em relação as espessuras de projeto.

#### ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estações da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder  $\pm 5\text{cm}$ .

#### ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

#### CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

#### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em  $\text{m}^3$  através da mistura efetivamente aplicada na pista.

#### PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### DRENAGEM PLUVIAL

##### OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, e caixas de ligação destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável. Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias

ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou placas de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

#### MATERIAL

##### TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

#### MATERIAL DE REJUNTAMENTO

##### Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a  $300 \text{ g/m}^2$ .

##### Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

#### MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA, caixas de ligação E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

#### EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

#### EXECUÇÃO

##### GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno



natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotextil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

#### BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita, as de ligação e as de saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobre largura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentada a tampa.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

#### CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto (prancha 04/04)

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e

devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa (mesma da tampa – vide prancha 04/04), com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da tampa de concreto.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado no projeto (detalhe prancha 04/04).

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

#### Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas “in loco” ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetta de material energicamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os “off-sets” do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.



A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto será feito mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

#### INSPEÇÃO

##### CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de  $\pm 10\%$  em relação à espessura de projeto.

#### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### SINALIZAÇÃO VIÁRIA

#### SINALIZAÇÃO HORIZONTAL e VERTICAL OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

#### DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical - É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

#### SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

##### CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

dimensões das faixas;

espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

#### MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto

da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de: tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

- a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";
- b) nome comercial e/ou numeração;
- c) cor da tinta : branca ou amarela;
- d) referência quanto a natureza química da resina;
- e) data da fabricação;
- f) prazo de validade;
- g) identificação da partida de fabricação;
- h) nome e endereço do fabricante;
- i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

- 1,5mm de espessura - aplicado por "spray";
- 3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm<sup>3</sup> e 2,6g/cm<sup>3</sup>, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

SINALIZAÇÃO VERTICAL

CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de

agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, ( Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito ) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito licitatório são do tipo R1 – “Pare” e R19 – “Velocidade Permitida” – “40 Km/h”. Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas:

#### MATERIAL

1.1 Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

1.2 Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644 (a ser usada para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa).

1.3 As películas refletivas tipo I-A deverão ser constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m2)	Vermelha (Cd/lux/m2)
0,2°	-4°	70	14
0,2°	+30°	30	6
0,5°	-4°	30	7,5
0,5°	+30°	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

#### Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A.

A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

#### Detalhes A

Placa- Parada obrigatória

“R-1 – PARE”

#### CORES:

Fundo: Vermelho Refletivo

Orla Interna: Branco Refletivo

Orla Externa: Vermelho Refletivo

Letras: Branco Refletivo



Imagem - 1

Verso: Preto Fosco

#### LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial, Standard Alphabets for Highway Signs, ou similar, texto centralizado

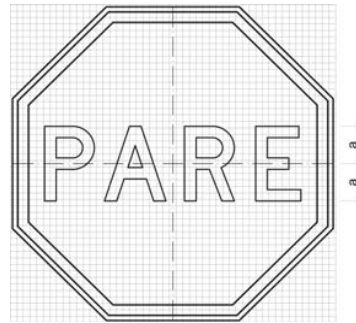


Imagem - 2

Imagens 1 e 2 – Extraído da Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, ( Anexo – Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito)

Observação: No que tange ao dimensionamento, a placa de regulamentação R-1 é classificada como via urbana (lado = 0,35m; orla interna branca mínima – 0,028m; Orla externa mínima - 0,014m) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 29 e Apêndice de diagramação páginas 163 e 169).

#### Detalhes B

Placa - limite de velocidade

“R-19 - 40 Km/h ”

#### CORES:

Fundo: Branco

Orla: Vermelho

Letra: Preto

Algarismo: Preto



Imagem - 3 – “ilustrativa”

Símbolo: Preto

Velocidade da via urbana 40 Km/h

Verso: Preto Fosco

**LETRAS:**

Tipos Helvética Médium, Arial,  
Standard Alphabets for Highway Signs, ou similar,  
texto centralizado

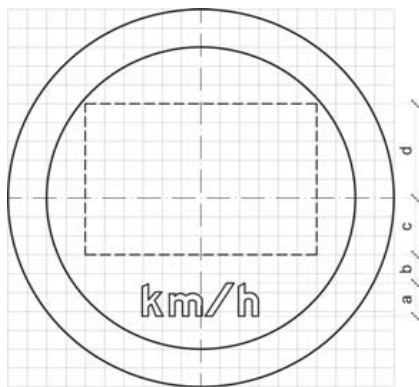


Imagem - 4

Imagens 3 e 4 – Extraído da Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, ( Anexo – Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito)

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução ( tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

**INSPEÇÃO****Controle da Execução**

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;  
a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

consumo dos materiais;  
espessura do material aplicado;  
tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;  
dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);  
linearidade das faixas;  
temperatura de aquecimento do material termoplástico;  
sinalização para o serviço de obras;  
atendimento ao projeto de sinalização;  
retrorefletorização integral das faixas, sinais, etc...  
placas verticais em conformidade com o acima especificado.

**CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m<sup>2</sup> e unidades de placas instaladas.

**PAGAMENTO**

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

**III – ORÇAMENTO DA OBRA PARA LICITAÇÃO :**

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos previstos abaixo especificados:

**Planilha orçamentária - RUA WENDELIN REINER**

Orçamento					
		Empreendimento			
		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA Wendelin Reiner - DA EST. 0 A EST. 11 =PF ( 220,00m )			
Modalidade					
INFRA-ESTRUTURA URBANA					
Agente Financeiro		Tipo de Serviço			
Governo do Estado de Santa Catarina		SERVIÇOS PRELIMINARES,DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA			
Localização		Início da Obra			
Rua: Wendelin Reiner - Schroeder		ALR			
Valor do Repasse		Extensão (m) :	Largura (m) :	A. Emboques (m²) :	Área total (m²) :
Contrapartida Financeira					
Total do Investimento					
R\$ 100.000,00					
R\$ 52.982,52					
R\$ 152.982,52		220,00	10,00	-	2.200,00
ORÇAMENTO					
				CUSTO UNIT. (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.		
RUA: WENDELIN REINER = 220,00 METROS					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
	Placa de obra em chapa de aço galvanizado ( 3,00m X 1,50m )				
1.1		m²	4,50	204,88	921,96
SUBTOTAL					921,96
2	DRENAGEM				
	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km				
2.1		m³	245,50	12,22	3.000,01
	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm				
2.2		m	290,00	34,18	9.912,20
	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm				
2.3		m	14,00	63,21	884,94
	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apilado , DMT até 10,0 km				
2.4		m³	200,88	25,60	5.142,55



2.5	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços	unid	12,00	419,98	5.039,76
2.6	Caixa Ligação para tubulação DN 40cm	unid	4,00	811,28	3.245,12
SUBTOTAL					27.224,58
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (220,00m x (2,5m+2,5m) x 0,50m)	m³	550,00	12,22	6.721,00
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções dos bordos, DMT até 10,0 km	m³	550,00	25,60	14.080,00
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	550,00	2,02	1.111,00
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m, DMT até 10,0 km	m³	550,00	25,60	14.080,00
SUBTOTAL					35.992,00
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	2.200,00	1,10	2.420,00
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	220,00	108,45	23.859,00
4.3	Imprimação com CM 30	m²	2.200,00	2,59	5.698,00
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	2.200,00	0,96	2.112,00
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e=5,0 cm	m³	77,00	455,00	35.035,00

4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e=2,5 cm	m³	16,50	455,00	7.507,50
SUBTOTAL					76.631,50
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	440,00	18,86	8.298,40
5.2	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (440,00m x 0,20m x 2,00m)	m³	176,00	11,90	2.094,40
SUBTOTAL					10.392,80
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	84,00	19,00	1.596,00
6.2	Sinalização vertical				
6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,04	353,21	14,13
6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo R-1 "Pare" + Suporte - (Instalada)	unid	1,00	209,55	209,55
SUBTOTAL					1.819,68
TOTAL GERAL					152.982,52
CUSTO ESTIMADO/m2					69,54
BDI ADOTADO					30,00%
PLANILHA COMPOSIÇÃO DO BDI					
GARANTIA	0,40%				
RISCO	2,00%				
DESPESAS FINANCEIRAS	1,10%				
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	8,00%				
LUCRO	9,50%				
TRIBUTOS	9,00%				
TOTAL	30,00%				

RESUMO DO ORÇAMENTO DA OBRA:

## TOTAL ORÇAMENTO OBRA Rua VENDELIN REINER

	R\$
TOTAL INICIAL	152.982,52
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 152.982,52

O Processo de licitação nº 184/2010-PMS poderá ser verificado no Setor de Recursos Materiais, pertencente à Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder.

## IV – CUSTO DA OBRA :

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados, conforme Proposta Vencedora:

## Planilha CUSTO - RUA WENDELIN REINER

custo da obra		Empreendimento				
		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA Wendelin Reiner - DA EST. 0 A EST. 11 =PF ( 220,00m )				
Modalidade						
INFRA-ESTRUTURA URBANA						
Agente Financeiro		Tipo de Serviço				
Governo do Estado de Santa Catarina		SERVIÇOS PRELIMINARES,DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
Localização		Início da Obra				
Rua: Wendelin Reiner - Schroeder		ALR				
Valor do Repasse						
Contrapartida Financeira	Extensão			A. Embo-	Área total	
Total do Investimento	(m) :	Largura (m) :	ques (m²) :	(m²) :		
R\$ 100.000,00						
R\$ 52.982,52						
R\$ 152.982,52	220,00	10,00-			2.200,00	
CUSTO						
				CUSTO		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT. (R\$)	CUSTO TO-TAL (R\$)	
RUA: WENDELIN REINER = 220,00 METROS						
1	SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	Placa de obra em chapa de aço galvanizado ( 3,00m X 1,50m )	m²	4,50	R\$ 138,00	R\$ 621,00	
SUBTOTAL					R\$ 621,00	
2	DRENAGEM					
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	245,50	7,84	1.924,72	

2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm	m	290,00	29,30	8.497,00	
2.3	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm	m	14,00	52,30	732,20	
2.4	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado , DMT até 10,0 km	m³	200,88	18,00	3.615,84	
2.5	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços	unid	12,00	285,00	3.420,00	
2.6	Caixa Ligação para tubulação DN 40cm	unid	4,00	540,00	2.160,00	
SUBTOTAL					R\$ 20.349,76	
3	TERRAPLENAGEM					
3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (220,00m x (2,5m+2,5m) x 0,50m)	m³	550,00	7,84	4.312,00	
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções dos bordos, DMT até 10,0 km	m³	550,00	18,00	9.900,00	
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	550,00	1,80	990,00	
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m, DMT até 10,0 km	m³	550,00	19,40	10.670,00	
SUBTOTAL					R\$ 25.872,00	
4	PAVIMENTAÇÃO					
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	2.200,00	0,90	1.980,00	
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	220,00	82,00	18.040,00	

4.3	Imprimação com CM 30	m²	2.200,00	2,20	4.840,00	
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	2.200,00	0,95	2.090,00	
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER					
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	77,00	425,00	32.725,00	
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	16,50	425,00	7.012,50	
SUBTOTAL					R\$ 66.687,50	
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
5.1	Meio fio moldado in loco	m	440,00	14,00	6.160,00	
5.2	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (440,00m x 0,20m x 2,00m)	m³	176,00	8,40	1.478,40	
SUBTOTAL					R\$ 7.638,40	
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
6.1	Sinalização horizontal					
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	84,00	15,00	1.260,00	
6.2	Sinalização vertical					
6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,04	250,00	10,00	
6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo R-1 " Pare" + Suporte - (Instalada)	unid	1,00	180,00	180,00	
SUBTOTAL					R\$ 1.450,00	
TOTAL GERAL					R\$ 122.618,66	
CUSTO ESTIMADO/m2					R\$ 55,74	

PLA-NI-LHA COM-POSI-ÇÃO DO BDI		BDI ADOTADO	30,00%		
GA-RAN-TIA	0,40%				
RIS-CO	2,00%				
DES-PE-SAS FINA-CEI-RAS	1,10%				
AD-MI-NIS-TRA-ÇÃO CEN-TRAL	8,00%				
LU-CRO	9,50%				
TRI-BU-TOS	9,00%				
TO-TAL	30,00%				

## RESUMO DO CUSTO DA OBRA:

## TOTAL CUSTO INICIAL OBRA RUA VENDELIN REINER

TOTAL INICIAL	R\$ 122.618,66
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 122.618,66

## ADITIVO RUA VENDELIN REINER

custo obra		
	Empreendimento	
		PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA Wendelin Reiner - DA EST. 0 A EST. 11 =PF ( 220,00m )
Modalidade		
INFRA-ESTRUTURA URBANA		
Agente Financeiro	Tipo de Serviço	
Governo do Estado de Santa Catarina	SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA	
Localização	Início da Obra	
Rua: Wendelin Reiner - Schroeder	ALR	

ADITIVO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UN.	PREÇO TOTAL
1	DRENAGEM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
1.1	Fornecimento e fixação de grelha de aço temperado com lâmina 3/4, dimensão (0,85mx1,00)	Unid.	2,00	660,00	1.320,00
	TOTAL DO ITEM				R\$ 1.320,00
2	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)				
2.1	Fornecimento e colocação de paver (20x20x8), colorido, 25 Mpa, incluindo areia espessura 10cm	m²	0,08	74,00	5,92
2.2	Remoção de meio fio de concreto (10x30x100)	m	12,00	1,80	21,60
	TOTAL DO ITEM				R\$ 27,52
	TOTAL GLOBAL DOS SERVIÇOS				R\$ 1.347,52
	BDI				30%

## TOTAL CUSTO OBRA Rua VENDELIN REINER

TOTAL INICIAL	R\$ 122.618,66
TOTAL ADITIVO	R\$ 1.347,52
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 123.966,18

## V – DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados diretamente com a realização ficam assim determinados, bem como os valores dos imóveis antes da obra realizada:

## RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIIS ANTES DA OBRA REALIZADA.

IMÓVEL L D	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
441	ERICO BORINELLI	16.236,58
442	MARLI SPEZIA	31.078,84
443	JOANA SCARPINNI ACOSTA E ATAIDE MACHADO	7.743,92
444	GOVERNO ESTADO	30.079,17
4189	ITECE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	7.961,45
4190	FELIPE SKOLAUBE	35.149,50
IMÓVEL L E	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras

445	SONIA MARIA REINER	57.753,19
447	DENISE MARIA REINER WOLF	68.515,52
448	MARLI IOLANDA REINER ELERT	54.372,32
8344	MAYCON ALEXANDRE GILIOLI	25.323,27

## VI – DA VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados com a execução da obras em questão, após análise da comissão, tiveram a seguinte valorização:

## RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIIS APÓS A OBRA REALIZADA

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valorização do imóvel (R\$) Após obra feita
441	ERICO BORINELLI	24.125,34
442	MARLI SPEZIA	36.713,67
443	JOANA SCARPINNI ACOSTA E ATAIDE MACHADO	13.738,75
444	GOVERNO ESTADO	49.519,32
4189	ITECE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	13.596,28
4190	FELIPE SKOLAUBE	40.784,33

IMÓVEL L E	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
445	SONIA MARIA REINER	62.824,53
447	DENISE MARIA REINER WOLF	83.729,55
448	MARLI IOLANDA REINER ELERT	66.205,46
8344	MAYCON ALEXANDRE GILIOLI	33.690,99

## VII - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um fator de absorção, nesta obra, de 54,05% ( cinquenta e quatro ponto cinco por cento) do valor de valorização dos imóveis beneficiados.

## VIII - PARCELA TRIBUTARIA DEVIDA PELOS CONTRIBUINTE

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria dos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos Lindeiros, corresponde à valorização do imóvel decorrente da obra pública, extraído o fator de absorção do Município, ficando assim a distribuição do tributo devido por cada lindeiro, já descontado o Fator de Absorção do Município:

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR R\$ DEVIDO PELO LINDEIRO
441	ERICO BORINELLI	3.624,60
442	MARLI SPEZIA	2.589,00
443	JOANA SCARPINNI ACOSTA E ATAIDE MACHADO	2.589,00
444	GOVERNO ESTADO	ISENTO
4189	ITECE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	2589,00
4190	FELIPE SKOLAUBE	2.589,00



IMÓVEL L E	PROPRIETÁRIO	VALOR R\$ DEVIDO PELO LINDEIRO
445	SONIA MARIA REINER	2.741,24
447	DENISE MARIA REINER WOLF	8.223,73
448	MARLI IOLANDA REINER ELERT	6.396,24
8344	MAYCON ALEXANDRE GILIOLI	4.523,05

#### VII – DA ARRECADAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

- Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;
- Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

#### VIII - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

#### IX - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário está exposta no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

O PRAZO PARA CONTESTAÇÃO dos itens relatados neste edital é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito Municipal, nos termos do Art. 246 e parágrafos, da Lei Complementar n.º 001/95 e alterações.

Schroeder(SC), 4 de julho de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

#### Notificação de Lançamento Tributário

Prefeitura Municipal de Schroeder  
Notificação de Lançamento Tributário  
Contribuição de Melhoria  
Pavimentação asfáltica da Rua Erich Froehner - Schroeder I

Ficam devidamente notificados os contribuintes abaixo identificados, para os devidos fins de direito, que foi efetuado o lançamento dos créditos tributários referentes à Contribuição de Melhoria, da valorização imobiliária decorrente da Pavimentação Asfáltica da Rua Erich Froehner, Bairro Schroeder I, conforme Edital de relançamento tributário, publicado no dia 25 de maio de 2011.

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria sobre os imóveis beneficiados, conforme art. 242, IV, da LC n.º 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos contribuintes, correspondente a valorização do imóvel decorrente da obra pública, ficando assim, a distribuição do tributo devido por cada lindeiro, já com o Fator de Absorção do Município:

IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	VALOR DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO (R\$)
2859	VERNER MEYER	23.812,69
2860	ROSALIA TOMAZELLI	4.375,58
4155	ELEMAR JOSE KAER	1.374,93
4826	MARILEI NOEMIA SCHWINGEL RUCH	1.099,93
2323	ALMIRO PETRI	10.428,00
TOTAL		30.663,13

A arrecadação tributária da contribuição de melhoria lançada far-se-á nos seguintes prazos:

- Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;
- Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

Pelo exposto, comunica-se que os proprietários dos imóveis listados poderão comparecer junto à Diretoria de Tributação desta prefeitura até dia 12 de JULHO de 2011, para emissão do carnê de pagamento da referida contribuição de melhoria.

Schroeder( SC), 29 de junho de 2011.

LUIZ APARÍCIO RIBAS  
Prefeito Municipal  
Em Exercício

DENÍLSON WEISS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### Extrato T. A. Ata Registro de Preço Pregão Presencial 014\_2011

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº. 14/2011.

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Frigorífico Menestrina LTDA.

OBJETO: Aquisição de diversos gêneros alimentícios, destinados aos Núcleos, Unidades Pré-Escolares e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino.

VALOR: R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta).

QUANTIDADE: 240kg de carne moída.

Timbó, 07 de julho de 2011.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

### Extrato de Contrato 2011-128

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/128

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: SERVIM COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA ME

OBJETO: CONSERTOS COM PARALELEPÍPEDO, PAVER E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CALÇADAS E VIAS PÚBLICAS

PRAZO: ATÉ 31/12/2011

VALOR TOTAL: R\$ 140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS)

Timbó, 06 de Julho de 2011.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

### Extrato de Contrato 2011-129

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/129

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: PAVIPAN PAVIMENTAÇÕES LTDA

OBJETO: CONSERTOS PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS

PRAZO: ATÉ 31/12/2011

VALOR TOTAL: R\$ 74.900,00,70 (SETENTA E QUATRO MIL E NOVECIENTOS REAIS)

Timbó, 06 de Julho de 2011.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

### Extrato Primeiro Termo Aditivo 2010-249

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/249

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

CONTRATADO: MULTI CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Construção do Núcleo de Educação Infantil Lar da Criança conforme convênio n 710303/2008 entre o FNDE e o Município de Timbó.

PRAZO: Prorrogado por mais 100 dias.

VALOR ADITIVADO: R\$ 140.335,73 (cento e quarenta mil e trezentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos).

VALOR SUPRIMIDO: R\$ 8.075,36 (oito mil, setenta e cinco reais e trinta e seis centavos).

Timbó, 01 de Julho de 2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

### Lei Complementar Nº 401, de 11 de Julho de 2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 401, DE 11 DE JULHO DE 2011

Cria os cargos de "Auxiliar de Recreação Infantil" e "Técnico em Segurança do Trabalho" e acresce vagas a cargos de provimento efetivo no Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo do Poder Executivo.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criados novos cargos e vagas no quadro geral de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, estabelecido pela Lei Complementar nº 137 de 02 de julho de 1998, nos termos a seguir:

§1º Fica criado o cargo público de "Auxiliar de Recreação Infantil", integrando o grupo ocupacional de Serviços Gerais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas/semanais, 200(duzentas) horas/mês, Referência Salarial inicial nº 16, no total de 50 vagas.

§ 2º Fica criado o cargo de "Técnico em Segurança do Trabalho", integrando o grupo ocupacional Semi Profissional, com jornada de trabalho de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, 175(cento e setenta e cinco) horas/mês, Referência Salarial inicial nº 41, no total de 1 vaga.

§ 3º Ficam criadas/ampliadas as seguintes vagas para os seguintes cargos constantes do anexo I da LC nº 137/98:

- a) 01 (uma) vaga para o cargo de Assistente Social;
- b) 05 (cinco) vagas para o cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos;
- c) 02 (duas) vagas para o cargo de Enfermeiro;
- d) 01 (uma) vaga para o cargo de Farmacêutico;
- e) 02 (duas) vagas para o cargo de Fisioterapeuta;
- f) 04 (quatro) vagas para o cargo de Médico;
- g) 03 (três) vagas para o cargo de Operador de Máquinas;
- h) 01 (uma) vaga para o cargo de Psicólogo;
- i) 02 (duas) vagas para o cargo de Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Os requisitos para acesso aos cargos criados por esta lei, bem como o descrito detalhado de suas atribuições/funções, será objeto de regulamentação do poder executivo nos termos do que estabelece o artigo 29 da Lei Complementar nº 137 de 02 de julho de 1998.

Art. 3º Por força do disposto no artigo 1º e parágrafos desta Lei,

o anexo I da Lei Complementar nº 137 de 02 de julho de 1998, atualizado pelas alterações legislativas posteriores e que trata do quadro geral de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ ...

DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA INICIAL	QUANT. DE CARGOS	GRUPO OCUPACIONAL	JORNADA SEMANAL
...	...	...	...	...
ASSISTENTE SOCIAL	...	8	...	...
...	...	...	...	...
AUXILIAR DE RECREAÇÃO INFANTIL	16	50	SG	40
AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	...	53	...	...
...	...	...	...	...
ENFERMEIRO	...	22	...	...
...	...	...	...	...
FARMACÊUTICO	...	3	...	...
...	...	...	...	...
FISIOTERAPEUTA	...	3	...	...
...	...	...	...	...
MÉDICO	...	36	...	...
...	...	...	...	...
OPERADOR DE MÁQUINA	...	24	...	...
...	...	...	...	...
PSICÓLOGO	...	9	...	...
...	...	...	...	...
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	...	29	...	...
...	...	...	...	...
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	41	01	SP	35

...

TOTAL DE CARGOS DO QUADRO GERAL – 831 (oitocentos e trinta e um).”

Art. 4º O preenchimento dos cargos criados/ampliados por esta lei dependerá de prévia e expressa decretação de disponibilidade do cargo por parte do poder executivo e será preenchido mediante aprovação em concurso público.

Art. 5º Fica extinto do quadro de cargos de provimento em comissão do Poder Executivo do Município de Timbó, constante do anexo XII da Lei Complementar nº 196 de 29 de dezembro de 2000, o cargo de “ASSESSOR DE SEGURANÇA DO TRABALHO”.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação própria do orçamento municipal.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 11 de Julho de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei Complementar foi publicada na forma regulamentar.

Timbó, SC, 11 de julho de 2011

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Assessor Executivo de Gabinete

### **Lei Nº 2519, de 11 de Julho de 2011**

LEI Nº 2519, DE 11 DE JULHO DE 2011

Altera a Lei nº 2.481, de 22 de outubro de 2010, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2011.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo IV, Demonstrativo L, Demonstrativo de Ações - Produto \_ Unidade de Medida - Meta - Valor - Fonte de Recursos, da Lei nº 2.481, de 22 de outubro de 2010, fica retificado, passando a vigorar com as alterações dadas pela presente Lei, nos termos do anexo respectivo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 11 de julho de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.

Timbó, SC, 11 de julho de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Assessor Executivo de Gabinete



**MUNICÍPIO DE TIMBO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO DE TIMBO**

2

**Programas Detalhados**  
**Ano LDO: 2011 Versão: 3**

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0046 - SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

As condicionantes geográficas, a ocupação urbana e a deficiente malha viária do município, além da evidente prioridade conferida ao transporte individual em detrimento do coletivo são dificuldades a serem vencidas por este programa. Algumas intervenções foram realizadas com o intuito de melhorar a mobilidade da cidade como um todo, as quais ajudaram a trazer segurança viária para o município. O aprimorando e incremento destas, é prioridade no programa de sistema viário e mobilidade, onde é enfatizado os meios de transporte alternativo e a garantia da acessibilidade. Ainda sendo comprovada a eficácia e importância de aparelhos de controladores de velocidade em nosso município. Verificado a necessidade de aquisição de controlador de velocidade mais eficaz e moderno, visando também a praticidade para fácil transporte do equipamento e instalação do mesmo. Necessidade de padronização de identificação dos fiscalizadores de trânsito, tornado-os mais visíveis durante a realização de abordagens para identificação de automotores. Necessidade de equipar a Polícia Militar com veículos equipados com notebook com acesso a rede mundial de computadores para acesso a consultas de veículos e indivíduos.

DIRETRIZES:

Adequar e estruturar o sistema viário básico - urbano e regional. Melhorar a fluidez de tráfego diminuindo os pontos críticos; Melhorar a fluidez do trânsito, mantendo-se níveis de segurança adequados; Rever, ampliar e otimizar o sistema de transporte coletivo; Estudar meios alternativos de transporte; Qualificar o sistema de mobilidade às pessoas deficientes e com necessidades especiais; Desenvolver o sistema cicloviário; Incentivar o transporte não-motorizado, como forma de reduzir o tráfego, desobstruir as vias de rolamento e mitigar a emissão de gases poluentes; Incrementar o sistema de sinalização viária. Urbanizar os passeios públicos, garantido segurança ao transeunte; Estudar a viabilidade da guarda de trânsito; Implementar programa permanente de educação do trânsito. Orientar os motoristas e pedestres dos cuidados necessários ao transitar, fiscalizar para melhorar a trafegabilidade. Melhorar o espaço físico, a estrutura administrativa da Polícia Militar, dotando-o de plenas condições para gestão do trânsito. Melhorar as condições de atendimento, bem como segurança e conforto dos fiscalizadores.

OBJETIVOS:

Desenvolver macro projeto visando a reestruturação do sistema viário do Município e dar continuidade ao projeto do anel viário; Desviar o tráfego pesado do centro urbano; Desenvolver e implantar programas e ações voltadas para a garantia da acessibilidade; Tornar o transporte coletivo acessível, eficiente, seguro e atrativo, promovendo a agilização do sistema de transporte com a introdução de novos serviços e tecnologias; Implantar e padronizar os abrigos e pontos de parada, visando melhorar a segurança da população que usa o transporte coletivo; Interligar as ruas dos loteamentos para evitar sobrecarga do Transporte Coletivo das vias básicas e facilitar a comunicação entre bairros; Desenvolver e aplicar o programa de pavimentação de vias e passeios públicos; Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população. Assegurar meios de fiscalização e atendimento das ocorrências de trânsito, bem como aplicação de multas e sanções. Melhorar o planejamento e a infra-estrutura operacional para a fiscalização do trânsito municipal. Implementar todas as ações de trânsito de competência municipal e estadual.

	<b>AÇÕES</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>UNID. MED.</b>	<b>META</b>	<b>VALOR</b>	<b>RECURSOS</b>
1259	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - DEMUTRAN	Unidade Gestora	UN	1,0000	20.000,00	Recursos Fiscais
1263	OBRAS E CONSTRUÇÕES - DEMUTRAN	Obra	UN	1,0000	100.000,00 230.000,00	Recursos Fiscais
1265	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - DEMUTRAN	Imóvel	M2	20,0000	26.100,00 26.100,00 247.800,00	Recursos Fiscais
1267	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. MILITAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	10.000,00 0,00	Recursos Fiscais
1269	FROTA DE VEÍCULOS - POL. MILITAR	Veículo	UN	1,0000	60.000,00	Recursos Fiscais
1271		Unidade Gestora	UN	1,0000	40.000,00	Recursos Fiscais





**MUNICÍPIO DE TIMBO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO DE TIMBO**

3

**Programas Detalhados**  
**Ano LDO: 2011 Versão: 3**

	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POL. CIVIL					
2260	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	Unidade Gestora	UN	1,0000	595.000,00 10.000,00 20.000,00 200.000,00	Recursos Fiscais
2262	MANUTENÇÃO DO CONV. POLÍCIA MILITAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	20.000,00 0,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2264	MANUTENÇÃO DO CONV. POLÍCIA CIVIL	Unidade Gestora	UN	1,0000	50.000,00	Recursos Fiscais
<b>TOTAL DO PROGRAMA 0046</b>					<b>1.655.000,00</b>	

**DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0046**

AÇÃO: 1259

Equipar o departamento de trânsito com microcomputadores, semáforos eletrônicos, mobiliário entre outros materiais para execução das atividades..

AÇÃO: 1261

Não contemplado em 2011

AÇÃO: 1263

Aquisição e implantação de abrigos de passageiros de ônibus. Implantação de rotatórias na Av. Kurt Benecke e na região central do município e trevos e canteiros em vias urbanas. Implantação de faixas de travessia de pedestres. Implantação de sinalização horizontal e vertical do trânsito e placas para sinalização indicativa/turística e de rota de caminhões.

AÇÃO: 1265

Desapropriar imóveis para abertura de vias urbanas e implantação de trevos, canteiros, rótulas e garantir a segurança do pedestre e ciclista, através do alargamento dos passeios da ponte Vereador Walter Muller e outras; com área aproximada de 30.000m2.

AÇÃO: 1267

Equipar a Polícia Militar com microcomputadores, com impressora e sistema operacional Windows e Office; dispositivo luminoso e sonoro(giroflex), demais equipamentos auxiliares na fiscalização de trânsito, dispositivos auxiliares de sinalização de trânsito.

AÇÃO: 1269

Equipar a Polícia Militar com 01 veículo de porte médio.

.....

**Lei Nº 2520, de 11 de Julho de 2011**

LEI Nº 2520, DE 11 DE JULHO DE 2011

Autoriza a abertura de Crédito Especial de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2011, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2011 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.491 de 13/12/2010):

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)**

24.02.006.181.0046.1269. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO  
24.02.006.181.0046.1269. POLICIA MILITAR  
24.02.006.181.0046.1269. FROTA DE VEICULOS - POL. MILITAR  
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
440000.00 INVESTIMENTOS  
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.15400 CONVENIO TRANSITO MILITAR 60.000,00  
TOTAL 60.000,00  
RESUMO ANULAÇÃO FUMTRAN  
0.15400 CONVENIO TRANSITO MILITAR 60.000,00

Art. 2º O Prefeito Municipal fica autorizado a abrir Crédito Especial, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2011 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.491 de 13/12/2010):

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)**

24.01.026.782.0046.1259. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO  
24.01.026.782.0046.1259. DEMUTRAN  
24.01.026.782.0046.1259. EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - DEMUTRAN  
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
440000.00 INVESTIMENTOS  
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.15400 CONVENIO TRANSITO MILITAR 20.000,00  
TOTAL 20.000,00  
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL  
0.15400 CONVENIO TRANSITO MILITAR 20.000,00

Art. 3º O Prefeito fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo as seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Modalidades de Aplicação e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2011 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.491 de 13/12/2010):

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)**

24.01.026.782.0046.2260. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO  
24.01.026.782.0046.2260. DEMUTRAN  
24.01.026.782.0046.2260. MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.15400 CONVENIO TRANSITO MILITAR 10.000,00  
TOTAL 10.000,00  
24.01.026.782.0046.1263. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO  
24.01.026.782.0046.1263. DEMUTRAN  
24.01.026.782.0046.1263. OBRAS E CONSTRUÇÕES - DEMUTRAN  
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS  
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.15400 CONVENIO TRANSITO MILITAR 30.000,00  
TOTAL 30.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO  
0.15400 CONVENIO TRANSITO MILITAR 40.000,00

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 11 de julho de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.  
Timbó, SC, 11 de julho de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Assessor Executivo de Gabinete

**Aviso de licitação 00041-2011 Contratação de empresa para mídias sociais**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SAMA E SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
EDITAL CARTA CONVITE  
Nº 00041/2011 AVISO DE LICITAÇÃO

O SAMA E - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar "CARTA CONVITE", do tipo Menor Preço, por Item, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO DO COMPLEXO COMUNICACIONAL DE MÍDIAS SOCIAIS A SER IMPLANTADO PELO SAMA E. O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, Rua Duque de Caxias, 56 - Centro, Timbó/SC das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira ou poderão ser solicitados para o e-mail [beatris@samaetimbo.com.br](mailto:beatris@samaetimbo.com.br). Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 19 de Julho de 2011, até as 08h45minutos, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, no Departamento de Compras sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbo (SC), 11 de Julho de 2011.  
WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

**Tunápolis****PREFEITURA****Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia Nº 06/2011**

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 80/2011

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 06/2011

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos), para execução de conclusão

do Ginásio de Esportes de Linha São Pedro interior do Município de Tunápolis, com valor máximo estimado em R\$ 156.124,42 (Cento cinquenta seis mil cento vinte quatro reais e quarenta e dois centavos), conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, e de acordo com o convenio nº 0325355-61/2010 Ministério do Esporte/Caixa Econômica Federal, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório. Entrega das propostas até as 09h do dia 28/07/2011. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo,telefone(0xx493)632-11-22, 91365329

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

### **Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia Nº 07/2011**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 81/2011

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 07/2011

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica nas ruas Santo Antonio, e 25 de Julho do Centro do Município de Tunápolis, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, de acordo com o projeto e demais informações complementares em anexo, com recursos do Contrato de Repasse nº 0330023-49-2010/Ministério das Cidades/CAIXA e próprios os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório.

Entrega das propostas até as 14h do dia 28/07/2011.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo,telefone(0xx493)632-11-22, 91365329

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

### **Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia Nº 08/2011**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 82/2011

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 08/2011

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica nas Ruas Caaró, Pe. Balduino Rambo, Santo Ângelo e Pe. Roque Gonzales, do Centro do Município de Tunápolis, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, de acordo com o projeto e demais informações complementares em anexo, com recursos do Contrato de Repasse nº 0335186-25/2010/Ministério das Cidades/CAIXA os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório.

Entrega das propostas até as 16h do dia 28/07/2011.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo,telefone(0xx493)632-11-22, 91365329

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

### **Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia Nº 09/2011**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 83/2011

Edital de Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 09/2011

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a contratação de Obra em regime de empreitada global com fornecimento de materiais e mão-de-obra de pavimentação com pedras irregulares nas Ruas 25 de Julho, São Lourenço e Jacó Eidt, de acordo com o projeto e demais informações complementares em anexo, com recursos do Contrato de Repasse nº 0330911-94/2010 Ministério das Cidades/CAIXA e próprios os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório.

Entrega das propostas até as 14h30h do dia 29/07/2011.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo,telefone(0xx493)632-11-22, 91365329

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

**Videira**

**PREFEITURA**

### **Lei Nº 2.558/11**

LEI Nº 2.558/11, DE 22 DE JUNHO 2011.

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas de qualquer graduação em logradouros públicos do Município de Videira - SC.

Art. 2º. Entende-se por bebidas alcoólicas os produtos definidos pela legislação federal que dispõe sobre o registro e fiscalização de bebidas.

Art. 3º Para efeitos desta Lei são considerados logradouros públicos:

I - as avenidas;

II - as rodovias;

III - as ruas;

IV - as alamedas, servidões, escadarias, caminhos e passagens;

V - as calçadas;

VI - as praças;

VII - as ciclovias;

VIII - a via férrea;

IX - as pontes e viadutos ou elevados;

X - o hall de entrada dos edifícios públicos e os estabelecimentos comerciais, pátios e estacionamentos que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;

XI - os pátios e estacionamentos dos estabelecimentos que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;

XII - a área externa dos campos de futebol, ginásios de esportes e praças esportivas de propriedade pública;

XIII - as repartições públicas e adjacências.

Parágrafo único - Nos logradouros enquadrados nos incisos I, II, III, IV, V, VI, X, XI, XII e XIII poderá haver a comercialização e o consumo bebidas alcoólicas:

I - quando houver evento realizado:

a) pelo Poder Público;

b) por particulares, desde que previamente autorizado pelo Poder Público.

II - em torno de bares, quiosques, lanchonetes e restaurantes, nos limites determinados pelo Poder Público com sua autorização e desde que a bebida seja proveniente do respectivo estabelecimento.

Art. 4º Os termos de condutas e demais ajustes eventualmente firmados entre particulares e o Ministério Público ou Poder Público continuarão em pleno vigor e eficácia.

Art. 5º O descumprimento desta Lei sujeitará ao infrator as sanções na forma da Lei.

Art. 6º O Poder Executivo poderá firmar convênio com a Polícia Militar, instituição responsável pela preservação da ordem pública, conforme o § 5º, do art. 144, da Constituição Federal, para a fiscalização do cumprimento da Lei.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei no que se fizer necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.566/11**

LEI N.º 2.566/11, DE 06 DE JULHO DE 2011

Homologa o Termo de Protocolo de Adesão que entre si celebram a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN e o Município de Videira.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores

aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Protocolo de Adesão que entre si celebram a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN e o Município de Videira, conforme o termo de protocolo anexo que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente termo é a delegação, pelo Município à AGESAN, das questões afetas a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de julho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.568/11**

LEI N.º 2.568/11, DE 06 DE JULHO DE 2011

Homologa o Convênio nº 003/2011, que entre si celebram o Município de Iomerê e o Município de Videira, visando o atendimento a programa sócio assistencial, para os fins que especifica.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 003/2011, que entre si celebram o Município de Iomerê e o Município de Videira, nos termos do convênio anexo, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é cooperação financeira, entre as partes, para atendimento de crianças e adolescentes do Município de Iomerê que tiverem seus direitos violados e para casos de abrigo, sendo medida provisória e excepcional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de julho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.569/11**

LEI N.º 2.569/11, DE 06 DE JULHO DE 2011

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente para o Rota da Amizade Convention & Visitors Bureau, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,



Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente, com a importância de até R\$ 7.480,00 (sete mil quatrocentos e oitenta reais), para o Rota da Amizade Convention & Visitors Bureau, para desenvolvimento do Projeto "Descubra os Encantos e Sabores da Rota da Amizade", através da veiculação de programetes em emissoras de televisão e da realização de evento gastronômico regional,

Parágrafo Único - A contribuição fica condicionada à apresentação das Certidões Negativas de Débitos Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
01 - Departamento de Turismo e Cultura  
2.054 - Manutenção da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

Art. 3º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de julho de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.570/11**

LEI Nº 2.570/11, DE 06 DE JULHO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Videira.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.720.000,00 (Dois milhões, setecentos e vinte mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

2.0.0.0.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL  
2.1.0.0.00.00.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
2.1.1.0.00.00.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS  
2.1.1.9.00.00.00.00 Outras Operações de Crédito Internas  
2.720.000,00

TOTAL GERAL 2.720.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada

mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 2.548 de 08/06/2011.

§ 1º Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo, que não for liberada durante o exercício, deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de julho de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.571/11**

LEI Nº 2.571/11, DE 06 DE JULHO DE 2011.

Abre Crédito Adicional Suplementar das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.720.000,00 (Dois milhões, setecentos e vinte mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura  
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
2.044 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0061 120.000,00

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura  
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
2.050 - Manutenção de Estradas Vicinais  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0061 400.000,00

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura  
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
1.022 - Pavimentação de Estradas Vicinais  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0061 2.200.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 2.720.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata a presente Lei, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 2.548, de 08 de junho de 2011.

§ 1º Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste

artigo.

§ 2º O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo, que não for liberada durante o exercício, deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de julho de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei Nº 2567/11**

LEI N.º 2.567/11, DE 06 DE JULHO DE 2011

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio com a Associação Cultural e Esportiva Passo da Felicidade e a repassar-lhe auxílio financeiro que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Associação Cultural e Esportiva Passo da Felicidade, nos termos da minuta anexo que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Associação.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a serem pagos em parcela única, no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar, até o montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício anterior, a seguinte dotação orçamentária:  
01 - Gabinete do Prefeito Municipal  
01 - Assessoria de Gabinete  
2.003 - Contribuições  
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições

em contrário.

Videira, 06 de julho de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de julho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO  
LEI Nº 2.567/2011

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA PASSO DA FELICIDADE, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 10.706.991/0001-86, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 2227/09, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de 2011, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA PASSO DA FELICIDADE, resolvem, nos termos da Lei nº 2.567/11, celebrar o presente Convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Entidade.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;  
II- repassar a importância de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) aprovada pela Lei autorizativa do presente convênio.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA PASSO DA FELICIDADE**

I- Promover o desenvolvimento comunitário, através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação;  
II- Congregar todos os moradores da comunidade, no sentido de integrá-los na procura do bem coletivo, sem distinção de cor, raça, sexo, língua, idade, religião ou qualquer outra espécie;  
III- Contribuir para a promoção da pessoa humana, despertando a consciência dos direitos e deveres do cidadão em clima de harmonia e respeito;  
IV- Difundir a cultura através de reuniões, círculos de estudos, debates, assembléias e outros;  
V- Promover condições e situações em que a comunidade tenha oportunidade de participar do trabalho comunitário através dos quais desenvolva sua capacidade, cooperação e responsabilidade;  
VI- Fomentar o conagraamento de todos os associados e seus familiares dependentes;  
VII- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2011,

podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de \_\_\_\_\_ de 2011.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ASSOC. CULTURAL E ESPORTIVA PASSO DA FELICIDADE

Presidente

#### TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

#### Portaria Nº 0402/11

PORTARIA nº 0402/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

#### RESOLVE

Nomear, EDSON LUIZ VIVAN, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Panazzolo, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

#### Portaria Nº 0403/11

PORTARIA nº 0403/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

#### RESOLVE

Nomear, MAISA FERNANDA FERREIRA, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Água Verde, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

#### Portaria Nº 0404/11

PORTARIA nº 0404/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

#### RESOLVE

Nomear, MARISTELA MACIEL, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Morada do Sol, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0405/11**

PORTARIA nº 0405/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

**RESOLVE**

Nomear, SOLANGE DE MATOS SCOPEL, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Rio das Pedras, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0406/11**

PORTARIA nº 0406/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

**RESOLVE**

Nomear, NEUSA DIAS DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Rio das Pedras, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0407/11**

PORTARIA nº 0407/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

**RESOLVE**

Nomear, RIÉLI QUADROS CAVALHEIRO DE LIMA, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Marafon, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0409/11**

PORTARIA nº 0409/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

**RESOLVE**

Nomear, LURDES MARIA TROMBETA FERNANDES, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Santos Dumont, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração



**Portaria Nº 0410/11**

PORTARIA nº 0410/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

**RESOLVE**

Nomear, MARIZETE CARDOSO DA SILVA GUILL, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Santos Dumont, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0411/11**

PORTARIA nº 0411/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

**RESOLVE**

Nomear, SIRLEI APARECIDA KNOPP GRANDO, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Vila Verde, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0412/11**

PORTARIA nº 0412/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

**RESOLVE**

Nomear, ANA PAULA APPI, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Oficina, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0413/11**

PORTARIA nº 0413/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

**RESOLVE**

Nomear, CLESIANE LIMA OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Campo Experimental, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0414/11**

PORTARIA nº 0414/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

**RESOLVE**

Nomear, CRISTIANA DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Campo Experimental, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0415/11**

PORTARIA nº 0415/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

**RESOLVE**

Nomear, MARILEINE DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Amarante, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0416/11**

PORTARIA nº 0416/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

**RESOLVE**

Nomear, ELEANORA MARCIA GOLINSKI, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro SESI, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0417/11**

PORTARIA nº 0417/11

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações e, à vista do contido no Memorando nº 299/2011 da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social,

**RESOLVE**

Nomear, DAGMAR MARIA SCHOSSLER, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2011 e Conclusão com Aproveitamento no "Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada", para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro SESI, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

# Associações

## EGEM

### Edital Nº 18/2011 - Chamamento para inscrição no Curso IPTU e ITBI

EDITAL Nº 18/2011

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE IPTU, ITBI E CONTRIBUIÇÃO

DE MELHORIA: TEORIA E PRÁTICA

#### 1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar o público a instituir e cobrar os tributos municipais sobre imóveis (IPTU, ITBI e Contribuição de Melhoria) de maneira sistematizada e juridicamente correta. Serão abordados os aspectos doutrinários e jurisprudenciais dos temas tratados, tendo por foco as questões polêmicas.

#### 2. PÚBLICO-ALVO

Secretários de fazenda e finanças, fiscais e auditores de tributos, procuradores municipais, contadores, controladores internos e demais servidores atuantes na área tributária.

#### 3. CALENDÁRIO

##### QUADRO I

Cidade/Local	
Maravilha/SC	
Auditório da AMERIOS	
Período das inscrições	De 12/07 até 15/08/2011
Vencimento do boleto de cobrança	15/08/2011
Homologação das inscrições	17/08/2011
Período de realização do curso	22 e 23 de agosto de 2011
Carga horária	15 horas
Quantidade de vagas	80

##### QUADRO II

Cidade/Local	
Joaçaba/SC	
Auditório da AMMOC	
Período das inscrições	De 12/07 até 31/08/2011
Vencimento do boleto de cobrança	31/08/2011
Homologação das inscrições	05/09/2011
Período de realização do curso	12 e 13 de setembro de 2011
Carga horária	15 horas
Quantidade de vagas	80

##### QUADRO III

Cidade/Local	
Tubarão/SC	
Auditório da AMUREL	
Período das inscrições	De 12/07 até 13/09/2011
Vencimento do boleto de cobrança	13/09/2011

Homologação das inscrições	15/09/2011
Período de realização do curso	22 e 23 de setembro de 2011
Carga horária	15 horas
Quantidade de vagas	80

#### 4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

##### QUADRO I - Dos Valores

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM*	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC  
Telefone: 48 3221- 8800

Nota Fiscal: Após a realização do curso serão enviadas as notas fiscais pelos Correios, juntamente com os certificados de participação emitidos pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

#### 5. PROGRAMAÇÃO

Manhã:

8h30 às 12h	<p>Estudo do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano Teoria do IPTU Competência e Sujeito ativo ; Sujeito passivo</p> <p>Análise das hipóteses de incidência Aspecto temporal e espacial</p> <p>Aspecto quantitativo: Base de cálculo e alíquotas</p> <p>Prática do IPTU</p> <p>Cadastro imobiliário; IPTU como instrumento de regulação urbana</p> <p>Fatos geradores polêmicos</p> <p>Regras para atualização do aspecto quantitativo</p>

Tarde:	
13h30 às 17h30	<p>Estudo do IPTU - Continuação princípios constitucionais aplicáveis ao IPTU</p> <p>IPTU e as áreas rurais; técnicas de lançamento</p> <p>imunidades constitucionais em matéria de IPTU</p> <p>Estudo do ITBI - Imposto Sobre Transmissões de Bens Imóveis</p> <p>Teoria do ITBI</p> <p>Competência e Sujeito ativo; Sujeito passivo</p> <p>Análise das hipóteses de incidência</p> <p>Elementos temporal e espacial</p> <p>Aspecto quantitativo: Base de cálculo e alíquotas</p> <p>Prática do ITBI</p> <p>Técnicas de lançamento; ITBI e progressividade</p> <p>Fatos geradores polêmicos</p> <p>Apuração da base de cálculo: planta genérica X valor da transação</p> <p>ITBI e imunidade constitucionais</p> <p>ITBI e princípios constitucionais aplicáveis; ITBI x ITCMD</p>
Manhã:	
8h30 às 12h	<p>Estudo da Contribuição de Melhoria</p> <p>Teoria da CM</p> <p>Competência e Sujeito ativo; Sujeito passivo</p> <p>Estudo das hipóteses de incidência</p> <p>Elementos temporal e espacial</p> <p>Aspecto quantitativo: Base de cálculo e alíquotas</p> <p>Prática da CM</p> <p>CM e legalidade: necessidade de lei específica</p> <p>CM e limites aplicáveis ao aspecto quantitativo: valorização</p> <p>CM: instituição e cobrança passo-a-passo</p> <p>CM e renúncia fiscal</p> <p>CM e princípios constitucionais aplicáveis</p> <p>CM e alternativas de cobrança</p>

## 6. PALESTRANTE

Ericksen Prätzel Ellwanger

Advogado e Consultor jurídico da FECAM. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-graduando em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários - IBET/SP. Membro da Comissão de Direito Tributário da OAB/SC e Conselheiro do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA/SC.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM.

## REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

FIQUE ATENTO!

## 7. ANEXOS

Resolução nº 001/2009

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

## RESOLVE:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito de Luzerna  
Presidente da EGEM

# Consórcios

## ARIS

## Extrato Dispensa Licitação n. 03/2011

Processo de Licitação nº 04/2011

Dispensa de Licitação nº 03/2011

OBJETO: Compra de dois aparelhos celulares: 01 Motorola EX 128 Desbloqueado e 01 Nokia 1616 Desbloqueado.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADO: MAGAZINE LUIZA S/A

CNPJ: 47.960.950/0001-21

VALOR: R\$ 574,00 (Quinhentos e Setenta e Quatro Reais)

Florianópolis, 17 de maio de 2011.

MARCOS FEY PROBST

Diretor-geral da ARIS

## Extrato Dispensa Licitação n. 07/2011

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2011

OBJETO: Dispensa de Licitação para a contratação de empresa para compra e instalação de Persiana Vertical Nuance Samanta na sede da ARIS com localização na Rua Santos Saraiva, n. 1546, Estreito, cidade de Florianópolis/SC.



CONTRATADO: LUCIANO SIMAS ME  
CNPJ: 10.576.358/0001-10  
VALOR: R\$ 1.843,00 (um mil e oitocentos e quarenta e três reais)

Florianópolis, 1º de julho de 2011.  
MARCOS FEY PROBST  
Diretor-geral da ARIS

**Extrato Processo Licitatório n. 005/2011**  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2011

OBJETO: Prestação contínua de serviço de vigilância noturna humana não armada, turno de 12 (doze) horas, todos os dias da semana, inclusive feriados  
CONTRATADO: ADSERVIG VIGILÂNCIA LTDA.  
CNPJ: 05.497.780/0001-40  
VALOR: R\$ 5.499,00 (cinco mil, quatrocentos e noventa e nove reais).

Florianópolis, 07 de julho de 2011.  
MARCOS FEY PROBST  
Diretor-geral da ARIS

---

**CIGA**

---

**Extrato Contrato 80 - Rateio - Itaiópolis**  
Extrato de Contrato nº 80/2011  
Contrato de Rateio - Itaiópolis

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis  
CNPJ: 83.102.517/0001-19  
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 66/2011  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12  
OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Itaiópolis e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 65/2011.  
PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.  
JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.  
VALOR: R\$ 392,00 (trezentos e noventa e dois reais) por mês.  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 07 de julho de 2011.  
EDINANDO BRUSTOLIN  
Diretor Executivo do CIGA

---

**CIMVI**

---

**Contrato nº 012/2011 - Serviços de sublocação de área Expo 2011**  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 012/2011

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Federação Catarinense de Ciclismo  
OBJETO: Serviços de sublocação de área na EXPO 2011.  
VALOR: R\$1.000,00 (um mil reais)  
PRAZO: de 21 a 24 de julho de 2011.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos)

Timbó, 01 de julho de 2011.  
LAURINO DALKE  
Presidente

**Contrato nº 013/2011 - Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional**  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2011

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Laboreclin - Clínica de Segurança e Medicina do Trabalho  
OBJETO: PCMSO - Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional  
VALOR: R\$37,50 por exame por empregado.  
PRAZO: de 01 de julho a 31 de dezembro 2011.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos)

Timbó, 01 de julho de 2011.  
LAURINO DALKE  
Presidente

**Contrato nº 014/2011 - Serviços de locação de estande**  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 014/2011

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: FB Eventos Ltda. - Promotrade  
OBJETO: Locação temporária de Estande  
VALOR: R\$5.864,68 (cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro reais, e sessenta e oito centavos).  
PRAZO: de 11 a 14 de agosto 2011.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos)

Timbó, 01 de julho de 2011.  
LAURINO DALKE  
Presidente

